

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer

Karolina Santos Hugo

**IMPACTOS DA MINERAÇÃO NO LAZER NA SERRA DO CARAÇA,
EM CATAS ALTAS, MINAS GERAIS**

Belo Horizonte
2025

Karolina Santos Hugo

**IMPACTOS DA MINERAÇÃO NO LAZER NA SERRA DO CARAÇA,
EM CATAS ALTAS, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos do Lazer.

Linha de pesquisa 1: Identidade, Sociabilidades e Práticas de Lazer

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Rosa

Belo Horizonte

2025

H895i Hugo, Karolina Santos
2025 Impactos da mineração no lazer na Serra do Caraça, em Catas Altas, Minas Gerais
[recurso eletrônico] / Karolina Santos Hugo. – 2025.
1 recurso online (291 f. : il.) : pdf.

Orientador: Maria Cristina Rosa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Inclui bibliografia.

1. Mineração – Teses. 2. Impacto ambiental – Teses. 3. Lazer – Teses. I. Rosa, Maria Cristina. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: nº 2106, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
EEFFTO - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LAZER - SECRETARIA

ATA DA 210ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO

KAROLINA SANTOS HUGO

Às 14h00min do dia 29 de maio de 2025, reuniu-se no Auditório Maria Lúcia da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais - EEFFTO/UFMG a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho “IMPACTOS DA MINERAÇÃO NO LAZER NA SERRA DO CARAÇA, EM CATAS ALTAS, MINAS GERAIS”, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Maria Cristina Rosa, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Profa. Dra. Maria Cristina Rosa (Orientadora)	X	
Prof. Dr. Allaoua Saadi (UFMG)	X	
Profa. Dra. Carolina Marotta Capanema (UFV)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: **APROVADA**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2025.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Cristina Rosa (Orientadora)

Prof. Dr. Allaoua Saadi (UFMG)

Profa. Dra. Carolina Marotta Capanema (UFV)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rosa, Coordenador(a)**, em 03/06/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allaoua Saadi, Professor do Magistério Superior**, em 11/07/2025, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Marotta Capanema, Usuária Externa**, em 15/07/2025, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4199161** e o código CRC **1BEA54D3**.

AGRADECIMENTOS

À condição de cidadania brasileira, berço desigual, mas generoso, que possibilitou a uma jovem pobre, nascida como filha de um trabalhador das minas de ouro e de uma trabalhadora das casas grandes, uma formação gratuita e de qualidade. As diversas políticas públicas que eu e minha família acessamos foram essenciais para que barreiras e fronteiras fossem atravessadas. Por isso, nosso mundo se ampliou, e está em constante expansão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sem a qual, através da bolsa a mim concedida, esta pesquisa certamente não seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL/UFMG), e Centro Esportivo Universitário (CEU/UFMG), pelos apoios financeiros que me permitiram voar para além de minha Serra e participar de eventos científicos nacionais e internacionais, oportunidades únicas para minha formação acadêmica e cidadã.

À minha orientadora, a professora Maria Cristina Rosa, por acreditar e incentivar esta investigação desde o início. Agradeço pelas suas inúmeras e criteriosas leituras e pelos caminhos que me permitiu trilhar.

Ao Caparaó - Grupo de Pesquisa sobre Natureza (UFMG/CNPq) e Projeto de Extensão Trilhas do Caparaó, agradeço pela prática de interdisciplinaridade, pelos encontros de ideias, de referências e de experiências.

Às membras da banca, agradeço o processo cuidadoso de avaliação desde a qualificação. A Carolina Capanema, cujas palavras e ações são a mais pura inspiração, agradeço pela feitura de “Economia Política das Minas”, que foi uma tese-perspectivas. Também pelos ensinamentos sobre história ambiental, pelo acolhimento e carinho. Professor Allaoua Saadi, agradeço pelas contribuições incansáveis para Catas Altas e para a Serra do Caraça. Ao Professor Cléber Dias, por demonstrar a diversidade do campo dos estudos do lazer. Ao professor Ricardo Ribeiro, eterno mestre das Lições da Terra, por me ensinar a ir atrás dos rastros e das pistas. Neste trabalho há muito das exaustivas reuniões sobre a Bacia do Paraopeba, mas, sobretudo, há muito de nossas noites de campo nas comunidades quilombolas. E finalmente a professora Sheylazarth Ribeiro, encontro mais recente, mas não menos feliz, pelo encorajamento para pesquisar sobre mineração.

Ao Mateus Santana, agradeço a gentileza, paciência e sofisticação no desenvolvimento, design e construção do repositório digital desta pesquisa.

A Isabella Pereira e Diego Moura, agradeço pelo “Surtos leves”, nosso verdadeiro diário de campo, lugar seguro de compartilhamento de sonhos, de medos e de boas risadas. Isabella, obrigada por me deixar conhecer suas camadas, suas memórias e suas inseguranças, onde me reconheci por diversas vezes. Diego, obrigada por me presentear com o livro da Mirleide Bahia, referência essencial nesta pesquisa, e por lembrar que o bordado de uma pesquisa é imperfeito. Foi o maior prazer sonhar esse sonho do diploma de mestre com vocês!

A Clarice Todeshi, agradeço por essa amizade que cresce nos caminhos entre as serras de Cambotas e do Caraça. Por me trazer de volta o esperar de que nossa terra pode ser outra coisa! Dividir as alegrias e as dores de ser de onde somos tem sido uma grande e desafiadora aventura!

Agradeço aos meus pais, pelo aprendizado de amar a natureza, a terra e tudo que brota dela. Também pelos lazeres que sempre me permitiram experienciar, desde a rua V, passando pela Serra até o mar. À minha mãe, Vitória dos Santos, agradeço por me ensinar a liberdade, a empatia e o altruísmo. Ao meu pai, José Hugo (Dida), obrigada por plantar a nossa roça, que é a semente do nosso futuro.

Às minhas irmãs, que são as mais lindas, Rinara Santos e Renata Hugo, por sermos cúmplices, pela nossa parceria, pelas viagens, bingos e aniversários, e sobretudo, pelo respeito às nossas diferenças. Obrigada por segurarem a barra nos muitos dias de dor e desalento que enfrentamos. Ri, obrigada por todos os fins de tardes na varanda, aguardando a lua e revisitando a nossa história. Rê, obrigada pelo cuidado constante, e por se fazer sempre presente de tantas formas. Ao meu irmão caçula, Leonardo Júnior, por me inspirar a construir um futuro seguro, diverso, afetuoso, amarelo, azul e branco.

Às outras cúmplices dessa e de outras jornadas passadas e das que ainda virão, Ana Lua Rodrigues, pelas simples e suaves coisas! A nossa amizade é lugar seguro, acolhedor, *cult* e muito divertido! Gal, pela delicadeza das artesanias, pelas comidas com sabor de amor e pelas tardes de domingo que antecediam o seu retorno ao Rio Doce. Ao Diego Menezes, agradeço por mostrar a coragem de ser real, mesmo em tempos de medo, e por dividir comigo as suas leituras interessantíssimas do mundo. Vocês são abrigo, calma e festa! A gente tem entrado nessa vida adulta juntas, com nossas limitações e crises, mas também com muita emoção e desfrute pelas conquistas de nossos caminhos.

Ao Raildo Santana, por construir comigo esse amor que é como uma mata que a todo tempo produz. Com Cambraia, Wesley e Pantera, nossas plantas e outros seres conviventes, construímos lares que são refúgios contra o mal, lugares de encontros e de bem viver, onde o mofo paralisante do cotidiano sempre se ilumina pelas ideias e planos de um futuro divino maravilhoso, mesmo que apocalíptico. Seu tempero, seu carinho, seu humor e seu cuidado se fizeram presentes durante a construção desta pesquisa, e por isso sou muito agradecida. A sua inteligência, sua técnica e criatividade foram parte do processo de escrita, e, por isso também, serei sempre grata.

Ao Nunes Fah Nunes que com sua sensibilidade e seu coração-mundo, agradeço por aceitar ilustrar essa pesquisa e por ser uma presença revolucionária em minha vida. Cada conversa nossa, durante esses dez anos de amizade, me transformam em uma pessoa melhor, mais aberta a perceber a beleza que nos circunda. Você é pura arte, pura luz! Eu te admiro e te celebro assim como faço com aquele céu estrelado da estrada de terra e com o mato verde de Dores de Guanhães!

Às moradoras e moradores de Catas Altas que me emprestaram suas histórias como quem confia sementes raras a uma jardineira iniciante, meus mais sinceros agradecimentos.

Por fim, agradeço ao Éder Ayres Siqueira, estimado historiador catas-altense que abriu sua sala e seus arquivos para esta pesquisa. Ao Daniel Rocha (Dejero), agradeço pela escuta acolhedora de minhas aflições, revolta e indignação durante a condução desta pesquisa.

Especialmente, agradeço as pessoas que atuaram na elaboração do Projeto da Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça, que construíram de forma voluntária uma quantidade enorme, diversa e qualificada de documentos: Diego Luiz Abris, Guilherme de Souza, Allaoua Saadi, Ana Bueno, Marcos Lamego, Rafael Teco, Rander Júnior e Ítalo Mendonça. Apesar das derrotas, do cansaço, e muitas vezes, da abdicação dos próprios sonhos e projetos de vida, vocês são história e inspiração.

*Minha terra não dorme em berço esplêndido
nem mais palmeiras
ou sabiás de frondosa memória.
Quintais e abacateiros
onde mais?*

*Cascalho ingrato
verte seu cio mineral pelos trilhos
da serra ao porto
num caminho homogêneo de eucaliptos.*

*A capelinha branca
encolhe-se em seus portais azuis
abalada pelo rumor das máquinas.
Os novos mineradores
olham com indiferença
esse ponto minúsculo da memória.*

*Um outro século
deixa escorrer resíduos
pelo rio cada vez mais anônimo e sujo
desprotegido de seu santo.*

*Atores dessa nova ordem
pragmática e econômica
avançam suas escavadeiras
pelas serras e minas abandonadas.
O ferro e o ouro não dormirão por muito tempo
nas grotas do Caraça, São Bento
Capanema, Catas Altas.*

*Arraiais viram acampamentos e
a verdura dos capões de mato, violentada
expõe um vermelho de poeira e desalento.
Roceiros de capacete adaptam-se à engrenagem
movida a dólar, diesel e aço.
Para esses sempre restarão
casas populares
e o angu com couve dos escravos.*

*Réquiem para a Serra do Caraça,
Regis Gonçalves*

RESUMO

Esta dissertação investigou os impactos da mineração e as suas relações com o lazer na Serra do Caraça, em Catas Altas, Minas Gerais, no contexto de uma região marcada por conflitos socioambientais com a atividade extrativista mineral. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou identificar as práticas de lazer de pessoas residentes em Catas Altas que experienciam as práticas de lazer junto a Serra do Caraça, os significados atribuídos a este espaço e as políticas públicas de lazer e proteção ambiental para a Serra do Caraça. A abordagem sobre a mineração adotada dialoga com as reflexões do pensamento crítico latino-americano sobre o setor mineral a partir das discussões sobre neoextrativismo e minero-dependência. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, de orientação participativa, integrando, de forma interdisciplinar, três diferentes eixos, sendo: 1) pesquisa bibliográfica, com revisão crítica de estudos sobre lazer, mineração e conflitos socioambientais; 2) pesquisa documental, com análise de legislações e normativas sobre políticas públicas de lazer, mineração e relatórios de impacto ambiental das empresas mineradoras atuantes na Serra do Caraça; e 3) trabalho de campo, realizado a partir de observação participante, entrevistas semiestruturadas com moradores locais e caminhada. Os resultados indicaram que, à medida que a exploração mineral se apropria dos elementos naturais da Serra do Caraça, representa ameaça a biodiversidade e intensifica desigualdades na distribuição de benefícios e danos ambientais, afetando a integridade e a qualidade ambiental deste espaço, seus usos, acessos e os significados atribuídos à Serra por moradores locais. Destacaram-se as tensões entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e direitos sociais. Observou-se que a mineração atua neste território como agente de poder dominante no campo político e simbólico. Os padrões encontrados nas narrativas sobre motivações, significados e conflitos relacionados ao território, revelaram ainda impactos na construção sócio histórica da paisagem, nas subjetividades, nos projetos de vida e na sociabilidade das pessoas praticantes. O lazer foi interpretado como um fenômeno que reafirma o pertencimento e fomenta estratégias de resistência e ação política. A conclusão aponta para os desafios da temática, destacando a necessidade de políticas públicas que priorizem a participação comunitária nos processos decisórios de governança territorial e ambiental. A transparência no uso de recursos oriundos da mineração e a integração entre preservação ambiental e práticas recreativas foram os principais desafios encontrados. Como perspectivas, a pesquisa destaca a importância de abordagens interdisciplinares e metodologias participativas e críticas para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos, propondo que os territórios minerados sejam repensados para além de espaços de reprodução da vida material, mas também como espaços de reprodução de modos de vida, de práticas culturais diversas, de socialização, memória e justiça ambiental.

Palavras-chave: Serra do Caraça; Catas Altas; Impactos da mineração; Lazer na natureza; Conflitos socioambientais.

RESUMEN

Esta tesis investigó los impactos de la minería y sus relaciones con el ocio en la Serra do Caraça, en Catas Altas, Minas Gerais, en el contexto de una región marcada por conflictos socioambientales con la actividad extractivista. Como objetivos específicos, la investigación buscó identificar las prácticas de ocio de los residentes de Catas Altas que experimentan actividades recreativas en la Serra do Caraça, los significados atribuidos a este espacio y las políticas públicas de ocio y protección ambiental para la región. La aproximación crítica sobre la minería dialoga con reflexiones del pensamiento latinoamericano, desde debates sobre el neoextractivismo y la minero-dependencia. La metodología adoptó un enfoque cualitativo y participativo, integrando tres ejes interdisciplinarios: 1) Investigación bibliográfica, con revisión crítica de estudios sobre ocio, minería y conflictos socioambientales; 2) Investigación documental, analizando legislaciones, normativas de políticas públicas de ocio, minería e informes de impacto ambiental de empresas mineras en la Serra do Caraça; 3) Trabajo de campo, mediante observación participante, entrevistas semiestructuradas con habitantes locales y recorridos. Los resultados indicaron que la explotación minera, al apropiarse de los elementos naturales de la Serra do Caraça, amenaza la biodiversidad y profundiza desigualdades en la distribución de beneficios y daños ambientales, afectando la integridad y calidad ambiental del espacio, sus usos, accesos y los significados atribuidos por la comunidad. Se destacaron tensiones entre desarrollo económico, preservación ambiental y derechos sociales. La minería actúa como agente de poder dominante en los ámbitos político y simbólico. Los patrones narrativos revelaron impactos en la construcción sociohistórica del paisaje, las subjetividades, los proyectos de vida y la sociabilidad de las personas. El ocio se interpretó como un fenómeno que reafirma el sentido de pertenencia y fomenta estrategias de resistencia y acción política. La conclusión señala desafíos clave: políticas públicas que prioricen la participación comunitaria en la gobernanza territorial y ambiental, transparencia en el uso de recursos mineros, e integración entre preservación ambiental y prácticas recreativas. Como perspectivas, se destaca la importancia de enfoques interdisciplinarios y metodologías participativas y críticas para abordar conflictos socioambientales. Propone repensar los territorios mineros no solo como espacios de reproducción material, sino también como lugares de diversidad cultural, socialización, memoria y justicia ambiental.

Palabras clave: Serra do Caraça; Catas Altas; Impactos de la minería; Ocio en la naturaleza; Conflictos socioambientales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de Conflitos da Mineração no Brasil (2024).....	33
Figura 2: Croqui do caminhar.....	41
Figura 3: Esquema gráfico das fases da análise das entrevistas.....	47
Figura 4: Mapa temático da análise das entrevistas	52
Figura 5: Localização da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)	59
Figura 6: Vista da Serra do Caraça a partir do Mirante da Pedra da Paciência, com destaque para os picos do Sol e do Inficionado, e para o Vale da Bocaina, Catas Altas (MG)	61
Figura 7: Mapa da Bacia do Rio Piracicaba (MG).....	64
Figura 8: Imagem oficial de Catas Altas (MG).....	75
Figura 9: Brasão do município de Catas Altas (MG).....	76
Figura 10: Mapa de distribuição espacial da população de Catas Altas (MG)	79
Figura 11: População cadastrada no CadÚnico no ano de 2025, em Catas Altas (MG).....	84
Figura 12: Notícia sobre construção do Parque Municipal Balneário do Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG)	94
Figura 13: Divulgação das modalidades esportivas ofertadas pela prefeitura de Catas Altas (MG).....	96
Figura 14: Localização da rede hídrica na Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	101
Figura 15: Cachoeira da Santa, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	102
Figura 16: Uso da Fonte de Água Quente para banho, Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG).....	104
Figura 17: Práticas de lazer na Lagoa do Bananal/Mosquito, no Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG).....	107
Figura 18: Localização das trilhas e rotas na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	109
Figura 19: QR Code para vídeo da equipe Catas Altas Runners.....	111
Figura 20: QR Code para vídeo do evento Catas Altas Vertical, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	113
Figura 21: 5ª Edição do Giro Entre Serras - Equipe BikÉGiro de Catas Altas (MG).....	115
Figura 22: Praticantes da equipe OffRóias, em Catas Altas (MG).....	116
Figura 23: Localização dos setores e vias de escalada, rapel e highline na Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	121
Figura 24: Reportagem notícia I Seminário Popular de Escalada em Catas Altas (MG).....	123
Figura 25: Registro da escalada de nativo na Via Sociedade Alternativa, Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	124
Figura 26: Praticante na linha de highline 4 elementos durante conquista, na Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	126
Figura 27: Reportagem “Conhecendo Catas Altas: Aventura e emoção marcam retorno ao Pico de Catas Altas”, do Jornal Verde Catas Altas	130
Figura 28: Aurora na Serra do Caraça, vista do Acampamento da Mancha, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	131
Figura 29: Práticas degradantes realizadas por campistas, no acampamento da Mancha, na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)	135

Figura 30: Trecho do antigo caminho entre a RPPN Santuário do Caraça e Catas Altas (MG)	139
Figura 31: Nuvem de palavras representando as motivações atribuídas às práticas de lazer na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)	141
Figura 32: Títulos minerários ativos na região da Serra do Caraça (MG)	160
Figura 33: Localização das minas e projetos minerários na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	163
Figura 34: Visão geral da Mina de Fazendão, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG) ...	165
Figura 35: Vista de pilha de estéril e cava da Mina de São Luiz, na Serra do Caraça, Morro D'Água Quente, em Catas Altas (MG)	170
Figura 36: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com vista para a Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	172
Figura 37: Escalador local na Serra do Caraça, com Mina de São Luiz ao fundo, Catas Altas (MG).....	174
Figura 38: Morador local praticando highline na Serra do Caraça, com cava de mineração ao fundo, Catas Altas (MG)	175
Figura 39: Flores amarelas no Parque Balneário do Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG)	177
Figura 40: Fragmentos do Sistema Minerário Boa Vista, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	179
Figura 41: Explosões na mina de São Luiz, na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)	180
Figura 42: QR Code para vídeo com reportagem do Jornal MG TV sobre “nuvem de poeira” em Catas Altas (MG).....	181
Figura 43: Trem da VALE S.A na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	185
Figura 44: Bicame de Pedras, localizado no povoado de Quebra-Ossos, em Catas Altas (MG)	187
Figura 45: Placas de sinalização na Lagoa do Mosquito, no Morro d'Água Quente, em Catas Altas (MG).....	196
Figura 46: Barragens e diques de contenção de sedimentos da Mina de São Luiz, da mineradora VALE S.A, em Catas Altas (MG).....	200
Figura 47: Espaço educativo da campanha “Aqui tem minério de ferro”, da VALE S.A, durante o 6º Festival Gastronômico Sabores do Morro de 2024, em Catas Altas (MG).....	212
Figura 48: Limite proposto para a Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)	224
Figura 49: Incêndios ocorridos em 2025 na Serra do Caraça em Catas Altas (MG)	228
Figura 50: Materiais gráficos de divulgação das caminhadas do Projeto Catas Altas em Movimento, em Catas Altas (MG)	240
Figura 51: Materiais gráficos de divulgação de corridas em Catas Altas (MG)	241
Figura 52: Divulgação e registro das atividades promovidas durante o Eco Inverno: Festival de Arte e Cultura (2017 e 2018), em Catas Altas (MG).....	242
Figura 53: Programação do Festival de Verão de 2025, em Catas Altas (MG).....	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações sociais das pessoas participantes das entrevistas	49
Quadro 2: Áreas de Proteção na Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	67
Quadro 3: Equipamentos públicos de lazer em Catas Altas (MG)	90
Quadro 4: Práticas de lazer nas águas da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)	100
Quadro 5: Práticas de lazer nas trilhas da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)	107
Quadro 6: Práticas de lazer nas rochas da Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	119
Quadro 7: Práticas de lazer nos picos e cumes da Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	126
Quadro 8: Sistematização das motivações atribuídas às práticas de lazer na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG).....	142
Quadro 9: Impactos da mineração e suas relações com o lazer na Serra do Caraça, Catas Altas (MG).....	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição do Valor Adicionado Bruto por setor produtivo no PIB de Catas Altas (MG).....	80
Gráfico 2: Composição do Valor Adicionado Bruto por setor produtivo (em mil reais), ao longo da série histórica (2002, 2010 e 2020) no PIB de Catas Altas (MG).....	81
Gráfico 3: Distribuição das empresas por classificação de atividade no ano de 2023, em Catas Altas (MG).....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição do Valor Adicionado Bruto por setor produtivo (em mil reais), ao longo da série histórica (2002, 2010 e 2020) no PIB de Catas Altas (MG)	81
Tabela 2: Distribuição dos postos de trabalho formal por setor produtivo no ano de 2023, em Catas Altas (MG).....	82
Tabela 3: Arrecadação da CFEM na série histórica (2004 a 2025), em Catas Altas (MG).....	86
Tabela 4: Arrecadação da CFEM na série histórica (2021 a 2025), em Catas Altas (MG).....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA - Avaliação de Impactos Ambientais

ANM - Agência Nacional de Mineração

APA - Área de Proteção Ambiental

APPs - Áreas de Preservação Permanente

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CA - Catas Altas

CadÚnico - Cadastro Único da Assistência Social

CBM - Campeonato Brasileiro de Motociclismo

CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CMDEDS - Conselho Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável

CODEMA - Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CRMG - Currículo Referencial de Minas Gerais

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DDM - Discurso do Desenvolvimento pela Mineração

ECUCA – Esporte Clube Unidos de Catas Altas

EFVM - Estrada de Ferro Vitória-Minas

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ENSP/FIOCRUZ - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz

FEAM/MG - Federação Estadual de Meio Ambiente do estado de Minas Gerais

FONASC.CBH - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas

FUMDEDS - Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável

GEE - Gases de Efeito Estufa

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEPHA/MG - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LOM - Lei Orgânica Municipal

LP - Licença Prévia

MDAQ - Morro D'Água Quente

MONAMUSC - Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça

MTB - *Mountain Bike*

MTPA - Milhões de Toneladas por Ano

NEPA - National Environmental Policy Act

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEBM -Plano de Ações de Emergência para Barragens de Mineração

PCAs - Práticas Corporais de Aventura

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

QR Code - Quick Response Code

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

ROM - *Run-of-mine*

RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural

RPPNSC - Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário do Caraça

S.A - Sociedade Anônima

SC - Serra do Caraça

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

SIAM - Sistema Integrado de Informação Ambiental

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUPPRI/MG - Superintendência de Projetos Prioritários do Governo do estado de Minas Gerais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC - Unidade de Conservação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

VAB - Valor Adicionado Bruto

VAF - Valor Adicionado Fiscal

VK - *Vertical Kilometer*

SUMÁRIO

PRÓLOGO	21
1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Metodologia	34
2 A SERRA DO CARAÇA E A CIDADE	57
2.1 A Serra do Caraça.....	58
2.2 A cidade de Catas Altas.....	69
3 PRÁTICAS DE LAZER NA SERRA DO CARAÇA	98
3.1 Nas águas	100
3.2 Nas trilhas	107
3.3 Nas rochas.....	119
3.4 Nos picos e cumes	126
3.5 Motivações para as práticas de lazer na Serra do Caraça	141
3.6 Significados da Serra do Caraça.....	148
4. MINERAÇÃO NA SERRA DO CARAÇA	155
4.1 As minas na Serra do Caraça em Catas Altas.....	158
4.2 Impactos da mineração e suas relações com o lazer na Serra do Caraça	166
4.2.1 Qualidade ambiental.....	168
4.2.2 Acesso à Serra do Caraça	190
4.2.3 Governança ambiental	202
5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER PARA A SERRA DO CARAÇA.....	231
6. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA DO LAZER EM TERRITÓRIOS COM MINERAÇÃO	245
REFERÊNCIAS.....	247
APÊNDICE A — Pesquisa documental: Políticas públicas de lazer de Catas Altas (MG) ..	273
APÊNDICE B — Pesquisa documental: Estudos e relatórios de impacto ambiental dos projetos de mineração analisados	279
APÊNDICE C — Instrumento de pesquisa de campo: Roteiro para entrevista semiestruturada	281
APÊNDICE D - Análise Temática das entrevistas: Lista de códigos	284
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	287
APÊNDICE F - Sobre as ilustrações	289

PRÓLOGO

Catas Altas, 26 de setembro de 2024

Serra,

Preciso lhe confessar: faz um tempo que venho nutrindo um desejo de ser rio. Um rio desses que nasce no alto de uma serra. E se me fosse permitido escolher, eu ficaria muito feliz em nascer como rio em você. Talvez esse desejo de ser rio seja um anúncio dos alguns anos percorrendo lugares onde eu não pude fluir, tomando coragem e avaliando a vida, se me cabia, se eu poderia transbordar, se eu secaria.

Tenho agora a necessidade de lhe dizer, como uma ação terapêutica, sobre você ter ocupado o meu horizonte e o meu pensamento por tantos anos. E preciso lhe confessar que acredito que me encontro em estado de busca da cura. Se não da cura, de um alívio dessa ansiedade, dessa tristeza, dessa angústia. Preciso dividir com você minhas memórias e meus caminhos percorridos, conscientes e inconscientes, para quem sabe, compreender de onde vem essa dor que aperta quando olho para você hoje. Assim, quem sabe, poderei seguir outros caminhos.

Fato é que, durante a minha infância, e ainda de longe, para mim você não passava de uma gigante azulada. Era somente o azul, o azul e o verde. Na verdade, não digo que todos os dias você estava lá, sendo uma gigante azul e verde. Não eram todos os dias iguais, muito pelo contrário. Você estava sempre lá, é verdade, na sua condição inexorável de montanha, mas sempre diferente. Tanto que, em alguns dias, você magicamente parecia não estar. Nos dias de inverno mesmo, quando eu saía cedo para a escola, eu me perguntava aonde é que você ia, ou se você ainda não tinha acordado. Não sabia se seu sumiço era só preguiça, ou se você estava a espera do sol para lhe aquecer, para, então, aparecer ali pela hora do almoço. Mas, logo eu me alegrava, pois você se mostrava, e ainda vinha de caso combinado com o céu, de um azul impecável, que eu gosto de nomear de azul-de-inverno-perfeito-da-Serra-do-Caraça.

Outros dias, você se mostrava acompanhada por muitas nuvens, ora cinzas, ora branquíssimas. Me recordo de nuvens que a faziam dividir-se em duas, três... pois elas lhe pregavam peças, lhe jogavam nas sombras, ora te escondiam a tua parte baixa, ora te retiravam teus cumes, teus picos. E havia nuvens que você só convidava ao fim da tarde, essas eram em tons de laranja, amarelo e roxo. Eu via isso como uma festa, pareciam lhe enfeitar, vocês

pareciam se divertir. Como me esquecer dos dias que você aparecia no horizonte, feito dia de carnaval, como purpurina, brilhante? Posso jurar que você dançava, tal qual nuvem cigana. Era assim sempre depois de receber águas da chuva.

E por falar em chuva... via-te a brincar de se esconder em dias de tempestade. Dias que viravam noites. Ah, sempre foram meus dias-noites preferidos para admirá-la! Os relâmpagos revelavam apenas o seu contorno, seus traçados, entre flashes, os raios lhe cruzavam, como se você fosse um portal entreaberto que conectava a terra ao céu. Em dias de tempestade a cidade faltava luz, e você era a única miragem possível, que reluzia entre um relâmpago e um raio. E quando a tempestade passava e amanhecia, havia a possibilidade de olhar para outros lados, para outras coisas, mas era impossível olhar para outra coisa! Jorravam de suas entranhas águas volumosas, velozes, barulhentas - sim, barulhentas! Era possível fechar os olhos e ouvir o som das águas (talvez desde sempre fora esse som permeando a imaginação-desejo de ser uma das águas tuas). Imagino que agora você deva sentir muita saudade dessas águas...

Eu sempre admirei esse seu par com a chuva. Para mim, vocês sempre foram melhores amigas, companheiras, amantes. Pensava que a chuva lhe trazia de presente nascentes, cachoeiras, pássaros, flores, lhe pintava de verde. Alguns desses presentes eram efêmeros, duravam o tempo de horas, outros, sustentavam dias e gentes que eu só fui descobrir muito depois.

É deveras já antiga a nossa história. E só agora, em razão dessa ideia de lhe ter como foco de uma investigação, tenho revirado a minha memória. Quanto de mim tem a ver contigo?

Já mais crescida, fui aproximando o meu corpo do seu. Eu já estive por tantas vezes bem em frente a ti, trilhando suas matas, dormindo em tuas rochas, nua em suas águas e envolvendo-te em meus segredos. Você era um lugar confortável e seguro de estar. Era expressão da liberdade e da coragem. Da minha revolta, do *rock* e do *reggae*. Até quando encontrava suas selvagens serpentes, como a cascavel e a caninana, que bem sei que guardas e protege, eu me admirava.

Foram quantas primeiras vezes contigo? A primeira vez que subi em um dos teus picos, como lhe agradecer por me suportar a quase dois mil metros de altitude? Como esquecer a primeira paixão que cresceu dentro de ti, no mágico Santuário do Caraça?! Me apaixonei por um garoto que era apaixonado por você! E desconfio que foi justamente por isso que me apaixonei por ele. Acho que queria saber tudo que ele sabia sobre você. Não continuamos namorados devido aos rumos que a vida segue, mas você nos fez, cada um em seu caminho, cientistas. Aposto que feitiço seu!

Conheço algumas outras pessoas que se apaixonaram por você, e vivem de falar sobre ti. Coisa de feitiço. Talvez pela presença de tantos lobo-guarás, de calda mágica, de olho mágico. Fora todos os chocalhos de cascavel, cores de corais, plantas de cura. É claro! Só pode ser coisa de Aroeira... ou talvez seja o efeito das orquídeas e das bromélias, de paixão e encanto. Você é uma feiticeira mágica por vocação, pois tens todos os ingredientes.

Quando fui estudar em Ouro Preto, passei a ver-te mais distante, através das janelas, pelas estradas. Pela MG 129, ansiava por chegar na Vila Samitri, só para poder contemplar-te. Ali, mesmo há quilômetros de casa, já me sentia em casa. Ficava ansiosa com as demoradas pausas que o ônibus fazia em Santa Rita Durão, porque atrasava nosso encontro. Mas de lá, você já surgia sempre acolhedora, como quem me dissesse que eu poderia ir com calma, com o coração aquietado.

E foi mais ou menos nessa época que eu comecei a subir outras montanhas, outras serras. E era uma bubiça só. Acho que eu só subia para poder te localizar. Assim que o fazia, não me cabia de emoção, já até me meti em briga, teimando que eras a maior de Minas. Tudo para lhe exaltar, lhe retribuir, com títulos e medidas, a grandiosidade que és para mim.

Alguns anos depois, quando debandava de Belo Horizonte rumo a ti, no trem, buscava os seus cumes, e dizia com muita emoção e orgulho a quem quer que fosse que estive por perto: “olha lá, é a Serra do Caraça!”. Não sei se de tão longe você me via, me ouvia, mas eu lhe dizia que estava chegando. Foi a época que eu mais lhe apresentei pessoas. Era uma regra minha, uma espécie de teste. Era preciso que todas as minhas amigas e afetos lhe conhecessem. Fui guia e cupido em seu solo.

Mas faz alguns anos que tudo começou a mudar. Já não vejo mais o verde em seu entorno, e já não evidencio mais a sua grandeza. Quando eu te vejo no horizonte tenho medo de me aproximar, sempre penso que vou encontrar algo doloroso. É bem provável que minhas experiências com outras montanhas, com outros rios, com outros campos e gentes devastadas pela mineração tenham me deixado mais triste, tenha fatigado por demais as minhas retinas, como disse um poeta amante das montanhas.

As estradas que me levam até você estão muito cheias de carros, de caminhões, tem mais poeira, tem mais gente morta, tem mais notícia triste. Quando eu levo gente pra te conhecer, dano a falar de coisas ruins. As pessoas já não lhe veem com tanto encanto, já não querem banhar nas tuas águas geladas, e veem em ti mais problemas do que belezas, sentem pena. Assim como eu...

Mas, nesses últimos dias, muita gente me convenceu a olhar-te com mais esperança. Tenho conhecido outras pessoas que querem o seu bem, que desejam a sua integridade, mesmo

apesar das forças que querem que você seja repartida. Gente que quer brincar nas suas águas, rir nas suas trilhas, comungar da sua beleza.

Faz um mês que vejo você em chamas, que respiro suas cinzas, e isso, mais uma vez, me destrói. Enquanto você arde, vejo passar vagões carregados com seus minérios, seguindo alheio, te deixando para trás, com as entranhas abertas. Mas não é novidade toda essa história. Já faz séculos que você abriga gente e abriga máquina. E sei também que nós, gente, não somos nem um bocado da sua história. E, eu quero me convencer que você vai seguir seu eterno recomeço, seus processos de adaptação e transformação. Sei que tem uma inteligência em seus seios que não concebo. Quero aprender contigo essa força de recomeçar, de ser ciclo, de ser vida, de ser rio.

Com amor,

Karolina.

1 INTRODUÇÃO

As intervenções humanas no meio ambiente, sobretudo a partir da Revolução Industrial (século XVIII), consolidaram um paradigma desequilibrado de exploração dos elementos naturais no sistema-mundo. Na contemporaneidade, diversas literaturas propõem analisar o tempo presente a partir do termo “antropoceno”, que pressupõe que a ação humana seja a força dominante nas transformações planetárias, sendo responsável por uma nova era geológica, sucedendo o Holoceno, iniciado há cerca de 12 mil anos (Crutzen e Stoermer, 2000). Apesar da falta de concordância sobre a mudança de era geológica entre a comunidade científica global, o antropoceno é utilizado para sustentar diferentes evidências científicas que demonstram alterações irreversíveis na biodiversidade e nos ciclos biogeoquímicos do planeta terra (Rockström *et al.*, 2009). Cenário que nos indica que a governança ambiental global emerge como um imperativo.

Propostas e pactos políticos e governamentais, como o Relatório *Brundtland: Our Common Future* (ONU, 1987), que estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável como equilíbrio entre progresso econômico, equidade social e preservação ecológica, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o Acordo de Paris (ONU, 2015), apesar de buscarem mitigar impactos das ações antrópicas sobre o meio ambiente, enfrentam contradições inerentes ao próprio sistema capitalista. Soluções propostas frequentemente reforçam o modelo que origina a crise ambiental: a transição para energias limpas, por exemplo, demanda mineração em larga escala, perpetuando ciclos de exploração econômica de elementos da natureza (Bridge, 2004). Essa dinâmica expõe, portanto, que a crise não é da humanidade em abstrato, mas do sistema econômico capitalista que converte natureza em mercadoria, acelerando a transgressão dos limites ecológicos (Moore, 2016).

Assim, o modelo de desenvolvimento econômico predominante nas sociedades modernas está intrinsecamente associado ao extrativismo intensivo e extensivo de elementos extraídos da natureza, como combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás natural; e minerais estratégicos, como ferro, níquel e lítio, de forma que a manutenção das infraestruturas econômicas, energéticas e tecnológicas a partir deste modelo, desencadeiam crises e problemáticas socioambientais, configurando-se como um dos principais fatores de degradação ambiental e desigualdade social em diferentes territórios do planeta (Gudynas, 2020).

No contexto do Sul Global, onde o Brasil se situa, a apropriação física da natureza por projetos econômicos extrativistas reforça relações históricas de dependência econômica das nações periféricas em relação às nações centrais do capitalismo (Marini, 2005; Svampa, 2019). Além disso, esse contexto configura a imposição de um modelo de desenvolvimento que frequentemente desconsidera a soberania de povos e nações, subjugando especificidades culturais, sociais e ambientais locais. Observa-se que projetos de ocupação capitalista do espaço estão comumente associados às contradições em relação aos valores culturais, saberes, conhecimentos e modos de vida de populações locais, que, por consequente, experienciam novas formas de organização espacial, o que (re)estrutura os territórios em torno de uma rede global de produção (Santos, 1999; Santos 2011; Henderson *et al.*, 2011). Essas características acentuam conflitos entre diferentes grupos de interesse e apresentam-se como um desafio para a efetivação da proteção de áreas naturais e de direitos fundamentais, como o direito ao meio ambiente equilibrado, à saúde e ao lazer.

Respalado por convenções e legislações nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), o lazer é um direito social e, portanto, compreendido para além de uma dicotomia entre tempo livre e tempo de trabalho, sendo pressuposto da cidadania, parte do cotidiano e elemento essencial à qualidade de vida (Gomes; Isayama, 2015). O lazer é, pois, um fenômeno complexo, produtor e reproduzidor da cultura, que entrelaça as dinâmicas sociais, culturais e ambientais em relação dialógica com o contexto em que ocorrem, permitindo a sua contínua ressignificação (Gomes, 2003). Contudo, sua recorrentemente associação à visão utilitarista e a variáveis econômicas, históricas e culturais hegemônicas, marginaliza suas contribuições para o desenvolvimento humano e social e a sua potencialidade associada a discussões críticas sobre a preservação da natureza e dos ecossistemas (Rechia, Gonçalves e França, 2018).

Na contemporaneidade, a “redescoberta da natureza”, impulsionada pelos movimentos de proteção e valorização ambiental, se alinha ao reconhecimento de saberes tradicionais e a busca de reconexão por meio de práticas de lazer em ambientes naturais (Santos, 1994; Bruhns, 2007). Todavia, quando se coloca em evidência o termo natureza, existe uma diversidade de perspectivas, representações e entendimentos acerca de seus sentidos e significados, uma vez que estes são condicionados aos sistemas culturais, sociais e econômicos onde se expressam, em diferentes temporalidades. Concepções sobre este tema transcendem, pois, a objetividade, adentrando o campo subjetivo e inviabilizando uma definição abrangente. Além disso, o termo

tornou-se objeto de disputas narrativas, intensificadas pela iminência de conflitos socioambientais e pela urgência das discussões sobre mudanças climáticas e seus impactos globais.

A noção de natureza adotada nesta pesquisa parte do pressuposto de que ela é ao mesmo tempo, as condições físicas dos espaços onde vivemos e a sua construção sensorial, imaginativa e afetiva, o que percebemos e construímos como paisagem. Em outras palavras, é “o conjunto de tudo quanto existe e é percebido pelos humanos como o meio e o ambiente no qual vivem” (Chauí, 2000, p. 367). Nesse sentido, quando discutimos sobre o lazer como manifestação da cultura, não operamos com uma lógica binária onde a natureza é concebida como externa, passível de dominação e subordinada à racionalidade instrumental humana. Sob tal perspectiva, a natureza é despojada de agência, é reduzida a mero recurso utilitário para o crescimento das sociedades, justificativa frequente para exploração intensiva e degradação ambiental. Como aponta Chauí (2000), essa visão cartesiana e iluminista, que enaltece o domínio da razão sobre o mundo natural, reforça a ideia de que a natureza deve ser explorada em nome do progresso e de um pretense modelo civilizatório.

É sob essa lógica que a mineração, inserida na geopolítica neoliberal, é compreendida no contexto latino-americano por meio da categoria analítica do neoextrativismo. Este conceito evidencia como territórios ricos em minerais, e frequentemente associados à “maldição dos recursos naturais” ou à “maldição da abundância” (Acosta, 2009; Gudynas, 2015; Svampa, 2019), são transformados em espaços especializados na exportação de natureza, como se possuíssem uma suposta “vocação natural” para a atividade mineradora (Svampa, 2019).

As noções de abundância mineral e de voca o natural para a atividade extrativa reforçam narrativas que propagam o progressismo¹, o desenvolvimentismo² e a reprimariza o

¹ O progressismo caracteriza-se como uma corrente política latino-americana associada a governos de esquerda do século XXI. Originou-se como resposta ao neoliberalismo, priorizando políticas sociais redistributivas e de inclusão social. Entretanto, para Wanderley (2017), Medeiros (2020) e Gudynas (2021), este modelo   paradoxal por manter alianças com setores extrativistas, como o agronegócio e a minera o, reproduzindo modelos de desenvolvimento baseados na exporta o de commodities. Essa dinâmica gera conflitos socioambientais, marginaliza lutas pela prote o da natureza, coopta e institucionaliza movimentos sociais, coletivos indígenas, ambientalistas e anticoloniais que defendem modos de vida alternativos, o que limita transforma es estruturais.

² “Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produ o e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a supera o de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista” (Fonseca, 2014, p. 59).

das economias latino-americanas³ como supostas saídas para crises e como caminho único para a estabilidade econômica e para o bem-estar social (Fonseca, 2014; Gudynas, 2021; Wanderley, 2017; Medeiros, 2020; Sawaya, 2023). Essas narrativas intensificam-se ao considerarmos as alianças entre empresas privadas, integradas ao sistema financeiro global e governos locais de distintas orientações ideológicas. Além disso, incentivos fiscais concedidos a regiões mineradoras no Brasil, como as receitas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)⁴, tendem a fomentar uma especialização produtiva centrada no extrativismo mineral (Trocarte e Coelho, 2020).

Alianças e configurações de poder estruturadas em torno do neoextrativismo, alimentam “certo imaginário social sobre a natureza e suas benesses” (Svampa, 2019, p. 21), contudo, o que se observa é uma quantidade crescente de extração de matérias-primas e energias, seguidas, evidentemente, por recordes de lucros das empresas obtidos, conseqüentemente, a partir da apropriação intensiva de recursos hídricos; supressão de vegetação e desmatamento; poluição; e contaminação por resíduos e rejeitos da atividade extrativa. Com efeito, o setor ainda transforma moradores e moradoras que vivem nas proximidades desses empreendimentos em pessoas atingidas, uma vez que são inúmeros os desastres e impactos na qualidade de vida da população onde os empreendimentos extrativos se inserem (Svampa, 2019).

A mesma lógica que subjuga a natureza como “coisa” a ser dominada também oprime grupos humanos, historicamente marginalizados e estereotipados pela colonialidade⁵, como

³ A reprimarização das economias latino-americanas refere-se a um processo histórico de subordinação e reprodução de estruturas extrativistas que priorizam exportações de matérias-primas/*commodities* em detrimento da industrialização autônoma e endógena. No contexto neoliberal, os Estados atuam como agentes ativos nesse processo ao reforçar a lógica centro-periferia, aprofundando a especialização produtiva de elementos/recursos naturais e consolidando a dependência externa, sustentada por capitais transnacionais e relações desiguais de troca (Sawaya, 2023).

⁴ A Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) é um dispositivo estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 20, parágrafo 1º), que trata de um tributo destinado a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades da administração federal, como forma de compensação financeira pela exploração econômica de minerais extraídos de suas jurisdições. Essa contribuição atua como contrapartida pela utilização comercial de bens minerais pertencentes à União, garantindo repasses aos entes federativos afetados pela atividade mineradora.

⁵ Colonialidade, conforme definida por Quijano (2014), configura-se como um elemento constitutivo específico do sistema mundial de poder capitalista. Baseada na imposição de uma classificação racial e étnica hierárquica, atua simultaneamente nas dimensões materiais e subjetivas da existência social, permeando tanto o conhecimento quanto as estruturas de poder. Esse conceito sustenta mecanismos como a perpetuação do patriarcado, a expropriação contínua de terras e elementos naturais, o controle decisório por elites, a degradação ambiental e a extração predatória de bens naturais. Além disso, reforça a marginalização de culturas originárias, legitimando preconceitos raciais e normas sociais discriminatórias voltadas ao “outro” ou ao “diferente”. Sua operação, portanto, estrutura desigualdades históricas e simbólicas, consolidando hierarquias coloniais mesmo após o fim formal dos colonialismos (Quijano, 2014).

primitivos ou atrasados por manterem relações outras, não instrumentais, com a natureza (Ribeiro, 1995; 2014; Solón, 2019, Gudynas, 2023). De tal sorte, o modelo neoextrativista encontra desafios e contradições ao se deparar com formas autônomas de organização de territórios que postulam um desenvolvimento alternativo e endógeno.

A reorganização de dinâmicas sociais, territoriais e políticas conflitantes com lógicas hegemônicas é discutida, por exemplo, no âmbito dos estudos sobre multiculturalismo perspectivista, teoria que entende que “as relações com a natureza não são nunca, tratando-se de sociedades humanas, relações naturais, mas relações sociais” (Viveiros de Castro, 2008, p. 126). Isto porque “a natureza não é ‘natural’, isto é, passiva, objetiva e neutra, tampouco, os seres humanos têm o monopólio da posição de agente e sujeito” (Viveiros de Castro, 2008). Em diálogo com essa perspectiva, surge a possibilidade de ampliar os olhares para contrapontos entre a conformação espacial de ambientes naturais, a presença da mineração e as práticas de lazer.

Ao admitirmos que o lazer é um fenômeno dialético e dialógico, é possível reconhecer que “a mesma sociedade que o gerou e que exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores” (Marcellino, 2001, p. 47). Essa abordagem permite discutir o lazer por meio de dinâmicas sociais que envolvem a (re)produção e (re)construção de significados culturais, que mantêm relações com a defesa e o exercício da cidadania (Gomes e Elizalde, 2012) e com a contestação e tomada de consciência crítica frente a desafios e contradições do cotidiano (Bahia, 2014; Marinho, 2007).

Estudos no campo destacam que o lazer na natureza, em sua diversidade de manifestações e práticas, como as esportivas e de aventura (Marinho, 2004; Dias; 2009), lúdicas (Santin, 1994; Gomes, 2010), e de observação e contemplação (Carvalho, 2014), podem contribuir para a construção de uma postura pró-ambiental (Dias, 2007; 2009) e para o despertar de novas sensibilidades e atitudes (Schwartz, 2002; Bruhns, 2003; Rechia, 2004; Marinho, 2004, Bruhns e Marinho, 2012). Além disso, o lazer pode contribuir para a “valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo de uma cidade” (Bahia, 2014, p. 316).

Nesse sentido, cabe nos perguntar como o lazer é experienciado em contextos de territórios com a pressão da economia extrativa mineral. Qual o efeito desta atividade sobre as práticas de lazer das pessoas moradoras no entorno desses empreendimentos? Como são os processos de significação desses espaços, tendo em vista as situações de conflito em relação

aos elementos da natureza? Como os territórios são organizados pelo ordenamento público para regular as diferentes apropriações dos elementos naturais, por diferentes sujeitas e instituições?

Considerando esta ambiência, o objetivo desta pesquisa é compreender os impactos da mineração no lazer na Serra do Caraça, localizada no município de Catas Altas, Minas Gerais.

Neste estudo, compreendemos impactos como os efeitos ou alterações nos sistemas ambientais e sociais causados pela interação ou pela totalidade dos estressores antrópicos (ação, atividades e projetos econômicos) derivados da mineração, ocorridos no passado, no presente ou previsíveis no futuro (Oliveira, 2008). Embora reconheçamos que eventos naturais também possam desencadear mudanças ambientais, buscamos correlações entre a presença da atividade mineradora e as afetações aos fatores ambientais e sociais valorados pela comunidade residente nos espaços de reprodução da vida das práticas de lazer.

Como objetivos específicos, buscamos: 1) identificar as práticas de lazer de pessoas residentes em Catas Altas, na Serra do Caraça; 2) compreender os significados atribuídos à Serra do Caraça pelas pessoas residentes; 3) levantar os impactos da atividade mineradora e a suas relações com as práticas de lazer identificadas; 4) analisar os conflitos socioambientais em torno das atividades de mineração, relacionando-os ao lazer na Serra do Caraça; e 5) discutir sobre as políticas públicas relacionadas ao lazer na natureza e à conservação ambiental da Serra do Caraça.

O município de Catas Altas localiza-se na região central do estado de Minas Gerais, a 118 km de distância de Belo Horizonte, capital do estado. Sua ocupação remonta ao final do século XVII, iniciada em 1694, e sua fundação oficial ocorreu em 1703, ainda como um arraial, sendo a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Catas Altas do Mato Dentro datada de 1718, à época, pertencente ao termo da Vila do Carmo, atual cidade de Mariana (Souza, 1998; IBGE, 2023; Santos, 2018).

A etimologia do seu nome indica que sua fundação está relacionada à extração mineral, sendo “catas” uma palavra utilizada para denominar escavações em formato de funil que se aprofundam no solo seguindo o curso das camadas de ouro (Reis, 2007). Esse método de exploração de ouro, onde era necessário retirar o solo até se encontrar o depósito mineral, se associava a outros sistemas minerários de exploração, como as minas subterrâneas, realizadas pela abertura de galerias estreitas e sinuosas que acompanhavam a formação do veio do ouro; os canais para escoamento dos minerais através da força da água, desviadas de cursos de água ou da chuva; e as grupiaras ou talhos abertos, caracterizadas pela retirada do ouro nas encostas dos morros com o apoio de desmonte hidráulico (Azevedo *et al.*, 2012). Assim, o topônimo Catas Altas sintetiza a convergência entre técnica e geografia: as catas eram realizadas em

áreas de relevo acentuado na Serra do Caraça, seguindo o curso dos córregos no sentido de suas cabeceiras.

A escolha da Serra do Caraça, em Catas Altas, como objeto desta pesquisa justifica-se por sua condição de área sob influência direta e indireta de projetos extrativistas, os quais conformam um território emblemático para a análise das interações entre dinâmicas minerárias e transformações nas estruturas ambientais e comunitárias, sobretudo no que tange às práticas sociais de lazer. Além disso, a Serra do Caraça é um espaço onde experienciei diversas práticas de lazer, a partir das quais construí vínculos sociais e afetivos com a comunidade de Catas Altas, local que residi por muitos anos e onde reside parte de minha família. A partir da convivência cotidiana neste território, fui sendo afetada por diferentes estímulos e construindo reflexões sobre a sua conformação social, cultural e política, e sobre as formas de uso e ocupação da Serra do Caraça, reflexões que busco desenvolver através desta pesquisa.

A Serra do Caraça pertence à região do Quadrilátero-Aquífero-Ferífero⁶, que, a partir do final do século XVII, mobilizou “viagens exploratórias, bárbaras e de perfil quase medieval” em busca de riquezas minerais (UNESCO, 2017, p. 26). No presente, mantém-se como um território estratégico de exploração mineral, consolidando-se como uma das principais províncias de minério de ferro do mundo. A região apresenta relevo acidentado, com serras e vales também moldados pela atividade extrativa, exibindo grandes cavas a céu aberto e complexos industriais de beneficiamento e escoamento de minerais, desencadeando intensos fluxos transnacionais de trocas comerciais.

A Serra é considerada “uma das áreas com maior concentração de rochas ferruginosas e escassa presença de minas, o que sugere ser a última grande fronteira para a exploração ferífera no Quadrilátero Ferífero” (Rodrigues, 2024). Entretanto, a mineração praticada no passado na Serra do Caraça, especialmente em Catas Altas, deixou legados ambientais críticos, como assoreamento de rios e supressão de vegetação nativa, agravados por projetos de grande

⁶ Esta região é também denominada de Quadrilátero-Ferífero, principalmente a partir de abordagens da mineralogia e da geologia, entretanto, devido à perspectiva abordada nesta pesquisa, que busca compreender a Serra para além de suas potencialidades minerais, o termo Quadrilátero-Aquífero-Ferífero é utilizado. Nos últimos anos diversos estudos sobre essa região, realizados a partir de uma perspectiva da história natural, da conservação e da proteção ambiental, se destacam, entre eles: “Serra do Gandarela: possibilidade de ampliação das unidades de conservação no Quadrilátero Ferífero-MG (Lamounier, Carvalho e Salgado, 2011); e “Caracterização hidrogeológica do aquífero Cauê, Quadrilátero Ferífero, MG” (Mourão, 2007); “Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferífero-Aquífero de Minas Gerais (Projeto Campanha Água Vale Mais que Minério, 2018); “Mineração e crise hídrica em Minas Gerais: Quadrilátero Ferífero/Quadrilátero Aquífero (Figueiredo, 2021); “A segurança hídrica de Belo Horizonte e dos municípios vizinhos e sua dependência dos aquíferos do Quadrilátero Ferífero (Oliveira, 2022). Atualmente, a região integra, totalmente ou parcialmente, um total de 35 municípios, sendo 16 deles na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com uma população estimada em 4.135.951 pessoas (IBGE, 2023).

escala na atualidade. Esses projetos colocam em risco a riqueza geológica, botânica e zoológica presentes na Serra, assim como ameaçam as relações ecológicas, a biodiversidade, e a diversidade de usos e apropriações deste espaço pela comunidade local (Soares, 2021).

A mineração praticada na Serra do Caraça segue o modelo exploratório do estado, assim como o da América Latina e de economias inseridas na periferia do capital, mantendo-se arraigada à lógica colonial que promove a exploração predatória da natureza. Essa dinâmica não só acentua desigualdades socioeconômicas, como também reconfigura a produção e a reprodução material, fragmentando e alienando territórios e experiências sensoriais, culturais e sociais. O resultado é uma “a construção ideológica tecnicamente sofisticada, que abstrai a co-presença e conduz à acomodação incondicional aos objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional” (Ribeiro, 2005, p. 267).

Neste contexto, entende-se que a Serra do Caraça, em Catas Altas, é permeada por um conflito socioambiental, no qual a população local enfrenta impactos ocasionados por projetos econômicos que geram privação e/ou risco aos direitos sociais, à condição socioambiental e às práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e do espaço vivido (Zhourri e Laschefski, 2014). Queiroz (2016), ao realizar uma pesquisa sobre o protagonismo de mulheres no enfrentamento à atividade mineradora em Catas Altas⁷, nos ajuda a compreender que a dinâmica de poder em Catas Altas é assimétrica ao apresentar uma fala de uma interlocutora, moradora local, que afirma: “nós (a comunidade local) não avançamos nem um metro, nem um milímetro em relação à mina. A mina que está avançando em relação a nós. A mina está nos engolindo, entende?” (Queiroz, 2016, p. 39).

Essa realidade é corroborada por denúncias documentadas construídas junto a comunidade local por movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Um desses documentos é o Dossiê-Denúncia Direitos Humanos e Mineração na região do Caraça (Vieira, Guimarães e Siqueira, 2021), que aponta que os danos provocados pela mineração na Serra do Caraça são multifacetados, sendo identificados danos relacionados aos meios físico e biótico (fauna e flora), social e cultural. É importante destacar que esse Dossiê-denúncia também indica danos diretos ao uso e circulação em áreas naturais, como cachoeiras, lagos e picos utilizados

⁷ Ressaltamos que a referida pesquisa, intitulada “Gênero, território e mineração: um estudo sobre o protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D’Água Quente, Catas Altas”, (2016), embora tenha como objetivo a análise da relação entre protagonismo feminino e conflitos socioambientais, foi a única bibliografia encontrada que enfoca os conflitos socioambientais enfrentados pela população residente de Catas Altas a partir de uma metodologia participativa. A dissertação possui uma abordagem feminista e crítica em relação ao modelo mineral praticado na localidade, e conclui que as mulheres moradoras do distrito do Morro D’Água Quente, principal localidade afetada pela mineração em Catas Altas, são protagonistas nas negociações e mobilizações críticas ao poder público e às empresas mineradoras neste território (Queiroz, 2016).

pela população local e também turistas para práticas de lazer (Vieira, Guimarães e Siqueira, 2021).

No mesmo sentido, o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC.CBH) alerta para a pressão da atividade mineradora sobre o território e os recorrentes incêndios que tomam a Serra do Caraça e alteram significativamente a sua cobertura vegetal, representando ameaças às dinâmicas culturais locais, como o ecoturismo, e à segurança hídrica das comunidades que dependem dos recursos hídricos da Serra do Caraça (FONASC.CBH, 2019).

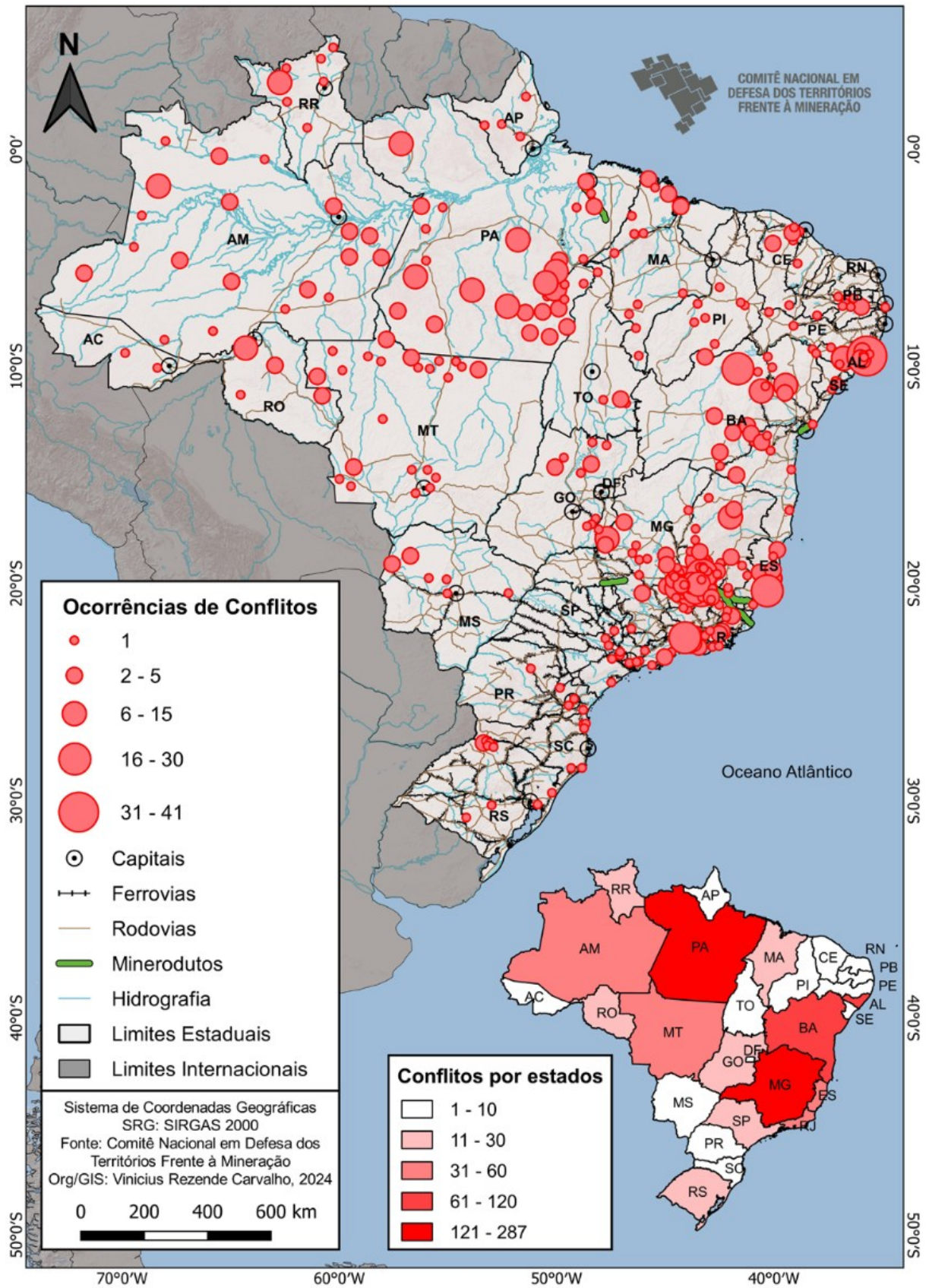
A dimensão sistêmica do conflito é também evidenciada pelo Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Fio Cruz (ENSP/FIOCRUZ, 2024), que apresenta inúmeros conflitos socioambientais enfrentados pela população de Catas Altas contra a atividade minerária extensiva no município, pelo menos desde o ano de 2007. Dentre eles: assoreamento e poluição de cursos hídricos; desmatamento; queimada; erosão do solo; irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental; invasão e dano à área protegida ou unidade de conservação; e poluição do solo. Além desses, há danos à saúde por meio de acidentes de trabalho e doenças não transmissíveis, respiratórias e psicossociais, condições que indicam piora na qualidade de vida da população local (ENSP/FIOCRUZ, 2024).

Cabe ressaltar, ainda, que os conflitos apresentados não são fatos isolados da Serra do Caraça. Segundo o Relatório Anual do Mapa de Conflitos da Mineração no Brasil (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2025)⁸, o país registrou, no ano de 2023, 901 ocorrências de conflitos envolvendo a atividade mineradora em 786 diferentes localidades, atingindo cerca de 2.810.230 milhões de pessoas. Minas Gerais foi o estado que mais concentrou conflitos, registrando 31,9% dessas ocorrências, representando 51,9% do total de pessoas consideradas atingidas pela mineração. Dentre as 112 empresas envolvidas nos conflitos, a VALE S.A., principal mineradora que explora minério de ferro na Serra do Caraça, concentra o maior número de ocorrências, com 147 conflitos. Cabe pontuar ainda que a extração

⁸ O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, é uma organização que integra o Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. O Mapa dos Conflitos é uma iniciativa de denúncia do modelo mineral brasileiro, que objetiva visibilizar, sistematizar e monitorar as violações cometidas pelo setor mineral brasileiro nos meios urbano e rural. O mapeamento inclui empresas mineradoras e de transformação mineral (nacionais e internacionais), assim como garimpos. O banco de dados é atualizado anualmente a partir do levantamento sistemático de dados secundários em fontes como registros de jornais de circulação nacional e regional, portais de notícias, redes sociais, mídia independente e materiais de denúncias dos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais e assessorias técnicas, somadas às ocorrências tabuladas anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), para os conflitos da mineração no campo, e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para conflitos entre mineração e indígena (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2025).

de minério de ferro é a responsável por 34,3% das ocorrências, dados que expõe a concentração do poder corporativo e a vulnerabilidade das comunidades frente ao modelo extrativista (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2025). O mapa apresentado na Figura 1 nos ajuda compreender a distribuição destes conflitos pelo território nacional.

Figura 1: Mapa de Conflitos da Mineração no Brasil (2024)



Fonte: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (2024)

Os documentos elencados conformam uma análise macroestrutural sobre os impactos, no entanto, revelam uma lacuna sobre as experiências subjetivas das pessoas moradoras, e as interrelações que estabelecem com o contexto extrativista e com as práticas de lazer na Serra do Caraça. É nesse hiato que esta pesquisa se insere, haja visto a escassez de dados qualitativos sobre as relações entre lazer e mineração, e de produções acadêmicas sobre o lazer experienciado pela população residente em Catas Altas em interrelação com a Serra do Caraça. As pesquisas existentes sobre a Serra do Caraça, em sua maioria, limitam-se ao recorte espacial da Unidade de Conservação (UC) da Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário do Caraça (RPPNSC), priorizando temáticas sobre questões botânicas ou geológicas. Quando no campo das humanidades, restringem-se a estudos sobre paisagem e turismo, que, embora seja uma manifestação do lazer, não é foco desta pesquisa.

Também foi possível observar que há uma generalização do uso do nome Serra do Caraça para descrever situações ocorridas e observadas somente no espaço da RPPNSC (também comumente denominado Parque Natural do Caraça ou, ainda, Parque Estadual da Serra do Caraça). Ou seja, existe um apagamento em relação a outras partes da Serra do Caraça para além da UC mencionada.

Assim sendo, esta pesquisa pode contribuir para a ampliação do campo dos estudos do lazer ao incorporar reflexões sobre os impactos das ações antrópicas sobre os espaços de lazer, considerando as problemáticas socioambientais emergentes, como também, reflexões acerca do modelo econômico, das políticas de governança ambiental e dos direitos sociais.

1.1 Metodologia

A metodologia construída nesta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, que compreende os fenômenos sociais como constituídos por múltiplas dimensões interconectadas (Minayo, 2007). Nessa perspectiva, entendemos que os elementos envolvidos na construção do estudo, como “as pessoas concretas implicadas na atividade, o sistema de representações teórico-ideológicas, as técnicas de pesquisa, o conjunto de relações interpessoais e de comunicação simbólica” (Minayo, 2007, p. 75), são historicamente condicionados. Isso implica reconhecer que o lazer, assim como outras dimensões da vida social, é reconhecido a partir de processos de interações e contradições que se desenvolvem e se transformam em detrimento de uma série de conflitos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais.

Diante dessa compreensão, a condução desta pesquisa adotou o processo investigativo como um ciclo dinâmico em espiral, caracterizado por movimentos contínuos, nos quais o “processo de trabalho que se inicia com um problema ou pergunta e se encerra com um produto

provisório, capaz de gerar novos questionamentos” (Minayo, 2007, p. 27). Nesse sentido, o estudo orientou-se pela integração de técnicas e estruturou-se em três movimentos distintos e complementares, sendo: 1) pesquisa bibliográfica, voltada a revisão crítica dos debates teóricos; 2) pesquisa documental, focada na análise de registros documentais e normativos; e 3) pesquisa de campo, construída pela observação e interação com o contexto empírico investigado.

Pesquisa bibliográfica

O primeiro movimento, correspondente à pesquisa bibliográfica, foi conduzido em dois tipos de repositórios: acervos digitais de bibliotecas e plataformas digitais de pesquisa. Nos acervos digitais de bibliotecas, a busca utilizou as palavras-chave lazer, natureza, mineração, Catas Altas e Serra do Caraça. Foram consultados os acervos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). A seleção dessas instituições justifica-se pela presença de grupos de pesquisa, vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dedicados a estudos interdisciplinares sobre mineração, o que conferiu relevância teórica e metodológica à escolha.

Quanto à temática do lazer, priorizou-se o acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL) da UFMG. Essa opção visou valorizar a produção acadêmica interna do programa e aprofundar a compreensão do lazer a partir de contextos locais e regionais já mapeados em pesquisas anteriores.

A busca nas plataformas digitais Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, La Referencia e *Redalyc* se deu pelas palavras-chave mineração e lazer, combinadas e também em idioma espanhol. Ressalto que foram acessadas apenas as publicações disponíveis em formato digital, com acesso aberto. As bibliografias de maior relevância, conforme os objetivos desta pesquisa, foram categorizadas a partir dos temas: mineração, Serra do Caraça, Catas Altas e lazer na natureza. As publicações encontradas nessas plataformas evidenciaram a diversidade de produção sobre mineração, sendo priorizadas produções que dialogassem de forma mais próxima com o cenário desta pesquisa, como: discussões sobre o modelo de mineração praticado no Brasil, controle social de empresas mineradoras sobre os territórios onde atuam, impactos da mineração sobre áreas verdes e de proteção ambiental e, também, pesquisas sobre processos de recuperação de áreas degradadas por atividades mineradoras visando a redestinação dessas áreas para o uso público.

Pesquisa documental

O segundo movimento de pesquisa se refere à pesquisa documental desenvolvida a partir de dois eixos temáticos, sendo o primeiro: políticas públicas de lazer e governança ambiental na Serra do Caraça; e o segundo impactos da atividade de mineração no lazer na Serra do Caraça. O primeiro eixo foi construído a partir da base de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possibilitou realizar interpretações sobre o território na atualidade, a partir do acesso a informações sobre economia, infraestrutura, meio ambiente e cultura do município de Catas Altas. Dados sobre recolhimento financeiro, por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), fornecidos pela Agência Nacional de Mineração (ANM) (ANM, 2024) também contribuíram para compreender a conformação econômica local. Complementarmente, foram acessados dados das bases do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal (CECAD 2.0-Ministério da Cidadania, 2025) para subsidiar análises sobre vulnerabilidade social da população local.

Planos estratégicos, programas de ação e legislações municipais também foram analisados para compreender diretrizes e normas que orientam o planejamento territorial de Catas Altas e as políticas públicas de lazer para a Serra do Caraça. O acesso a esta documentação se deu por meio de repositórios digitais, como o portal de leis municipais e os sites da Câmara e Prefeitura Municipal de Catas Altas (Portal da Transparência, Catas Altas, 2024). Os documentos analisados estão listados no Apêndice A.

Não foi possível localizar no site institucional da prefeitura documentos como atas dos conselhos, relação de membros participantes, registro de alocação de recursos financeiros e projetos. Esses documentos foram solicitados à prefeitura municipal de Catas Altas (gestão 2020–2024) via portal de transparência e e-mail institucional, entretanto até o fechamento desta pesquisa não foram disponibilizados. Vale ressaltar que a disponibilização de documentos relacionados à gestão pública municipal, como os solicitados, é fundamental para compreender as políticas de lazer no município, devido esses registros revelarem como o poder público planeja, executa e fiscaliza ações voltadas aos direitos da população.

A pesquisa documental também foi realizada a partir do acesso, registro e análise de todo o acervo do jornal Verde Catas Altas Informa. Destaca-se que esta publicação, que se encontra arquivada na Casa do Professor, em Catas Altas, concentra os primeiros registros de ações institucionais da prefeitura de Catas Altas no período posterior a sua municipalização,

compreendendo os anos 1998 a 2004. A análise desse jornal indicou narrativas pró-conservação e uma ideologia de valorização do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural assumidas por parte do governo local. Foi também identificada uma postura crítica e propositiva por parte da administração pública em relação às mineradoras, principalmente no que se refere aos impactos ambientais causados por suas atividades.

A pesquisa documental foi importante para compreender as prioridades da agenda local e o nível de suporte governamental para o lazer, tendo em vista limitações estruturais; conformidade com diretrizes de sustentabilidade; preservação ambiental; e conflitos de interesse em relação aos diferentes usos do território, como lazer, conservação do meio ambiente e extração mineral.

O segundo eixo da pesquisa documental foi realizado por meio da análise dos Relatórios e Planos de Controle Ambiental (RCA/PCA) e dos Relatórios e Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), consultados através do Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM), da Federação Estadual de Meio Ambiente do estado de Minas Gerais (FEAM/MG) (SIAM/SEMAD, 2024). O critério de seleção dos documentos analisados foi determinado em razão da proximidade dos empreendimentos minerários com a Serra do Caraça, sendo objetos de análise os estudos ambientais referentes às minas de Fazenda, da mineradora VALE S.A., e Boa Vista, da Pedreira Um Valemix Micon Mineração Congonhas, ambas em atividade. Pareceres e decisões judiciais relacionados a empreendimentos minerários paralisados ou descontinuados⁹ localizados na área denominada Complexo Santa-Maquiné, requeridos pelas empresas Setovi Mineração S.A, Atlântica Minas Empreendimentos e Participações LTDA, e Maybach Mineração e Serviços S.A, complementaram a busca. Os documentos analisados constam listados no Apêndice B. Cabe ressaltar que existem outros projetos minerários em atividade em Catas Altas e em outros municípios que abrigam a Serra do Caraça, como em Mariana e Santa Bárbara, entretanto, devido ao recorte espacial utilizado nesta pesquisa, não foram objetos de análise.

Esses documentos permitiram identificar lacunas significativas nos processos de mitigação e compensação ambiental, bem como nas condicionantes impostas para a condução

⁹ Conforme tipifica o Cadastro de Minas Paralisadas e Abandonadas da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM/MG), caracterizam-se como minas abandonadas os “empreendimento com a atividade de extração mineral inativa, sem previsão de reinício da atividade, sem medidas de controle ou monitoramento ambiental, caracterizando o abandono do empreendimento, no qual o processo de fechamento está incompleto ou ausente”, e como minas paralisadas os “empreendimento com a atividade de extração mineral inativa, com previsão de reinício de produção e com medidas de controle e monitoramento ambiental” (FEAM/MG, 2022).

das atividades minerárias. Além disso, a análise contribuiu para o mapeamento de atores-chave envolvidos nas discussões sobre mineração em Catas Altas. Identificaram-se, entre esses atores, lideranças comunitárias, organizações não-governamentais, empresas mineradoras e órgãos públicos, evidenciando a complexidade das relações e das disputas que permeiam o contexto socioambiental local.

Cabe pontuar ainda que os estudos de impacto são exigidos por lei no processo de licenciamento ambiental, cuja finalidade é identificar, prever e propor ações de mitigação para os impactos socioambientais. Entretanto, esses relatórios são, geralmente, elaborados ou contratados pelas próprias mineradoras, o que pode gerar uma visão parcial ou subestimada dos impactos negativos. Além disso, a linguagem especializada e técnica é majoritária neste tipo de instrumento, o que pode limitar a compreensão ampla e qualificada das implicações socioambientais expostas (Matta *et al.*, 2010). Não obstante, os relatórios de impacto ambiental devem ser instrumentos multidisciplinares, abarcando as diferentes modalidades de impacto. Entretanto, o que se observa é a tendência a negligenciar a perspectiva interdisciplinar e a subjetividade da comunidade local, interferindo na compreensão das implicações imateriais, socioculturais e simbólicas (Boeira *et al.*, 1994).

Trabalho de campo

O trabalho de campo foi o terceiro movimento de pesquisa adotado, sendo realizado ao longo dos meses de agosto e setembro de 2024. Foi construído a partir de três diferentes técnicas de pesquisa, sendo: 1) observação participante, 2) caminhada e 3) entrevista, que serão detalhadas a seguir.

A observação participante consiste na “investigação efetivada a partir da inserção e na interação do pesquisador ou da pesquisadora no grupo, comunidade ou instituição investigado” (Peruzzo, 2017, p. 163). Nesse sentido, acompanhei um grupo de pessoas residentes durante a realização de um acampamento no Camping da Mancha, durante um final de semana e frequentei, em três dias diferentes, a cachoeira do Maquiné, ambos espaços de lazer na Serra do Caraça. Também frequentei alguns espaços de lazer na cidade de Catas Altas, como o Parque Municipal, praças públicas e áreas poliesportivas. A inserção no campo foi planejada e articulada por meio de contatos prévios com pessoas residentes em Catas Altas, estabelecidos via redes locais e vínculos pessoais.

O movimento foi “fazer da participação um instrumento de conhecimento”, conforme sugerido por Favret-Saada (Favret-Saada, 1990, p. 157). Nesse sentido, o trabalho de campo seguiu as recomendações da autora: se deixar afetar e experimentar, junto as pessoas participantes da pesquisa, uma comunhão afetiva. Essa comunhão demandou estar em campo com uma dupla postura: aberta e maleável para experienciar junto aos participantes desta pesquisa de suas atividades; e de observação e interpretação, para compreender as experiências vividas.

Quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los. [...] Experimentando as intensidades ligadas a tal lugar, descobre-se, aliás, que cada um apresenta uma espécie particular de objetividade: ali só pode acontecer uma certa ordem de eventos, não se pode ser afetado senão de um certo modo (Favret-Saada, 1990, p. 159–160).

Assim, durante o acampamento no *Camping* da Mancha, fui convidada a preparar refeições e bebidas coletivas, a sentar em uma roda de conversa e compartilhar memórias e histórias. Contemplei junto das pessoas participantes a lua que se mostrava no céu durante a madrugada e participei dos rituais de sinalização por meio de lanternas e de observação da aurora. Nas observações realizadas na Cachoeira do Maquiné, me envolvi em conversas sobre os incêndios que se alastraram pela Serra, interagi com pessoas nativas e turistas, me banhei nas águas geladas da Serra e brinquei de desenhar flores com cascalhos na pedra com uma criança local.

Cabe lembrar que possuo uma relação pessoal com o território estudado, o que me levou a recusar posturas neutras, a artificialidade nos métodos e técnicas de pesquisa ou mesmo e uma distância estratégica em relação às pessoas participantes. Não seria viável, tampouco, suprimir lembranças ou desviar de perguntas características de uma comunidade interiorana, uma vez que vínculos familiares, socioafetivos, comunitários e políticos já estavam consolidados antes desta pesquisa e se manifestaram, de múltiplas formas, durante seu desenvolvimento. Assim, a proximidade com o campo não foi um viés a ser controlado, essas relações prévias, longe de serem obstáculos, tornaram-se elementos complementares para compreender dinâmicas locais, permitindo que a investigação operasse também a partir de nuances afetivas e históricas que moldam o cotidiano da localidade.

A segunda técnica de pesquisa de campo adotada foi o caminhar como recurso metodológico. O caminhar, como ato de movimentar o corpo, é intrinsecamente relacionado à história da humanidade, uma vez que desencadeia travessias; troca de saberes e de

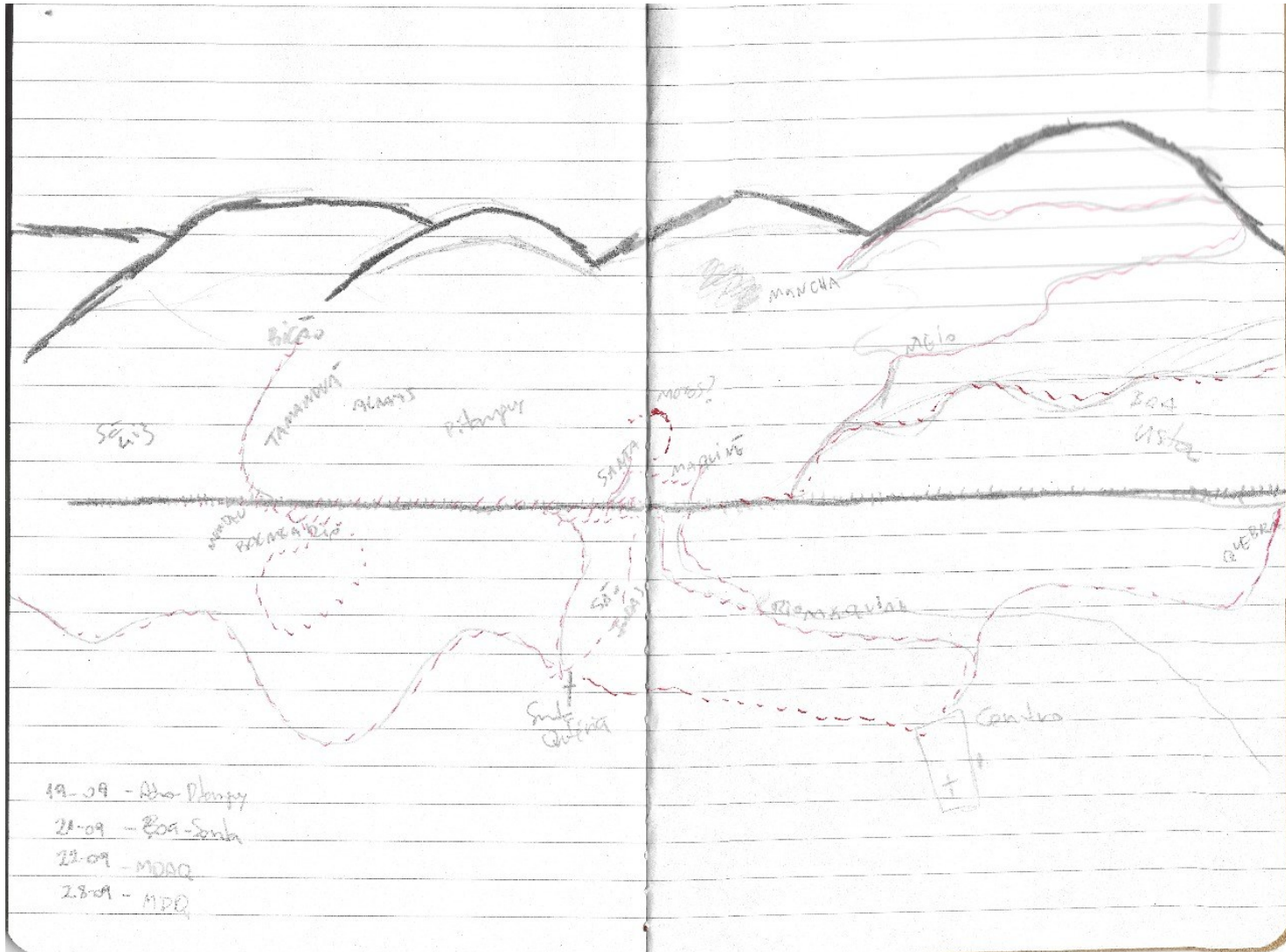
conhecimentos; e interação entre diferentes grupos sociais e ambientes (Solnit, 2016). Enquanto metodologia, requer a presença de um corpo que somente poderá construir um conhecimento sensorial e afetivo a partir de uma postura atenta, de observação, de “estar vivo para o mundo” (Ingold, 2015, p. 13).

Inspirada pela prática poética de um “corpo que observa e absorve”, de Derdyk (2019), o caminhar foi praticado a partir da experiência sensorial e da imersão no território.

O imaginário que nasce desta prática poética, nasce pela condição *sine qua non* da presença de um corpo, ou de corpos, em deslocamento: corpo que observa e absorve, corpo que restaura memórias soterradas, corpo que projeta ações para ativar outros significados na paisagem percorrida, liberando percepções, reinventando horizontes. A constatação física do território convoca conexões temporais, dada a presentificação do presente, promovendo evocações do passado e vontades de futuro. E claro, os relatos – que são os testemunhos cúmplices do caminhante - legitimam a experiência singular, cartografam narrativas que se desdobram em distintas materialidades: de livros de artista a performances, de textos a fotografias, de instalações a intervenções (Derdyk, 2019, p. 3).

Entre os dias 19 e 29 de setembro de 2024 foram realizadas 4 caminhadas: na Trilha-Parque, que conecta a sede da cidade de Catas Altas ao distrito do Morro D’Água Quente; e nas trilhas de acesso às Cachoeiras Quebra-Ossos, Santa e Maquiné, espaços esses utilizados pela população local para diferentes práticas de lazer, como escalada e rapel. Esses locais foram previamente identificados a partir da experiência pessoal, do levantamento bibliográfico e documental e de diálogos estabelecidos em campo. Durante o primeiro dia de caminhada esbocei um croqui, apresentado na Figura 2, para mapear os locais percorridos, o qual foi sendo complementado à medida que as caminhadas ocorriam.

Figura 2: Croqui do caminhar



Fonte: Elaboração da autora (2024)

Durante todo o período de campo também percorri locais da cidade por meio de caminhadas, desde uma ida à padaria para tomar café da manhã até encontrar uma pessoa interlocutora para a realização de uma entrevista. Dessa forma, acredito que pude observar formas, barreiras e facilidades de acesso aos espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade, como praças, adros de igrejas e espaços poliesportivos. Através do caminhar percebi diferentes formas de ocupação e fruição destes locais pela população local. A minha presença física nesses locais também me proporcionou observar transformações e a construção da paisagem em decorrência da presença da atividade mineradora.

A minha conexão corpórea com o ambiente, com as práticas de lazer e com as sujeitas neste território possibilitou-me projetar memórias coletivas e pessoais, frequentemente ocultas sob camadas de narrativas dominantes que desafiam significados impostos pela gestão política e pela atividade econômica extrativa. Como exemplo, ao caminhar pelo território, foi possível observar a falta de sinalização indicativa para sítios históricos importantes, como ruínas de sistemas minerários ou, ainda, perceber obras públicas sendo realizadas em áreas destinadas à preservação da natureza, como o calçamento realizado ao longo da Estrada-Parque.

Sendo o corpo o elemento de contato, interação e agente comunicativo, é a partir dele que se constroem as relações com o território e com os sujeitos da pesquisa. No entanto, quando o corpo em campo é de uma mulher, essas interações são marcadas, ganham camadas adicionais de complexidade, informadas por dinâmicas de gênero que permeiam a estrutura social (Albuquerque, 2017). Ações como caminhar sozinha por uma trilha ou permanecer sozinha por horas em uma cachoeira carregam significados de vulnerabilidade e risco, tendo em vista uma cultura que, frequentemente, associa espaços públicos ao poder e domínio da masculinidade e espaços privados ao feminino (Solnit, 2016).

A experiência de ser mulher conduzindo uma pesquisa em campo, portanto, transcende a dimensão física e assume contornos subjetivos e políticos. O medo e a ansiedade que emergiram em determinados momentos não foram unicamente individuais, mas reflexos de uma estrutura que normaliza a ameaça e restringe a mobilidade de corpos femininos. Nesse sentido, é crucial reconhecer que o caminhar não é neutro. Assim como Haraway (1995) sugere, essas tensões e negociações não foram apagadas em nome de uma objetividade ilusória, mas sim reconhecidas como parte fundamental da produção de conhecimento a partir de uma “perspectiva parcial”, situada e responsiva. Dessa forma, fui, durante toda a condução desta pesquisa, uma agente implicada, portadora de histórias, experiências e, também, de limitações.

A terceira técnica construída durante o trabalho de campo se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. A escolha de realizar entrevistas partiu de premissas postas por

Bakhtin (2016), sobre linguística e os sentidos da linguagem. Estes compreendidos pelo estabelecimento da ação do diálogo com, ao menos, outra pessoa interlocutora, onde são produzidos os sentidos e a transmissão dos sentidos da experiência. Esse autor sustenta que a linguagem é uma prática material, construída a partir do contato e da interação social, que se concretiza como um ato intrinsecamente dialógico. Conforme afirma, neste processo dialógico de construção da linguagem, dos sentidos e das sujeitas, ocorre confronto de valores, ideologias e deslocamentos das alteridades (Bakhtin, 2016).

Foram realizadas 13 entrevistas, ocorridas em setembro de 2024, conduzidas individualmente, a partir de um roteiro, disponível no Apêndice C. Esse instrumento foi estruturado por meio de discussões, teorias e conceitos previamente levantados, sendo que as perguntas buscaram construir um perfil com informações sociais das pessoas entrevistadas, compreender os significados da Serra do Caraça para elas e as práticas e atividades de lazer que nela experienciam. O roteiro também abordou questões que dialogam com os conflitos socioambientais com a atividade mineradora no território, conforme o objetivo central da pesquisa.

As pessoas participantes das entrevistas são pessoas residentes de Catas Altas, identificadas por meio da “amostragem de bola de neve”, também denominada por cadeias de referências ou de informantes (Baldin e Munhoz, 2012). Dada a impossibilidade de estipular o número exato de pessoas entrevistadas antecipadamente, essa quantidade foi definida por inclusão progressiva, com a aplicação do critério de saturação analítica, que considera que as concepções, significados, sentidos e discursos das pessoas participantes alcançaram regularidades e consistência em relação ao tema da pesquisa (Deslandes, 2007).

Cabe pontuar, entretanto, que a amostragem foi direcionada buscando equiparação em relação às características demográficas de sexo e raça/cor da população local, buscando equidade entre o número de mulheres e homens participantes, bem como entre a quantidade de pessoas autodeclaradas brancas, pretas e pardas, conforme perfil demográfico da população brasileira e catas-altense, disponibilizados por meio do Censo Demográfico de 2022 do IBGE (IBGE, 2022). Contudo, cabe ressaltar que a busca pela paridade não é, por si só, um elemento que permita a representatividade e generalização dos dados e interpretações gerais nesta pesquisa.

A realização de entrevistas proporcionou conhecer narrativas individuais e significações subjetivas que permeiam as relações com a Serra do Caraça. Durante as entrevistas ocorreu o compartilhamento de lembranças, reflexões e leituras do contexto local por ambas as partes envolvidas. Houve trocas e compartilhamento de relatos de incursões à Serra da Caraça, bem como de fotografias e vídeos de experiências de lazer. Além disso, ficou evidente que os relatos

carregam diferentes “perspectivas do habitar”, onde os corpos, partes também da paisagem, foram/são registros e testemunhos de experiências do cotidiano e do mundo vivido, como do trabalho e do lazer, conforme Ingold (2021) nos instiga a perceber. As pessoas entrevistadas foram/são, pois, interlocutoras no processo de escrita e reflexão desta pesquisa, uma vez que se buscou privilegiar categorias e enunciações nativas.

As entrevistas revelaram ainda conflitos de papéis sociais, nos quais as pessoas se movimentam, afirmam e atribuem características específicas as suas ações e apropriações em relação ao território, a partir das interações com a diversidade de outros papéis sociais ali presentes, o que resulta em um processo dialógico de negociação, negação e afirmação. Como exemplo, os papéis assumidos pelo entrevistado O Velho da Montanha, funcionário da mineradora Vale S.A, há mais de 25 anos, como operador de máquinas, é uma condição que não o impede de manter uma relação afetiva e uma atitude pró-conservação da Serra do Caraça, atuando como um agente incentivador do contato com a natureza, inclusive, guiando crianças, adolescentes e mulheres para as partes mais altas da Serra em Catas Altas. Tal exemplificação demonstra que, “apesar dos papéis serem socialmente atribuídos e terem características muito específicas, não significa que as pessoas, no aqui-agora das situações, sejam passivas no processo de sua apropriação e ação” (Amorim, 2002, p. 130).

As experiências do trabalho de campo foram registradas em um caderno de campo, onde escrevi sobre as impressões pessoais e sobre os relatos das pessoas participantes. Conforme postulado por Abu-Lughod (2018), o diário de campo deve documentar as experiências das pessoas observadas e com quem estabeleci diálogos, incorporando também as minhas vivências, subjetividade e elaborações sobre as dinâmicas de poder, conflitos e alianças percebidas em campo. O ato de relatar se deu de maneira imediata ou logo após a situação observada ou implicada, e, quando posteriormente, se deu como prática interpretativa (Favret-Saada, 2005). Assim, o diário se materializou como espaço de reflexão e criação, onde práticas de observação, caminhadas e escritos se interligavam. Os registros foram multimodais, com anotações textuais, fotografias, gravações de vídeo e de áudio.

As entrevistas foram gravadas em formato de áudio, por meio de aplicativo de gravação no celular *smartphone* pessoal, armazenadas digitalmente no banco de dados desta pesquisa e, posteriormente, transcritas e analisadas, conforme será descrito a seguir. As fotografias e vídeos utilizados nesta pesquisa fazem parte do meu acervo pessoal, do registro de campo, e outras, foram cedidas pelas pessoas voluntárias desta pesquisa.

Cabe ressaltar que a condução da pesquisa participativa foi inspirada na prática de uma sociologia *sentipensante*, que propõe uma relação investigativa dialógica entre sujeita-sujeita,

a busca por potencialidades locais e a subversão da ordem social vigente (Fals Borda, 1998, 2015; 2015). Nesse sentido, a participação em campo também perpassou pelo comprometimento com as crises e desafios postos no contexto local, ou seja, à medida que discussões e reflexões políticas surgiam durante as conversas estabelecidas nos locais de observação e nas entrevistas, pude colocar os meus pontos de vista e, sobretudo, aproveitar os diálogos para situar e contextualizar conflitos socioambientais observados em campo. Essas interações aparecem ao longo desta pesquisa quando oportuno no texto o aparecimento de vozes locais contra hegemônicas, de seus movimentos de participação política, suas lutas, conquistas e frustrações (Fals Borda, 1998; 2015).

Análise dos dados da pesquisa

Por fim, a análise dos materiais coletados e produzidos ao longo de toda pesquisa revelou-se como um ato contínuo de reflexão sobre os próprios movimentos investigativos. Como aponta Cardoso de Oliveira, “é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão 'antes' da textualização dos dados provenientes da observação sistemática” (Cardoso de Oliveira, 1996, p. 29). A escrita, portanto, não é apenas uma etapa final, mas uma prática metodológica que ativa novos entendimentos e conexões.

O processo analítico iniciou-se com uma leitura compreensiva do material selecionado, permitindo a categorização e organização conceitual e temática. A partir dessa organização, foi possível identificar e problematizar tanto as “ideias explícitas quanto as implícitas no texto” (Gomes, 2007). Essas ideias foram transformadas em novos elementos analíticos, buscando-se compreender os sentidos atribuídos ao contexto desta pesquisa. Essa transformação foi mediada pela busca de sentidos no contexto sociocultural da Serra do Caraça e pelo estabelecimento de um diálogo com os referenciais teóricos, o que permitiu a integração dos dados da pesquisa em uma discussão mais ampla sobre impactos socioambientais da mineração nas práticas de lazer. Por fim, a síntese interpretativa, entendida como o resultado da tradução da lógica subjacente ao objeto de estudo, foi elaborada visando construir uma articulação coerente entre os objetivos da pesquisa, o arcabouço teórico e os dados empíricos (Gomes, 2007). Esse processo culminou em uma interpretação crítica que conectou a metodologia empregada em múltiplos temas e níveis de análise.

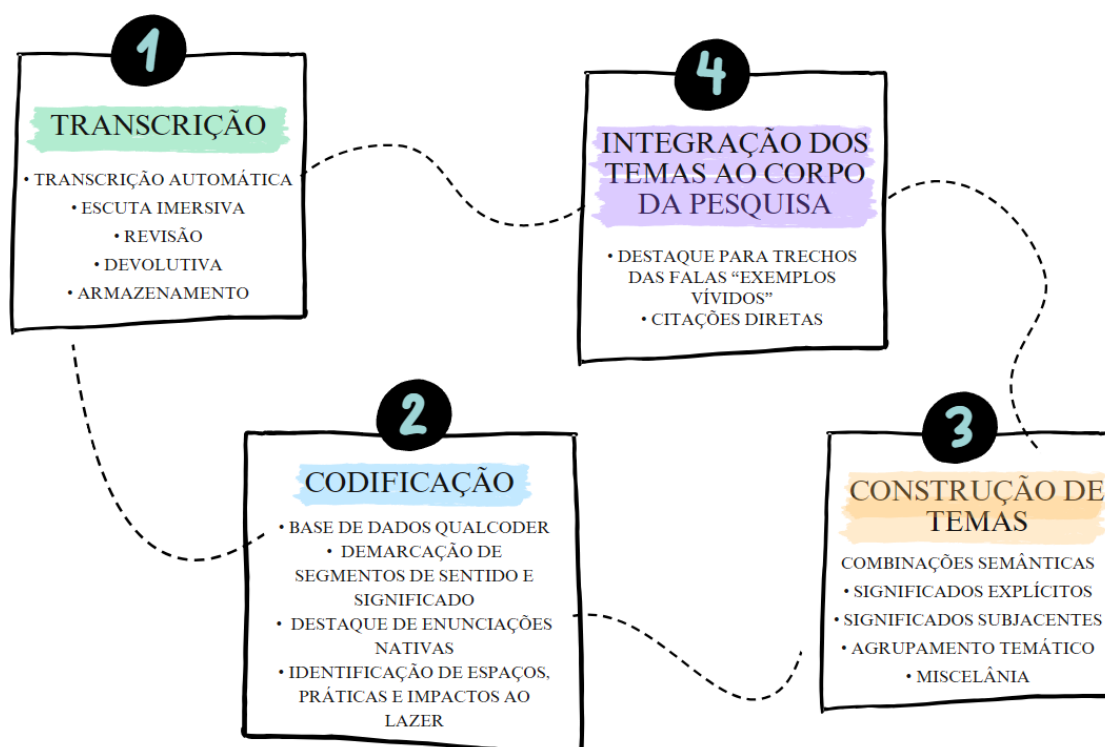
Análise das entrevistas

O processo de análise das entrevistas foi conduzido com o suporte do *software* livre *QualCoder* (versão 3.5). Essa ferramenta, de código aberto e gratuita, dispõe de funcionalidades como análise de frequência, sumarização e geração de relatórios personalizados, incluindo mapas temáticos (gráficos). O *software* contribuiu para uma visualização mais objetiva e organizada dos dados, favorecendo o dinamismo e a agilidade no processo analítico, otimizando os resultados da pesquisa.

Para a análise das entrevistas foi utilizado o método da Análise Temática, que busca interpretar os significados dos padrões conforme o contexto em que são produzidos (Braun e Clarke, 2006). Assim, a análise buscou identificar temas centrais nas falas das pessoas participantes, interpretando-os como produtos de um diálogo constante e responsivo entre diferentes vozes (Bakhtin, 2016). Dessa forma, as entrevistas foram interpretadas como processos de construção de sentidos, compartilhados e negociados, que informaram sobre os conflitos, tensões, dinâmicas de poder e valores presentes no território.

Quatro fases foram necessárias para a execução da Análise Temática foram construídas, conforme demonstrado no esquema gráfico abaixo (Figura 3). Cabe ressaltar que esta análise não se materializou como um processo linear, onde as fases foram subsequentes, mas sim, como um processo recursivo e flexível, de movimento entre as etapas (Braun e Clarke, 2006).

Figura 3: Esquema gráfico das fases da análise das entrevistas



Fonte: Elaboração da autora, com base nas entrevistas (2024)

A fase de transcrição das entrevistas foi iniciada com transcrição automática, visando a otimização do processo de análise, via aplicativo *TurboScribe*. É pertinente ressaltar que a transcrição automática possui uma série de limitações, como a dificuldade do reconhecimento de pausas propositais e diferentes entonações, interferindo na correta pontuação e organização de sentido das enunciações, e o não reconhecimento de expressões locais, gírias e dialetos, muito em razão do viés de treinamento baseado em padrões culturais e linguísticos hegemônicos utilizados neste tipo de automação. Para superar tais limitações, todo o material foi revisitado de forma imersiva, seguindo o procedimento de escuta das entrevistas e acompanhamento do texto em tempo real, realizando correções, interpretações e anotações. Manifestações expressivas e emotivas, como risos, vacilos e embaraços, foram destacados para recuperar a dinamicidade da linguagem e para identificar e recordar as intensidades e as formas através das quais as emoções transitaram entre as expressões. A identificação de nuances, como ironias e sarcasmos, também foi praticada, bem como foram registradas situações e pausas ocorridas no decorrer das entrevistas, pela compreensão de que fazem parte da construção do sentido das enunciações.

Durante uma das entrevistas ocorridas ao final de uma tarde, por exemplo, eu e o meu interlocutor estávamos em uma mesa, de frente para uma porta, cuja vista permitia visualizar a Serra do Caraça bem a nossa frente. Percebi as frequentes fugas de olhares de meu interlocutor

para o horizonte, até que ele provocou uma pausa na conversa que se desenrolava. Reproduzo o diálogo que se seguiu:

- Olha que amarelo bonito aí pra você ver... Aquilo é amarelo mesmo, né?
- É mesmo... Quase laranja, né?
- É. Mas tem uma outra cor...
- Ai, todo dia um por-do-sol mais bonito que o outro, né?
- Aquele ali tá quase um arco-íris. Tá cheio de cores, né?
- Tá! Verdade... Tons de azul diferentes... Nó, hoje o dia tava azulinho, né?
- Um amarelo daquele jeito ali..? Nunca vi uma faixa daquele jeito assim na minha vida!
- Bonito mesmo...
- Bonito demais! (Zé, 2024)

O trecho revela o dialogismo presente durante a construção das entrevistas e percebido durante a transcrição. A interação provocada pelo sensorial demonstra que a Serra do Caraça apresenta-se como um elemento ativo no cotidiano, objeto de contemplação e sensibilização. E, embora o diálogo transcorresse entre duas pessoas, a Serra se apresentou como uma terceira presença na conversa, o que também revela que apesar da ocorrência diária do pôr-do-sol, existe uma constante renovação do fascínio, da singularidade e da pertença àquele espaço, não sendo o fenômeno observado banalizado.

O processo de transcrição permitiu também identificar elaborações reflexivas que as pessoas participantes desenvolviam e expressavam acerca da pesquisa que estava sendo construída. Durante outra entrevista, por exemplo, transcorria uma narrativa, por parte do interlocutor, sobre valores cultivados no âmbito pessoal e praticados na esfera pública e no mundo do trabalho. Em certo ponto questiono quais eram esses valores e ele, prontamente, abriu um sorriso, relaxou o corpo e declarou: — “Então, que ótima pergunta, eu adoro falar sobre isso! Sério mesmo, porque falo pouco sobre isso e sempre gostei de falar muito sobre isso. Obrigado por perguntar!” E continuou a sua narrativa sobre o tema que abordávamos. Ao final da entrevista, quando teci meus agradecimentos por sua participação, ele complementou: “Ah, eu adorei! Tirei tudo do meu coração. Tirei tudo!” (risos e respiração profunda de alívio) (Gips, 2024)

A demonstração de satisfação e de gratidão em ser convidado a refletir sobre questões pessoais e sociais reitera o compromisso em praticar uma pesquisa na qual as experiências, valores e subjetividades são respeitadas e validadas. Essa abordagem fomenta a construção de um ambiente de confiança e acolhimento que pode gestar processos emancipatórios, de redescobrimto e ressignificação de experiências. Nesse âmbito, o potencial da pesquisa qualitativa se revela ao buscar não apenas fontes de informação, mas processos ativos de

produção do conhecimento, que agem como incentivadores da liberdade comunicacional, conforme adverte Arendt (2008).

Somente na liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala. Viver num mundo real e falar uns com os outros sobre ele são basicamente a mesma coisa (...) Liberdade — liberdade de partir e começar algo novo e inaudito, liberdade de interagir oralmente com muitos outros e experimentar a diversidade que é a totalidade do mundo, é a substância e o significado de tudo que é político (Arendt, 2008, p.185).

A transcrição das entrevistas resultou na construção do Quadro 1, que contém informações sociais sobre as participantes das entrevistas, com identificação dos nomes autoatribuídos, idade, sexo, raça/cor, profissão e atuação profissional, local de nascimento, e tempo de residência em Catas Altas. Cabe destacar que foi solicitado a cada uma das pessoas participantes que escolhessem um nome para ser utilizado para referenciar as suas informações sociais e as citações diretas de suas falas. Essa estratégia de pesquisa buscou preservar o anonimato das pessoas entrevistadas e, sobretudo, diminuir a assimetria na relação pesquisadora-sujeitas através do envolvimento das pessoas participantes na produção de sentido construída durante o processo de investigação (Monteiro, Raimundo e Martins, 2019).

Quadro 1: Informações sociais das pessoas participantes das entrevistas

Nome autoatribuído	Idade	Sexo	Raça/cor	Profissão/atuação profissional	Local de nascimento	Tempo como residente em Catas Altas (em anos)
Mascarado	34	Masculino	Negro	Pintor de construção civil e Guia de Turismo	Catas Altas	24
Zé	56	Masculino	Moreno	Artesão e comerciante	Catas Altas	56
Gips	24	Masculino	Pardo	Comerciante/Autônomo	Catas Altas	24
Lamego	57	Masculino	Branco	Turismólogo, pousadeiro e produtor de eventos	Belo Horizonte/MG	24
Hortência	48	Feminino	Branca	Técnica de Segurança do Trabalho	Catas Altas	48
Fauna	43	Masculino	Negro	Educador, pesquisador e músico	Belo Horizonte/MG	9
Thalia	25	Feminino	Branca	Estudante	Belo Horizonte/MG	17
Lidinha	33	Feminino	Preta	Chefe de cozinha	Morro D'Água Quente/Catas Altas	33
Maria	36	Feminino	Parda	Professora	Santa Bárbara/MG	12
Velho da Montanha	54	Masculino	Pardo	Operador de equipamentos	Catas Altas	54

Tamanduá	25	Feminino	Parda	Guia de Turismo	Virgem da Lapa/MG	17
Santa	60	Feminino	Branca	Aposentada e pousadeira	Bento Rodrigues, Mariana/MG	57
Figura	29	Masculino	Branco	Advogado	Catas Altas	29

Fonte: Elaboração da autora, com base nas entrevistas (2024)

A análise das informações do perfil social das pessoas entrevistadas demonstra significativa variedade entre as idades, de 24 a 60 anos, com uma média próxima aos 40 anos. Isso indica uma amostra composta principalmente por pessoas adultas inseridas em atividades produtivas. Em relação ao sexo, há uma distribuição ligeiramente desequilibrada, sendo 7 homens e 6 mulheres, o que não condiz com o perfil da população brasileira e catas-altense, que se distribuem nesse atributo com 51% da população feminina e 49% masculina (IBGE, 2010; 2022).

A autoatribuição de raça/cor segue a tendência nacional, com uma distribuição maior de pessoas negras (pretas e pardas), sendo 8 das 13 pessoas entrevistadas. Cabe ressaltar que o Brasil, no ano de 2022, pela primeira vez na série história do Censo Demográfico, registrou uma proporção populacional maior de pessoas pardas em detrimento de brancas, esta categoria predominante até o Censo de 2010; assim como registrou, também, um aumento de 42,3% na população autodeclarada preta, terceiro maior grupo racial, indicador também inédito na série histórica (IBGE, 2022).

As profissões refletem algumas atividades presentes no contexto econômico local, com atuações ligadas à atividade extrativa mineral, serviços, comércio e turismo. Cabe ressaltar que não foi realizada entrevista com nenhuma pessoa funcionária da administração pública direta, muito embora seja o setor que mais concentra profissionais no município, representando 894 dos 1.796 postos de trabalho ocupados (IBGE, 2023).

Em relação à origem das pessoas entrevistadas, majoritariamente são nascidas em Catas Altas (7 casos). Já as pessoas nascidas na região onde se insere a Serra do Caraça, como Santa Bárbara (1 caso), Mariana (1 caso) e Belo Horizonte (3 casos), relataram como motivo de mudança para Catas Altas a efetivação de oportunidades de emprego e empreendedorismo, além da relação afetiva com o local. A entrevistada nascida em Virgem da Lapa, na região do Vale do Jequitinhonha, também relatou que a mudança para Catas Altas se deu a partir da migração de familiares em decorrência do vínculo de emprego com a empresa mineradora Socoimex, que mantinha à época de sua mudança, atividades extrativas em ambas as localidades.

Observa-se que o tempo de residência em Catas Altas varia entre 9 e 57 anos, com uma média de 31 anos. Cabe ressaltar que, tanto o local de nascimento quanto o tempo de residência em Catas Altas, representam parâmetros importantes para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, uma vez que se trata da compreensão dos impactos ao lazer a partir da perspectiva de moradoras e moradores locais.

Codificação das entrevistas

A segunda fase desenvolvida durante a análise temática das entrevistas foi a sua codificação, que consiste na marcação de segmentos específicos do texto que se relacionam com os objetivos e as palavras-chave da pesquisa. Neste processo foram identificados nomes de espaços, práticas de lazer, e referências a eventos e grupos auto-organizados no território, bem como experiências e situações de conflitos envolvendo a atividade mineradora. Trechos de entrevistas considerados relevantes foram destacados e orações completas foram marcadas buscando visualizar interseções entre diferentes códigos e prevalências. A primeira revisão da codificação resultou em 190 códigos, conforme indicado na lista de códigos anexada no Apêndice D.

Construção dos temas das entrevistas

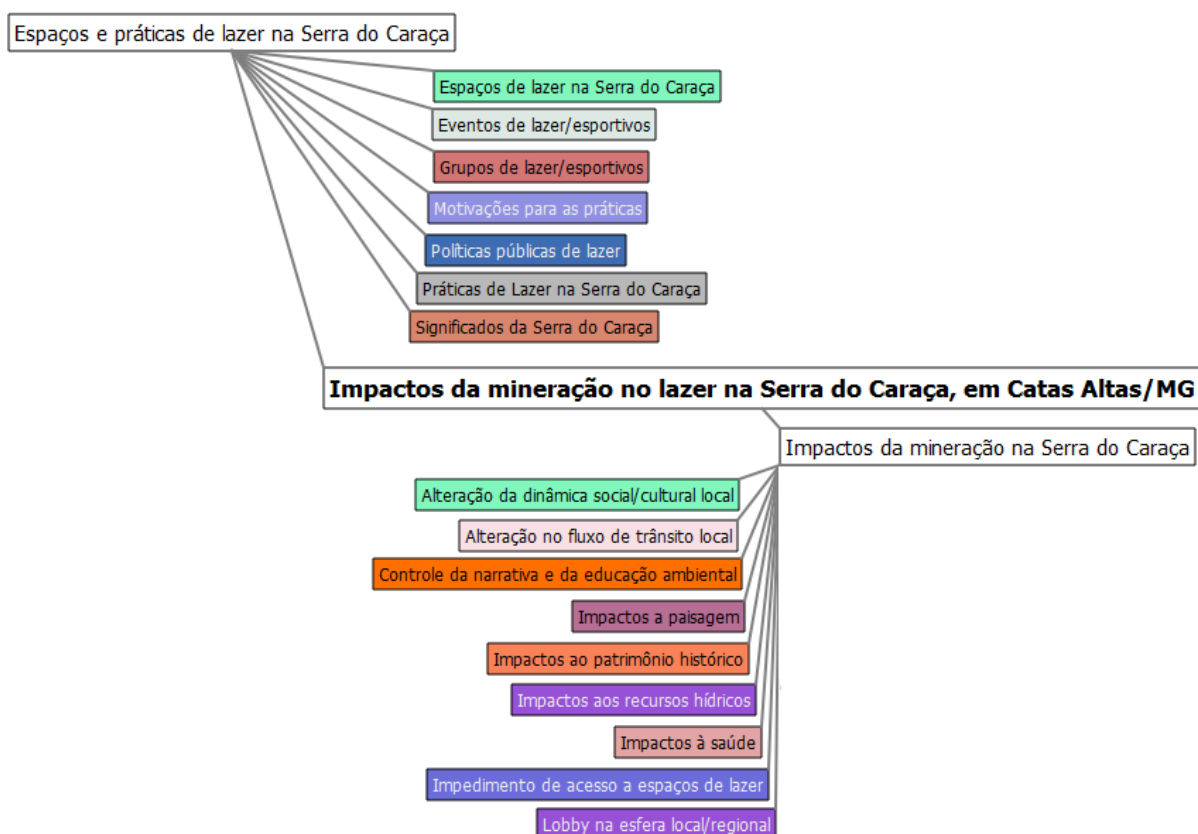
A terceira fase consistiu no agrupamento de códigos em temas mais abrangentes, visando identificar padrões significativos nos códigos gerados, agrupando-os de acordo com semelhanças ou diferenças entre os dados. Os temas foram operacionalizados tanto em detrimento da teoria quanto da empiria, permitindo um diálogo dinâmico entre as perspectivas conceituais e as particularidades do campo. Esse processo envolveu a identificação de significados explícitos (semânticos) e subjacentes (latentes), etapa em que se “começa a identificar ou examinar as ideias, suposições e conceitualizações, e ideologias” (Braun e Clarke, 2006, p. 12).

Assim, os temas construídos não apenas sintetizam os dados, mas também ampliam a compreensão das questões investigadas, oferecendo uma perspectiva interpretativa que conecta teoria, empiria e contexto local. Os temas construídos foram confrontados com os problemas e objetivos da pesquisa para avaliar a capacidade de respostas que apresentavam. Neste processo, alguns códigos e categorias foram agrupados e transformados em temas, outros foram redefinidos ou desmembrados. A diversidade de assuntos abordados durante as

entrevistas revelou experiências e casos muito interessantes, como, por exemplo, a relação entre trabalho e lazer de guias de turismo locais e a prática de garimpo por mulheres no Morro D'Água Quente. Entretanto, devido à necessidade de cercamento do escopo da pesquisa, esses e outros temas foram agrupados em um tema genérico denominado de “miscelânea”, que pode indicar caminhos investigativos para outras pesquisas.

Ademais, os temas mais representativos foram revisados e renomeados, resultando numa organização em dois grandes conjuntos temáticos, sendo: 1) Espaços e práticas de lazer, e 2) Impactos da mineração no lazer, sendo que ambos agregaram subtemas, conforme pode ser visualizado no mapa temático a seguir (Figura 4).

Figura 4: Mapa temático da análise das entrevistas



Fonte: Elaboração da autora, com base nas entrevistas (2025)

A quarta e última fase da Análise Temática das entrevistas envolveu a integração dos temas identificados ao corpo desta pesquisa, articulando-os com outros materiais, fontes de dados e análises realizadas ao longo deste estudo. Nesse processo, as citações diretas das entrevistas foram inseridas no texto, valorizando as enunciações nativas, a singularidade e a subjetividade das experiências relatadas.

Todos os procedimentos de pesquisa descritos nesta seção metodológica foram realizados com observância das garantias legais, dos cuidados e preceitos éticos de uma investigação científica, como autonomia, anonimato, segurança e sigilo dos dados das pessoas participantes. Todas as condições foram dispostas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), presente no Apêndice E. O documento foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), órgão autônomo e interdisciplinar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do parecer n.º 6.946.944, em 12/07/2024.

Como parte integrante da metodologia desta pesquisa, foi desenvolvido um repositório digital para centralizar, organizar e preservar os materiais consultados e produzidos ao longo do estudo. Disponível em <https://lazeremineracao.com.br>, a plataforma reúne recursos bibliográficos, documentais, entrevistas, análises e registros audiovisuais, organizados de modo a refletir as etapas da investigação. O repositório foi concebido como um legado digital desta pesquisa, com o propósito de democratizar o conhecimento construído e fomentar novas perspectivas sobre o tema.

Integra também a pesquisa, a feitura de ilustrações através de técnicas de linoleogravura. Esculpir e gravar junto ao autor das ilustrações relevos, contornos e elementos experienciados na Serra do Caraça se deu como um processo reflexivo, simbólico e terapêutico sobre a percepção deste espaço e de sua construção e reconstrução. O Apêndice F apresenta um texto escrito pelo autor das ilustrações, que nos conduz para este processo.

O texto desta dissertação segue por meio de seis capítulos, sendo o primeiro, a apresentação introdutória da temática e dos caminhos metodológicos construídos ao longo da pesquisa, conforme exposto até aqui.

O capítulo 2 “A Serra do Caraça e a cidade”, diz respeito a apresentação do locus da pesquisa, partindo do entendimento de que a Serra do Caraça é um espaço social. Este capítulo se divide em dois subcapítulos, sendo o 2.1 “A Serra do Caraça”, onde apresentamos a Serra do Caraça, destacando sua relevância geológica, ecológica e cultural como parte da Cordilheira do Espinhaço (Patrimônio da Biosfera da UNESCO). Este item busca apresentar também os desafios de conservação para este espaço. No subitem 2.2 “A cidade de Catas Altas” abordamos a trajetória de Catas Altas, desde sua fundação colonial vinculada à mineração aurífera até a dependência contemporânea da extração mineral, destacando os desafios socioambientais e de gestão relacionados aos recursos da CFEM. Este subcapítulo se desdobra no subitem 2.2.1 “Equipamentos públicos de lazer em Catas Altas”, quando analisamos os equipamentos públicos de lazer da área urbana da cidade, destacando os tipos de equipamentos e a sua distribuição. Discutimos também as interrelações estabelecidas pela população residente nestes

locais, e a gestão da memória e do patrimônio histórico-ambiental, buscando compreender como a Serra do Caraça se insere no planejamento urbano.

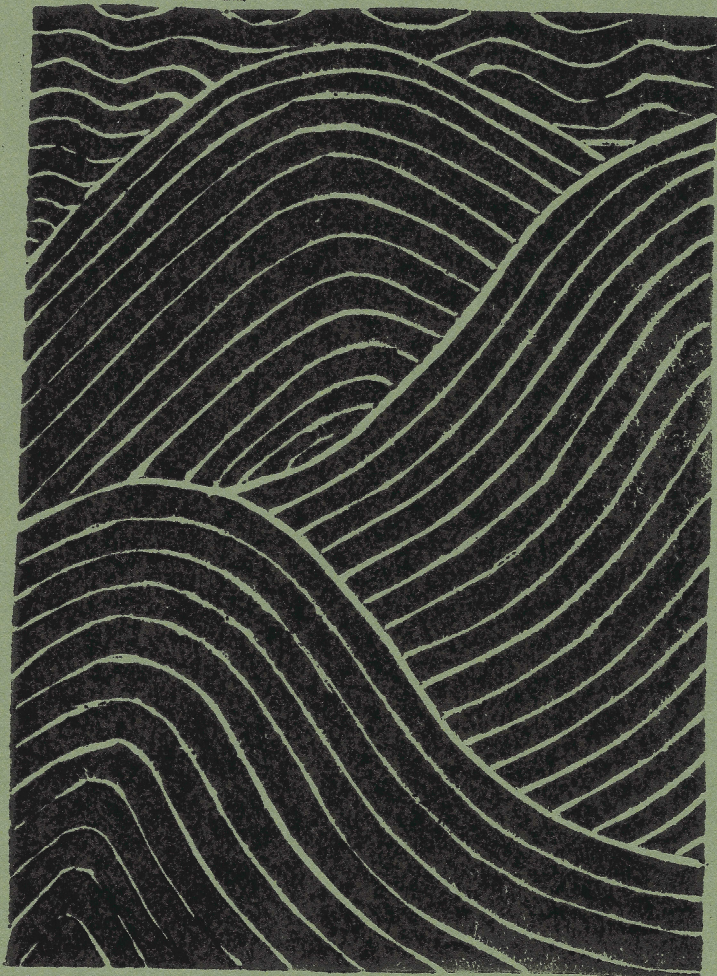
O capítulo 3 “Práticas de lazer na Serra do Caraça”, apresenta as experiências de lazer das sujeitas da pesquisa, descrevendo as práticas observadas e levantadas durante o trabalho de campo atreladas aos elementos onde ocorrem com maior recorrência. A descrição inicia-se pelas práticas que ocorrem junto às águas da Serra do Caraça, por serem compreendidas como o primeiro contato das pessoas participantes com esse espaço. Seguindo pelas trilhas, pelas rochas e pelos picos e cumes da Serra, no movimento de compreender o uso e ocupação da Serra através das práticas de lazer como uma continuidade da cidade, desde a parte mais baixa da Serra, de seu sopé as suas partes mais altas. Cabe pontuar que a escrita prioriza categorias e atribuições nativas, geradas em campo pelas pessoas participantes da pesquisa. Também ressaltamos, nos subcapítulos 3.5 “Motivações para as práticas de lazer” e 3.6 “Significados atribuídos à Serra do Caraça”, a relação sociedade-natureza, apresentando as motivações e os significados atribuídos aos espaços de lazer na Serra do Caraça pelas pessoas interlocutoras da pesquisa.

Na sequência, discutimos, no capítulo 4 “Mineração na Serra do Caraça”, os projetos extrativistas presentes na Serra do Caraça, em Catas Altas, relacionando-os aos conflitos socioambientais em torno da atividade mineradora e as interrelações de suas atividades aos impactos observados no uso e significação do espaço da Serra do Caraça para o lazer. Este capítulo se desdobra nos subcapítulos: 4.1 “As minas na Serra do Caraça, em Catas Altas”, que apresenta os projetos extrativistas que compõe a realidade do território na atualidade; e 4.2 “Impactos da mineração e suas relações com o lazer na Serra do Caraça”, que apresenta, a partir de uma sistematização dos impactos a partir das ações da atividade mineradora sobre o espaço da Serra do Caraça e os conflitos que essa interrelação descortina no que tange à qualidade ambiental, ao acesso à Serra e a influência política do setor mineral no contexto desta pesquisa.

Já no capítulo 5 “Políticas Públicas de lazer para a Serra do Caraça”, analisamos as políticas públicas de Catas Altas voltadas a proteção e ao fomento ao lazer na Serra do Caraça, buscando correlações com as problemáticas levantadas nos capítulos anteriores, identificando lacunas e buscando encontrar e sugerir caminhos para o aprimoramento da gestão dos espaços públicos de lazer da cidade, tendo em vista as demandas e usos da população local.

Por fim, o capítulo 6 “Desafios e perspectivas para o lazer em territórios minerados”, reunimos apontamentos e conclusões sobre o processo da pesquisa. Também buscamos apontar as potencialidades para o campo do lazer ao se debruçar sobre as interfaces entre lazer e

territórios minerados, apontando os principais desafios para a resolução de conflitos socioambientais, como também para a governança ambiental integrada destes territórios, tendo em vista o contexto político e ambiental contemporâneo.



2 A SERRA DO CARAÇA E A CIDADE

A abordagem sobre a Serra do Caraça, inserida no município de Catas Altas, foi elaborada nesta pesquisa a partir da perspectiva de que o espaço social se constrói a partir de elementos históricos, como o da produção material e o da produção social e intelectual, de forma que a reprodução da vida em sociedade não se limita à produção de bens, mercadorias e necessidades materiais, mas também se dá a partir da produção de relações sociais, de práticas, costumes e de manifestações culturais (Marx, 1968). Assim, esta pesquisa admite uma lógica dialética, uma vez que o espaço de reprodução do capital, aqui destacado enquanto o espaço da exploração mineral, e o espaço de reprodução da vida social, entendido como aquele onde ocorrem as práticas de lazer na natureza, tendem a reivindicar relações sociais específicas, bem como significados, sentidos e narrativas contrastantes. Tais elementos são imbricados a partir das relações que as sociedades humanas desempenham com a natureza, relações que podem assumir múltiplas interações.

Ao discutirmos o conceito de espaço é fundamental ancorar-nos na construção teórica de espaço geográfico proposta por Santos (1999). Para este autor, o espaço constitui-se como categoria de análise, instância social e totalidade dinâmica, sendo, portanto, uma abstração que se organiza (e é organizada) por meio de seus usos concretos, historicamente situados, historicizados (Santos, 1999; Santos, Souza e Silveira, 1994). Sob essa perspectiva, a Serra do Caraça, em Catas Altas, é analisada como um território usado, cujo espaço se constrói e se fragmenta mediante às transformações e integrações entre escalas global, nacional e local. Nesse processo, forças dialéticas e/ou antagônicas interagem materializando os limites e as convergências entre Estado e mercado, assim como entre interesses econômicos e demandas sociais (Santos, 1999; Santos, Souza e Silveira, 1994). Dessa forma, o objeto de análise deste trabalho não se restringe ao espaço em si, mas aos usos que o definem, uma vez que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1994, p. 138).

Este capítulo busca compreender, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, o território inserido no seu processo histórico, analisando atividades produtivas, políticas e culturais. Para isso, a Serra do Caraça e o município de Catas Altas serão abordados a partir da contemporaneidade, mobilizando conexões acerca de características presentes hoje com pistas e acontecimentos do passado, que podem contribuir com a compreensão dos fenômenos e das transformações sociais. Não se busca estabelecer comparações entre a história da cidade no

passado e a realidade da atualidade, contudo pretende-se encontrar similaridades, permanências e mudanças que contribuam para alcançar os objetivos desta pesquisa.

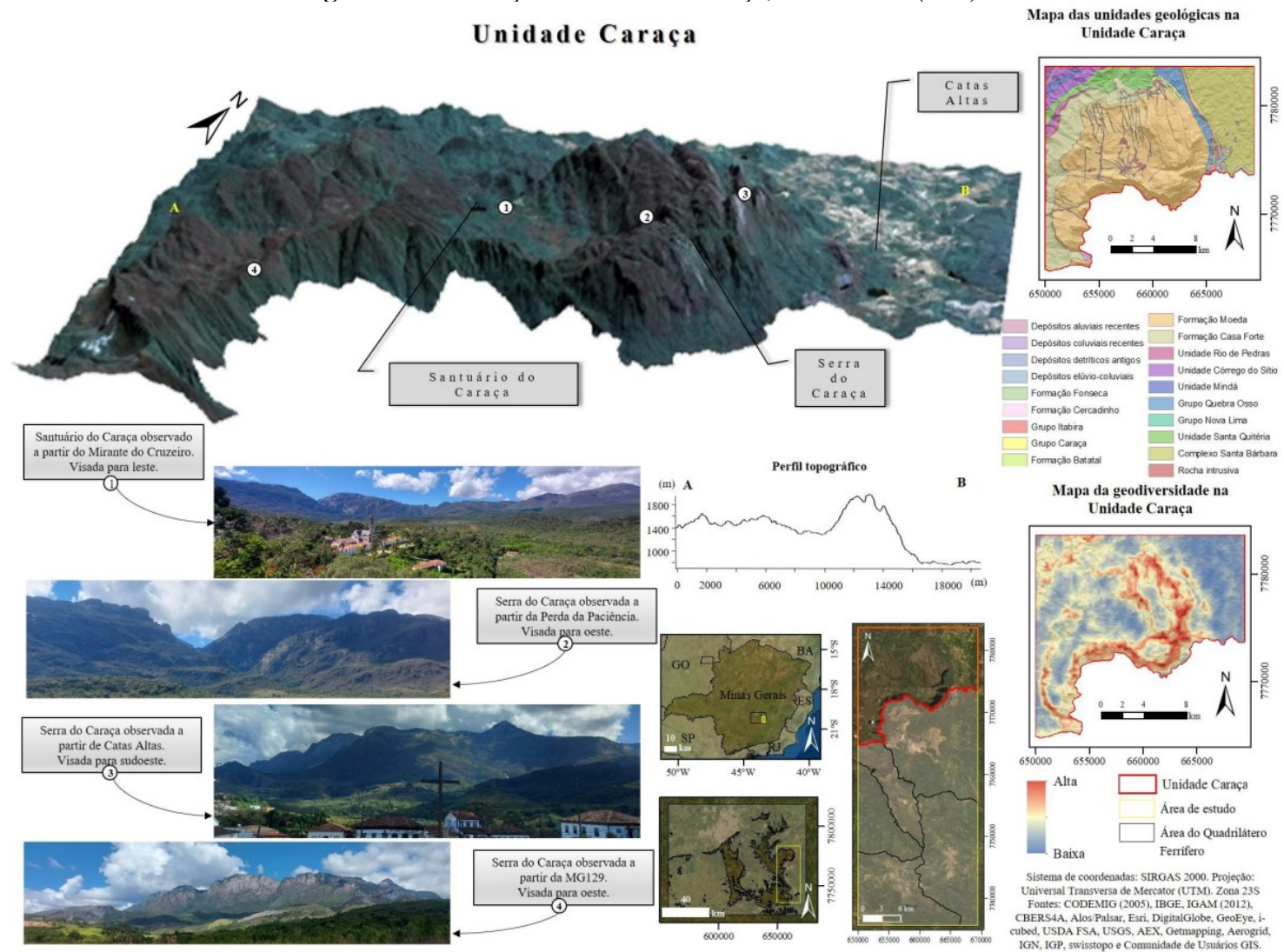
2.1 A Serra do Caraça

A Serra do Caraça esculpida ao longo de eras geológicas, com sua altitude, vegetação e configuração rochosa, desencadeiam a presença de elementos naturais diversos, que hoje possibilitam uma variedade de atividades econômicas e socioculturais, entre elas extração de minério de ferro, abastecimento público de água e práticas de lazer. Esta seção apresenta alguns desses processos naturais, simbólicos e de interrelação com este espaço da natureza.

Localizada no extremo sul da Cordilheira do Espinhaço, patrimônio natural reconhecido como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO (2017), a Serra do Caraça situa-se entre os municípios de Santa Bárbara, Catas Altas, Mariana, Itabirito e Ouro Preto, em Minas Gerais. Com uma área de 31.521 hectares, é considerada “um dos marcos geográficos mais representativos do Estado de Minas Gerais, evidenciando um conjunto de expressivos significados simbólicos e múltiplos valores (paisagístico, geológico, histórico, ambiental e turístico)” (Plano de Manejo RPPNSC, 2013, p. 160).

O mapa apresentado na Figura 5 demonstra a diversidade da Serra do Caraça, destacando a área abarcada por este estudo, bem como elementos e locais referenciados ao longo da pesquisa.

Figura 5: Localização da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Stênio Toledo Nascimento (2022)

A toponímia desta serra é marcada por ambiguidades e interpretações que refletem uma síntese simbólica entre aspectos linguísticos e culturais. Segundo Carrato (1963), autor do livro *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça* (1963), as primeiras menções ao topônimo remontam ao século XVIII, sugerindo que sua origem provável está na fusão de termos das línguas tupi-guarani e portuguesa, como “cara” (rosto) e “açá” (grande) ou “caa-araçapaba” (desfiladeiro), associados a significados como “grande depressão situada em uma serra” ou “bocaina”, termo que hoje designa o vale onde se localizam a Gruta e a Cachoeira da Bocaina, entre os picos do Sol e do Inficionado, na RPPNSC.

Além da perspectiva linguística, Carrato (1963) destaca que a denominação da Serra está ancorada em uma narrativa popular local, que relaciona o nome a uma formação rochosa peculiar: “um lugar que, visto de certa paragem, assemelha-se a uma enorme fisionomia” (p. 234), comparada a um rosto humano em posição de decúbito dorsal, como se fosse a face de um gigante adormecido. É significativo notar que essas interpretações, a etimológica e a simbólica, complementam-se espacialmente. Quando observada do mirante da Pedra da Paciência, na RPPNSC, a Serra revela simultaneamente a “carantonha ciclópica” (a face rochosa) e o vale de relevo acidentado, conforme apresentado na Figura 6. Essa convergência entre narrativas reforça a dimensão cultural da toponímia, que transcende a mera descrição geográfica para incorporar imaginários coletivos.

Figura 6: Vista da Serra do Caraça a partir do Mirante da Pedra da Paciência, com destaque para os picos do Sol e do Inficionado, e para o Vale da Bocaina, Catas Altas (MG)



Fonte: Guia de Turismo Karla Jardim, com destaques da autora (2023)

Assim como ocorre em toda a extensão da Cordilheira do Espinhaço, “a natureza foi extraordinariamente generosa com o Caraça, tanto em relação ao clima quanto aos recursos de flora, fauna e belezas naturais” (Carrato, 1963, p. 235). Essa riqueza está associada às características específicas de sua geologia e geomorfologia, composta, principalmente, por duas grandes unidades rochosas sobrepostas: o Supergrupo Rio das Velhas e o Supergrupo Minas, cada qual representativo de eras e processos geológicos distintos (Barbosa *et al.*, 2019).

O Supergrupo Rio das Velhas corresponde às rochas mais antigas da região, datadas do período Neoarqueano, entre 2,8 e 2,5 bilhões de anos atrás, período em que a Terra passava por intensa atividade vulcânica e processos de sedimentação em ambientes primitivos, como oceanos e bacias tectônicas. As rochas desse supergrupo são chamadas de metavulcanossedimentares, originaram-se da combinação de atividades vulcânicas, como lavas e cinzas, e acúmulo de sedimentos em ambientes oceânicos e de lagos. Posteriormente, essas rochas foram modificadas por metamorfismo, sendo transformações causadas por altas pressões e temperaturas no interior da crosta terrestre, resultando em formações compactas e resistentes, que sustentam a base da Serra (Barbosa *et al.*, 2019; Silva e Crispim, 2019).

Já o Supergrupo Minas, formado durante o Paleoproterozoico, entre 2,5 e 1,6 bilhões de anos atrás, é predominantemente constituído por rochas sedimentares, divididas em dois subgrupos: as clásticas, como arenitos e conglomerados, originadas do transporte e deposição de fragmentos de rochas por agentes como rios, ventos ou gelos; e as químicas, como calcários e ferros, resultantes da precipitação de minerais em ambientes aquáticos. Essas camadas refletem mudanças ambientais, como variações no nível do mar, climas distintos e a ação de rios que moldaram a paisagem ao longo de milhões de anos (Barbosa *et al.*, 2019; Silva e Crispim, 2019).

A sobreposição desses supergrupos de rochas revela que a Serra do Caraça é resultante de uma evolução geológica dinâmica e multifásica. Na primeira etapa (Supergrupo Rio das Velhas) predominaram vulcanismo e sedimentação em ambientes instáveis; na segunda (Supergrupo Minas) consolidou-se uma fase de estabilização da crosta, com sedimentação em ambientes continentais e marinhos rasos. Essa sequência estratigráfica (ordenamento das camadas rochosas) é crucial para entender não somente a história da Terra, mas também a gênese dos minerais, como o ferro, cuja abundância na região impulsionou o extrativismo mineral, conforme será discutido mais adiante.

A conformação geológica da Serra do Caraça resulta numa amplitude altimétrica acentuada, que varia entre 720 metros na base, e 2.072 metros até o Pico do Sol, seu ponto culminante. Essa variação altitudinal não apenas define a topografia acidentada, marcada por desníveis pronunciados, vales profundos, cristas quartzíticas e morros escarpados em forma de cânions, mas também exerce influência decisiva sobre o clima, a hidrografia, a espeleologia e a biodiversidade local, condicionando a distribuição de vegetação e fauna (Plano de Manejo da RPPNSC, 2013).

O clima da Serra do Caraça é classificado como tropical semiúmido, apresentando invernos secos e verões chuvosos (Moreira e Pereira, 2004; Cavalcante, Valadão e Salgado, 2010; Fernandes e Moreira, 2023). Apesar das condições climáticas e da umidade significativa, os solos da região são pouco evoluídos, devido à alta resistência do quartzito ao intemperismo (processo de desgaste das rochas), sendo predominantes os Neossolos Litólicos, solos rasos e formados diretamente sobre a rocha matriz. Em áreas menos declivosas são encontrados os Cambissolos, solos ligeiramente mais profundos e desenvolvidos, porém ainda jovens e com fertilidade limitada (Moreira e Pereira, 2004; Cavalcante, Valadão e Salgado, 2010). Essa combinação de clima e solos rasos cria nichos ecológicos específicos que sustentam uma vegetação singular.

A Serra do Caraça situa-se em uma zona de transição biogeográfica, entre a Mata Atlântica e o Cerrado, o que se reflete na diversidade de formações vegetais. Destacam-se fragmentos de florestas úmidas, como mata ciliar, mata de galeria, mata nebulosa e mata semidecídua, intercalados com formações campestres, como campos rupestres, campo limpo e campo sujo, os quais são ecossistemas adaptados a afloramentos rochosos e altitudes elevadas (Moreira e Pereira, 2004; Silva, 2017). Essa mistura de biomas abriga espécies endêmicas de flora e fauna, como orquídeas rupícolas e aves como o beija-flor-de-gravata-verde (*Augastes scutatus*), exemplificando a singularidade biológica da região (Moreira e Pereira, 2004; Cavalcante, Valadão e Salgado, 2010; Silva, 2017).

Os recursos hídricos também são um traço marcante desta serra. O Rio Piracicaba, afluente do Rio Doce, nasce na vertente da Serra do Caraça presente no distrito de São Bartolomeu, em Ouro Preto, há mais de 1.710 metros de altitude. A partir de sua nascente, o Rio Piracicaba percorre 241 km até desaguar no Rio Doce, na confluência entre os municípios de Ipatinga e Timóteo. Sua bacia hidrográfica se estende por 21 municípios, cobrindo uma área de 5.685,89 km², com uma população estimada de 979.582 habitantes (IBGE 2022). Além de sua relevância ecológica, a Bacia do Piracicaba abriga diversas empresas mineradoras e de silvicultura, além do Parque Siderúrgico do Vale do Aço, um dos maiores complexos industriais da América Latina, tendo influência direta na economia de seus municípios (Expedição Piracicaba, 2023). O mapa abaixo (Figura 7) representa a localização da Bacia do Rio Piracicaba, com destaque para a sua hidrografia, relevo e biomas.

Cabe também destacar a rica rede hidrográfica da Serra do Caraça presente na área desta pesquisa, no município de Catas Altas, composta principalmente pelas bacias do Rio Maquiné, que nasce no sopé da Serra e recebe, ao percorrer o município, córregos, como o Vianteiro, do Retiro, Bileto, Paracatu e Pitangui; e pelo conjunto de bacias de cabeceiras que drenam os altos da Serra a partir do Ribeirão Caraça, com os córregos da Barragem, Cascata, Cascatinha, Brumadinho e Quebra-Ossos (Plano de Manejo RPPNSC, 2013; Alvarenga-Silva, Marques e Magalhães-Jr., 2014; Fonasc.CBH, 2019).

A predominância de quartzito na Serra do Caraça exerce papel central na dinâmica hidrológica ao favorecer um escoamento superficial intenso, que concentra a água pluvial ao longo dos contatos estratigráficos (fraturas, falhas geológicas ou zonas onde diferentes camadas de rocha se encontram). Com o tempo, a ação erosiva contínua da água abre vales estreitos e profundos, denominados de talvegues, que seguem o alinhamento dessas estruturas geológicas. Como resultado, formam-se cursos d'água que descem abruptamente pela Serra, com inclinações que podem ultrapassar 70°, construindo uma paisagem marcada por desníveis abruptos e quedas d'água em forma de cascatas, cachoeiras e corredeiras (Medina, Dantas e Saadi, 2005, p. 38).

Cabe destacar que as Serras do Caraça e do Gandarela se destacam como as principais áreas de recarga das Bacias do Rio Piracicaba e do Rio das Velhas (afluente do Rio São Francisco), responsáveis pelo abastecimento de cerca de 70% da população de Belo Horizonte e de 50% da população de sua Região Metropolitana (RMBH) (Barbosa, 2005; Expedição Piracicaba, 2023). Essa relevância hídrica deve-se, em grande parte, às características geológicas locais: os altos topográficos e a cobertura rochosa de canga, as quais são rochas muito porosas típicas dessas serras, favorecem a infiltração e o armazenamento das águas pluviais formando mananciais hídricos no subsolo (Expedição Piracicaba, 2023). Não por acaso, tais atributos conformam essas áreas como “territórios prioritários para a preservação da saúde tanto quantitativa como qualitativa” das bacias mencionadas (Expedição Piracicaba, 2023, p. 167).

Contudo, como alerta Souza (2021), em sua análise crítica sobre a região do Quadrilátero-Aquífero-Ferífero, a proteção dos recursos hídricos dos territórios inseridos nesta região enfrenta desafios estruturais. Isso ocorre porque o modelo de extrativismo mineral vigente, somado à “tendência de expansão contínua e sem uma delimitação rigorosa na escala regional pode levar a uma maior sobreposição dos complexos minerários aos mananciais existentes (Souza, 2021, p. 17). Além disso, as águas dessas bacias transcendem suas funções ecológicas, industriais e de subsistência humana, por serem também componentes da produção

social do espaço, possuindo centralidade em diferentes manifestações culturais, como rituais místicos, celebrações religiosas e práticas de lazer.

Nesse sentido, a criação e consolidação de Unidades de Conservação (UCs) surgem como estratégias-chave para garantir a integridade da Serra do Caraça e as múltiplas interações socioambientais que nela ocorrem. No entanto, apesar de sua relevância ecológica e cultural, a Serra do Caraça ainda não possui proteção integral, expondo-a a riscos de degradação e uso inadequado. No Brasil, o marco regulatório para a proteção da natureza é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido pela Lei n.º 9.985/2000 (Brasil, 2000). Essa legislação classifica as áreas protegidas em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral, voltadas à preservação estrita de ecossistemas, e Unidades de Uso Sustentável, que buscam conciliar a conservação com atividades econômicas. Além dessas, o sistema inclui instrumentos complementares, como Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), estas últimas criadas por iniciativa de proprietários privados.

Para delimitar uma Unidade de Conservação é necessário que o poder público realize estudos técnicos e consultas públicas que justifiquem a criação da área. Esses estudos devem considerar fatores como a relevância ambiental do local, a biodiversidade existente, a importância para a preservação de elementos naturais e a viabilidade de gestão. A delimitação também exige diálogo com as comunidades locais, garantindo que os interesses sociais, culturais e econômicos sejam levados em conta. Após esses procedimentos, a UC é formalmente estabelecida por ato do poder público, como um decreto ou uma lei.

Estas duas últimas modalidades são encontradas na Serra do Caraça. Essa estrutura legal é reforçada por mecanismos como a compensação ambiental, obrigatória para empreendimentos de alto impacto, e por políticas estaduais e municipais que integram a proteção ambiental ao planejamento territorial. No Quadro 2 foram reunidas as Unidades de Conservação (UCs) presentes na Serra do Caraça, em Catas Altas, identificadas as categorias de manejo, a responsabilidade, área total de abrangência, e os documentos normativos respectivos a cada uma das UCs.

Cabe pontuar que o Plano Diretor de Catas Altas lista como existentes ainda as seguintes UCs: Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal; RPPN do Vale das Borboletas; RPPN do Poço Preto, no Quebra Ossos; RPPN do Poço da Água Quente, no povoado de Morro d'Água Quente (Catatas Altas, 2024, Art. 18º). No entanto, não foi possível localizar em fontes públicas, tais como no SIAM/MG, site oficial da prefeitura de Catatas Altas, ICMBio e IEF, informações

detalhadas sobre essas áreas. A informação foi solicitada à Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, mas até o fechamento desta pesquisa não houve retorno.

Quadro 2: Áreas de Proteção na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)

Categoria de manejo e denominação	Responsabilidade	Área total (ha)	Ato de criação (referenciar todas)
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Santuário do Caraça	Província Brasileira da Congregação da Missão	10.187,89	Portaria IBAMA n.º 32-N, 30 de março de 1994 - Portaria MMA n.º 189, de 17 de maio de 2013 (Plano de Manejo)
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Horto Alegria	Vale S.A	141,57	Portaria IEF n.º 65, de 26 de agosto de 2022
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Quebra Ossos	Pedreira Um Valemix Micon LTDA	23	Portaria IEF n.º 184, de 12 de dezembro de 2007
Área de Proteção Ambiental - APA Sul RMBH	Estado de Minas Gerais	164.365,07	Decreto 35624/94, Decreto 37812/96 e Lei Estadual 13.960/01

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBAMA, IEF e SEMAD/MG (2024)

O quadro revela que o cenário de conservação ambiental na Serra do Caraça é marcado por uma predominância de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e apenas uma Área de Proteção Ambiental (APA) é pública. As RPPNs, instituídas em terras privadas, representam iniciativas voluntárias de proteção perpétua, conforme previsto em lei. Entretanto, sua aplicação em áreas de alta sensibilidade ecológica, como regiões montanhosas impactadas por atividades extrativas, expõe desafios estruturais: embora juridicamente vinculantes, suas dimensões reduzidas limitam a conectividade entre ecossistemas e a proteção integral de espécies que dependem de habitats extensos.

A complexidade aumenta quando se observa que duas das RPPNs listadas são geridas por empresas mineradoras (Vale S.A. e Pedreira Um Valemix Micon LTDA). Esse fato suscita questionamentos sobre conflitos entre interesses econômicos e ambientais, mesmo que essas áreas sejam apresentadas como medidas compensatórias ou de mitigação. A gestão privada, ainda que regulamentada, introduz incertezas sobre a priorização efetiva da biodiversidade em zonas sob intensa pressão antrópica, especialmente em ambientes montanhosos frágeis.

Essa fragilidade institucional foi evidenciada em 2023, quando operações da Polícia Militar desarticularam organizações criminosas envolvidas em garimpo e extração ilegal de minério de ferro em áreas de reserva ambiental geridas pela Vale S.A. no município. O caso expôs a falta de fiscalização efetiva nessas áreas, com destruição de trechos relevantes de Mata Atlântica (G1 Minas, 2023), violando claramente o princípio de proteção da vegetação nativa.

Ainda é importante notar que a APA Sul RMBH opera sob um regime de uso sustentável, permitindo atividades reguladas, como mineração e agropecuária, tendo um modelo de gestão flexível que pode ser insuficiente para garantir a preservação de ecossistemas críticos, já que não impede totalmente impactos cumulativos de empreendimentos no entorno. A legislação da APA exige o estabelecimento de zonas de amortecimento, licenciamento ambiental e medidas de compensação ambiental, como recuperação de áreas degradadas e monitoramento de bacias hidrográficas, para empreendimentos de alto impacto. Na Serra do Caraça, a APA atua na preservação de nascentes críticas, como a do Rio Piracicaba, e na regulação de encostas íngremes e áreas de recarga de aquíferos sujeitas a erosão e deslizamentos. Em Catas Altas, a área protegida pela APA Sul correspondente a 7.505,56 hectares, representando 4,54% da área do município (ISA, 2024).

Em contraste com a APA, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário do Caraça (RPPNSC) destaca-se como a maior área de proteção da Serra do Caraça, classificada como UC de uso sustentável e abrangendo parte de Catas Altas e Santa Bárbara. Sua principal característica é a integração entre conservação de espécies da flora e fauna da Serra do Espinhaço e atividades religiosas e turísticas, destacando-se o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, cujos primeiros registros datam da segunda metade do século XVIII, a partir de 1774, quando foi erguida uma ermida em homenagem à Nossa Senhora Mãe dos Homens, e o Colégio do Caraça, fundado em 1820 como educandário e seminário (Plano de Manejo RPPNSC, 2013).

A legislação que rege a RPPNSC inclui normas específicas de manejo, que limitam o uso público as áreas pré-definidas, resguardando outras áreas prioritárias para a proteção de espécies emblemáticas, como o lobo-guará e aves endêmicas, além de ecossistemas como campos rupestres e matas remanescentes de Mata Atlântica. A ausência de unidades de proteção integral, como parques estaduais ou reservas biológicas, aponta para uma lacuna na política de conservação da região da Serra do Caraça. Neste sentido, a RPPNSC é considerada “uma ilha”, “um dos poucos refúgios para a fauna da região”, tendo em vista o contexto ambiental onde se insere, com o crescimento de empreendimentos minerários de significativo impacto ambiental (Silva, 2017; Plano de Manejo da RPPNSC, 2013). Portanto, embora a RPPNSC seja um marco relevante, sua efetividade depende da ampliação de políticas de proteção integral capazes de conter a fragmentação de habitats e garantir a conectividade ecológica em um território sob pressão extrativista.

A atividade mineradora em Catas Altas impõe desafios complexos à conservação da Serra do Caraça, ameaçando seus ecossistemas únicos. A exploração mineral gera pressões

diretas, como desmatamento, fragmentação de habitats e degradação de recursos hídricos, impactos que contradizem os objetivos das áreas protegidas. Apesar das exigências legais, como a compensação ambiental prevista no SNUC, a efetividade dessas medidas é questionável: relatos recorrentes de supressão ilegal de vegetação em áreas de recarga hídrica, assoreamento de rios, e a lentidão na recuperação de áreas degradadas ilustram falhas na fiscalização e na viabilidade dos prazos operacionais da mineração tendo em vista os ciclos ecológicos.

Além dos impactos locais, projetos de expansão minerária em zonas de amortecimento da APA Sul RMBH ameaçam a conectividade entre fragmentos de Mata Atlântica e Campos Rupestres, colocando em risco espécies endêmicas e serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação climática e o fornecimento de água para comunidades. A própria RPPN Santuário do Caraça, embora protegida por seu status de uso sustentável, enfrenta riscos indiretos, como incêndios florestais originados em áreas não protegidas ou em propriedades privadas da Serra, que se alastram para a Reserva.

Essa realidade ecoa nas demandas da população local, expressas em diálogos durante a pesquisa. As principais reivindicações incluem o cuidado e manutenção das trilhas, a fiscalização, segurança e educação ambiental em áreas de lazer, assim como a mediação de conflitos entre atividades mineradoras e os demais usos do território. Essas demandas, detalhadas nas próximas seções, revelam a urgência de políticas que integrem conservação, lazer e justiça socioambiental, garantindo que a Serra do Caraça não seja reduzida a um palco de disputas entre interesses econômicos e direitos coletivos.

Para compreender de forma mais abrangente o território estudado, buscamos apresentar no próximo capítulo características da cidade de Catas Altas que mantém relação com o uso e a ocupação do espaço da Serra do Caraça, buscando diálogos entre a construção sócio-histórica da localidade e a sua atual conformação sociodemográfica e econômica.

2.2 A cidade de Catas Altas

A exploração econômica de elementos naturais, baseada no trabalho escravista e voltada ao mercado externo, é uma característica tão elementar da configuração socioeconômica e cultural brasileira no período da colonização que é difícil compreendê-la separadamente da construção do território brasileiro. Nesse contexto, a construção e organização dos primeiros núcleos populacionais do estado de Minas Gerais está intrinsecamente relacionada com a atividade extrativa mineradora, especialmente à extração aurífera. Como destaca Vasconcellos

(1981), a ocupação das regiões mineiras no século XVIII diferenciou-se de outros processos coloniais que privilegiavam a proximidade com rios navegáveis, baías, enseadas e correntes fluviais. Nas Minas Gerais, embora haja cursos d'água, como o Rio Doce, o Rio das Mortes e o Rio São Francisco, os vilarejos surgiram predominantemente associados às áreas montanhosas, como apresentado pelo autor no trecho que segue abaixo.

Nas Minas nenhum rio navegável condiciona o povoamento. Raras são as concentrações humanas de beira d'água, como Mariana ou Sabará. Mesmo estas, como também Santa Luzia ou Santa Bárbara, cedo se afastam dos cursos fluviais, em estranha tendência pelas cumeadas que lhes ficam próximas. É que o ouro se esconde na montanha, e é a montanha que fixa o homem (Vasconcelos, 1981, p. 24).

Tal dinâmica nos auxilia a compreender por que a tricenária Catas Altas se consolidou como um polo produtor de ouro durante a primeira metade do século XVIII, com suas frentes de extração concentradas nas encostas da Serra do Caraça (Souza, 2004; Santos, 2006). Os vestígios desse período permanecem visíveis no território: nomes como Pitangui, Bananal, Maquiné, Boa Vista e Quebra-Ossos, outrora associados a minas, hoje designam ruínas, áreas de lazer ou sítios de exploração mineral. Além disso, seu patrimônio histórico e arquitetônico, como o aqueduto Bica de Pedras (construído em 1792), os casarios barrocos e a imponente Matriz de Nossa Senhora da Conceição (cuja construção começou em 1729), testemunham esta época.

Integrada à Estrada Real, rede de caminhos coloniais que ligava as regiões mineradoras ao litoral¹⁰, Catas Altas beneficiou-se da circulação de pessoas, minerais e mercadorias, uma vez que as rotas foram ligando os vários núcleos mineradores e seus entroncamentos (Pires, 2017). Embora as rotas oficiais fossem centralizadas pelo poder metropolitano, Vasconcelos (1981) ressalta que muitos caminhos surgiram “fruto da iniciativa do povo”, incluindo trilhas pré-existentes ou abertas paralelamente ao sistema oficial (1981, p. 28). Esses acessos alternativos não apenas facilitavam o comércio e o contrabando, mas também serviam como articuladores de revoltas contra a rígida fiscalização colonial. Assim, a malha viária refletia tanto os interesses da Coroa quanto a agência das populações locais, revelando tensões inerentes ao projeto colonizador.

¹⁰ Maria do Carmo Pires, em artigo denominado Estrada Real e a história do processo de construção de roteiros turísticos no estado de Minas Gerais (2017), explica que “os caminhos coloniais receberam a denominação de “estrada real” porque o Estado se fez presente por meio de postos de fiscalização, conhecidos como registros, onde cobravam os direitos reais, como os pedágios, o direito de entrada, os quintos reais, entre outros”, sendo as principais rotas denominadas como Caminho Novo, Caminho Velho, Caminho dos Diamantes e Caminho de Sabarabuçu (Pires, 2017, p. 2).

Atualmente, as rotas da Estrada Real configuram-se como um importante eixo turístico para o estado de Minas Gerais, com cerca de 1.600 quilômetros de extensão, abarcando os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Instituto Estrada Real, 2023). O principal roteiro da Estrada Real presente em Catas Altas é denominado “Entre Serras – da Piedade ao Caraça”, que se inicia na Serra do Piedade, no município de Caeté, passando pelos municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara, finalizando na Serra do Caraça, em Catas Altas. O Instituto Estrada Real, ao apresentar a cidade de Catas Altas como um dos pontos deste roteiro destaca o “turismo como uma alternativa de renda e sustentabilidade”, que pode garantir “às futuras gerações as paisagens naturais e a harmonia entre economia, renda e qualidade de vida” (Instituto Estrada Real, 2023). Para sublinhar o que essas localidades têm em comum em relação a sua história econômica e cultural, os roteiros fomentam, a partir das culturas e tradições, a gastronomia, a hotelaria e o artesanato como forma de desenvolvimento econômico (Instituto Estrada Real, 2023).

Cabe ressaltar que a oferta turística atual em Catas Altas está centrada em segmentos como o turismo histórico-cultural, de experiência, rural, gastronômico, de aventura e ecoturismo, muitos deles vinculados à memória da mineração ou à biodiversidade da Serra do Caraça. Um exemplo são as práticas de agricultura e de artesanato através do cultivo de uva e de jabuticaba para a fabricação de fermentados e vinhos, atividades que remontam ao século XIX e hoje são registradas como bem imaterial do município (IEPHA, 2002). Essa tradição impulsiona duas das principais festividades locais: a Festa do Vinho e a Festa do Produtor Rural, eventos que não só celebram a cultura local, mas também reforçam as conexões entre passado e presente, resgatando práticas históricas e integrando-as à economia contemporânea.

Santos (2018), ao analisar as relações de parentesco, vizinhança e compadrio na freguesia de Catas Altas entre os anos de 1712 e 1742, afirma que a formação social e econômica local nos primórdios de sua fundação era agro mineradora, exemplificando a presença de “oito engenhos reais que faziam açúcar e destilavam aguardente, e mais dezoito engenhos de pilão que faziam farinhas de milho” (Santos, 2018, p. 23). De Paula (2020) no livro Minas Gerais: visão de conjunto e perspectivas (2020) corrobora essa análise ao contextualizar o rápido processo de povoamento desencadeado pela descoberta de ouro no final do século XVII. Segundo este autor, a necessidade de superar as crises de abastecimento entre 1699 e 1701 acelerou a diversificação econômica com a expansão de atividades agropecuárias, manufatureiras e de serviços (de Paula, 2020, p. 28-19).

Esse movimento, além de consolidar uma significativa rede urbana, a partir da construção de vilas com infraestrutura para moradia e serviços, fomentou um sistema cultural diverso de

bens simbólicos, consumidores e de veículos de circulação¹¹, com proeminência nas artes plásticas, música e literatura (2020). Contudo, alerta que esse patrimônio natural, há séculos, vem sendo submetido a processos de devastação, conforme reflete no trecho abaixo.

Lembrar que a mineração em Minas deu-se em território de matos gerais tem sentido estratégico, nesse nosso tempo, ao remeter à dramática constatação de que, historicamente, os processos produtivos que têm sido adotados têm sido destrutivos tanto sobre as minas, quanto sobre os matos, devastados para atender a interesses particularistas, imediatistas, ao lucro, à ganância incontável de que resultam impactos e consequências, que já dominam sob a forma do aquecimento global, da crise hídrica, da perda de biodiversidade, de tragédias socioambientais como as de Mariana e Brumadinho (de Paula, 2020, p. 50).

O autor também enfatiza que os fluxos migratórios para as Minas não eram motivados apenas por ambições econômicas, mas igualmente por interesses intelectuais e científicos, despertados pela abundância natural da região. De Paula (2020) ressalta ainda que a diversidade biológica e geográfica presentes na região “dos matos geraes”, englobando Mata Atlântica, Cerrado, vegetação de altitude e Caatinga, representava “riquezas animais, vegetais e minerais” da “terra miraculosa”, que atraíram cientistas nacionais e estrangeiros para expedições de catalogação e estudo durante o século XIX (Pires, 1997, p. 286, *apud* de Paula, 2020, p. 109) As incursões contribuíram para a formação de um acervo histórico multidisciplinar, que hoje serve como base para pesquisas sobre biodiversidade, geologia e cultura mineira.

No século XIX, naturalistas e viajantes europeus que percorreram Catas Altas, como Spix e Martius (1838), Gardner (1942), Pohl (1951), Saint-Hilaire (1974) e Mawe (1978), registraram a decadência pós-mineração. Pohl (1951), por exemplo, destacou que o “arraial contava com perto de 200 casas” (Pohl, 1951, p. 383), cujos moradores dedicavam-se à agricultura, comércio e pecuária. Entretanto, Saint-Hilaire (1974) contrastou o passado opulento com o cenário de abandono: “edificações com muito mais esmero que a maioria das que se veem em França [...] outrora ricas e prósperas, [hoje] não apresentam [...] senão o espetáculo do abandono e da decadência” (Saint-Hilaire, 1974, p. 170). Ressalta também a paisagem marcada por “morros áridos, sulcados em todos os sentidos pela mão dos mineradores” (Saint-Hilaire, 1974, p. 169).

Esses elementos de transição são exemplificados na análise empreendida por Ribeiro (2018), que discute o tombamento de sítios históricos em Catas Altas. O estudo destaca a atuação do Padre Manuel Mendes Pereira de Vasconcelos, Monsenhor Mendes, vigário de

¹¹ De Paula (2020) incorpora em sua interpretação a categoria de análise sociológica de “sistema cultural”, forjada por Antônio Cândido, em 1964. “Caracterizada enquanto uma estrutura tripartite composta de produtores de bens simbólicos, consumidores desses bens e veículos que permitem a circulação desses bens” (de Paula, p. 75, 2020).

Catas Altas entre 1878 e 1913. Em 1884, ele publicou um manuscrito com “noções úteis ao fabricante de vinho”, incentivando a viticultura como alternativa à mineração, atividade até então pautada pelo trabalho escravo e pelo descompromisso das elites locais (Ribeiro, 2018, p. 24). Monsenhor Mendes emergiu, assim, como figura central na promoção de um modelo econômico diversificado, vinculado à cultura agropecuária e à valorização do trabalho livre, em contraposição à exploração mineral.

Outro exemplo se dá quando analisamos a criação da Companhia Industrial Vinhateira Serra do Caraça, em 1892, que marca um esforço institucional para diversificar a economia de Catas Altas além da mineração. Conforme registros do Diário Oficial de Minas Gerais (1892-1900), a Companhia foi estabelecida como uma sociedade anônima com objetivos claros:

Art.1º. Sob a denominação de Companhia Industrial Vinhateira Serra do Caraça, constitui-se uma sociedade anonyma que tem por fim:

1º Montar uma *fabrica* central com todo o material necessário para a produção de vinho, aguardentes, vinagres e outros produtos de uva.

2º Estabelecer tanoaria que forneça os seus *productos*, não só os misteres da companhia, como também ao consumo do *commercio*, quando houver.

3º Comprar *fructos* colhidos ou pendentes e mesmo *contraetar* colheitas futuras, tendo em vista a legislação do penhor agrícola.

4ª Adquirir terrenos apropriados para fundação das *fabricas*, cultura de *vide*, introduzindo variedades mais apropriadas ao fabrico de vinho e *quaesquer* outras plantações que se prestem a *industria* e auxiliem o progresso da companhia.

Art. 2º A sede da companhia será na *freguezia* de *Cattas Altas do Matto Dentro*, podendo porem ter agencias, *depositos* ou casas *commissarias* nos pontos onde convier.

Art. 3º . A sua duração será de *cincoenta annos* (Diário Oficial do estado de Minas Gerais, 1892-1900).

Em diversas outras edições deste periódico, entre os anos de 1892 e 1900, pode-se verificar o anúncio de vendas de produtos, de assembleias e de reuniões da dita Companhia, além de julgamentos e resultados de concursos de vinhos e notas com elogios à qualidade dos produtos e à organização da Companhia¹². Destaca-se também a notícia sobre a escolha de

¹² Foram encontrados no período de 1892 a 1900, no 45 registros de anúncios de vendas dos produtos da Companhia Industrial Vinhateira Serra do Caraça, chamadas para assembleias e reuniões, resultados de concursos agrícolas, notas de expedições agrícolas e comentários sobre os produtos da Companhia entre os anos de 1892 e 1900, sendo os respectivos anos e edições: ano de 1892: 00093 (1); 000095 (1); 00099 (1); 00100 (1); 00152(1); 00153 (1); 00156 (1); 00222(1); 00223 (1); 00224(1); 00227 (1); 00245 (1); 00246(1); ano de 1893: 00119(1) e 00128 (1); ano de 1894: 00015 (1); 00016 (1); 00017 (1); 00140 (1); 00244 (1); 00251 (1); 00301 (1); 00303 (1); 00306 (1); ano de 1895: 00019 (1); 00020 (1); 00023(1); 00083(1); 00207 (3); 00263 (1); 00266 (1); ano de 1896: 00023 (1); 00298 (1); 00307 (1); 00341 (1); 00343 (1); ano de 1897: 00019 (2); 00021 (1); 00022 (1); 00091 (1); ano de 1899: 00029 (1); 00030 (1); 00032 (1); ano de 1900: 00029 (1) e 00030 (1). Minas Geraes: Orgam Official dos Poderes do Estado (MG) (1892 a 1900).

produtos da Companhia para representarem a produção agrícola e industrial brasileira na Exposição de Chicago, ocorrida no ano de 1893¹³ (Gimenes, 2017).

É interessante notar que a maioria das localidades mineiras que levaram produtos para a Exposição de Chicago são vilas e cidades que mantinham (e ainda mantêm) relação com a atividade mineradora, como Outro Preto, São João de Rei, Sabará, Itabira, Mariana e Santa Bárbara. Apesar da grande concentração de recursos e de população envolvida com a atividade mineradora, inclusive tendo a mineração neste período recebido altivo investimento de capital inglês nos empreendimentos mineradores mineiros (Azevedo *et al.*, 2012), essas localidades também detinham outras importantes atividades econômicas, que, mesmo apesar de impulsionadas pela atividade mineradora, a ela não se restringia. O que nos leva a corroborar com a argumentação de Capanema (2013), que reitera, por meio de uma abordagem da história ambiental das Minas de Ouro, no período setentista, que a mineração em Minas Gerais se desenvolveu vinculada à agricultura.

Na primeira metade do século XX, o Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro, 1981) registra a vitalidade econômica de Catas Altas: em 1919, por exemplo, o distrito produzia 40 mil litros de vinho anuais e fabricava a “primeira farinha de mandioca do Estado”, processada em cerca de 200 moendas, tornando-se referência agrícola (1981, p. 162). Este documento também destaca cultivos comerciais de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar e chá, além de apontar ambições políticas para a região. Projetava-se, por exemplo, a extensão do ramal ferroviário Central do Brasil até Catas Altas, visando conectá-la ao Rio de Janeiro e explorar seu clima ameno para turismo de verão. Chegou-se até a cogitar sua candidatura a nova capital mineira, evidenciando seu papel estratégico no imaginário político da época (Fundação João Pinheiro, 1981).

A partir dos anos finais do século XX e início do século XXI, um novo ciclo econômico emerge, impulsionado pela siderurgia, silvicultura e pelo *boom* das *commodities* minerais. Wanderley (2017) descreve esse movimento como uma “aceleração da expansão mineral sobre territórios ricos em minérios” (2017, p. 2), fenômeno que, em Catas Altas, resultou na reabertura de jazidas históricas e na exploração de novas reservas de ferro e manganês, atraídas

¹³ A Exposição de Chicago, também denominada por Exposição Colombina de Chicago e por Exposição Universal de 1893, foi um evento internacional sediado na cidade de Chicago, no estado de Illinois, nos Estados Unidos da América. A “grande metrópole do Oeste” celebrou os 400 anos da chegada de Cristóvão Colombo ao denominado “Novo Mundo” apresentando ao mundo invenções, produtos industriais e mercadorias consideradas relevantes de todo o mundo. Segundo Gimenes (2017), “um dos principais objetivos dos organizadores do evento era apresentar o recente êxito industrial e econômico que os Estados Unidos obtiveram nas últimas décadas do século. Milhões de pessoas visitaram Chicago para assistir às apresentações e ver as atrações, que aconteceram entre maio e outubro daquele ano” (Gimenes, 2017, p. 147).

pelos preços internacionais elevados. Paralelamente, a silvicultura expandiu-se para suprir a demanda por carvão vegetal, insumo crítico para a indústria siderúrgica, reforçando a relação da região com modelos extrativistas.

Nesse contexto, contrapõe-se o surgimento do turismo como vetor de identidade cultural. A RPPN Santuário do Caraça, antigo Colégio do Caraça, instituição que entre os séculos XIX e XX formou elites intelectuais e religiosas, tornou-se polo de lazer e espiritualidade. Sua projeção foi amplificada por obras como o filme *Porta do Céu - Caraça* (Lutz, 1950) e o livro *Montanha Viva: Caraça* (Lisboa, 1959), que associaram o local a uma narrativa de natureza mágica. A poetisa Henriqueta Lisboa, em passagem emblemática, descreve-o como um espaço que “guarda na verde concavidade [...] monumento histórico, santuário místico, fonte cultural [...] campo de formação do corpo e do espírito” (Lisboa, 1985, p. 283). Sua linguagem poética sintetiza a tríade história, espiritualidade e ecologia, consolidando o Caraça como ícone cultural multifacetado, capaz de atrair tanto peregrinos quanto turistas em busca de conexão com o patrimônio natural e simbólico.

Assim, o início do século XXI também consolidou a Serra do Caraça como eixo geográfico, cultural e simbólico de Catas Altas. Em 2005, o Plano Diretor Municipal (Lei n.º 179/2005) estabeleceu diretrizes para conciliar desenvolvimento urbano e preservação ambiental, declarando a Serra como “paisagem inalterável por qualquer atividade econômica” (Catás Altas, 2005, Art. 4º, II). Essa valorização foi reforçada em 2010 pela Lei Municipal n.º 320 (Catás Altas, 2005), que institucionalizou a imagem da Serra do Caraça e do casario da Rua Monsenhor Barros como símbolos oficiais do município, conforme a Figura 8.

Figura 8: Imagem oficial de Catas Altas (MG)



Fonte: Lei Municipal n.º 179/2005 (Catás Altas, 2005)

O brasão de Catas Altas, apresentado na Figura 9, também sintetiza a identidade local em três dimensões: história, natureza e economia. No centro, a Serra do Caraça domina a composição, reforçando sua centralidade simbólica. As datas 1703 (fundação do povoado) e

1997 (emancipação política) demarcam o diálogo entre o passado colonial e a autonomia recente. À esquerda, a figura da indumentária remete às origens ligadas à mineração do ouro, enquanto a almandina prateada evidencia a conformação geológica e o elemento mineral mais recentemente explorado. À direita, a torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição simboliza o patrimônio arquitetônico e religioso.

Figura 9: Brasão do município de Catas Altas (MG)



Fonte: Catas Altas (2023)

Na base do brasão, elementos contemporâneos também dialogam: o lobo-guará representa a biodiversidade da Serra do Caraça, e o símbolo internacional de turismo destaca a potencialidade para a diversificação da economia local. Já os ramos de eucalipto introduzem a silvicultura, atividade associada ao extrativismo mineral e à siderurgia, praticada extensivamente na zona rural da cidade. Essa justaposição de temporalidades e valores não apenas ilustra a complexidade identitária de Catas Altas, mas também aponta caminhos para investigações futuras, como os impactos socioambientais da silvicultura ou a relação entre turismo e preservação.

A dinâmica populacional de Catas Altas revela um crescimento contínuo nas últimas três décadas, embora alguns destaques devam ser realizados, por guardarem relação com as características já discutidas até aqui. Em 1991, quando ainda era um distrito de Santa Bárbara, a região contava com 2.575 habitantes. Após sua emancipação, em 1995, o primeiro censo como município independente (2000) registrou 4.042 residentes, indicando um aumento significativo de 57% em nove anos. Esse salto reflete não apenas o crescimento orgânico, mas também a

reorganização territorial e administrativa pós-emancipação, que pode ter incluído áreas antes não contabilizadas especificamente para o distrito.

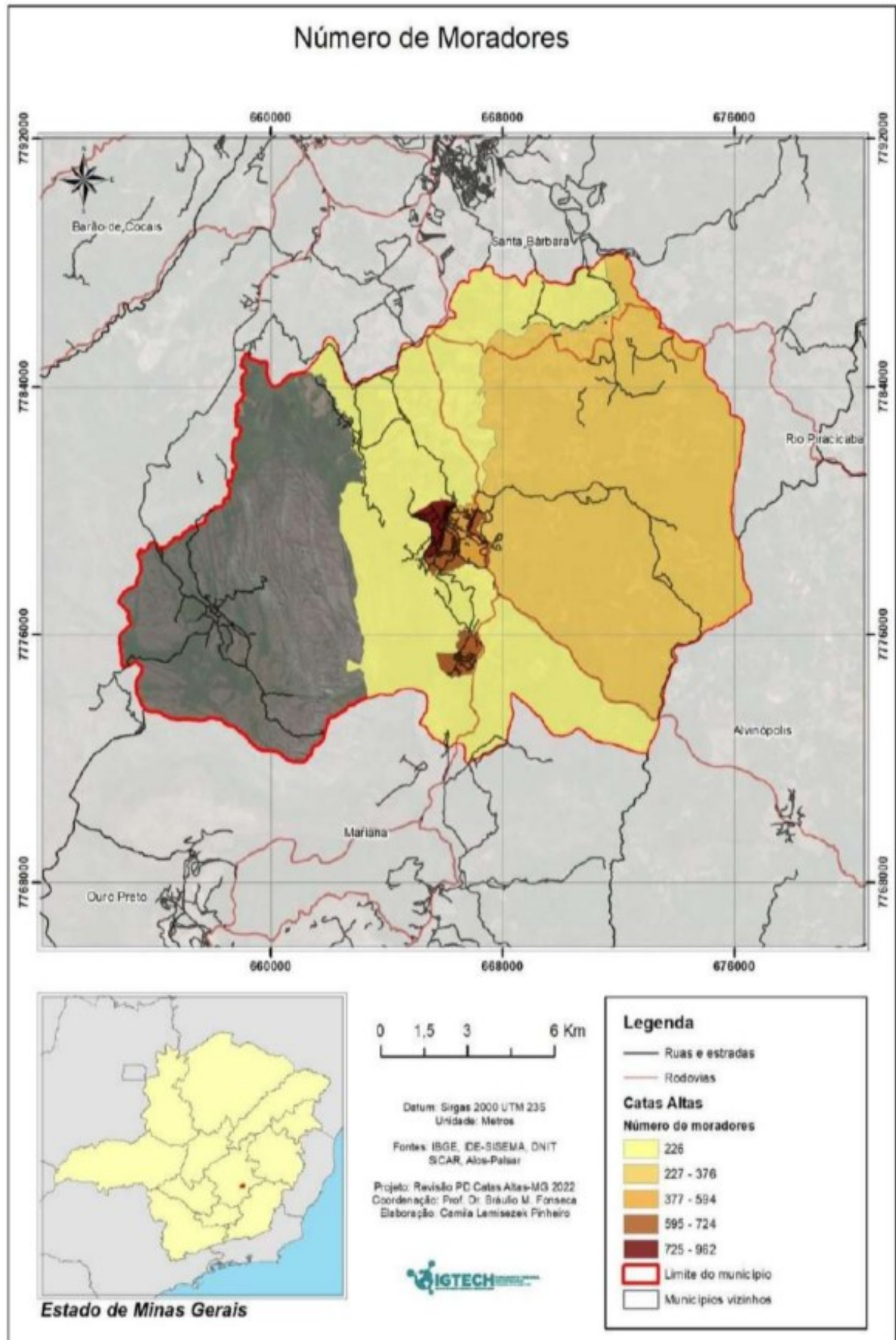
Entre 2000 e 2010, a população cresceu para 4.846 habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 1,83%, superior à média nacional do período (1,17% ao ano) (IBGE, 2022). Esse desempenho está alinhado ao desenvolvimento de atividades econômicas locais, como a mineração de ferro realizada por corporações, muitas multinacionais, que se estabeleceram na região, como a Vale S.A, Samarco, BHP Billiton e Anglo Gold Ashanti, atraídas por incentivos fiscais e pela flexibilização de normas ambientais ocorridas neste período (Wanderley, 2017). Economicamente, isso gerou receitas significativas para o município, via royalties, como será discutido na sequência. Complementarmente, o turismo religioso e ecológico ganhou impulso com a promoção de atrações e festividades culturais, e a instalação de novas hospedarias, e rede de comércio e serviços orientados ao turismo. Já na última década (2010–2022), o crescimento desacelerou levemente: a população chegou a 5.421 habitantes em 2022, com taxa anual de 0,75%, abaixo da média nacional (0,82%) (IBGE, 2022). Essa redução pode estar associada à saturação de oportunidades econômicas locais e à migração de jovens para outros polos urbanos.

A composição da população no que se refere ao sexo e cor se aproxima da composição do estado de Minas Gerais e do Brasil. Assim como demonstram os dados do Brasil e de Minas Gerais, a população que se declara parda, pela primeira vez, é maior. Enquanto em Minas Gerais esse grupo representa 47% da população, e no Brasil 45%, em Catas Altas chega a 54% (2.942). Da mesma forma, nota-se que a razão de sexo também segue a tendência do estado e do país, sendo a população feminina maior do que a masculina. Enquanto em Minas Gerais a razão de sexo é de 95,1, no Brasil de 94,5, em Catas Altas é de 96,8 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2023).

No que se refere a faixa etária da população, cerca de 19% (1039) são crianças, com idade entre 0 e 14 anos, 21% (1161) jovens, entre 15 e 29 anos de idade, 43% (2371) pessoas em idade adulta, entre 30 e 59 anos, e 17% (900) representam a população idosa, com 60 anos ou mais de idade. Essa conformação demonstra que este período concentra maior população de pessoas em idade adulta, denominada de População Economicamente Ativa (PEA), em relação à população dependente (crianças e idosos). Essa conformação é denominada por “janela de oportunidade”, onde o poder público deve planejar ações visando o aproveitamento da força de trabalho e seus rendimentos, tendo em vista que a tendência futura é de queda da PEA nos próximos anos, tendo em vista o menor nível de fecundidade e o aumento na expectativa de vida, representando a tendência de franco envelhecimento da população (IBGE, 2023).

A distribuição espacial atual da população residente em Catas Altas, demonstrada no mapa abaixo (Figura 10), é predominantemente urbana, com cerca de 88% de residentes na área urbana, caracterizada pela sede, onde se encontram os bairros Centro, Santa Quitéria, Sol Nascente, Vista Alegre, Vila Rica e Japonês, e pelo distrito de Morro da Água Quente (IBGE, 2023). A outra porção da população se encontra distribuída pelas comunidades rurais, sendo: Valéria, Paraíso, Paciência, Mato Grosso, Bitencourt, Jararaca, Satil, Carioca e Córrego da Lage. Cabe destaque para a localidade de Morro D'Água Quente, elevada a distrito em 2014, por ser onde se concentram conflitos socioambientais mais intensivos devido à presença das principais frentes extrativistas de minério de ferro, sendo estas atividades responsáveis pelo maior volume na receita do município dos últimos anos.

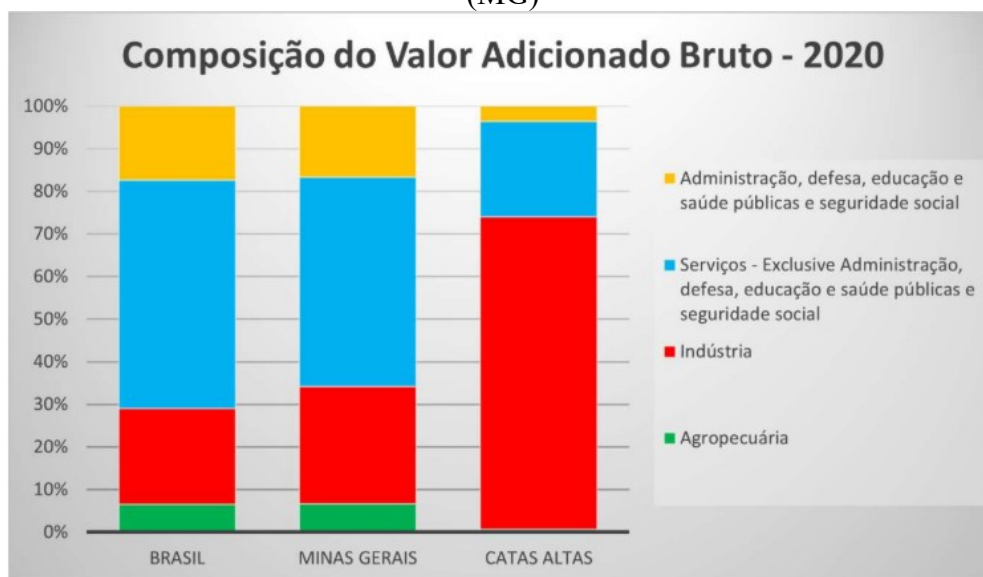
Figura 10: Mapa de distribuição espacial da população de Catas Altas (MG)



Fonte: IGTECH (2023)

Quando observamos as características econômicas do município fica evidente a concentração de receitas oriundas do setor da indústria, representado pela indústria extrativa mineral¹⁴. O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador para medir a atividade econômica e corresponde ao total de bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou município em um ano. Esse indicador é composto por impostos e pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) gerado por cada setor produtivo. Conforme ilustrado no Gráfico 1, é possível observar a participação percentual de quatro diferentes setores no VAB total nas esferas nacional (Brasil), estadual (Minas Gerais) e municipal (Catás Altas).

Gráfico 1: Composição do Valor Adicionado Bruto por setor produtivo no PIB de Catás Altas (MG)



Fonte: IGTECH (2023)

Destaca-se que o setor da indústria em Catás Altas supera tanto a média estadual quanto a nacional (IGTECH, 2023). A Tabela 1 e o Gráfico 2, apresentados abaixo, destacam o aumento da participação do setor da indústria no VAB municipal ao longo da série histórica, que compreende os anos de 2002 a 2020, ao mesmo tempo que evidenciam o decréscimo do setor de agropecuária para quase zero (0,66%) e de serviços para 22,41%. Pode-se perceber ao analisar o Gráfico 2 que a participação da mineração no índice acompanha as variações de

¹⁴ Embora a atividade mineradora apareça aqui como “indústria mineral”, é importante apresentar que não há um consenso ao considerar o extrativismo mineral, principalmente o praticado extensivamente pelo modelo neoliberal, como uma atividade industrial. Gudynas (2016) argumenta que “*los extractivismos no son una industria, ya que en ellos no hay una transformación industrial, siendo incorrectas expresiones tales como “producción minera o petrolera”, ya que nada se produce, sino que todo se extrae*” (2016, p. 26). Essa argumentação se deve ao fato de que essa atividade se apropria dos recursos minerais e os exportam em sua grande maioria como matéria-prima, ou seja, não há de fato um processo de transformação industrial, e quando há, é limitado.

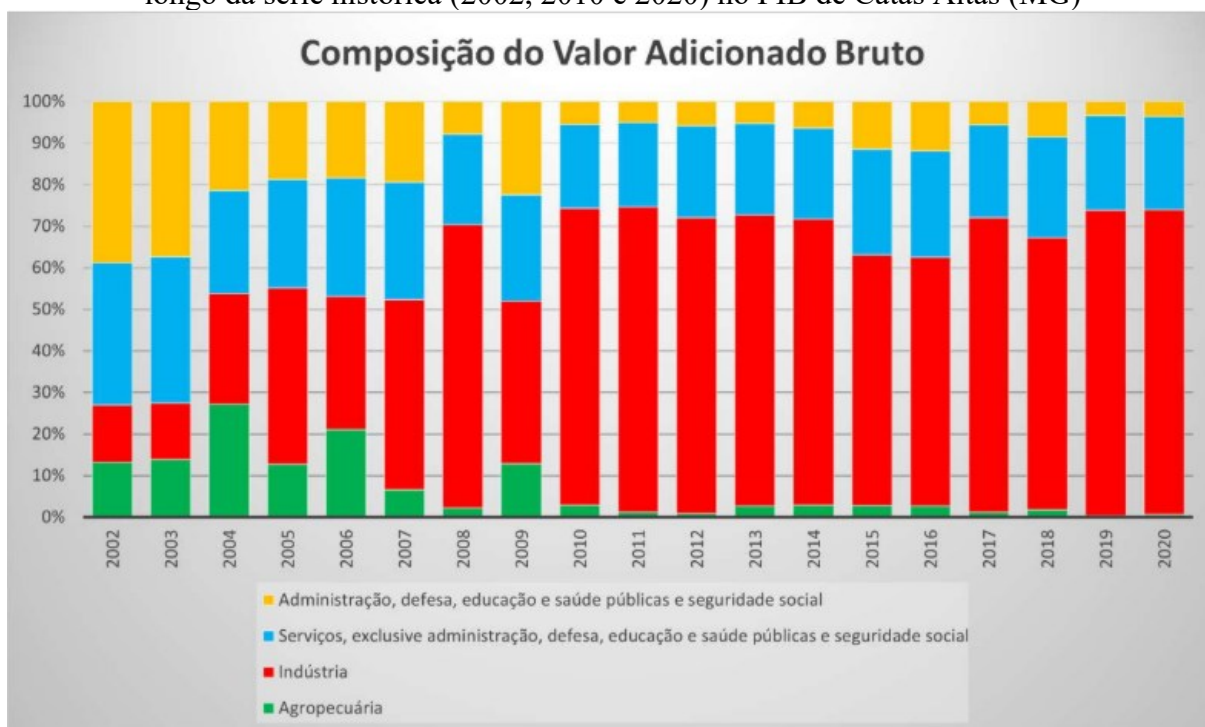
arrecadação deste setor, podendo não representar necessariamente redução nas atividades extrativas minerais, mas sim, variações nos valores de mercado das *commodities*, uma vez que o período coincide com a crise do setor mineral entre os anos de 2015 e 2016.

Tabela 1: Composição do Valor Adicionado Bruto por setor produtivo (em mil reais), ao longo da série histórica (2002, 2010 e 2020) no PIB de Catas Altas (MG)

	2002		2010		2020	
Agropecuária	1.732	13,21%	8.543	2,91%	7.113	0,66%
Indústria	1.806	13,78%	209.654	71,47%	792.485	73,36%
Serviços - exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	4.489	34,24%	59.110	20,15%	242.098	22,41%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	5.082	38,77%	16.024	5,46%	38.615	3,57%

Fonte: IGTECH (2023)

Gráfico 2: Composição do Valor Adicionado Bruto por setor produtivo (em mil reais), ao longo da série histórica (2002, 2010 e 2020) no PIB de Catas Altas (MG)



Fonte: IGTECH (2023)

Quando observamos a Tabela 2, sobre a distribuição de postos de trabalho em Catas Altas, abaixo apresentada, percebemos que a mineração também concentra cerca de 50% dos empregos formais (IGTECH, 2023), dado que reforça a tendência observada no VAB. Ao considerarmos serviços de suporte como comércio, transporte e armazenagem, setores que,

juntos, somam 15,69% dos empregos (10,11% no comércio e 5,58% em serviços), a dependência da atividade extrativa torna-se ainda mais evidente. Essa interdependência sugere que oscilações no setor mineral podem reverberar em cadeia, afetando não apenas a arrecadação municipal, mas também a estabilidade ocupacional nestes outros setores.

Destacamos a baixa representatividade da indústria da transformação (0,97% dos empregos), o que indica uma economia baseada na extração de recursos minerais voltados à exportação de matéria-prima, que reverbera na desindustrialização do setor e em sua consequente dependência de fluxos comerciais globais. Chama atenção também o peso do setor público, responsável por 31,45% dos postos de trabalho. Esse dado revela que a administração pública atua como um pilar complementar na absorção de mão de obra, expondo desafios para o planejamento futuro do orçamento municipal e para a diversificação produtiva.

Tabela 2: Distribuição dos postos de trabalho formal por setor produtivo no ano de 2023, em Catas Altas (MG)

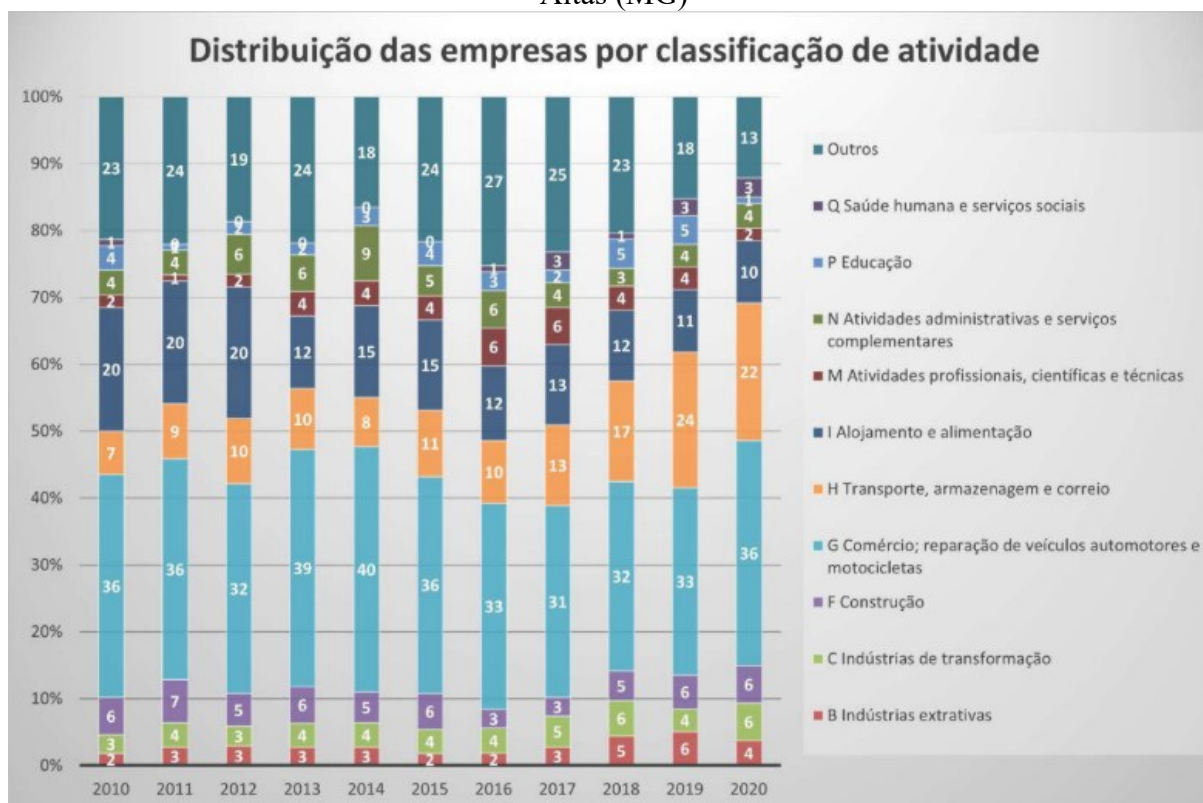
IBGE Setor	Total	%
Extrativo de minerais	657	48,85%
Indústria da transformação	13	0,97%
Construção civil	24	1,78%
Comércio	136	10,11%
Serviços	75	5,58%
Administração pública	423	31,45%
Agropecuária	17	1,26%
Total	1.345	100,00%

Fonte: IGTECH (2023)

A análise do Gráfico 3, que detalha a distribuição das empresas por classificação de atividade em Catas Altas, corrobora com os dados que indicam a concentração econômica gerada pelo setor extrativista mineral, anteriormente evidenciada pelos dados do VAB e da geração de empregos. A categoria “Indústrias extrativas” destaca-se como a mais representativa, com 27 empresas, seguida por “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” (24 empresas) e “Construção” (23 empresas), setores que, direta ou indiretamente, possuem relação com a cadeia extrativa, como o comércio de insumos e a infraestrutura. Em contraste, o setor de “Alojamento e alimentação”, comumente associado ao setor de turismo, registra 8 empresas, o que pode refletir no enfraquecimento de um setor que

poderia atender tanto o turismo de negócios quanto o turismo histórico, ecológico e de aventura, estes com potencial de expansão, devido às características da localidade.

Gráfico 3: Distribuição das empresas por classificação de atividade no ano de 2023, em Catas Altas (MG)



Fonte: IGTECH (2023)

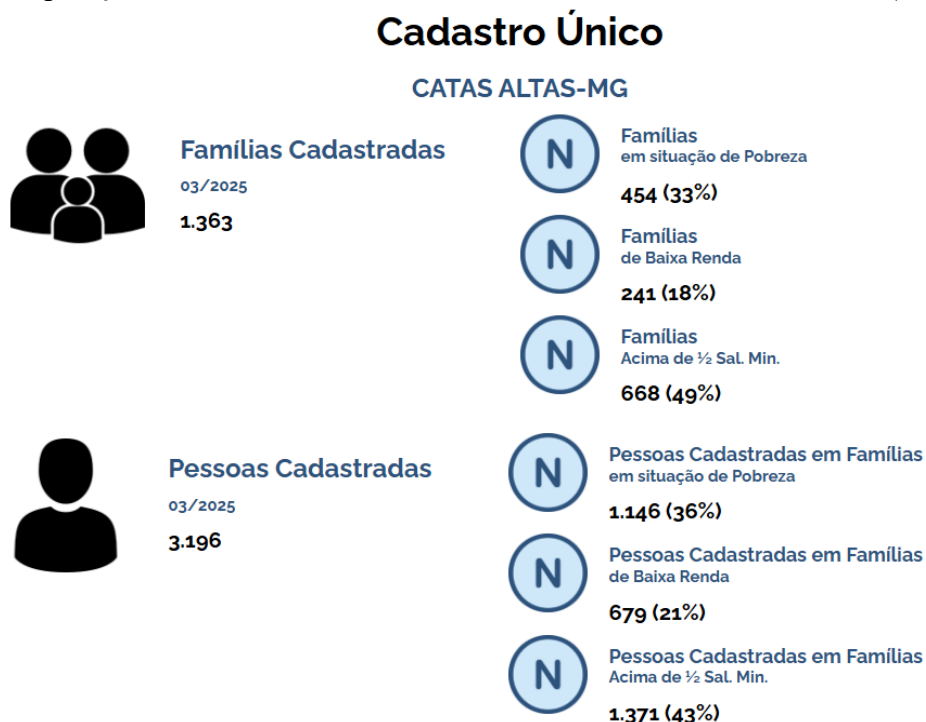
Apesar da cidade possuir o maior índice *per capita* do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, ocupando a 1^o posição dentre todos os outros municípios, com uma soma de R\$ 920.833¹⁵ (IBGE, 2023), os dados do Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico) de 2025 indicam que mais da metade da população local está exposta a condições de vulnerabilidade socioeconômica e de reprodução de ciclos de desigualdade (CECAC, 2025). Dentre as 1.363 famílias e 3.196 pessoas inseridas no CadÚnico, 454 famílias (33%) e 1.146 pessoas (36%) encontram-se em situação de pobreza, e 241 famílias (18%) e 679 pessoas (36%) em situação de baixa renda¹⁶. Ou seja, 57% da população de Catas Altas (3.196 pessoas) tem uma renda

¹⁵ Cabe observar que ocupam os segundo e terceiro lugar no índice as cidades de Canaã dos Carajás, no estado do Pará, com R\$ 894.806,28, e São Gonçalo do Rio Abaixo, também na Região Central de Minas, com R\$ 684.168,71 (IBGE, 2023), respectivamente. Ambas as cidades são polos mineradores.

¹⁶ São consideradas pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Governo Federal, como famílias em situação de extrema pobreza aquelas que recebem até R\$ 109 mensais por pessoa; famílias em situação de pobreza as que recebem de R\$ 109 a R\$ 218 mensais por pessoa; e famílias de baixa renda as que têm renda mensal per capita de R\$ 218,01 até ½ salário mínimo (BRASIL, 2025).

nominal mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, conforme mostra a Figura 9 (CECAC, 2025).

Figura 11: População cadastrada no CadÚnico no ano de 2025, em Catas Altas (MG)



Fonte: CECAD 2.0 - Ministério da Cidadania (2025)

Fica evidente que a “elevação do PIB, por si só, não significa melhoria para a população, mas pode representar um aumento na oferta de emprego e na arrecadação tributária” (IGTECH, 2023, p. 238). Isso porque o poder público deveria utilizar dos recursos oriundos da atividade mineradora para potencializar os benefícios sociais e diversificar a economia, “de forma a não ficar tão vulnerável e dependente de determinados setores e de oscilações do mercado internacional (IGTECH, 2023, p. 238). Nesse sentido, analisamos por fim, a influência dos recursos oriundos da CFEM na composição econômica municipal, cujo objetivo perpassa pela superação dos impactos sociais e econômicos, sociais e ambientais que a mineração tende a provocar nas localidades onde atua e, sobretudo, “minimizar a dependência local em relação à atividade mineral que, por se tratar de exploração de recursos não renováveis, certamente esgotar-se-á um dia” (Thomé, 2009, p. 10).

Conforme explica Rocha (2024), em pesquisa que analisa os desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável em Catas Altas, a CFEM é um instrumento complexo, regido por normas e responsabilidades intersetoriais específicas, sendo que os seus recursos também devem seguir percentuais e critérios normativos específicos:

O propósito da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é fomentar a redistribuição dos benefícios advindos da atividade mineradora, com o intuito de compensar tanto as comunidades impactadas quanto os municípios e estados produtores onde se dá a extração mineral. Os recursos arrecadados por meio da CFEM são primordialmente alocados para o financiamento de projetos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, conservação ambiental e fomento ao desenvolvimento socioeconômico das regiões afetadas. A legislação brasileira determina que a regulação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) fica a cargo da Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão encarregado de supervisionar, coletar e gerenciar a distribuição desses fundos. O processo de arrecadação é realizado levando em consideração tanto a quantidade quanto o valor dos minerais extraídos, aplicando-se uma taxa sobre a receita líquida resultante da comercialização desses recursos. A obrigação de contribuir com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) recai sobre indivíduos ou entidades que possuam direitos ligados à exploração mineral. Isso abrange desde o detentor dos direitos minerários ativamente envolvido na mineração até o primeiro comprador de minério extraído mediante permissão de lavra garimpeira. Inclui também aqueles que adquirem minerais em leilões públicos e quem realiza a exploração mineral, seja de forma remunerada ou gratuita, utilizando-se dos direitos do proprietário original. A exploração de recursos minerais acarreta a obrigação de pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), conforme estabelecido pelo § 1º do artigo 20 da Constituição Federal. Tal recolhimento deve ocorrer em diversas situações: na primeira comercialização do bem mineral; no momento da arrematação de um bem mineral obtido em leilão público; na primeira compra de um bem mineral extraído com permissão de lavra garimpeira; e também no consumo do bem mineral (Rocha, 2024, p. 66-67).

Os dados de arrecadação da CFEM para Catas Altas foram sintetizados na Tabela 3, apresentada abaixo. Cabe pontuar que os dados foram obtidos através dos relatórios de arrecadação fornecidos pela ANM, sendo agregados ao nível de município, por ano de arrecadação, arrecadação total da operação mineral, valor total do recolhimento da CFEM e o respectivo percentual da alíquota de recolhimento da CFEM sobre o valor total da operação.

Tabela 3: Arrecadação da CFEM na série histórica (2004 a 2025), em Catas Altas (MG)

Ano de arrecadação	Operação	Recolhimento CFEM	% Recolhimento CFEM
2004	34.571.380,42	586.826,07	1,69%
2005	60.333.916,50	1.043.679,71	1,72%
2006	46.006.108,32	781.441,76	1,69%
2007	78.765.235,60	1.417.311,16	1,79%
2008	335.458.133,66	6.176.965,62	1,84%
2009	174.825.771,52	3.197.055,10	1,82%
2010	331.155.406,68	6.056.078,81	1,82%
2011	474.013.782,52	8.655.719,30	1,82%
2012	409.079.985,50	7.346.824,56	1,79%
2013	423.257.142,73	6.763.816,86	1,59%
2014	652.354.426,67	11.720.400,24	1,79%
2015	556.289.842,80	10.080.639,34	1,81%
2016	298.887.067,76	6.847.822,73	2,29%
2017	807.608.570,10	14.921.888,03	1,84%
2018	405.818.170,82	13.885.442,98	3,42%
2019	1.533.608.015,13	53.700.038,05	3,50%
2020	480.059.655,71	16.821.104,26	3,50%
2021	1.402.624.785,53	49.224.178,04	3,50%
2022	1.010.101.895,30	35.154.491,16	3,48%
2023	825.764.430,37	28.625.257,12	3,46%
2024	754.219.621,36	26.151.435,54	3,46%
2025 (janeiro a março)	168.147.817,48	5.861.253,20	3,48%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da ANM (2025)

Os dados revelam oscilações significativas ao longo da série histórica, com tendência de crescimento da operação e da arrecadação até o ano de 2014, seguida por queda nos valores devido à crise do setor mineral. Entretanto, a retomada no valor nas operações e arrecadações pode ser percebida especialmente nos anos de 2017, 2019 e nos anos consecutivos à pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2023. Cabe pontuar que a estabilização na média percentual das alíquotas da CFEM em cerca de 3,5%, a partir de 2018, está possivelmente vinculada às mudanças regulatórias realizadas em 2017, quando se alterou a base de cálculo, antes contada

sobre a receita líquida das operações, sendo retirados da base de cálculo do valor a ser destinado às localidades receitas oriundas de tributos, seguros, vendas e custos associados. Na atual conformação, a alíquota é calculada com base na receita bruta, sem deduções, elevando o recolhimento relativo (ANM, 2017).

Os percentuais de participação dos recursos da CFEM, arrecadados pelo município entre os anos de 2021 e 2025, em relação à receita total, foram organizados na Tabela 4. Cabe pontuar que a consulta ao portal de Transparência da Prefeitura Municipal, utilizado para construir estes dados, revelou diferenças significativas quando comparadas aos dados encontrados na consulta à base de dados sobre a CFEM da ANM, apresentado anteriormente (Tabela 2). Assim, cabe a um estudo futuro uma análise mais robusta e abrangente sobre os percentuais e relações de dependência, sendo necessário realizar uma análise das receitas do município integralizada e em cooperação com a administração pública local.

Tabela 4: Arrecadação da CFEM na série histórica (2021 a 2025), em Catas Altas (MG)

Ano	Receita Total	Arrecadação CFEM	% da CFEM na receita total
2021	R\$36.483.771,61	R\$3.547.067,63	9,7
2022	R\$54.020.910,59	R\$5.647.233,36	10,5
2023	R\$76.191.239,31	R\$14.363.148,11	18,9
2024	R\$102.372.216,92	R\$29.408.837,49	28,7
2025 (janeiro a março)	R\$15.414.217,09	R\$6.556.311,01	42,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Prefeitura Municipal de Catas Altas (Transparência BR) (2025)

Os dados revelam um crescimento acelerado tanto da receita total quanto dos recursos provenientes da CFEM, com destaque para a participação crescente dessa compensação no orçamento municipal. Em 2021, a CFEM correspondia a 9,7% da receita total, proporção que saltou para 28,7% em 2024 e já atinge 42,5% nos meses iniciais de 2025. É fundamental ressaltar que a economia municipal está sujeita à volatilidade dos preços globais de minerais e a eventuais mudanças na política mineral, fatores capazes de comprometer abruptamente uma parcela significativa do orçamento. Esse incremento expressivo, contudo, pode estar associado a fatores como sazonalidade, pagamentos extraordinários ou um aumento temporário na produção, demandando análise cautelosa para distinguir entre uma tendência sustentável e eventos pontuais.

Após destacar a necessidade de análise cautelosa para discernir a sustentabilidade do crescimento da CFEM, é válido ampliar a perspectiva sobre a dependência estrutural que esse cenário revela. Conforme Enríquez (2008), a vinculação de um município à mineração não se restringe apenas aos recursos diretos da compensação financeira, mas engloba também receitas indiretas derivadas do setor. Além da CFEM, os municípios recebem recursos de outras fontes indiretamente ligadas à atividade, como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) pago por empresas prestadoras de serviços ao setor; o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de imóveis utilizados pela mineradora; e o incremento do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que amplia os repasses do ICMS. Somam-se a esses recursos os impactos econômicos gerados por empresas contratadas, terceirizadas e pelo consumo derivado da massa salarial injetada na localidade. Quanto maior a participação dessas fontes no orçamento, maior a dependência da economia local da mineração, evidenciando a fragilidade de outras atividades produtivas no cenário municipal (Enríquez, 2007).

Não obstante, acordos entre mineradoras, prefeituras e entidades locais também podem gerar receitas adicionais, assim como investimentos oriundos de medidas de compensação ambiental, tais como programas socioambientais, de cultura e educação ambiental (Enríquez, 2007). Rocha (2024) identifica que em Catas Altas diversos projetos e programas voltados a políticas públicas e desenvolvimento social são financiados com recursos das empresas mineradoras.

No caso de Catas Altas, chama atenção a ausência de transparência na gestão da CFEM. Não foram localizados instrumentos públicos que detalhassem a aplicação desses recursos, mesmo após solicitações formais via portal da transparência e contato direto com secretarias municipais. A gravidade dessa lacuna é reforçada pela pesquisa conduzida por Souza e Green (2022), na qual foi construído um índice que varia de 0 a 4 para avaliar a transparência no uso da CFEM nos municípios brasileiros com maior arrecadação, onde 0 significa não haver nenhum dado relacionado a CFEM e 4 representa uma condição ideal de publicidade dos dados orçamentários. Conforme apontam os resultados desta referida pesquisa, “o município de Catas Altas apresenta declínio significativo no nível de transparência, estando classificado em nível 3 em 2019 e em nível 0 em 2022” (Souza e Green, 2022, p. 52).

A contradição torna-se ainda mais evidente ao analisar que o município instituiu o Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável (FUMDEDS) e seu conselho gestor, Conselho Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável (CMDEDS), por meio da Lei Municipal n.º 769/2022 (Catás Altas, 2022), prevendo a alocação de 15% da CFEM para tais finalidades. Entretanto, desde a criação do fundo não há

registros públicos sobre valores acumulados ou projetos financiados. A falta de transparência não só impede o acompanhamento social da aplicação dos recursos, mas também levanta dúvidas sobre a eficácia e a integridade da gestão desses fundos.

Essa crítica é ampliada por Rocha (2024), que discute que, mesmo em caso de direcionamento de 15% dos recursos da CFEM ao FUMDEDS, montante que este autor considera insignificante, o restante dos recursos são integrados “ao caixa único da prefeitura, sendo destinado a diversas finalidades, sem a existência de um plano específico para sua aplicação” (Rocha, 2024, p. 70), situação que “acaba por obscurecer a clareza sobre a alocação específica desses valores, dificultando uma fiscalização efetiva sobre sua utilização apropriada” (2024, p. 71).

Cabe pontuar que o propósito da CFEM é a garantia do desenvolvimento local de comunidades atingidas pela mineração. Nesta perspectiva, e corroborando com a argumentação construída por Rocha (2024), “o propósito fundamental do desenvolvimento reside na diminuição das carências e na expansão das opções e liberdades individuais” (2024, p. 69). A discussão remete aos pressupostos de Sen (2010), para quem o desenvolvimento deve ampliar liberdades substantivas, como acesso à educação, saúde e participação social, superando a pobreza multidimensional. Nessa perspectiva, políticas públicas devem priorizar não apenas crescimento econômico, mas a construção de instituições inclusivas e a distribuição equitativa de recursos, fortalecendo a autonomia coletiva (Sen, 2010).

Diante desse cenário de dependência mineral e opacidade gerencial, buscamos compreender a conformação espacial da cidade, analisando as potencialidades e lacunas dos equipamentos públicos e das oportunidades de lazer em Catas Altas, buscando compreender as interrelações destes com a Serra do Caraça e o contexto extrativista local.

Equipamentos públicos de lazer em Catas Altas

Os equipamentos públicos de lazer, conforme define Bahia (2014), são conjuntos de objetos e estruturas que organizam e adaptam-se às atividades de lazer, conformando-se às demandas específicas de cada contexto. Nessa perspectiva, a cidade configura-se como um território dotado de múltiplos equipamentos, como praças, parques urbanos e ginásios esportivos, que articulam funcionalidade e simbologia (Bahia, 2014). Na área urbana de Catas Altas, os equipamentos públicos de lazer foram catalogados conforme seu tipo e sua localização, sendo organizados no Quadro 3. Como tipos de equipamentos foram identificadas

praças (P), parques (PQ) e equipamentos poliesportivos (PE), distribuídos pelos bairros Centro, Sol Nascente, Santa Quitéria, Vista Alegre e pelo distrito do Morro D'Água Quente.

Quadro 3: Equipamentos públicos de lazer em Catas Altas (MG)

LOCALIDADE	EQUIPAMENTO		
	PRAÇA	PARQUE	POLIESPORTIVO
Centro	P1. Praça José Maria Queiroz P2. Praça Raimundo Gonçalves Viegas (Praça da rua São Miguel) P3. Praça Monsenhor Mendes P4. Largo da Igreja do Rosário	-	PE1. Estádio Municipal Lindolfo do Carmo Ferreira PE2. Ginásio Municipal José Alves Bitencourt
Sol Nascente	P5. Praça Socoimex P6. Praça da Rua Felício Alves	-	PE3. Quadra Poliesportiva Sol Nascente
Santa Quitéria	P7. Praça João Rodrigues P8. Largo da Igreja Santa Quitéria P9. Praça Adelaide Alves Pereira P10. Praça da Biquinha	-	PE4. Quadra Poliesportiva da Praça Adelaide Alves Pereira
Vista Alegre	P11. Praça do Vista Alegre P12. Praça da Rua Ipê P13. Praça Buganville	-	PE5. Ginásio do Vista Alegre PE6. Estádio Municipal Francisco Pedro Ribeiro (campo Tratex) PE7. Complexo Esportivo Adimar Martins Borges (área de eventos)
Morro D'Água Quente	P14. Praça Senhor do Bonfim P15. Praça da Fonte (Praça da rua N. S. Bonfim) P16. Praça Cristal (praça da rua do Minério)	PQ1. Parque Municipal Raul Neuenschwander Filho (Balneário do Morro D'Água Quente)	PE8. Ginásio Municipal Gerson Fernandes Guimarães PE9. Campo de futebol Mário Hosken

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

De modo geral, observamos uma distribuição equilibrada dos equipamentos pela cidade, com cobertura significativa na área urbana da cidade. Contudo, a ausência de infraestrutura de lazer em zonas de expansão urbana recente, como as localidades Acbeca e o bairro Japonês, evidenciam a necessidade de revisão das ações de urbanização visando garantir equidade no acesso ao lazer. Durante a observação em campo constatou-se que a maioria dos equipamentos apresenta bom estado de conservação, com estruturas como bancos, iluminação pública, lixeiras, parquinhos infantis e aparelhos do programa Academia da Cidade. Nota-se, porém, uma discrepância: enquanto campos e quadras poliesportivas carecem de banheiros e vestiários,

os ginásios (PE2, PE5, PE8), estádios municipais (PE1, PE6) e o complexo esportivo (PE7) possuem essas instalações, além de bebedouros, todos mantidos em condições adequadas.

Quanto ao acesso, todos os equipamentos são livres e gratuitos, embora alguns poliesportivos (PE1, PE2, PE5, PE8) e o Parque Municipal (PE9) tenham horários restritos. No caso do PE9, por exemplo, o funcionamento é regulamentado entre 7h e 19h, com variações pontuais nos últimos dois anos, exigindo acesso via portaria. Ressaltamos que as praças históricas dos bairros Centro, Santa Quitéria e Morro D'Água Quente, erguidas no período colonial, possuem casarões barrocos e igrejas católicas do século XVIII, que não apenas preservam um rico patrimônio arquitetônico, mas também abrigam manifestações culturais, como festas, feiras e apresentações artísticas, reforçando seu papel sociocultural e de lazer. Interessante notar que a comunidade local distingue nominalmente esses espaços: as praças com estruturas esportivas ou parquinhos são chamadas de “pracinhas”, enquanto as praças com características coloniais, mantêm a denominação tradicional de “praça” ou “adro”.

Observamos que os equipamentos públicos de lazer em Catas Altas atuam como instituições sociais mediadoras de processos de socialização. Durante as entrevistas, as pessoas participantes relataram que na infância, as práticas de lazer concentravam-se em espaços próximos da moradia: quintais, casas da vizinhança, ruas, campinhos e praças dos bairros, constituindo as primeiras experiências de lazer, nas quais se internalizavam normas e valores por meio da socialização primária, conceito durkheimiano que enfatiza a assimilação de regras sociais através de interações cotidianas (Durkheim, 1999). Momentos como brincadeiras de rua e nos campinhos, narradas pelas interlocutoras, foram fundamentais para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e a formação de identidades coletivas. Tais práticas refletem a construção de ações sociais orientadas por significados compartilhados, reforçando a contribuição do lazer para a tessitura social, conforme apresenta o diálogo com o entrevistado Gips (2024).

[Gips] quando eu era criança, eu ficava no meu bairro. Aí a gente brincava lá no campinho e ficava lá brincando até tipo, meia-noite. Essa é uma coisa muito boa de Catas Altas que você pode se sentir muito seguro aqui. Então a gente ficava, criança, sem os pais estar perto até meia-noite, brincando de qualquer coisa na rua. Aí eu fui ficando um pouco mais velho, aí a gente já quer sair, né? Conhecer as pessoas e tal. Aí a gente já vai pros lugares mais aglomerados, que é o centro. Então eu ficava ali tomando uma cervejinha, fumando um cigarrinho, jogando conversas fora mesmo. E às vezes, muitas conversas muito proveitosas saindo ali também, sabe? Muitas vezes.

[Karolina] Tipo, vocês falavam de quê?

[Gips] Ah, de coisas parecidas que a gente tá falando, por exemplo, sabe? De reflexões mesmo, assim, sobre a vida, sobre Catas Altas. E já aconteceu muito lá, na Santa Quitéria também (Gips, 2024).

Conforme percebemos pelas experiências do entrevistado, na adolescência e juventude ocorre uma expansão geográfica e simbólica das práticas de lazer a partir da circulação por praças e equipamentos de lazer em outros bairros diferentes daquele onde ele residia e também pelo centro da cidade. Como é possível apreender a partir do relato acima, os espaços públicos de lazer também assumem uma dimensão política, funcionando como palco de trocas reflexivas, debates críticos sobre a cidade e compartilhamento de frustrações ligadas a problemas socioambientais. Nesses contextos, o lazer adquire um caráter reflexivo e identitário, expresso em diálogos sobre a vida cotidiana e a cidade de Catas Altas, travados em praças e outros espaços públicos. Esses encontros revelam a construção de significados compartilhados, marcados tanto pelas experiências coletivas quanto pelas interações construídas nos espaços.

Os relatos indicam que à medida que se avança para a adolescência e juventude, a socialização é ampliada, abarcando grupos de amizade, colegas de escola e até turistas, em espaços mais diversificados. Nesse processo, locais como o adro da Igreja Matriz, a Igreja de Santa Quitéria e a área de lazer do Campo Tratex ganham destaque, pois, embora não integrem o espaço da Serra do Caraça, esses locais foram atribuídos como fundamentais para a contemplação da Serra do Caraça e para a construção sobre o seu imaginário. Além disso, servem como locais de planejamento para práticas coletivas futuras na Serra do Caraça.

É importante destacar que a transição para a vida adulta envolve, ainda, a adesão a práticas dissociadas dos grupos primários, onde processos de busca por autonomia e pertencimento podem desafiar normas sociais e estruturas institucionais tradicionais. A tensão entre liberdade e controle nos espaços de lazer revela a complexidade das dinâmicas sociais e o papel das instituições na regulação dos processos de socialização (Weber, 2009), evidenciando, ainda, a potencialidade dos espaços públicos como arenas de negociação e influência mútua entre diferentes grupos sociais.

Os equipamentos públicos de lazer em Catas Altas, portanto, conformam uma rede de relações sociais, assim, compreendemos que o lazer, no contexto desta pesquisa, manifesta-se no “mundo de fora” e não no “mundo de dentro”, conforme definido por Carneiro e Padilha (2005). Para as autoras:

O mundo de fora é a cidade real, as ruas, as praças públicas, os espaços de livre circulação e sujeitos a intempéries, a movimentos, a manifestações sociais, ao acaso. O mundo de dentro é o espaço privado, protegido, criado e planejado artificialmente para propiciar segurança, conforto, limpeza, praticidade, modernidade, lazer e beleza, como um shopping center [...] No mundo de dentro não deve haver acaso, imprevisto, pois tudo é estrategicamente previsto, calculado, planejado (Carneiro e Padilha, 2005, p. 72-73).

Nesse contexto, ao entendermos o “mundo de fora” como espaço de movimento, relações e interações, observamos que as práticas de lazer das participantes desta pesquisa ampliam-se e deslocam-se progressivamente por diferentes espaços urbanos, acompanhando as transformações temporais e sociais de cada fase da vida.

Em relação à responsabilidade pela gestão dos equipamentos públicos de lazer em Catas Altas cabe, formalmente, à administração municipal, contudo observou-se que algumas praças contam com a participação ativa da comunidade em sua manutenção e revitalização. É o caso da Praça Socoimex, onde moradores do entorno envolvem-se no plantio de espécies vegetais, na decoração festiva (como durante o Carnaval e o Natal) e na limpeza cotidiana. Além disso, existe um programa municipal de adoção de praças e espaços esportivos, que incentiva a corresponsabilidade entre poder público e empresas locais¹⁷. Outra estratégia de gestão identificada são parcerias via contratos de comodato com organizações e associações locais, que assumem a administração de estruturas como lanchonetes e restaurantes no Parque Municipal (PQ1) e no Complexo Esportivo (PE7).

O Parque Municipal do Morro D’Água Quente merece destaque no contexto desta pesquisa devido a suas especificidades socioambientais e históricas. Localizado ao sopé da Serra do Caraça, o parque é um ponto de integração direta para acesso a diversos espaços serranos, além de representar um marco na recuperação ambiental, por ser criado como medida compensatória pela mineradora Vale S.A. em uma área anteriormente degradada, seu propósito formal é a restauração ecológica, conforme estabelecido no decreto de sua criação¹⁸, e informado pelo Jornal Verde Catas Altas Informa (2004), conforme apresentado na Figura 12.

¹⁷ Trata-se da Lei municipal n.º 643/2019, que Institui o Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes do Município de Catas Altas, cujo objetivo consiste em promover e incentivar a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados, na manutenção e no uso das praças públicas e de esportes da cidade. A lei também abre possibilidade para que grupos organizados elaborem projetos de utilização das praças públicas e de esportes. O programa é destinado a pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas em Catas Altas (Catatas Altas, 2019).

¹⁸ Trata-se do Decreto Municipal n.º 462/2004, publicado em 26 de novembro de 2004 pela Prefeitura de Catas Altas, que cria o Parque Municipal do Morro D’Água Quente, estabelecendo uma área protegida de 20.332 m². O documento informa que objetivo central da criação consiste em garantir a conservação, proteção e recuperação da cobertura vegetal, além de promover a estabilização do solo para reduzir processos erosivos e restaurar áreas degradadas no parque. A legislação também destaca a intenção de fomentar atividades de lazer, turismo, esportes e educação ambiental, integrando a comunidade e visitantes à preservação do espaço. O decreto reforça que o parque está sob regime de proteção ambiental, proibindo qualquer redução, fragmentação ou alteração de sua finalidade original, conforme previsto na legislação vigente. O texto ainda determinou que, no prazo de 60 dias após sua publicação, fosse elaborado e divulgado o Regimento Interno do parque, detalhando normas de funcionamento (Catatas Altas, 2004), contudo não foi possível localizar este documento.

Figura 12: Notícia sobre construção do Parque Municipal Balneário do Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG)



Fonte: Jornal Verde Catas Altas Informa (2004)

Além de sua função ambiental, o parque oferece infraestrutura diversificada, incluindo: áreas poliesportivas e parque infantil; banheiros, vestiários, bebedouros e iluminação pública; espaços de convivência com quiosques com mesas, bancos, pias e churrasqueiras; trilhas e diversos cursos d'água, duchas e uma piscina natural. Apesar da variedade de equipamentos, estruturas e elementos naturais, não foram localizadas políticas institucionais que potencializem o uso deste Parque. A ausência de programas de educação ambiental ou de orientação qualificada aos visitantes limita a experiência. As placas de sinalização são esparsas, resultando em uma fruição do espaço e visitação autoguiada que subjuga as potencialidades educativas e culturais do Parque.

Conforme destacado pela notícia, ainda integram o Parque estruturas minerárias que remetem ao século XVIII, como o sistema de mineração Curral dos Cabritos e antigas minas de garimpo de ouro, hoje inativas. Conforme relatos orais e estudos de Queiroz (2016), o garimpo artesanal foi uma prática recorrente em Catas Altas, especialmente em períodos de crise econômica. Após o fechamento da Mina de São Luiz (no final da década de 1980), a atividade ressurgiu como alternativa de renda para moradoras do Morro D'Água Quente, consolidando-se também como espaço de sociabilidade, uma vez que “as frentes de garimpo conformavam um espaço onde a subsistência material se entrelaçava a conversas, brincadeiras e trocas simbólicas, emolduradas pela paisagem da Serra” (Queiroz, 2016, p. 26).

Com a expansão da mineração industrial nos anos 2000, o garimpo foi progressivamente criminalizado, apagando-se não apenas a prática, mas também seus impactos socioambientais e a sua memória cultural. Como aponta Queiroz (2016, p. 50), não há políticas públicas que ressignifiquem esse legado histórico, integrando-o à identidade local ou a projetos de turismo de base comunitária. Essa lacuna revela uma desconexão entre a gestão ambiental e de lazer do Parque, e a valorização do patrimônio imaterial.

Corroborando essa perspectiva, durante a pesquisa de campo não foram identificadas referências à prática histórica de garimpo no Parque Municipal do Morro D'Água Quente, tampouco informações sobre as cavidades e minas de ouro presentes no local. Apenas uma placa sinaliza a trilha para o Curral dos Cabritos, e outra para a Fonte de Água Quente, não contendo outras estruturas interpretativas que contextualizem a sua relevância histórica e cultural. Essa lacuna contrasta com o modelo proposto por Rechia (2003) que, ao estudar parques urbanos em Curitiba, destaca que espaços públicos de lazer, quando integram em sua estrutura valores culturais, por meio de museus, painéis informativos ou itinerários históricos, fortalecem a interação sociedade-natureza, a afetividade com o espaço e a identidade local (Rechia, 2003).

Ampliando a análise, o Complexo Esportivo (PE7), que, conforme pesquisa de Queiroz (2016) indica, também foi construído com apoio da Vale S.A., enfrenta desafios análogos aos do Parque Municipal. Apesar da ausência de documentação clara que o associe a medidas compensatórias, sua recente requalificação urbana, marcada pela substituição de gramado, modernização da iluminação, construção de uma pista de *skate* e asfaltamento, reflete um discurso de modernização centrado em segurança e atratividade. Contudo, assim como no caso anterior, ignora-se o diálogo com a memória histórica do local: estruturas como pilhas de rejeitos minerais e alojamentos de trabalhadores, remanescentes da atividade extrativista, coexistiam com as práticas de lazer da população neste local até muito recente, assim como a

própria denominação de “Campo Tratex”, usada popularmente para se referir ao local, preserva no nome a referência à empresa mineradora responsável pela ocupação inicial da área.

Essa desconexão evidencia que as intervenções, ainda que aparentemente eficazes em atualizar a infraestrutura de lazer no município, negligenciam a integração de elementos simbólicos capazes de resgatar outras histórias locais. Prioriza-se a funcionalidade contemporânea em detrimento da valorização de marcos que articulam passado e presente, reforçando uma lógica de apagamento de vestígios ligados à identidade operária e mineradora da região.

Embora a cidade de Catas Altas invista na expansão de espaços públicos de lazer em sua área urbana, nota-se a ausência de infraestrutura para práticas que dialoguem diretamente com a Serra do Caraça. Essa lacuna é evidente na Figura 13, que ilustra as oportunidades de lazer ofertadas pela prefeitura municipal (Catás Altas, 2025).

Figura 13: Divulgação das modalidades esportivas ofertadas pela prefeitura de Catas Altas (MG)



Fonte: Prefeitura Municipal de Catas Altas (2025)

Embora se perceba a variedade de práticas ofertadas, não há menção a qualquer iniciativa que ocorra em interrelação com o espaço da Serra, indicando a invisibilidade deste espaço no planejamento das políticas de lazer municipais, sua dissociação do tecido urbano, bem como a negligência em relação a experiências de lazer que ocorrem no território integradas a montanha, conforme apresentamos no próximo capítulo.



3 PRÁTICAS DE LAZER NA SERRA DO CARAÇA

Neste capítulo, apresentamos as práticas de lazer que ocorrem de forma mais recorrente na Serra do Caraça, conforme apreendido através da metodologia da pesquisa. A escolha pela utilização da categoria de análise “práticas de lazer” se dá em razão da compreensão de que são práticas sociais “caracterizadas como experiências vividas pelos indivíduos, de forma prática, relacionadas a uma ação-reflexão alicerçadas nas construções culturais acumuladas ao longo de suas vidas” (Bahia, 2014, p. 249).

Ao relacionarmos as práticas de lazer à produção social do espaço, assumimos que estruturas e sistemas são híbridos (Latour, 2004), ou seja, espaços não são entidades puras, estáticas ou autônomas, mas sim esferas de convivência, permeadas por fluxos materiais e simbólicos, percebidos e vividos dinamicamente. Esses espaços são transformados ao longo do tempo pela materialidade, pela técnica (Becker, 1991; Santos, 1999; Lefebvre, 2006), e pelas interações sociais, corroborando com o pressuposto de que não há sistema social ou cultural a-espacial, desvinculado de uma espacialidade (Santos, 1999).

Considerar o lazer nestes termos implica analisá-lo a partir das interrelações e estratégias que as sujeitas praticantes estabelecem com o espaço onde o vivenciam. É importante ressaltar que esta pesquisa não pretende revisitar discussões terminológicas, históricas ou conceituais sobre o lazer, mas sim contribuir para o campo dos estudos do lazer por meio de um levantamento empírico, contextualizado e crítico. Cabe destacar, ainda, que o lazer como prática social não é neutro ou homogêneo: ele reflete condições materiais, relações de poder e valores culturais próprios de um contexto histórico específico, expressando formas de sociabilidade enraizadas e experienciadas no cotidiano, ou seja, durante os dias de semana, finais de semana, feriados e férias de moradoras e moradores locais (Magnani, 2003). A empiria nos permite admitir ainda a imbricação entre espaço e tempo, na qual o lazer se manifesta como um fenômeno situado no tempo residual do trabalho, mas que transcende essa delimitação, apresentando sentidos e motivações que permeiam também o tempo dedicado às atividades laborais.

As práticas de lazer foram identificadas nesta pesquisa por meio do levantamento bibliográfico, documental, observação de campo e entrevistas. Entretanto, são descritas no texto apenas aquelas que foram mencionadas pelas pessoas entrevistadas, embora outras práticas de lazer sejam realizadas no espaço da Serra do Caraça por turistas, essas não foram elencadas tendo em vista o objetivo da pesquisa de priorizar as práticas das pessoas residentes.

As práticas são apresentadas nesta pesquisa por meio de quatro subcapítulos, sendo eles: 1) Nas águas; 2) Nas trilhas; 3) Nas rochas; e 4) Nos picos e cumes. Cada um desses subcapítulos apresenta um quadro que correlaciona os elementos naturais e características dos locais da Serra do Caraça com as práticas de lazer que nela ocorrem. Por exemplo, as práticas de acampamento e bate e volta, por serem realizadas nos picos e cumes da Serra, foram agrupadas na categoria “Nos Picos e Cumes”. Da mesma forma, as práticas de escalada e *highline* foram categorizadas em “Na Rocha”, por serem realizadas nas estruturas rochosas da Serra. As demais categorias seguem essa mesma lógica, agrupando as práticas conforme o elemento natural e local onde são realizadas.

Pontuamos que, muito embora as práticas tenham sido organizadas em categorias distintas, não são rigidamente atreladas a único elemento natural ou local da Serra. Como, por exemplo, rapel e canionismo, podem ser tanto práticas de rocha, quanto de água. A correlação de cada uma das práticas com os locais onde ocorrem se deu em razão da percepção nativa das pessoas entrevistadas sobre onde essas práticas ocorrem com maior frequência. Além disso, a diversidade de espaços presentes na Serra do Caraça possibilita o trânsito de praticantes entre diferentes locais e a experimentação de diferentes práticas.

Cabe ressaltar que, para além dos dados primários, construídos em campo a partir da interrelação com o espaço da Serra do Caraça e com as pessoas interlocutoras desta pesquisa, os estudos técnicos que subsidiaram a justificativa para a proposta de criação do Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça¹⁹ (Catas Altas, 2021) foram fundamentais para sistematizar os locais de ocorrência das práticas analisadas. A opção por essa fonte deve-se ao seu caráter metodológico participativo, que prioriza o conhecimento local baseado na experiência. Conforme destacado nos estudos técnicos, trata-se de “uma junção de contribuições da própria vivência da sociedade com a Serra do Caraça” (Catas Altas, 2021).

A metodologia adotada incluiu a participação ativa de moradores, descritos como “membros da sociedade civil que diariamente convivem com o espaço natural”. Esses colaboradores elaboraram ilustrações dos locais relevantes, posteriormente georreferenciados e nominados conforme a nomenclatura local. Como resultado, foram produzidos mapas que evidenciam a diversidade de elementos naturais, pontos de interesse e práticas de lazer na região. Neles, os limites em vermelho representam a poligonal sugerida para a demarcação da área protegida, enquanto os marcadores amarelos indicam os locais e elementos naturais

¹⁹ Conduzidos de forma voluntária e colaborativa por Allaoua Saadi, Ana Bueno, Marcos Lamego, Diego Abris e Guilherme Pereira, encontram-se reunidos como justificativa do Projeto de Lei n.º 771/2021 (Catas Altas, 2021).

identificados pela população local. Esses mapas são utilizados nesta pesquisa não somente para apresentar geograficamente a área, mas também para reforçar a importância da participação social na gestão territorial e destacar o conhecimento empírico da comunidade local sobre o espaço da Serra do Caraça.

3.1 Nas águas

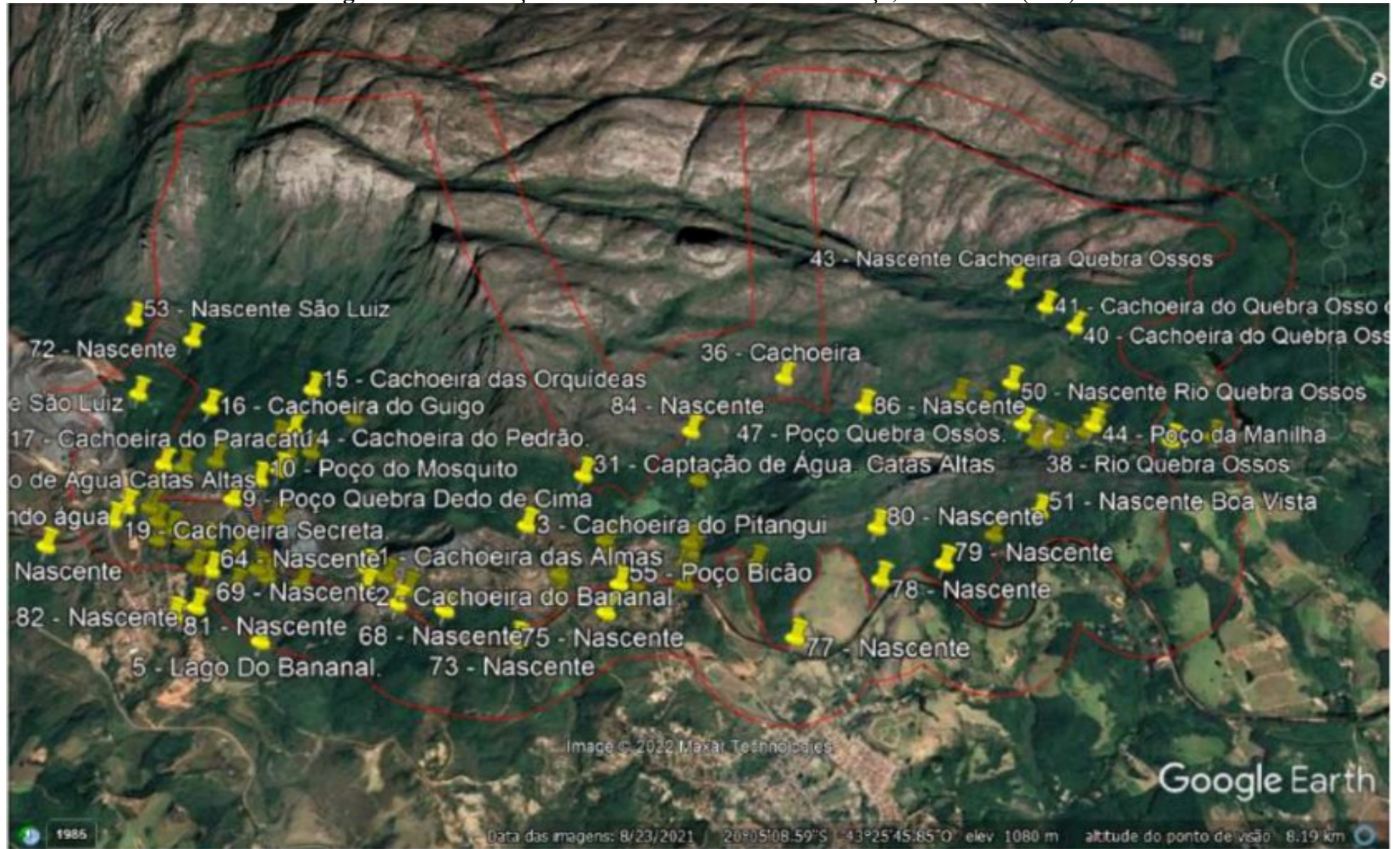
Quadro 4: Práticas de lazer nas águas da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)

Elementos	Práticas de lazer	Locais
Nas águas	Nado/banho/mergulho	Cachoeira das Almas; Cachoeira do Bananal; Cachoeira do Pitangui; Cachoeira da Mancha; Cachoeira Azul;
	Pesca	Cachoeira do Bicão; Cachoeira do Tamanduá; Cachoeira do Pedrão; Cachoeira das Orquídeas; Cachoeira do Guigo; Cachoeira do Paracatu; Cachoeira das Pannels;
	Fazer churrasco	Cachoeira Secreta; Cachoeira das Minas; Cachoeira da Garganta; Cachoeira dos Crentes; Cachoeira do Quebra Ossos; Cachoeira do Quebra Osso de Cima; Cachoeira da Santa; Cachoeira Maquiné; Cachoeira do Maquiné de Baixo; Cachoeira do Meio; Poço do Canal; Poço do Cano; Poço Travessia; Poço da Água Quente Fonte Termal; Bicão; Bueiro; Rio Paracatu; Rio Quebra Ossos; Rio Maquiné; Córrego do Mosquito; Córrego Paracatu; Córrego Quebra Ossos; Lagoa Azul; Lagoa do Bananal
	Piquenique	
	Rapel	Cachoeira da Santa; Mirante do Complexo Maquiné; Ravina dos Horizontes; Cachoeira da Mancha
	<i>Waterline</i>	Lagoa do Bananal

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa e do Projeto de Lei Municipal N.º 771/2021 (2024)

A água é um elemento que permeia tanto a construção simbólica quanto a reprodução da vida material, estando presente em mitos fundadores e ocupando centralidade na conformação de diferentes civilizações (Diegues, 2007). Por ser considerada o elemento fundante da vida no nosso planeta, são diversas as suas virtudes e símbolos polissêmicos, com representações que perpassam pelo perigo, fonte de recursos, saúde, até a benevolência e morada de seres sagrados (Diegues, 2007). Na Serra do Caraça, esse elemento materializa-se em espaços aquáticos, como rios, lagoas e cachoeiras, conforme demonstra o Quadro 4. Esses elementos se encontram distribuídos heterogeneamente pelo território, conforme indica a Figura 14.

Figura 14: Localização da rede hídrica na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Projeto de Lei 77/2021 (Catás Altas, 2021)

No que tange às cachoeiras, destacam-se por sua diversidade: algumas possuem corredeiras estreitas e sem poços, enquanto outras apresentam quedas altas e poços profundos. A variação também se estende ao acesso, que pode ser mais ou menos distante da área urbana da cidade. Para as sujeitas da pesquisa, esses espaços estão associados tanto ao desenvolvimento de habilidades físicas quanto à fruição estética e lúdica. Cabe pontuar que foram recorrentes os relatos das entrevistas que mencionaram que o contato com a Serra do Caraça se deu inicialmente a partir dos locais com água, como cachoeiras, córregos e rios, que foram sendo introduzidos pelo grupo familiar, como ressaltam os relatos de Tamanduá (2024) e Figura (2024):

O começo é basicamente no meio familiar mesmo. Meu pai começa a levar na cachoeira, só que ele não era muito animado de andar. Então ia até onde dava de carro, normalmente a gente ia muito ali para o bueiro, então da minha infância assim, boa parte eu vivia naquele bueiro. E aí de vez em quando, meu pai levava a gente no rio Quebra-Ossos, na região do Bicame de Pedras, levava a gente na Maquiné, na Santa, que são cachoeiras mais acessíveis, que você chega mais próximo de carro (Tamanduá, 2024).

Era, meu pai me levava no Bueiro, né? Então as lembranças que eu tenho, sim. Esse primeiro vínculo que eu tenho com a Serra do Caraça, de fato, é de estar me levando para nadar no espaço, principalmente no Bueiro (Figura, 2024).

Essa multiplicidade de usos a partir de práticas de lazer reforça seu caráter democrático, permitindo apropriações variadas conforme interesses individuais e coletivos, além de provocar diferentes sensações, conforme Zé (2024) evidencia:

Ah, cachoeira é bom, traz uma paz pra gente, né? Além de relaxar, refrescar, muito bom. Cachoeira não tem idade não, hein? Tem não, porque esporte tem, né? Por exemplo, futebol tem, vôlei tem. Natação também não tem. Natação, o lugar você chega e você nada... (Zé, 2024)

A Figura 15 apresenta um *QR code* para um vídeo que demonstra o uso da Cachoeira da Santa, na Serra do Caraça, pela população local:

Figura 15: Cachoeira da Santa, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Movimento pelo Monumento Natural da Serra do Caraça (2023)

As cachoeiras da Serra do Caraça ainda são destacadas em relatos como ambientes privilegiados para o convívio juvenil, onde se desenvolvem formas de lazer marcadas por experimentações, liberdade e trocas entre pares. Nessa fase da vida, conforme discutem Renner, Dayrell e Carrano (2008), a presença em grupos favorece a construção de relações de confiança, servindo como “espelho para a formação de identidades coletivas e individuais” (2008, p. 30). Essa dinâmica se manifesta em situações cotidianas, onde pessoas jovens frequentam cachoeiras e rios após as obrigações escolares ou, até mesmo, em segredo, escondido da família ou das pessoas responsáveis, e como destino da fuga, ao se matar aula, conforme nos revela Tamanduá (2024), ao refletir sobre o início de suas experiências na Serra desvinculadas de seu núcleo familiar.

Aí, o pessoal: “Ah, bora matar aula, bora matar aula?” - “Bora matar aula onde?” - “Cachoeira!” Chegava todo mundo molhado em casa, fingindo que nada tinha acontecido! Mas começou assim, indo para a cachoeira... nesses períodos aí, matar uma aulinha ali, outra lá. Nessas de matar aula... ia muito para a gruta de São Judas Tadeu, que não tem local de banho, mas tem a nascente que corre ali... às vezes a gente ficava todo mundo calado só ouvindo o barulhinho da nascente... então, é, eu começo mesmo nessa, esse início, assim, final de infância, início de adolescência... (Tamanduá, 2024)

Para além do lazer juvenil, as águas da Serra do Caraça também se entrelaçam à memória afetiva e cultural local. Um exemplo emblemático é a Fonte de Água Quente (Figura 16), local simbólico para a identidade da comunidade do Morro D’Água Quente. A fonte permeia histórias coletivas, reforçando o papel da água como elemento que une passado e presente e práticas cotidianas.

Figura 16: Uso da Fonte de Água Quente para banho, Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG)



Fonte: Acervo pessoal (2025)

Nas margens de rios e córregos, na parte baixa da Serra, se encontram águas mais rasas e calmas, que podem ser acessadas por veículos, via trilhas mais largas, com menos obstáculos. Essas características são propícias para “levar as crianças para molhar”, que consiste na sensibilização de crianças com a água, permitindo os primeiros contatos sensíveis com as águas da Serra do Caraça. Nas folgas, finais de semana e feriados, algumas sujeitas das pesquisas declararam que se organizam para “passarem o tempo” fazendo piqueniques, churrascos, brincadeiras e colocando a conversa em dia às margens das águas, reforçando laços afetivos e a conexão com o território. Como relata Santa (2024), estar às margens dos rios e córregos faz parte do lazer de sua família, reproduzido a cada geração. Também é uma forma de transmitir valores associados a observação da natureza e as interrelações lúdicas com este espaço.

E eu casei e com nove meses de casados, ganhei dois meninos. Então, assim... não tinha muito jeito de sair, né? Naquele tempo a gente não tinha carro, a gente punha comida naquelas latas de mantimento, de cinco litros, e levava comida, minha filha, e ficava lá até de tarde! Aí, de tarde, punha os menino nas costas, e vinha embora. Depois que a gente começou a ter carro, que foi facilitando, né? [...] É, uai, igual eu e os meus

netos. Eu faço a farra, né? A gente vai pro Quebra-Ossos assim umas oito horas da manhã, e sai de lá umas dezoito horas. E anda, e come e come, e anda, e brinca, conversa. Bom demais, né? Tem que achar graça, achar valor, no é simples, né? Pra que eu vou pro shopping se eu tenho um espaço desse aqui, gente? Ah, vou jogar boliche... tem um monte de pedra, joga pedra no muro e pronto! (risos) Faz um desenho lá e tipo... né? (Santa, 2024).

Nesse sentido, observamos que muitas práticas e brincadeiras ao ar livre e em grupo são criadas e compartilhadas pela reciprocidade de estímulos com os ambientes aquáticos. Para Tiriba e Profice (2014), o contato com a natureza pode potencializar o sentimento de solidariedade e companheirismo, e estimular uma convivência amistosa e prazerosa. Similarmente, possibilitam a criatividade e a imaginação da paisagem, o exercício da paisagem (Besse, 2014). Assim, a paisagem não é um pano de fundo estático, mas, algo que se constrói continuamente, por meio das experiências sensíveis. Esse exercício vai além de observar; trata-se de vivê-la ativamente, transformando a experiência corporal e sensorial em um ato de criação. Durante um de brincadeira, um grupo de crianças e adolescentes pode andar pelos rios, entrar em trilhas e adentrar na mata para apanhar um fruto, conforme exemplifica o trecho destacado da entrevista com Lidinha (2024):

A gente ia, e a gente sempre teve um trilha, sabe? Tipo assim, passava ali, ó! Subia no Balneário, passava no Quebra-Dedo, e molhava. Subia o rio, porque sempre o mais legal foi subir pelo rio. E aí, a gente ia nadando, em cada poço, em cada... Aí, uma vez, o Teco e a gente fez um... colocou uma corda na árvore, no Quebra-Dedo do Meio, assim... Lá enchia muito, assim. Era muito cheio. E vinha muita gente, porque ficou sabendo dessa corda. Enfim... E aí, o povo montava essa corda, e caía na água. Então, assim, era nossa brincadeira o dia todo! (Lidinha, 2024)

No relato, o caminhar e o penetrar pelas trilhas, pelo rio, e poços, constituem a paisagem. O percurso pelo rio, a prática de nadar em diferentes espaços, e a criação de uma brincadeira coletiva com a corda, não apenas ativam os espaços naturais, mas também atribuem a eles novos significados. A árvore e o poço, deixam de ser elementos da natureza para tornarem-se, também, espaços comunitários, de encontro, criatividade, divertimento e memória. Para Jovanovich (2023), as descobertas brincantes na natureza desempenham papel essencial na aprendizagem e no desenvolvimento infantil, revelando-se como uma ferramenta pedagógica.

A autora ainda ressalta que, “a interação com a natureza e seus elementos pode trazer diversos benefícios para as crianças, como o desenvolvimento da coordenação motora, da criatividade e imaginação, da empatia e do senso de responsabilidade com o meio ambiente” (Jovanovich, 2023, p. 9). Destaca ainda que, a experimentação e a observação, alinhadas a ludicidade, contribuem para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que, se faz possível “vivenciar situações do cotidiano, podendo fazer representações do mundo, interagir, estimular

a comunicação e aprender a lidar com diversas situações” que extrapolam o ato de brincar (2023, p. 9).

As lagoas e barragens também foram observadas como importantes espaços de lazer onde a pesca ganha destaque. A pesca foi identificada como uma tradição local tanto no que tange a sua função de subsistência, quanto de socialização, relaxamento e lazer, sendo atribuída, inclusive, como uma prática de transmissão de conhecimento geracional, fazendo parte da dinâmica de organização afetiva e social das famílias e da vizinhança. A extensão do familiar para o âmbito coletivo e grupal na comunidade local foi percebida, principalmente nos relatos sobre pesca nos espaços de água do Morro d'Água Quente, sendo comum que durante uma empreitada de uma família para pescar, por exemplo, se faz comum agregar pessoas vizinhas e amigas, ampliando as redes e conexões.

Notamos que a pesca para a obtenção do peixe não é a motivação principal e limitadora para a prática, inclusive, é realizada em locais onde “peixe ninguém tira não”, conforme brinca Lidinha (2024), que considera pescar “uma distração, um exercício para a mente, também né?”. Essa perspectiva é reforçada também pelo O Velho da Montanha (2024), que ressalta:

A gente fala pescar, mas é mais distrair a mente mesmo, né? Esse negócio de casa, serviço, casa, serviço, nú... Vai chegar uma hora e a gente vai ficar muito sedentário, né? Mas aí tem alguns aí também que gosta de sair pra pescar. A gente fala pescar, mas é mais... levar uma carinha... é ficar na beira da lagoa, passar a noite no meio do mato... (Velho da Montanha, 2024)

Assim, tanto nas margens acessíveis quanto nas lagoas isoladas, as águas na Serra do Caraça se consolidam como elemento mediador de práticas que unem utilitarismo e simbolismo, individualidade e coletividade. Seja na sensibilização infantil ou na pesca como suporte emocional, esses espaços consolidam as águas como um eixo de organização social e afetivo que perpetua tradições comunitárias. São ainda locais de usos múltiplos, por reunir pessoas com motivações diversas dividindo o mesmo local, se influenciando mutuamente, experimentando as práticas de lazer umas das outras, e proporcionando o contato e a inicialização em diferentes práticas, conforme indica o relato de Lidinha (2024) sobre suas experiências junto a Lagoa do Bananal/Mosquito, apresentada na Figura 17.

Na barragem ali, aí, num período, eu pescava, mas aí depois eu comecei a nadar. Então, todo dia a gente ia também, tipo assim, todo dia não, a gente sempre também intercalava. A gente ia pra barragem, nadava, levava boia. Aí, tem um paredão de escalar lá. Aí, Teco levava *longline*. Eu nunca gostei, assim, desses esportes, de subir, de... e nunca, na verdade, consegui. Mas sempre eu tava ali, tipo assim, pra nadar ou pra... sempre pra nadar. Eu sempre gostei muito de nadar. Então, assim... E a galera se reunia mesmo ali, na Lagoa do Mosquito (Lidinha, 2024).

Figura 17: Práticas de lazer na Lagoa do Bananal/Mosquito, no Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG)



Fonte: Gabriel Moreira (2017)

Contudo, é crucial ressaltar que os cursos d'água também são vitais para o abastecimento público e atividades econômicas, como a mineração. Esses usos utilitários geram tensões entre conservação e exploração, especialmente pela preocupação com a qualidade da água e a segurança das estruturas de captação. Além disso, relatos apontam a redução do volume hídrico em diferentes cursos d'água na Serra, com episódios frequentes de seca em cachoeiras. Somam-se a estas problemáticas, desafios como acúmulo de lixo, poluição sonora e intervenções para requalificação urbana nas margens realizadas às margens de rios e córregos. Tais fatores comprometem não apenas a biodiversidade, mas também a viabilidade das práticas de lazer que se interrelacionam com esse elemento.

3.2 Nas trilhas

Quadro 5: Práticas de lazer nas trilhas da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)

Elementos	Práticas de lazer	Locais
Nas trilhas	Caminhada	Pico dos Horizontes; Morro Boa Vista; Camping Mancha;
	Trekking	Camping Caverna; Camping 170; Ponto de Equilíbrio;
	Corrida na trilha/ <i>Trail running</i>	Pedra da Galinha; Pedra da Criança; Vale do Escultor; Cachoeira Quebra Ossos; Pico do Quebra Ossos; Vale da

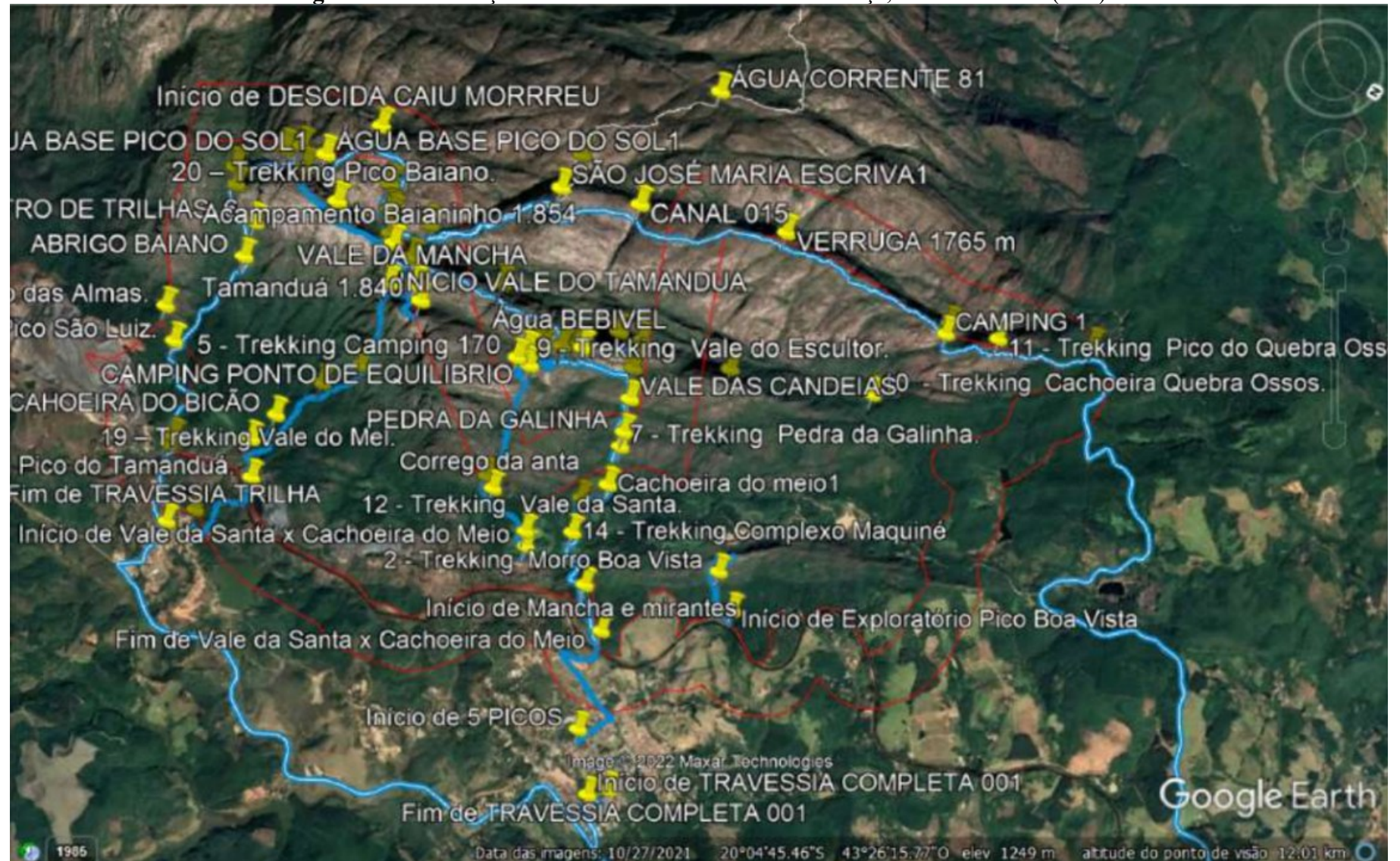
	Ciclismo	Santa; Ombro direito da Serra; Complexo Maquiné; Pico do Tamanduá; Pico São Luiz; Procissão das Almas; Pico do Baianinho; Vale do Mel; Pico Baiano; Pico do Sol; Arquibancada; Caiu Morreu; Trilhas Estrada-Parque; Estrada Quebra-Ossos; Estrada de ferro (trilhas); Estradas rurais; Mirante da Santa; Mirante do Maquiné; Mirante da Cachoeira da Mina; Mirante do Morro; Cavernas; Cachoeiras, Córregos e rios; Trilhos do trem
	Trilhas <i>off road</i>	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa e do Projeto de Lei Municipal N.º 771/2021 (2024)

A vasta rede de trilhas e rotas que conectam o núcleo urbano aos elementos e locais de lazer na Serra do Caraça, conforme é apresentado no Quadro 5 e na Figura 18, é ocupada por uma variedade de práticas de lazer, de forma que as mesmas trilhas e rotas podem ser utilizadas para diferentes práticas, sendo assim identificadas como trilhas de uso compartilhado ou de uso múltiplo (*shared-use* ou *multiple-use trials*; Moore, 1994).

Destacamos três diferentes práticas nesta seção, identificadas como de maior recorrência entre a população local na atualidade, sendo caminhadas e *trekking*, corridas e *trail running* e modalidades *off road*.

Figura 18: Localização das trilhas e rotas na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Projeto de Lei 77/2021 (Catas Altas, 2021)

As caminhadas na Serra do Caraça, descritas em expressões locais como “andar no mato”, “pela serra” ou “dar uma volta na montanha”, são práticas cotidianas que transcendem o simples deslocamento. Por meio delas, as pessoas ressignificam a paisagem, alinhando-se à ideia de que caminhar é uma forma de habitar o mundo, estabelecer relações com o território e atribuir sentido ao ambiente (Ingold, 2015; 2021). Essa dinâmica não apenas conecta indivíduos ao espaço, mas também os vincula à história e ao patrimônio local, já que muitas trilhas se direcionam a monumentos naturais e históricos de relevância cultural. Sítios arqueológicos, como as ruínas de estruturas da mineração de ouro, são fontes de orgulho para a comunidade e destinos frequentes de visitantes, reforçando o vínculo entre prática cotidiana e memória coletiva.

Em relação à prática de *trekking*, registros indicam que esta prática se consolidou na Serra do Caraça a partir da década de 1990, principalmente na RPPNSC. Contudo, foi no início do século XXI que se tornou referência para as políticas de lazer em Catas Altas, ainda que com foco inicial no ecoturismo. Esse marco está intrinsecamente ligado ao contexto administrativo local, pois até 1998 o município não possuía estrutura governamental própria e as primeiras iniciativas de incentivo ao lazer, incluindo as de turismo, só emergiram nesse período.

Um exemplo emblemático ocorreu em 2001, quando Catas Altas sediou a segunda etapa do Circuito Mineiro de *Trekking*, organizado pela entidade homônima em parceria com a Prefeitura Municipal e o Unicentro Newton Paiva. O evento, que reuniu 43 equipes de participantes de Belo Horizonte, cidades do interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Brasília também buscou ressaltar os atrativos naturais da cidade, conforme informa o Jornal Verde Catas Altas (2001), marcando o início da regularidade de competições e desafios na região. Para viabilizar esse circuito, o poder público estabeleceu parcerias para a implantação de trilhas interpretativas ambientais com escolas e universidades. Além disso, foram contratadas de mão de obra local, como guias e condutores ambientais, para auxiliar na realização do circuito, como nos relata Hortência (2024), que atuava como guia na época.

Aí o pessoal vinha, marcava as trilhas, né? Porque no *trekking* você tem que ter o tempo certo... contratavam gente da cidade para ficar nos pontos estratégicos, para marcar a passagem. Pagavam o pessoal, sabe?” (Hortência, 2024).

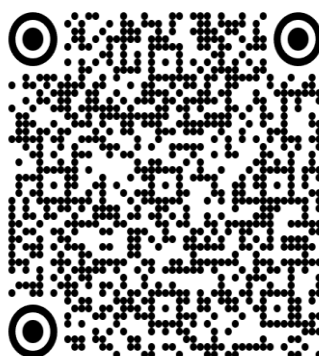
As práticas de corrida em trilhas e corrida de montanha são outras atividades que ocupam os espaços das trilhas na Serra do Caraça. O *Trail running* tem se tornado um fenômeno global, com registro de aumento de praticantes, equipamentos, áreas disponíveis para a sua realização, eventos e provas na modalidade, com massiva divulgação (Julião *et al.*, 2018).

Gomes e Isayama (2009), evidenciam ainda que, apesar dessas práticas serem permeadas “por uma visão mercantilista que visa à aquisição de um estilo de vida, de novos signos e imagens, de produtos e mercadorias que denotam um saber diferenciado”, guardam relação com a concepção positiva ecológica e com a preservação da natureza (2009, p. 70).

Foi relatado durante as entrevistas que a corrida nas trilhas possibilita uma conexão intensiva com o ambiente, onde o corpo atua como mediador entre os sentidos e o espaço da Serra. A corrida em trilhas foi percebida como uma forma explorar o terreno irregular, o relevo e os elementos naturais, o que nos permite corroborar com as afirmações de Gomes e Isayama (2009), que pontuam que “o importante é a variedade de sensações proporcionada pelos sentidos que são aguçados durante o percurso” (2009, p. 70).

No contexto local, destaca-se a iniciativa do grupo *Catas Altas Runners*, criado em 2018 por moradoras e moradores para promover treinos coletivos nas trilhas, participar de competições regionais e fomentar a prática na cidade. Segue abaixo um vídeo produzido pela equipe, que demonstra participantes nas trilhas da Serra (Figura 19).

Figura 19: *QR Code* para vídeo da equipe *Catas Altas Runners*



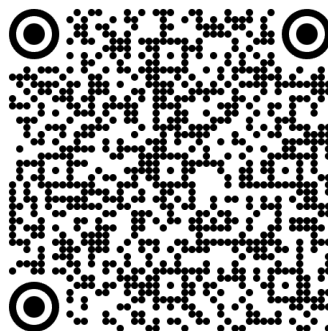
Fonte: *Catas Altas Runners* (2025)

Alinhando-se a tendências globais de esportes em ambientes montanhosos, o município sediou, em 2020, a *Horizontes Sky Race*, primeira prova brasileira de Vertical Kilometer (VK), disciplina do *skyrunning*. O percurso, com largada na área urbana de Catas Altas e culminância no Pico Horizontes (1.768 m de altitude), na Serra do Caraça, totalizou 4,4 km e um desnível positivo de 1.039 metros, consolidando-se como um marco para o esporte na região (Piassi, 2020). A prova foi considerada exitosa, realizada com segurança e tornou-se uma referência para atletas da modalidade. Lamego (2024,) um dos idealizados, morador de Catas Altas há 24 anos, relatou, por meio de entrevista, como percebeu a potencialidade da Serra do Caraça que, para ele, tem vocação para os esportes de montanha.

O esporte de corrida de montanha, ele tem, pra mim, tem uns seis anos. Quando eu comecei a conversar com algumas pessoas que falaram que aqui tinha um... eu falei que aqui tinha uma subida com menos de cinco quilômetros com um mil de ganho. É aonde eu falo: “Pô, isso é um coqueluche que tá tendo na Europa!” Porque é uma prova que chama quilômetro vertical. Aí, eu falo: “Ó, mas aqui tem!” Aí a pessoa de uma revista, a revista mais forte de *Trail running* do Brasil, veio aqui e falou: “Cara, tem!” Subiu, viu que tinha! Então, eu fui entrando nesse mundo do *Trail running*. [...] Aí, fiz a primeira corrida de montanha de Catas Altas. Aí você começa a ver o que era corrida de montanha, aí você vai conhecendo esse mundo do *Trail running*. Enfim, e a montanha foi chamando, e a gente, a gente trabalhando de subir o cume, mais pessoas subindo... E esse esporte veio, e eu fui, na minha filosofia, que eu via quando eu era adolescente, quando eu estava na praia, na região dos Lagos no estado do Rio de Janeiro, eu via toda criança... [...] eu via todo adolescente, todo jovem, todo menor, toda criança, estava com a prancha na mão, e o mar tão próximo, e falava: “Pô, todo mundo vai praticar algum esporte, todo mundo, muitas pessoas praticam esporte relacionado ao mar”. [...] eu vi isso, aí eu falei: “Poxa, quem nasce na praia vira surfista, quem nasce na montanha vira montanhista!” E nisso eu fui adotando, e fui influenciando também o meu filho, que é o atual campeão brasileiro da *Sky Running*, com 15 anos de idade, na categoria YA. Então fui provocando provas, isso e aquilo, e fui desenvolvendo. Hoje a gente faz o evento aqui, que é o Catas Altas Vertical, já foi para o segundo ano, e o Horizonte *Sky Race* começou como a primeira prova de VK, foi em 2020. Foi até na pandemia, foi para 30 e poucas pessoas, só, não foi um evento... foi essa prova um pouco de teste, foi o teste, a prova teste com alguns atletas convidados, e depois já tivemos a certificação pela *Sky Running*, [...] e da Horizontes migrou, nós migramos da Horizontes, e falamos assim: “vamos colocar Catas Altas Vertical? Para fortalecer o nome de Catas Altas no cenário de esporte de montanha?” Então, a razão de tirar o nome, porque a Horizontes poderia levar esse evento para qualquer cidade, chamava Horizontes *Sky Race*, então qualquer cidade tem um horizonte, então ele caberia. Uma marca... e o Catas Altas Vertical não, é um evento que é, você não leva o Catas Altas Vertical para fazer o Catas Altas Vertical em Itabira. É meio assim: “Pô, Catas Altas Vertical em Itabira?” [...] Então eu acho que a identidade foi forte nesse sentido [...] proposital! E para defender que não seja terra de ninguém. O objetivo do evento esportivo foi esse, está escrito isso nele. Ele é apresentado para as empresas parceiras que o objetivo é a ocupação da montanha de forma ordenada, e ele sempre, nunca abaixou esse viés, nunca abaixou essa bandeira. E até mesmo com o patrocínio de empresas mineradoras, que é a Vale, que patrocina o evento, mas nunca foi, nunca chegou nenhuma proposta, nenhuma proposta, nunca chegou a apresentação do Catas Altas Vertical sem estar isso descrito, que é a ocupação da montanha pelo esporte (Lamego, 2024).

Cabe pontuar a reflexão apresentada pelo interlocutor, quando destaca a relação que os habitantes das montanhas podem desenvolver com as práticas de montanhismo. Ao reconhecer as dinâmicas entre espaço, cultura e identidade, reforçamos a ideia de que o meio ambiente pode influenciar diretamente os modos de lazer. Cabe pontuar, também, a estratégia deliberada para vincular o evento ao município, conferindo à prova singularidade e particularidade, importante para o reconhecimento das particularidades e da identidade de Catas Altas como uma cidade propícia aos esportes de montanha. A Figura 20 apresenta trecho da prova realizada em 2024.

Figura 20: *QR Code* para vídeo do evento Catas Altas Vertical, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Catas Altas Vertical (2024)

As trilhas não pavimentadas da Serra do Caraça, marcadas por terrenos irregulares, obstáculos naturais, como pedras, lamas, cursos d'água e desníveis acentuados, são também locais estratégicos para a prática de atividades *off-road*. Essas atividades demandam habilidades técnicas, resistência física e atenção constante à segurança por parte das pessoas praticantes, que conduzem veículos, como jipes, gaiolas, quadriciclos, motos e bicicletas. É relevante destacar que a relação entre a prática e a posse de veículos específicos pode criar nichos sociais, uma vez que “a posse de um bem pode construir pontes ou cercas entre indivíduos em um grupo social” (Dalmoro, 2014, p. 4). Essa dinâmica influencia tanto a formação de grupos quanto as interações entre participantes.

Em Catas Altas, a organização das atividades *off-road* é protagonizada por três grupos locais: o *Jeep Clube de Catas Altas*, o *Trail OffRóias de Catas Altas* e o *BikeÉGiro*. Ao promoverem eventos coletivos, passeios e encontros, esses grupos funcionam como redes de apoio e incentivo, caracterizando-se como comunidades com identidades próprias. Conforme Magnani (1992), o agrupamento de pessoas com interesses similares favorece “vivências comuns intensas, estabelecimento de laços pessoais, criação de códigos de comunicação e comportamentos particulares”, reforçando a coesão interna e a identidade coletiva (1992, p. 50).

A trajetória institucional dessas práticas na localidade remonta a 2003, quando foi realizada a 1ª Exposição Ecológica de *Off-Road*, marco inicial que reuniu entusiastas locais e de outras localidades. O evento, além de promover a confraternização entre participantes, teve como objetivo valorizar a cultura regional, destacando a gastronomia típica como atrativo turístico (Jornal Verde Catas Altas, 2003). Na época, já havia moradoras e moradores engajados com esta prática e que, posteriormente, em 2009, fundaram o *Caveirões Jeep Clube Catas Altas* por meio de uma associação privada. Essa iniciativa consolidou-se como um passo importante

na estruturação do *off-road* como atividade organizada, vinculada ao lazer de residentes locais e a turismo.

Cabe destacar que a participação no *Jeep Clube* de Catas Altas não se restringe a proprietárias e proprietários de veículos 4×4. Pessoas sem esse tipo de veículo também integram atividades, eventos e a própria organização do grupo, reforçando seu caráter comunitário. Como exemplo, Tamanduá (2024) relata que seu vínculo com espaços naturais e práticas de lazer na Serra do Caraça surgiu da participação do seu pai nesse clube. Mesmo sem possuir um jipe, ele atuou por anos como o “zekinha” do clube, conforme narra:

Meu pai é membro do *Jeep Clube*, inclusive meu pai foi o primeiro membro do *Jeep Club* a entrar sem ter um *Jeep*. Por muito tempo, ele foi o *Zekinha* oficial da turma, né... Aquela pessoa que é animada, que vai contar histórias... Que se precisar de bater uma enxada para desatolar um carro, ele vai... E aí em algumas dessas, ele começou a levar eu e meu irmão. Então começa esse contato também através do *Jeep Club*... Os aniversários de cada ano fazer em algum destino, e ir fazendo trilha, sempre por dentro de mato, assim, estradas de terra, né, em vez de ir pelo asfalto... então começa aí essa pegada. Ah, e a gente levava barraca, porque a turma é grande, aí, às vezes chegava em um sítio, e tinha, sei lá, três quartos, mas tem vinte, tem vinte pessoas! (risos) O resto ia pegar suas barraquinhas e dormir na barraca, ou puxava o colchão e dormia pela sala do lugar. Então começa esse contato assim (Tamanduá, 2024).

Além do *off-road* o ciclismo, especialmente o *mountain bike* (MTB), é uma prática consolidada entre a população local. Observou-se em campo que o perfil das pessoas praticantes varia conforme a modalidade: o MTB atrai principalmente jovens entre 12 e 30 anos, majoritariamente homens, enquanto o ciclismo recreativo em trilhas envolve um público diverso, incluindo crianças, idosos e mulheres. Essa dinâmica ganhou estrutura em 2013, com a criação da equipe *BikeÉGiro Catas Altas*, que promove trocas entre membros e entusiastas por meio de encontros esportivos e de lazer.

Sob o lema “Mais que uma equipe... Uma família”, o grupo organiza desde 2015 o “Giro Entre Serras”, principal evento de MTB do município que, conforme relatos de campo, em sua primeira edição, reuniu cerca de 400 participantes em um percurso de 33 km pelas trilhas ao sopé da Serra. A Figura 21 apresenta o evento realizado em 2019. A iniciativa também se articula com festivais locais, como a Festa do Vinho e a Serra do Caraça *Bier Fest*, reforçando o turismo comunitário. Embora a equipe participe de competições, são os passeios cotidianos nas trilhas que consolidam a apropriação coletiva do espaço.

Figura 21: 5ª Edição do Giro Entre Serras - Equipe BikÉGiro de Catas Altas (MG)



Fonte: Bike é Giro (2019)

Cabe resgatar que, já no ano de 2004, Catas Altas sediou pela primeira vez o 18º Campeonato Brasileiro de Motociclismo (CBM), na modalidade Trail, e passou a integrar o cenário motociclístico nacional. “Sob o aspecto físico foi fantástico, principalmente em função da diversidade de obstáculos, com pedras, barrancos, rios, subidas e descidas. Além da beleza do lugar. Tecnicamente falando, essa foi uma das melhores provas dos últimos 15 anos”, declarou o organizador do evento (Jornal Verde Catas Altas, 2004).

Outra modalidade de destaque no cenário de lazer *offroad* na Serra do Caraça, em Catas Altas, são os praticantes de *motocross*, principalmente nas modalidades *Trail* e enduros. Em 2013, surgiu a equipe *OffRóias* de Catas Altas. Através dela, praticantes se reúnem para rodar nas trilhas ao sopé da Serra do Caraça, conforme demonstra a Figura 22. Este grupo tem por característica encontros mais cotidianos, ao final dos dias ou aos finais de semana, como se fosse um encontro entre amigos. A organização é também informal e mantida por meio de grupo de conversa.

Figura 22: Praticantes da equipe OffRóias, em Catas Altas (MG)



Fonte: Rander Júnior (2023)

Os três grupos juntos realizam anualmente o Encontro Off Road de Catas Altas, também chamado de Trilhão *Off Road*. Neste encontro são mobilizados atletas e praticantes das modalidades de diversas outras cidades, principalmente as que configuram a região do Caraça e da Estrada Real. Os eventos também são compostos por shows, com destaque para a participação de artistas locais e comercialização de produtos artesanais e gastronômicos, também de produção local. Cabe pontuar que as trilhas *off road* desencadeiam uma rede de sociabilidade e de serviços, como os mecânicos de autopeças e desmanche, além de encontros fora do calendário de eventos por meio de ações sociais.

Adicionalmente, mesmo que alguns praticantes *off-road* declarem não utilizar as trilhas de acesso a cachoeiras e a parte mais alta da Serra, é importante considerar os impactos ambientais que essas atividades podem causar: o tráfego constante de veículos pode contribuir para a degradação e compactação do solo; alargamento das trilhas e vias; e afugentamento e perturbação da fauna e flora locais. Além disso, a presença massiva de veículos nesses espaços pode impedir o uso múltiplo das trilhas.

Os grupos de *off road* geralmente expressam uma preocupação com a preservação da natureza (Dalmoro, 2014), entretanto essa preocupação ambiental pode ser por convenção, conforme observa o autor, a partir da observação de grupos de jipeiros da cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul:

Entendo que a preocupação em preservar a natureza é percebida pelos jipeiros como uma obrigação, visto que sem natureza, a prática do *off-road* fica sem sentido algum. Ou seja, ela proporciona diversão e belas paisagens e, assim, deve ser mantida para tal. Isso gera um sentimento oblíquo, uma vez que os jipeiros sabem que causam danos ao meio ambiente, mas, ou mesmo tempo, tentam preservar a natureza, para conservar seu “habitat” (Dalmoro, 2014, p. 17).

Respeitar os limites das trilhas, evitar áreas de preservação sensíveis e aderir a normas de conduta ambiental são atitudes indispensáveis para que o *off-road* seja uma atividade compatível com o propósito do lazer junto à natureza. Se faz necessário, todavia, avaliar os impactos dos usos, melhorar a capacidade de diálogo e orientação educacional junto a população local e turistas.

Por fim, é importante compartilhar que durante esta pesquisa não foi possível localizar a história de abertura das trilhas e rotas, ou mesmo acompanhar os seus processos de difusão pela Serra do Caraça. A única Trilha reconhecida oficialmente no município é a Trilha-Parque, instalada pelo poder público no ano de 2004, conforme relata a reportagem do Jornal Verde Catas Altas (2004).

Cidade ganha nova opção de Turismo - a Trilha Parque: Simplicidade, criatividade e praticidade marcam o projeto Trilha Parque, idealizado pelo secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Marcos Lamego, e que já está sendo colocado em prática pelo poder público municipal. O projeto é parte da pesquisa monográfica de Marcos Lamego para conclusão do curso de Pós-graduação Turismo e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com 5,7 quilômetros de extensão, a trilha vai da sede de Catas Altas, começando ao lado do terreno onde se realizam anualmente as cavalgadas, até a entrada do Morro D'Água Quente. O projeto prevê a urbanização do Córrego Maquiné, com construção de uma pequena praça e sinalização da trilha; e urbanização em pedra, formando uma cachoeira artificial no local onde hoje encontra um cano de água de origem da queda d'água da Santa. Prevê também na altura do km 1,8 represar a água que vem do córrego, formando um poço “para banho; o plantio de árvores na estrada de terra que liga a sede (na entrada para o aterro sustentável) à localidade de e um mirante com vista para a represa da Vale no Morro D'Água Quente, caminhando mais 400 metros até o povoado. A obra será concluída até março próximo e o mapa da Trilha Parque Catas Altas-Morro D'Água Quente foi concebido pelo professor Allaoua Saadi. Segundo Lamego, a “transformação” da estrada secundária em produto turístico complementar o grupo de atrativos turísticos preparados para visitação e, conseqüentemente, aumentará a permanência do turista no município, gerando mais renda para a população e mais uma atividade de lazer e descontração”. Etapas: Na primeira etapa do projeto será instalada a sinalização interpretativa e educativa: serão três painéis interpretativos, oito placas de sinalização (sendo uma na cachoeira do Maquiné, uma na Gruta de São Judas Tadeu, uma na Cachoeira da Santa e as outras no decorrer do percurso), e dois painéis principais — no início e término da trilha. Os postes de eucalipto imunizado foram doados pela Cenibra

e as placas estão sendo confeccionadas pelo Fandinho e Eduardo. A Prefeitura entra com materiais de construção, tinta, madeira, cimento, parafusos, vidro, telha, etc, e com a disponibilização de mão-de-obra em algumas etapas. Para o plantio de mudas, a escolha das espécies teve especial atenção. Serão plantadas espécies como sibipiruna, quaresmeira, ipê-branco, ipê-rosa, ipê-amarelo, pata de vaca, entre outras. Parte das mudas foi plantada em janeiro e o restante, totalizando 600 mudas, será plantado até o final de março próximo. Esta etapa conta com a importante colaboração de funcionários do Departamento de Obras e voluntários da região. As mudas foram doadas pela Pedreira Um (Jornal Verde Catas Altas, 2004, n.º 67, ano 6, p. 7).

Na reportagem é possível admitir que o local foi planejado de forma integrada aos atrativos naturais utilizados pela população e pelo setor do turismo. A construção da Trilha-Parque contempla a instalação de sinalização interpretativa e educativa ao longo do percurso e o plantio de mudas de árvores nativas. Cabe ressaltar as parcerias estabelecidas para a execução do projeto contou com professores voluntários, poder público e empresas extrativistas que atuam em Catas Altas, como a Cenibra e a VALE S.A.

Durante as caminhadas em campo foi percebida a realização de uma obra para pavimentação, com asfalto, da Trilha-Parque. A estrada estava sendo alargada e preparada para receber pavimentação, sendo que parte da vegetação estava sendo retirada. Com pouco mais de 5 km, esta Trilha é amplamente utilizada por praticantes locais para atividades de caminhada, corrida, ciclismo e trilhas *off road*. Ela possui relevante apreço paisagístico, sendo avaliada nos relatos colhidos como uma estrada bucólica.

Para além da ação nessa trilha em específico, foi observado que a abertura das trilhas e as suas necessárias manutenções, como limpeza e sinalização, e adaptações para os usos múltiplos, são, na maior parte das vezes, realizadas de forma voluntária pelas próprias pessoas praticantes, conforme relatado por O Velho da Montanha (2024):

Aí, tem um colega meu aí, que vira e mexe e me chama. Ele gosta de correr, né? Ele usa lá pra poder tá fazendo os treinos dele. Aí, ele me chama: “Lá tá sujo, vão lá limpar?” Aí, a gente costuma ir lá e conversa com o Dalmin. O Dalmin autoriza a limpar. A gente vai lá e limpa a trilha lá. [...] É... O pessoal ainda fica bravo: “Ah, você tá limpando o terreno dos outros, o terreno nem seu é”. Ah, eu falei: “Ah, não, eu gosto de passar lá. Então eu vou passar no caminho limpo, uai”. Mas abrir mesmo... Só uma que nós fizemos lá na Mancha. Dentro do vale do mato lá. Essa aqui já tem ela, né? Ela é antiga, só que ela tava fechada, a gente só limpou ela. Chega final de ano, é época de chuva, depois para a chuva, eles gostam de tá passando, correndo lá. Marcos Lamego usa pra fazer as corridas deles lá. E a gente já aproveita e já fala com Dalmin: “O Dalmin nós tão precisando” - “Ah, não, pode limpar lá!” E tem autorização pra não... não ter nenhum problema depois, né! (O Velho da Montanha, 2024)

Para além da atividade turística, cabe pontuar também que as diferentes trilhas permeiam a memória e história oral local. Algumas trilhas foram citadas como antigos caminhos de acesso às diversas minas, catas e lavras de ouro. Ademais, o acesso aos cumes da montanha, no passado, guardava relação com os cursos de água e nascentes localizadas no alto

da montanha, sendo a subida realizada por entre as Cachoeiras da Santa e Maquiné, por exemplo. Outras trilhas foram criadas a partir da instalação da linha ferroviária ou da abertura de estradas para a atividade mineradora e de silvicultura, revelando a imbricação de elementos presentes na Serra às atividades de reprodução econômica e cultural. Nesse sentido, cabe refletir sobre as formas de garantia da conservação, manutenção e abertura de novos caminhos, tendo em vista particularidades, como os usos múltiplos e as propriedades privadas.

3.3 Nas rochas

Quadro 6: Práticas de lazer nas rochas da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)

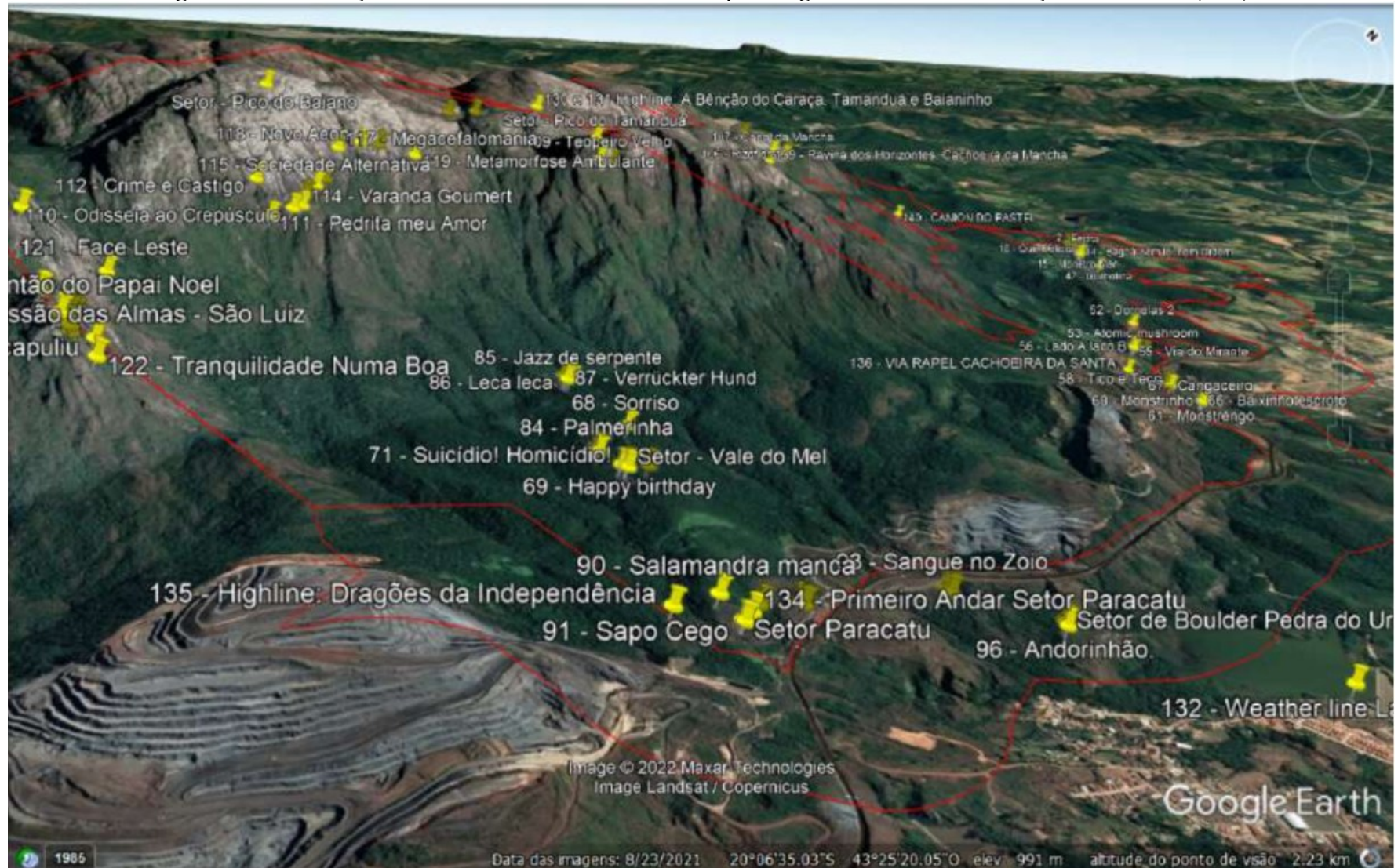
Elementos	Práticas de lazer	Locais
Nas rochas	Escalada/rapel	Boa Vista: As Torres (Arapuá na Brasa; Baba Cósmica; Bagdá sem Lei nem Ordem; Briga de Cato Angorá; Campo Minado; Catasalticus brenfaticus; Chibiu Caipira; Conquista de língua; Fedra; Funcionários On the Rocks; Gongo Tosco; Grande Encontro; Gula Shit; Lisbera o prisioneiro; Memória Cruel; Monstro Man; Pneu alcoólico; Quarto do Desespero; Que delícia; Quem dera Raul; Rocha em Transe; Sequelados; Sonâmbulo Etilico; Talibrenfa; Trovão que nos Persegue; Um Toco Ainda é Pouco; Variante Conexão Santa Rita); O Amarelão (Casa dos Autistas; Face Pálida); O Totem (Toupeiraplanagem; Variante "Toupeira manca"); As Paredinhas (Quebra-cabeça); Parede da Cascavel (A careta do careta; A desova de Ondbusman; Império em Guerra; Que Bom que acabou com o cachorro; Variante "Pedras que se movem"); Parede Cinzenta (Às pampas; Filé no asfalto; Fúria do céu e da terra; Insustentável leseira do ser; Naturana Satânica; Super Tiquinho; Variante "Baixinho mas Consistente"); Amarelinhos (Guilhotina; Homicídio); Só cissinho: Face Oeste (Andando na Linha; Largados e Pelados); Dornelas: Cata o Cocoroto (Aqui no Cocoroto; Dornelas 2); Complexo Maquiné: Atomic Mushroom (Farofa; Via do Mirante; Lado A lado B); Microbinho: Bee Movie (Monstrinho; Monstrengo; Cama de Pedra; Catunguinha; Catunga; Chá das 5; Baixinho Escroto; Cangaceiro); Vale do Mel: Via da santinha (Tico e Teco); Sorriso (Happy Bday; Baile de Debutantes; Suicidol Omicidol; Cristais; Passeio no Parque; Fada Alves; Lambança; Guardião do Pote; Lua de Mel; Conto do Naninho); Torre da Fumaça: Torre da Fumaça (Torre da Fumaça); Palmeirinhas: Pindorama (Silêncio do Guigó; Sorriso do Juan; Mosquitim; Palmeirinha); Do Forte: Jazz de Serpente (Leca Leca; Verrückter Hund); Beira Linha: Macadamia (Beira Linha 2); Paracatu: Salamandra Manca (Sapo Cego); Microbio: Abraço do Hippie (Sangue no

		Zoio; Chuveiro de Microbio); Quebra-Dedo: Variante “Pere reca Branca” (Andorinhão; Mesa de Mármore; Rala Buxo Um; Rala Buxo Dois; Colombo; Calombo; Morena; Monstro Gila); Pico dos Horizontes/Agulhinha: Questão de Sobrevivência (Agulhinha Defumada; Rizoflora; Canal da Mancha); Pico do Tamanduá: Bem Maior que o Sonho (Tropeiro Velho); Pico do Baiano: Odisseia ao Crepúsculo (Pedrita meu Amor; Crime e Castigo; Onde Nelson Perdeu as Botas; Varanda Gourmet; Sociedade Alternativa; Obra do Acaso; Megacefalomania; Novo Aeon; Metamorfose Ambulante; Mahakali); Pico São Luiz: Pico São Luiz (Face Leste); Pontões Procissão das Almas: Pontão do Frade: (Tranquilidade numa boa); Pontões Procissão das Almas: Pontão Maior (Doutor Escapuliu); Pontões Procissão das Almas: Pontão do Elvis (Elvis Cachorrão); Pontões Procissão das Almas: Pontão do Papai Noel (Pelos Barbas do Noel)
	<i>Highline</i>	Boa Vista (Ninho do Horizonte); Complexo Maquiné (Salve o Maquiné); Pico do Baiano (Quatro Elementos; Do Caraça); Pico do Baianinho/Pico do Tamanduá(A Bênção do Caraça); (Complexo Paracatu (Salve o Paracatu; Primeiro andar; Dragões da Independência)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa e do Projeto de Lei Municipal N.º 771/2021 (2024)

As aflorações rochosas são elementos abundantes na Serra do Caraça, conforme evidenciado pelo nome dos locais apresentados no Quadro 6. Elas se apresentam por meio dos chamados paredões, às margens das trilhas e cachoeiras, ou se mostram por meio de recortes derivados de intervenções antrópicas, como desmatamento e mineração. As rochas da Serra, constroem a paisagem conjuntamente com as trilhas e cursos de água, e abrigam práticas de escalada, rapel e *highline*, conforme demonstra a Figura 23.

Figura 23: Localização dos setores e vias de escalada, rapel e *highline* na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Projeto de Lei 77/2021 (Catás Altas, 2021)

A escalada, enquanto prática sociocultural, apresenta diversas possibilidades de execução, abrangendo desde o lazer cotidiano até a atividade físico esportiva (Gomes, 2009). Para fins desta pesquisa, optou-se pelo uso do termo genérico “escalada”, que engloba as modalidades tradicional, esportiva e *boulder*. É importante ressaltar que, independentemente da vertente, o domínio de técnicas específicas e de protocolos de segurança configura-se como requisito indispensável para sua prática (Gomes, 2009). Somam-se a isso o desenvolvimento de habilidades motoras, a adequação da força física aos níveis de dificuldade das vias e a compreensão dos riscos envolvidos, fatores essenciais tanto para evitar lesões quanto para orientar ou iniciar outras pessoas nessa atividade (Abreu, 2014). Tais exigências, aliadas à necessidade de equipamentos especializados de alto custo, à escassa disponibilidade no comércio local e a falta de incentivos públicos representam desafios significativos para a democratização dessa prática.

No contexto de Catas Altas, os primeiros registros encontrados sobre a escalada informam o início da prática no território na década de 1990, acompanhando o crescimento do interesse nacional pelo montanhismo durante o período conhecido como “febre da escalada” (Faria, 2006). O marco pioneiro na região foi a primeira ascensão ao Pico do Baiano, registrada em 1993, seguida pela abertura da via Odisseia ao Crepúsculo, em 1994, conquista histórica para o montanhismo mineiro, que permanece como a maior via do estado até a atualidade. O mesmo pico abriga ainda a via Pedrita Meu Amor, aberta em 1997, reconhecida como a maior rota de escalada em estilo móvel (com uso de proteções removíveis) do país. Por meio desta pesquisa foi possível levantar a presença de 28 setores de escalada e 125 vias na Serra do Caraça, entretanto, ressaltamos que este número pode ser maior.

Devido a repercussão das conquistas realizadas durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000, a prefeitura municipal realizou, em 2004, o Primeiro Seminário Popular de Escalada, conforme a reportagem do Jornal Verde Catas Altas (2004) abaixo reproduzida (Figura 24).

Figura 24: Reportagem notícia I Seminário Popular de Escalada em Catas Altas (MG)



Fonte: Informativo Verde Catas Altas (n.º 66, ano 6, p. 1, 2004)

A denominação do seminário já explicita sua orientação e objetivo central: promover a escalada entre a população local, reconhecendo seu potencial como atividade de lazer. Contudo, nas últimas duas décadas, nota-se a ausência de políticas públicas efetivas para fomentar a prática. Nesse contexto, a manutenção da escalada na Serra do Caraça depende majoritariamente de iniciativas colaborativas, impulsionadas por parcerias entre escaladores nativos e não nativos, estes, muitas vezes, pioneiros na abertura de vias na região, além do apoio de associações da modalidade.

Vale ressaltar que até 2020 a maioria das vias havia sido estabelecida por praticantes não nativos. A partir deste ano, porém, registra-se uma mudança relevante: setores como Santinha, Pitangui, Boa Vista e Cachoeira do Maquiné passaram a contar com vias abertas por escaladores locais, projetadas principalmente para a iniciação da prática, devido à facilidade de acesso e níveis de dificuldade intermediários. Tais conquistas, além de ampliarem o acesso à prática, reforçam o sentimento de pertencimento da comunidade ao território, elemento-chave para preservação da Serra do Caraça.

Um marco simbólico ocorreu em 2020, quando a clássica via Sociedade Alternativa, no Pico do Baiano, foi escalada por Rander Júnior (2020), primeiro morador de Catas Altas a realizar a prática neste local. Seu relato enfatiza a dimensão histórica do feito, o orgulho de praticar o esporte "em casa" e a importância da colaboração entre escaladores, valores fundamentais para a sustentabilidade da escalada na Serra do Caraça. A descrição dessa

empreitada, acompanhada de trechos do depoimento e de imagem ilustrativa (Figura 25), revela a intersecção entre conquista técnica e significado afetivo:

Chegamos ao cume às 19:40h. Para mim, o meu sonho tinha sido realizado naquele momento, alcancei o meu objetivo: chegar ao cume do Pico do Baiano por uma via de escalada. Foi muito mais especial ainda porque escalamos uma via que não tem muitas repetições como a Obra do Acaso, a via mais repetida no Baiano. No cume, assinamos o livro e comemos uma caixa de bombom patrocinada pelo André que estava uma delícia. Um outro presente que foi muito marcante era o nascer da lua, ela estava meio avermelhada, estava linda! Conforme ela subia, ela iluminava mais ainda a parede! O frio e o vento cortava na alta, era difícil parar com a tremedeira, “estava osso”. Mesmo assim, ficamos um tempo no cume para comemorar tal feito histórico [...] Uma das maiores experiências de minha vida! [...] Cada um foi responsável pelo o outro, foi uma verdadeira reunião entre amigos. [...] A magia da montanha tem esse poder de conectar as pessoas para sempre (Rander Júnior, 2020).

Figura 25: Registro da escalada de nativo na Via Sociedade Alternativa, Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Clássica foto na parada, Sociedade Alternativa fez muito sentido ao nome...

Fonte: Rander Júnior (2020)

O episódio demonstra como a escalada na Serra do Caraça se consolida por meio de vínculos comunitários e transmissão horizontal de conhecimento, fatores que impulsionam a adesão de novas pessoas à prática. Essa dinâmica repete-se em outras conquistas locais, como a ascensão de um morador ao Pico dos Horizontes/Agulhinha, registrada em 2024. O relato de Gips (2024) sobre esse feito, destaca não apenas a aprendizagem técnica, mas também a valorização coletiva do território, onde laços de confiança e pertencimento se interrelacionam e constroem a paisagem e o espaço da Serra do Caraça como um espaço de lazer:

Eu fui pra Serra 3 horas da manhã, sozinho. Aí eu encontrei o Rander Júnior lá [...] aí, chego lá... eu ia escalar o pico esse dia... aí, chego lá e vi que eu esqueci a cadeirinha, mano! Tipo, você esqueceu a bola no futebol (risos)! Ôh Karol, era um sonho tão grande pra mim escalar o pico, de verdade mesmo. Aí rolou! Eu queria tanto escalar que eu desci lá da base do pico, que é na caverna, eu desci até lá perto da Cachoeira do Meio. Aí, um camarada meu levou pra mim até ali. Aí, eu busquei a cadeirinha, e subi até a base do pico de novo, e escalei o pico, de tanta vontade, de tão sonho que era meu! [...] Ah, foi realizador, né! Nó, é chique demais! Muito bom. A exposição ali é muito grande. Então foi uma aventura muito boa, e eu sempre quis, né? Então não tinha como ser ruim. Aí rolou, meu nome está lá, sabe? Tipo assim, minha história está lá, pô! Pra eu chegar no pico, eu tive que andar mil e duzentos metros. Não é qualquer pessoa mesmo que vai fazer, entende isso? Mas, de qualquer maneira, acho que há um atraso gigante. Eu sempre falei isso, pra mim, quando eu olhei a primeira vez pra essa Serra, não lembro a primeira vez que eu olhei, mas lembro, da minha primeira lembrança dela, olhando pra ela, e falando assim: “Cara, mas isso é um nível tão grande, é um nível Red Bull, pensando no esporte”. Até hoje acredito nisso, é um nível Red Bull. Por isso que eu falo assim, que eu vou voar da Serra, falo essas coisas assim, porque eu acho que eu vou mesmo! É propício pra isso, é propício! (Gips, 2024)

Assim como na escalada, onde se observa colaboração coletiva e troca de experiências entre praticantes locais e não locais, outra prática relevante na Serra do Caraça é o *highline*. Apesar do reduzido número de adeptos locais, a modalidade é reconhecida como estratégica para o desenvolvimento do montanhismo regional. Surgida no seio da comunidade de escaladores, a prática mantém vínculos com grupos de praticantes de *slackline* de Catas Altas, além de abranger variações como *trickline* (acrobacias em fita), *longline* (fitas longas) e *waterline* (praticada sobre corpos d’água), presentes em espaços como lagoas, praças urbanas e no Morro D’Água Quente.

Os projetos de implementação de linhas de *highline* na Serra do Caraça ganharam força a partir de 2017, com a abertura da linha “Quatro Elementos”, seguida pela “A Benção do Caraça”, em 2018, conforme ilustra a Figura 26. A expansão do *highline* na região está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento paralelo da modalidade na Serra de Cambotas (afloramento também parte da Cordilheira do Espinhaço, que se localiza em Barão de Cocais, a cerca de 23 km de distância de Catas Altas). A prática é impulsionada por redes colaborativas entre praticantes das duas localidades, que compartilham técnicas, planejam rotas conjuntas e mobilizam recursos logísticos, fortalecendo a prática como um patrimônio esportivo regional.

Figura 26: Praticante na linha de *highline* 4 elementos durante conquista, na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Gabriel Moreira (2017)

3.4 Nos picos e cumes

Quadro 7: Práticas de lazer nos picos e cumes da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)

Elementos	Práticas de lazer	Locais
Nos Picos e cumes	Acampamento	Pico dos Horizontes/Agulhinha; Morro Boa Vista; Camping Mancha; Camping Caverna; Camping 170;
	Bate e Volta	Ponto de Equilíbrio; Pedra da Galinha; Pedra da Criança; Vale do Escultor; Pico do Quebra Ossos; Pico do Tamanduá; Pico São Luiz; Procissão das Almas; Pico do Baianinho; Pico do Baiano; Pico do Sol;
	Observação/contemplação	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa e do Projeto de Lei Municipal N.º 771/2021 (2024)

Era corriqueiro durante todo o período em que residi em Catas Altas, ouvir pessoas moradoras conversando entre si, perguntando umas às outras se já subiram a Serra, ou relatando

uma aventura, ou as sensações sentidas de quando estiveram em um de seus picos e cumes. A busca por esses locais na Serra do Caraça, em Catas Altas, perpassa o imaginário social local devido à presença marcante dos contornos da Serra, que podem ser vistos a partir de quase todas as localidades do município. Assim, a formulação nativa de subir a Serra foi ressaltada nas entrevistas, principalmente, por meio de duas práticas: bate e volta e acampamento, que abarcam também a prática de observação e contemplação, conforme exposto no Quadro 7.

O bate e volta consiste em subir e descer a Serra do Caraça no mesmo dia, como uma expedição de curta duração. Essa prática é marcada pela espontaneidade e pouca necessidade de planejamento prévio, de recursos e de equipamentos. Santa (2024), em descrição sobre a última vez que subiu a Serra em bate e volta, narra como se deu a decisão, evidenciando como decisões para esse tipo de atividade podem ser tomadas de maneira informal, e até mesmo descontraídas, fruto de interações cotidianas:

Essa última vez que eu fui, diz o meu genro, diz ele que ele falou assim: “Oh, gente vão lá na serra?” Aí, eu levantei a bandeira... falei assim: “Amanhã, então, vamos?!” Aí ele ficou sem jeito de falar comigo que ele tava brincando. Aí, foi eu, ele e a esposa dele, que é minha filha. Ah, meu Deus do céu! Aí, no outro dia foi e falou de novo: “Vão lá na Serra?” Pensei comigo: “Você pega o boi que eu não tô aguentando! (risos)” (Santa, 2024)

Essa experiência reflete não apenas a acessibilidade no engajamento nessa prática, mas também o vínculo social e familiar que frequentemente a acompanha. Entretanto, cabe ressaltar que a subida da Serra nesses termos também pode representar uma diferenciação dos tempos de lazer e de trabalho, conforme nos explica Mascarado (2024):

O que veio primeiro foi meu lazer na Serra. Depois que eu fiz os cursos de turismo, passou a não ser mais lazer, passou a ser mais profissional. Então, eu posso dizer com convicção, que eu mais subo a Serra trabalhando do que ao lazer agora, nesse momento, sabe? Principalmente de bate e volta, que eu tenho muito de bate e volta na Serra. Bate e volta eu nunca fui de fazer a lazer. Era sempre para passar a noite. Agora eu faço bate e volta trabalhando, entende? Mas se for para eu sair amanhã cedo e ir sozinho, por exemplo, ou com um amigo, fazer bate e volta na Serra, eu não vou! Eu prefiro não ir! (Mascarado, 2024)

Para algumas pessoas entrevistadas, a conexão com o ambiente de montanha deve ser construída com tempo e tranquilidade, indo além de um olhar passageiro, e requer contato demorado, fruição do tempo, o que pode representar um impeditivo para o gozo do espaço de forma mais integral e relacional, conforme enfatiza O Velho da Montanha (2024):

Eu já fui [de bate e volta], mas eu não gosto, não. Se me chamar para ir, eu penso duas vezes. Às vezes sai daqui, vai no desespero, chega lá em cima, olha, olha, vamos embora! Onze horas, meio-dia, tá em casa. Ah, não, não! Eu gosto de ir e ficar o dia

inteiro! Vamos aqui, vamos ali, aproveitar o passeio mesmo, já saiu mesmo de casa, então vamos! (O Velho da Montanha, 2024).

Diante disso, a disponibilidade de tempo e o perfil da atividade escolhida, dimensões fundamentais para o lazer, conforme Parker (1978), condicionam diretamente a forma de interação com a montanha. Enquanto o bate e volta prioriza a praticidade, outras estratégias surgem para adaptar a experiência às necessidades individuais. É o caso de quem opta por subir à noite ou de madrugada, evitando a exposição ao sol intenso em trechos desprotegidos do percurso, como os paredões rochosos íngremes que exigem técnicas de escalaminhada. Essas escolhas revelam como as condições físicas e subjetivas moldam não apenas o ritmo da jornada, mas também o tipo de vínculo estabelecido com a Serra.

Já o acampamento é caracterizado pela permanência temporária e provisória na montanha, apoiando-se em estruturas já existentes, como cavernas, ou com o uso de barracas e outros equipamentos, como sacos de dormir e tapetes térmicos. Foi observado que a prática de acampamento na Serra do Caraça demonstra ser um canal privilegiado para a construção de conexões profundas e íntimas com o espaço natural, além de potencializar momentos de interação e sociabilidade entre participantes. Mascarado (2024), por exemplo, ao justificar sua preferência pelo acampamento em detrimento do bate e volta, destaca o papel transformador da experiência noturna na montanha, elemento central em sua escolha. Segundo seu relato, é durante a noite que se desvelam oportunidades únicas de convívio e trocas significativas, contrastando com a dinâmica fragmentada das atividades diurnas:

A noite é maravilhosa, né? (risos) A noite... Ainda mais se o céu estiver estrela, ou a lua cheia. Mas eu gosto muito da noite até porque tem aquele momento que durante o dia você está ali... Se você está em turma, você está andando para um lado, o outro está buscando o outro, está armando acampamento, arrumando as coisas. E a noite é o momento de reunir, é o momento de bater papo, de contar história. Então por isso que eu gosto muito da parte da noite. É a parte da noite que rende história mesmo. Aí, você conhece mais sobre a pessoa, sabe? Aí, a pessoa chega perto de você, quer saber mais sobre você. Aí, no período do dia, é mais organizar, descansar que você chegou na Serra, né? Você chegou na Serra, conseguiu chegar. Aí, a pessoa vai preocupar com foto, se tiver um casal, vai ir para um canto tirar foto, e o outro vai explorar, e o outro vai fazer fogareiro, ou fazer fogão, ou preparar comida. Aí, a parte da noite é real. A parte da noite é a parte que o povo para mesmo, senta, reúne, senta em roda, às vezes toca violão, toca pandeiro, toca música. É aquela parte ali que todo mundo conhece todo mundo. Às vezes até se atropela aqui naquele momento para a gente conversar. É por isso que eu gosto muito da parte da noite (Mascarado, 2024).

Assim, a partir do exposto e da observação em campo, entendemos que existe uma influência de estar na montanha à noite, por meio do acampamento, para a formação de vínculos, para a troca de histórias e experiências, e para a desconstrução de barreiras sociais que podem ser estabelecidas durante o dia, quando as atividades individuais e organizacionais

predominam. Os momentos da roda de conversa, de música e das histórias compartilhadas representam uma forma de subversão das dinâmicas cotidianas. Pode, então, esse tipo de interrelação entre pessoas, manifestações culturais e elementos da natureza contribuir com a construção de relações e trocas mais horizontais, com dinâmicas de sociabilidade mais interpessoais?

A reportagem “Aventura e emoção marcam o retorno ao Pico de Catas Altas”, do Jornal Verde Catas Altas (2001), apresentada na Figura 27, amplia essa reflexão ao associar a prática do montanhismo a narrativas identitárias sobre a Serra do Caraça. Francisco Ayres, protagonista dessa matéria, vincula sua história familiar à conquista do Pico dos Horizontes em 1922, por seu pai, evento descrito como marco simbólico que inspirou outras pessoas a subirem a Serra. Essa associação entre memória afetiva, pioneirismo e apropriação coletiva do espaço reforça a ideia de que o montanhismo praticado na localidade se configura como prática cultural que entrelaça trajetórias individuais e comunitárias.

Figura 27: Reportagem “Conhecendo Catas Altas: Aventura e emoção marcam retorno ao Pico de Catas Altas”, do Jornal Verde Catas Altas


Conhecendo Catas Altas

Aventura e emoção marcam o retorno ao Pico de Catas Altas

Para surpresa de quem duvidou e admiração geral, Francisco Ayres, catasaltense que reside em Belo Horizonte, subiu o Pico de Catas Altas aos 72 anos de idade. A aventura aconteceu em junho último. Maravilhado com as belezas do Pico, que conheceu quando fez o mesmo passeio há 41 anos, em 1960, ele alerta dos perigos, mas ressalta a emoção. Como se trata de uma aventura que requer habilidade e destreza física, a escalada do pico só é aconselhável com a companhia de guias turísticos. Francisco Ayres se aventurou juntamente com Adriano, seu neto de 17 anos, e com dois guias locais Eduardo e Jackson.

Filho de Augusto Franklin Pereira e Alzira Ayres Pereira, Francisco mudou-se para Belo Horizonte ainda jovem, aos 17 anos. “Lá não tinha emprego, por isso tive que vir para cá aprender o ofício de bombeiro hidráulista”, lembra. “Mas sou apaixonado pela cidade igual ao Juca Hosken, meu cunhado”.

Segundo Francisco, seu pai foi o primeiro a subir o pico, em 1922, com mais dez companheiros. “Eles badalaram muito a aventura e depois ouviram as pessoas começaram a ir”. A decisão de escalar o pico aconteceu após muita insistência do neto. São sete quilômetros de caminhada e a trilha existe somente até certa altura, depois é rocha, o que torna ainda mais difícil a subida e a descida também. A média de caminhada são seis horas. Os aventureiros saíram de



Os irmãos José e Ovídio Ayres, Juca Hosken, Francisco Ayres, Beraldo Ferreira e Antônio Ayres escalam o Pico em 1960.

Catas Altas às 11 horas da manhã, chegaram no alto às 17 horas, pernoitaram no local em barracas improvisadas com lona e retornaram no dia seguinte. “A gente curtiu a aurora, que é maravilhosa vista de lá”, conta. “Do alto, dá para ver Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo e alguns focos de luz que a gente supõe que seja João Monlevade”, completa.

Entre as belezas apreciadas, ele destaca um jardim natural, a cachoeira do Maquiné, “com águas deliciosas” e a gruta, um antigo quilombo na Serra, onde se escondiam escravos. “Também encontramos pelo caminho, umas árvores tipo banzai e não tive coragem de encostar um dedo, para não dizer que um ser humano tocou nelas”, afirma.

Ao chegar bem no topo, o grupo aproveitou para orar. “Óh meu Deus, já que estamos mais perto do Senhor, queremos aproveitar a oportunidade de agradecer muito e pedir ajuda na volta”, foram as palavras proferidas.

Francisco Ayres repete a aventura, com seu neto Adriano (em pé), que não pode infelizmente ler esta matéria. Ele faleceu no dia 24/08, vítima de um acidente. Que Deus o tenha e proteja sua família.

Verde Catas Altas Informa5

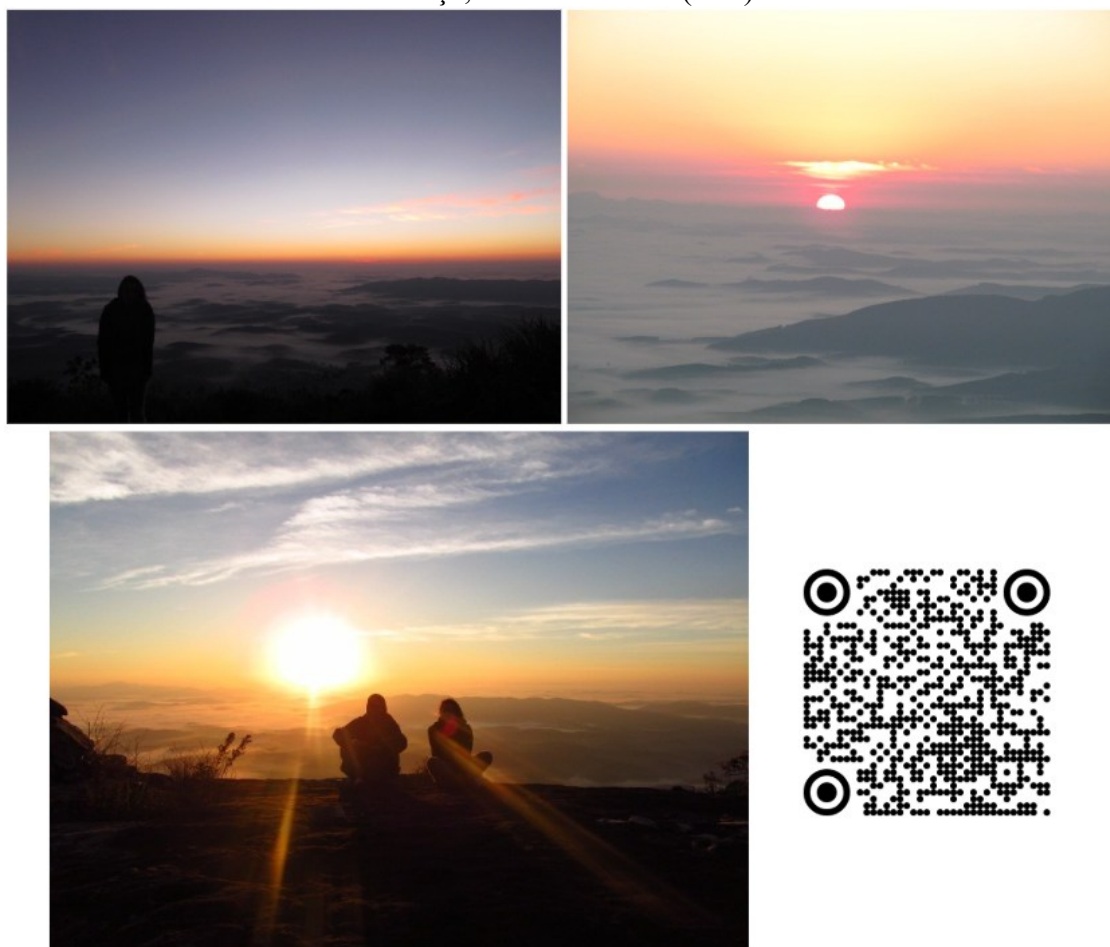
Fonte: Jornal Verde Catas Altas (n.º 37, ano 4, p. 4, 2001)

É relevante destacar que a narrativa sobre o pioneirismo da primeira subida ao Pico, assim como sua datação, não foi corroborada ou contestada por registros adicionais, limitando-se à versão apresentada na reportagem. Além disso, o contexto de produção da fonte merece atenção: ela foi elaborada durante a gestão do prefeito Juca Hosken, cunhado do protagonista

Francisco Ayres, ambos integrantes da tradicional família Hosken Ayres de Catas Altas. Essa proximidade familiar e política sugere a necessidade de uma análise crítica sobre possíveis influências na construção da narrativa histórica. Todavia, a experiência contada demonstra como a memória pessoal e coletiva se mesclam, revelando conexões intergeracionais e vínculos com o passado social e político da região. Essa relação torna-se palpável, por exemplo, quando a matéria menciona a possível utilização de uma gruta por grupos quilombolas (hipótese que, embora instigante, carece de confirmação por outras fontes ou depoimentos).

Foi observado que a experiência de acampar mantém correlação com a contemplação dos elementos da natureza e de seus fenômenos. Acampar nos picos e cumes da Serra pode proporcionar uma vista privilegiada para a observação do amanhecer, o que pode justificar a forte relação entre a prática do acampamento e o desejo de “curtir a aurora”, exemplificada por meio da Figura 28.

Figura 28: Aurora na Serra do Caraça, vista do Acampamento da Mancha, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Arquivo pessoal (fotos) (2013) e registro de campo (vídeo) (2024)

A prática de acampamento na Serra emerge nos relatos como uma experiência marcante, capaz de gerar desejo de repetição tanto na história individual quanto nas memórias coletivas. Além de constituir uma referência afetiva, a prática adquire sentidos ritualísticos ao se associar às transformações pessoais, valores éticos ou objetivos de vida. O relato a seguir, sobre a primeira incursão de Figura (2024) ao alto da montanha, nos apresenta essa dimensão simbólica, permitindo refletir sobre as relações entre espaço, prática e identidade:

A primeira vez a gente nunca esquece, né? Primeira vez foi em 2014. Subiu eu, Diego, Dejái, Kerley e Ítalo Pinoquinho. E aí nós ficamos de um dia pro outro, foi muito bom... Massa demais! E aí nós fomos na Mancha, primeira vez foi na Mancha. [...] Ah, é massa demais, Nossa Senhora! A gente sempre voltou, depois desse dia a gente voltou umas duas vezes no mesmo ano, né? Só que, por exemplo, olha só pra você ver, na época a gente, e isso era muito ruim porque aqui em Catas Altas nós nunca recebemos uma educação ambiental, nunca se teve, né? Então, por exemplo, nós enquanto agentes, colocar assim, turistas também, aventureiros nessa montanha, a gente, por exemplo, chegou a fazer fogueiras na montanha, né, pra, enfim, pra fazer um alimento, etc. E são coisas que hoje, pra mim, é inadmissível, mas à época eu não tinha uma consciência dessa. E, até porque a época, também, por exemplo, 2014, 10 anos se passaram, não tinha, assim, por exemplo, fogareiro, né, a gente não tinha acesso a essas coisas como é hoje, né? Por exemplo, a primeira vez que eu subi, eu subi com mochila de escola, uma barraca... assim, era com cobertor mesmo, né? Hoje não, hoje eu tenho todo o equipamento, mochilas apropriadas, calçados, né? Nó, eu subo pra Serra, nó, eu tenho um conforto absurdo lá, sabe? Não faço queimadas, nada disso ocorre mais. E olha que engraçado, [...] a parte mais legal, que era subir a montanha, era fazer a fogueira e fazer ascender a lanterna, né? E piscar lá pro povo, né? Que era o sinal que tipo: “Ó, conseguimos, né?” E assim, eu me lembro, cara, que a primeira vez que eu escutei Engenheiros do Havai foi subindo a montanha. E aí, né, foi pelo celular [...], que tava tocando aquela música: “Eu não vim até aqui pra desistir agora”. E tava todo mundo morto, né? Porque a Serra do Caraça, ela é extremamente desgastante. Eu falo isso com as pessoas, que ela não é brincadeira, e não é mesmo. E aí, isso ficou marcado... ficou marcado mesmo. E aí, eu nunca mais deixei de ter esse vínculo, né? Nunca mais parei... nunca! Esse ano, por exemplo, já fui também, esse ano já fui na Serra! Aí levei o professor Davi lá. Eu, pelo menos uma vez no ano, eu vou! (Figura, 2024)

Percebe-se a diferença material e atitudinal, quando se compara a primeira subida relatada por Figura (2024) às suas incursões mais recentes. A narrativa revela uma relação com o espaço da Serra do Caraça iniciada com ações impactantes ao meio natural, como fogueiras, mas que se altera à medida que hábitos ambientalmente responsáveis, impulsionados por maior acesso a equipamentos, como mochilas técnicas e fogareiros e de conscientização são adotados. Essa trajetória, material e atitudinal, entretanto, não é isolada, considerando que foi um processo também narrado por outras sujeitas. O Velho da Montanha (2024), por exemplo, descreve mudanças semelhantes, ao nos contar que quando subiu a Serra pela primeira vez, em 1987, aos 17 anos de idade, não utilizou materiais ou equipamentos de *camping*, que dormia “ao relento” mesmo, apenas com cobertores. Ele também relata que, com o passar dos anos, com a melhora nas suas condições econômicas, foi se fazendo possível obter outros tipos de equipamentos.

Se, por um lado, a modernização facilita a interação com o ambiente e pode incentivar sua preservação, por outro ela introduz desafios socioeconômicos. A aquisição de itens especializados, como barracas, calçados apropriados ou fogareiros, demanda investimento financeiro significativo, o que pode restringir o acesso à montanha, nesses termos, a grupos com maior poder aquisitivo. Essa contradição expõe tensões entre democratização do montanhismo e elitização de suas práticas, suscitando questionamentos sobre a valorização e as atitudes pró-ambientais e suas relações com os espaços de natureza.

Importa destacar, ainda, sobre o último relato de Figura (2024), o referido ato de fazer fogueiras e piscar lanternas para que, na cidade, a luz seja vista. Ou seja, para além do efeito prático de possibilitar cozinhar, aquecer e/ou iluminar, a luz e o fogo ganham outros sentidos. Durante minha observação no Acampamento da Mancha, tão logo caiu a noite, iniciou-se uma movimentação entre os presentes. Naquele final de semana havia 19 pessoas no acampamento, 14 delas residentes de Catas Altas, as demais, de localidades próximas, como Barão de Cocais e Belo Horizonte, que eram amigas das pessoas locais. A escuridão noturna da montanha foi rompida por luzes intermitentes que anunciavam a presença humana naquele cume, enquanto diferentes pontos luminosos piscavam lá embaixo, na parte urbana da cidade. Aos poucos, as pessoas presentes no acampamento iam descobrindo e revelando que as luzes que víamos vinha de suas casas, das casas de amigos e parentes.

“Ali é a casa da sua avó, Karol, a lá”, escuto de uma das pessoas presentes enquanto ela me indicava com a mão a direção da casa de minha avó. Logo recebo em meu telefone uma chamada de vídeo, atendo, e minha mãe me mostrava, efusivamente, que estava “batendo lanterna” pra mim, junto de meu pai, meu irmão, minha avó e meu tio. Percebo também que outras pessoas se comunicam por telefone, via mensagens de texto e voz, com parentes e amigas, confirmando a interação. Nesse momento busquei meu caderno de campo para registrar algumas memórias:

Me recordo de diversas noites catas-altenses em que meus pais me chamavam ao portão de casa, ou ao quintal, e diziam, “Olha lá, Karol, tem gente lá em cima!”. E nós ficávamos a maquirar se a luz era de lanterna ou de fogueira, qual era a exata localização, se era apenas um grupo ou mais, especulando os caminhos pelos quais passaram, e tentando descobrir quem poderia ser. Às vezes sabíamos exatamente quem era, pois havíamos recebido a notícia ou visto tal pessoa se preparando para a empreitada. Quando alguém era conhecido, tratávamos de buscar uma lanterna ou ajeitar qualquer outra gambiarra como fonte de luz. Assim era a nossa forma de dizer que a gente estava vendo o sinal. Quando comentava o fato ou perguntava a algum vizinho, ou conhecido, podia-se, com muita facilidade, descobrir quem era. Era desanimador quando a especulação terminava com um: “É, deve ser gente de fora, turista” (Diário de campo, 2024).

Essa prática pode ser compreendida como uma celebração simbólica da conquista e de realização. Ao mesmo tempo, reforça a percepção de que a Serra é parte da cidade. A luz e a escuridão, nesse contexto, funcionam como mediadoras simbólicas, materializando a interdependência entre os espaços, as sujeitas e as práticas de lazer. Cabe pontuar que fazer fogueiras no alto da Serra é uma prática bastante difundida, sendo um código e uma expectativa social. No entanto, é preciso ressaltar que o uso de fogueiras, embora culturalmente arraigado, é criticado por parte das pessoas entrevistadas devido aos impactos ambientais, como degradação do solo e risco de incêndios. Nesse sentido, cabe destacar também que algumas outras ações antrópicas, realizadas em virtude dos acampamentos, são degradantes da qualidade e integridade ambiental da Serra do Caraça.

Durante observação em campo, no Acampamento da Mancha, percebi a disposição irregular de diversos utensílios de apoio à alimentação, como vasilhas, copos e talheres, assim como o descarte de alimentos e resíduos em áreas próximas ao acampamento, conforme demonstra a Figura 29. Na Mancha, por exemplo, há uma cavidade onde encontrei todo o tipo de materiais, desde colchão e espumas, passando por miojo e café solúvel, até garrafas de bebidas alcoólicas. Além de descartáveis, encontrei também equipamentos com a qualidade e funcionamento comprometidos, como botas com o solado desprendido ou sem cadarço.

Figura 29: Práticas degradantes realizadas por campistas, no acampamento da Mancha, na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Trabalho de campo (2024)

As alterações provocadas por essas ações na dinâmica dos ciclos naturais, como o acúmulo de resíduos, intensificam a presença de roedores, aves e serpentes nas áreas de acampamento durante o dia, elevando o risco de acidentes com animais peçonhentos. Conseqüentemente, é comum que esses animais sejam eliminados quando avistados próximos aos acampamentos, conforme registrado na imagem citada. Diante desse cenário, parte das pessoas que praticam montanhismo em Catas Altas tem adotado iniciativas de limpeza, muitas delas incorporando sacos de lixo ou mochilas extras em suas incursões para recolher resíduos abandonados, conforme foi relatado durante as entrevistas. Essa postura reflete uma consciência ambiental coletiva. Como destaca o relato de Santa (2024): “eu já chego, se tem, não importa se é meu, ou se é dos outros, eu tô levando. Por que não podia levar? Dá pra trazer? Vamos trazer! O carro da prefeitura não vai lá, com toda certeza não vai, né? Então, quem tá indo, tem que trazer, ué” (Santa, 2024).

O engajamento em manter o ambiente limpo, entretanto, coexiste com um paradoxo: embora o montanhismo fortaleça vínculos comunitários, também pode comprometer a

integridade ecológica, especialmente diante da falta de infraestrutura e educação ambiental. É relevante destacar que, embora esta pesquisa não tenha se dedicado a identificar montanhistas e outros grupos de pessoas praticantes de atividades de lazer na montanha, identificou-se entre algumas pessoas entrevistadas a autoidentificação como montanhista, prática historicamente vinculada a valores ambientalistas e ecológicos desde a modernidade (Dias, 2009). Essa relação ideológica também ecoa em documentos locais, como na edição inaugural do Informativo Verde Catas Altas (1998), que reforça em reportagens sobre degradação ambiental o lema “quem ama a natureza, cuida dela”, a exemplo da notícia “Pico do Sol é Vítima de Vandalismo” abaixo reproduzida:

Alguns visitantes menos cuidadosos estão ameaçando a preservação do Pico do Sol. As trilhas da Cachoeira do Maquiné e, principalmente, a que segue para o Pico do Sol estão cheias de lixo. É preciso que os visitantes e os guias zelem para que isto não aconteça. O lixo deve ser trazido de volta. Basta levar um saco plástico. Outro fato preocupante: estão fazendo fogueiras com canela-de-ema no alto de Serra. Pelo visto, estas pessoas ingenuamente acreditam que esta espécie nunca vai acabar. Este é o mesmo pensamento que praticamente levou à destruição da Mata Atlântica, está destruindo a Floresta Amazônica e levando à extinção de inúmeras espécies animais. A prática é proibida, já que o Pico do Sol faz parte da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caraça, e os responsáveis estão sujeitos às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais. Deixar lixo e queimar a vegetação não é comportamento de quem ama a natureza (Jornal Verde Catas Altas, n.º 1, ano 1, p. 1, 1998).

Conforme ressalta essa reportagem, a fogueira, além de oferecer riscos ambientais, é também associada a destruição de espécies nativas e em risco de extinção. Ambas as atividades são proibidas, tendo em vista que o Pico do Sol, objeto da reportagem, se encontra sobre proteção legal, uma vez que é parte da RPPN Santuário do Caraça. Se faz preciso discutir que a subida da Serra do Caraça, a partir de Catas Altas, quando se objetiva chegar a um dos picos, ou mesmo quando se busca realizar uma travessia que abrangerá os cumes da Serra do Caraça que se encontram dentro da RPPN Santuário do Caraça, caracteriza-se como um conflito.

O Velho da Montanha (2024), interlocutor que sobe a Serra há mais de 30 anos, ao ser perguntado se conhece os picos do lado protegido, na RPPN, declara que conhece somente o Pico do Sol e expõe que fez o acesso a esse espaço “passando por aqui (referência a Catas Altas), mas só que o Caraça não gosta, né? A gente vai, como diz o outro, clandestino... (risos)” (O Velho da Montanha, 2024). Ele afirma também que nunca subiu aos demais cumes da Serra a partir da sede da Reserva, refletindo: “Não do lado de lá, não... porque lá faz mais parte do Caraça, então a gente não... tem vontade de ir, mas tem que marcar uma hora pra ir lá...” (O Velho da Montanha, 2024).

Ao enunciar que não frequenta “o lado de lá”, e que é preciso “marcar uma hora”, revela uma dicotomia espacial: de um lado, a Serra como espaço de interações cotidianas e afetivas;

de outro, a Serra institucionalizada, submetida a regulamentações burocráticas que, para muitas pessoas, comprometem a espontaneidade do contato com a natureza.

O relato que segue, sobre uma empreitada do O Velho da Montanha (2024) junto a um grupo de nativos de Catas Altas para uma cachoeira que se encontra situada na Reserva, nos auxilia na compreensão e na materialidade do conflito em relação ao acesso à RPPNSC:

Aí, na hora que nós descemos de tarde, o guarda tava esperando nós lá. Na hora que eu vi o emblema do Caraça, filha, falei: “Ih!” Aí, ele foi educado com a gente, nós fomos educados com ele. Aí, perguntou: “Vocês estão vindo de onde?” Falei: “Nós estamos vindo ali, do Tanque Preto ali”, falei. Ele: “Não, mentira. Eu estive lá cedo... Eu vi seus rastros pelo barranco acima lá. Eu sei de onde vocês estão vindo... Vocês foram na Cascatona!” E eu: “Ah, não, nós não fomos lá, não”. - “Não, vocês foram na Cascatona”. Aí ele foi pediu, né: “Ó, hoje é só uma orientação, o parque não gosta... Porque se vocês continuarem fazendo isso aqui, fazendo trilha, fazendo trilha... daí a pouco tá passando todo mundo por aqui! E outra coisa, se um bicho pica, uma pessoa machuca aqui a responsabilidade é do Parque. O Caraça só tem uma portaria, ela tá aberta lá pra vocês, pra receber vocês a qualquer hora, ainda mais que vocês são da cidade aí, mesmo aí. Eu peço que vocês não façam isso mais, hoje é só orientação, da próxima vez já não vai ser com nós, já vai ser com a polícia e tal” (risos) (O Velho da Montanha, 2024).

O diálogo com o guarda-parque nos instiga a refletir sobre a ambiguidade do conflito, pois, enquanto a orientação inicial é cordial, a ameaça de intervenção policial pode reforçar a percepção de que a gestão prioriza a fiscalização em detrimento do diálogo. A menção à “responsabilidade do Parque” em caso de acidentes revela, ainda, uma tensão entre proteção legal e fruição do espaço da natureza pela comunidade local, destacando, evidentemente, a necessidade de mediação do conflito e políticas que equilibrem segurança jurídica e direito ao lazer.

Essa divisão materializa-se através de normas que, por exemplo, determinam: o acesso somente por meio da portaria da RPPN; a obrigatoriedade de contratação de guias cadastrados pela RPPNSC para acessar os picos da Reserva; o limite diário de 10 visitantes por pico; e a proibição da realização de acampamentos e montanhismo em dias chuvosos (Plano de Manejo RPPN, 2013). Além disso, a ausência de transporte público direto entre a sede de Catas Altas e a portaria do Santuário, distantes 37 km do centro da cidade de Catas Altas, acentua a desigualdade de acesso, privilegiando quem possui recursos para veículo próprio ou serviços particulares.

Algumas pessoas participantes desta pesquisa entendem não haver uma mediação social e política deste conflito que busque de fato integrar a cidade e a parte da Serra do Caraça que se encontra sem proteção ambiental com o do Santuário. Há o entendimento de que a Reserva deveria revisar os seus parâmetros de acesso para a população local aos cumes e picos, bem

como buscar soluções para a resolução para além de abordagens, ameaças e aplicação de sanções e infrações legais, conforme foi relatado por algumas interlocutoras durante as entrevistas.

Outras pessoas participantes desta pesquisa reconhecem que as proibições impostas pela Reserva visam à proteção ambiental. Esse entendimento coexiste com a crítica a outros conflitos socioambientais no município, como a mineração, considerados ameaças mais urgentes à integridade e à garantia de acesso aos locais de lazer da Serra do Caraça. Como destaca Mascarado (2024), mesmo em áreas privadas, como a RPPN, é possível negociar o usufruto do ambiente, enquanto em territórios minerados tal mediação se torna inviável:

A mineradora não está nem aí se você tem a sua cachoeira, se você tem água para nadar, eles querem tirar o seu minério. Agora, uma propriedade particular, a maioria das vezes você entra, você paga o que consome e tem o seu lazer (Mascarado, 2024).

Essa perspectiva é reforçada pelo Plano de Manejo da RPPN Santuário do Caraça (2013), que justifica que as proibições e regulamentações sobre o uso e ocupação da área consideram a fragilidade ambiental e a biodiversidade dos ambientes de montanha, ao mesmo tempo, em que buscam na atividade de turismo “um dos meios fundamentais para preservar e conservar um patrimônio ambiental” (Plano de Manejo da RPPNSC, 2013). Além disso, o Uso Público da RPPNSC é garantido mediante políticas para ampliar o acesso às pessoas residentes, como gratuidade nas primeiras quartas-feiras de cada mês e meia-entrada para pessoas residentes de Catas Altas, Santa Bárbara e Barão de Cocais (RPPN Santuário do Caraça, 2024).

É interessante notar que a conexão histórica entre o Santuário do Caraça e a cidade de Catas Altas remonta ao século XVIII, consolidada pela construção de uma estrada que contornava a Serra. Como aponta Carrato (1963), documentos de 1716 já mencionam o Arraial do Caraça, núcleo formado durante a exploração aurífera colonial em áreas próximas ao local, onde, posteriormente, seria construído o eremitério, a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens e o Colégio do Caraça. Essa via, que ligava os arraiais de Catas Altas e do Caraça, facilitou fluxos comerciais, práticas religiosas e interações com comunidades ao longo do trajeto, tecendo uma rede sociocultural e territorial.

Apesar da relevância histórica, inexistem estudos arqueológicos conclusivos sobre esses trajetos. Especula-se sobre a existência de vestígios de acampamentos, pousos de viajantes e até do Quilombo do Caraça²⁰, além de ruínas associadas a um cemitério presente na história

²⁰ Guimarães (1988, 1995 e 1996) afirma a existência do Quilombo Caraça, destacando trechos de documentos do período colonial que informam sobre ordens de destruição deste quilombo, embora não haja referência exata a sua localização. Souza (2004), ao realizar a genealogia de famílias de pessoas escravizadas em Catas Altas e de seus

oral local. Tais hipóteses, porém, permanecem não comprovadas devido à escassez de pesquisas técnicas e relatórios especializados sobre o tema. No entanto, é possível identificar em áreas da RPPNSC, uma ponte com calçamentos em pedra construída com técnica apurada, que formam sistemas de drenagem e muros de arrimo com blocos de quartzito extraídos localmente, como demonstra a Figura 30 (Plano de Manejo da RPPNSC, 2013, p. 113-114).

Figura 30: Trecho do antigo caminho entre a RPPN Santuário do Caraça e Catas Altas (MG)



Fonte: Plano de Manejo da RPPN Santuário do Caraça (2013)

Essas estruturas, descontínuas e alinhadas no eixo norte-sul da reserva, revelam técnicas construtivas apuradas. Atualmente, o caminho não está aberto ao público devido a obstáculos, como terreno acidentado, desníveis que dificultam resgates, falta de infraestrutura de fiscalização e passagem por propriedades particulares. A justificativa da RPPN de preservar o trajeto sem uso turístico se dá por motivos de segurança e integridade ambiental da área e também para evitar a abertura de uma segunda portaria (Plano de Manejo da RPPNSC, 2013, p. 113-114).

Pode-se constatar ainda que, a prática de subir a Serra do Caraça possui raízes históricas, inclusive no período em que a RPPNSC abrigava o Colégio do Caraça. Daniel de Carvalho

remanescentes, destaca trecho de documentação referente ao século XVIII, onde Catas Altas aparece como local de preocupação para a Coroa, devido a rebeliões e motins de pessoas escravizadas. Identifica uma conjuração de escravos em Catas Altas, o que, para o autor, sugere “um movimento organizado de revolta” (Souza, 2004, p. 33). Analisa também que “os escravos africanos e brasileiros, entretanto, tiveram uma influência ponderável na formação do arraial e do povo de Catas Altas” (Souza, 2004, p. 19), mas também não aponta o local dos aquilombamentos. No mesmo sentido, Santos (2006) e Santos (2018), demonstram que, dentre a composição da população local, eram majoritários os grupos de pessoas negras escravizadas vindas de África, nativas e forras. Santos (2018) ainda discute as intensas relações de compadrio entre esses grupos, bem como a conformação de irmandades negras e de redes de apoio espiritual e material na localidade.

(1960), as excursões aos picos eram incentivadas entre estudantes como parte de exercícios físicos, consolidando-se como uma tradição que ultrapassou os muros da instituição:

Nas dezenas de colégios salesianos o mais frequente dos exercícios era o passeio a pé pelas vizinhanças da casa. Nos colégios de Minas, religiosos ou leigos, em regra, as excursões faziam parte do programa de exercícios físicos. No célebre colégio do Caraça, alcandorado nos contrafortes da serra do Espinhaço e dirigido pelos padres lazaristas, queixava-se até do excesso e do perigo de excursões a pé na escalada dos picos da montanha (Carvalho, 1960, p 18).

A dinâmica de ascensão aos picos e cumes da Serra pode ter se incorporado no imaginário social local, sendo esta uma interessante hipótese a ser explorada em estudos futuros. Essa perspectiva ecoa na reflexão de Altamiro Bessa (2024), para quem “subir montanhas é uma experiência física e estética que nos incita a pensar, enriquece os nossos sentidos e imaginação, fundamentais para a nossa consciência de mundo” (2024, p. 1). Procópio (1996) amplia o significado simbólico da prática ao dizer que “subir nas montanhas não significa apenas contemplar paisagens. Pode-se desvendar segredos e querer o mundo dentro. Tudo. Tudo” (1996, p. 19).

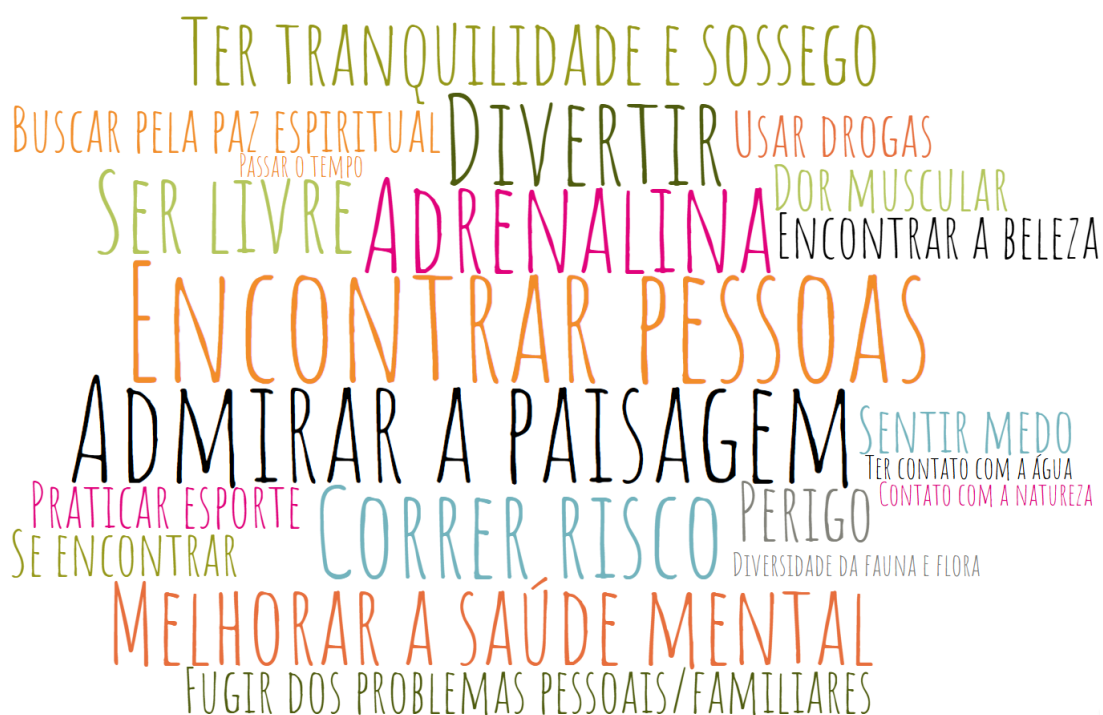
Nos relatos fica evidente que a relação com o espaço da Serra é permeada por estar junto, no coletivo. O que indica que a companhia de outras pessoas, a socialização e as relações interpessoais desenvolvidas no ambiente de natureza na Serra do Caraça são elementos motivadores e de sentido para as práticas de lazer nesse espaço. São também constructos da memória coletiva, sendo que “os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem: rios, morros, montanhas, árvores..., que persistem mesmo que transformados ou destruídos pela ação do homem” (Carneiro, 1998, p. 62).

Em síntese, ao analisar as interações entre comunidade e natureza na Serra do Caraça, percebemos uma relação complexa e interdependente. Do repouso das águas, passando pelas trilhas e pelos paredões rochosos até o alto dos picos e cumes, cada prática revela potencialidades e contradições inerentes ao território. Surge, então, um questionamento central: como harmonizar a exploração econômica do espaço da Serra do Caraça com a preservação dos atributos naturais que sustentam os lazeres? Questões como acesso inclusivo, equilíbrio entre usos múltiplos dos elementos da Serra e integridade ambiental desafiam a gestão do território, ao mesmo tempo que convidam à reflexão sobre como essas interações são refletidas nas motivações, significados e percepções sobre a Serra.

3.5 Motivações para as práticas de lazer na Serra do Caraça

Esta seção reúne as motivações para a realização de práticas de lazer, relatadas pelas pessoas participantes da pesquisa. Tais motivações foram sistematizadas por meio de duas estratégias metodológicas complementares. A primeira consistiu em identificar a frequência com que cada motivação emergiu das enunciações das pessoas, tomando como base categorias nativas (expressões utilizadas diretamente nos relatos). O resultado dessa análise é representado pela nuvem de palavras da Figura 31, em que a intensidade das motivações mais recorrentes é indicada pelo tamanho da fonte.

Figura 31: Nuvem de palavras representando as motivações atribuídas às práticas de lazer na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Elaborado pela da autora (2024)

A segunda estratégia, por sua vez, partiu da organização das motivações em três dimensões distintas, estabelecidas a partir de características intrínsecas que agrupam objetivos e experiências semelhantes. Optou-se pelo termo “dimensão” em vez de “categoria” para destacar a natureza dinâmica e multifacetada desses agrupamentos, reconhecendo que cada um representa um eixo da experiência humana passível de coexistir, interagir ou até mesmo sobrepor-se em contextos reais. Estruturalmente, o Quadro 8 apresenta duas colunas: a primeira,

intitulada “Dimensão”, define os três eixos (eco afetiva e regenerativa, aventura e social), enquanto a segunda, “Motivação”, lista os elementos específicos associados a cada um deles.

Quadro 8: Sistematização das motivações atribuídas às práticas de lazer na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)

Dimensão	Motivação
Eco afetiva e regenerativa	Admirar a paisagem
	Buscar pela paz espiritual
	Contato com a natureza
	Diversidade da fauna e flora
	Encontrar a beleza
	Fugir dos problemas pessoais/familiares
	Melhorar a saúde mental
	Passar o tempo
	Se encontrar
	Ser livre
	Ter contato com a água
	Ter tranquilidade e sossego
Aventura	Adrenalina
	Correr risco
	Dor muscular
	Perigo
	Praticar esporte
	Sentir medo
Social	Divertir
	Encontrar pessoas
	Usar drogas

Fonte: Elaboração da autora (2024)

A dimensão eco afetiva e regenerativa reúne motivações relacionadas ao desejo de fruir junto aos elementos naturais e aos benefícios que eles trazem à saúde, numa concepção de saúde integral. A percepção estética da Serra como um espaço de beleza natural é um dos aspectos mais marcantes relatados. Foi observado que estar na Serra para contemplar a vista, a aurora e o pôr-do-sol, ver o céu, as estrelas e a noite, principalmente em noite de lua cheia ou de eclipse, conformam uma interrelação entre fruição da paisagem e benefícios à saúde emocional. Nota-se que esses elementos perpassam o imaginário construído acerca do espaço e se transformam em histórias narradas como grandes aventuras e também com grande apreço simbólico e afetivo.

A busca por tranquilidade e sossego evidencia o papel da Serra como um refúgio, um espaço para desacelerar e escapar das pressões e problemas cotidianos. A experiência do lazer na natureza torna-se, assim, uma experiência psicológica, potencial para a regeneração emocional e mental (Wagar, 1974; Takahashi, 1998). É comum encontrar nos relatos a ideia de que a Serra tem outro ar, melhor de respirar, mais puro, que ajuda a aliviar as tensões, sendo considerada um espaço diferente do espaço da casa ou da cidade. A compreensão é de que a natureza é um lugar de calma, de silêncio e de tranquilidade, propício para reflexão e meditação, como se o passar do tempo na Serra proporcionasse maior clareza ao pensamento, o que se alinha com discussões acerca do lazer como exercício para o sentido e para aguçar das percepções sensoriais, contribuindo para construir e ampliar uma conexão com o ambiente (Bruhns e Marinho, 2012). Isso é explicado pelo O Velho da Montanha (2024):

Acho que é a paz mesmo, o sossego, você acaba esquecendo muita coisa, né? Às vezes tem algum problema... Você vai andando, vai conversando, subindo... Isso é, nó, muito bão mesmo. Eu gosto mesmo... (O Velho da Montanha, 2024)

Os espaços de lazer na Serra também são procurados como refúgios ou fugas para problemas familiares. Essa dimensão terapêutica emerge em relatos que destacam a natureza como agente ativo no gerenciamento de conflitos emocionais. Lidinha (2024), ao resgatar histórias sobre a sua avó, que mantinha uma relação muito sensível com a Serra, nos diz que ela sempre anunciava: “Quando o seu pai me fizer raiva, eu vou pescar”! Ah, ela ia todo dia” (risos)! A fala revela um ritual de escape, em que a imersão na Serra funcionava como válvula de escape para frustrações cotidianas. A potência simbólica desse ambiente é reforçada por Santa (2024), que narra um episódio de acolhimento materno durante uma crise familiar. Sua filha, envolvida em um relacionamento amoroso socialmente controverso, encontrou na Serra um espaço para processar conflitos internos:

A penúltima vez que eu fui, foi eu e minha menina só, mais ninguém. Minha menina estava muito estressada, estava muito insegura. Não sei o que estava... Estava acontecendo o seguinte... porque ela apaixonou pelo primo primeiro dela, e queria casar com ele de qualquer jeito! Como casou. Ele tem até filho com ela. Então, a família inteira estava contra ela, né? “Que é irmã... que é primo primeiro, que é quase irmão, que não sei o que” ... que o pai dela quase que infartava quando falava do assunto. Aí, ela pegou e falou comigo assim: “Oh, mãe, eu vou lá pra Serra, tá?” Falei assim: “Tá, eu também vou!” Arrumei meus trem e rumei com ela... E não quis nem saber o porquê que ela estava indo. Por que ela não me falou, mas eu, na mente, já sabia né? Que ela estava aí por causa disso... aí a cachorra seguiu nós, minha filha... E nós tocava a cachorra, e a cachorra não ia... A cachorra já estava em tempo de morrer, e foi subindo... Você acredita? Tinha nessa época, hoje tem mais ou menos, uma caverna, nós entramos para dentro da caverna, eu e ela, à noite, e a cachorra deitou assim, ó, cercado a porta da caverna, você acredita? E nós já tínhamos xingado ela de todo jeito! Aí, nós tínhamos que dividir a comida com ela, né! Por que ela foi né, como que fazia? Aí meu deus... aí quando foi quatro horas da manhã, começou a chover. Choveu! Minha menina levou uma coberta daquela xadrez... Guaratinguetá, né, a marca dela, não sei se você sabe... A gente dobra ela, ela fica desse tamanho assim... e grossa. Aí, amarrou e pôs no pescoço. E eu peguei a linha... Aí minha menina cobriu do lado de cá, e eu do lado de lá, com a coberta. Como lá a pedra é assim, ó... né? A chuva fez isso aqui... e “tchufi”, caiu em cima dela com a coberta! Aí, falei, “Nossa Senhora, e agora?” Aí, quando eu vou olhar, ela estava com um febrão, minha filha, e tudo! Penso eu, emocional, né? Emocional, emocional... aí, eu falei com ela assim, “vem pra cá, vão trocar de coberta, né, levanta...” Aí, encostou a coberta molhada lá... ela não molhou demais, não, mas para quem já estava no perigo, em perigo, né, não tinha jeito. Aí, nós íamos sair de lá, três horas da tarde, para vir embora, o tempo fechou! E sabe aquela garoazinha, aquela chuvinha...? Aí, ela falou assim: “É, mãe, é melhor nós ir embora mais cedo”. Aí nós juntamos os trem tudo que nós tinha levado... tem um buraco assim lá na caverna, pusemos tudo lá dentro, que dá pra outro aproveitar, né? Inclusive a panela. Nós levamos uma panela, você acredita? Aí pusemos tudo lá, e vão descer, vão descer... porquê... sete horas da manhã fomo descer. O que eu sei? Nós chegamos aqui foi de tarde, porque estava... primeiro ela tava cansada, desanimada... quebrou o clima, né? Da situação, e com aquela neblina que a gente não enxergava um palmo na frente do nariz! Aí, nós chegamos aqui de tardinha. A gente morava aqui nessa casa. Ela devia estar com uns 14 anos... Dei ela remédio para a febre, até que não precisava né? Mas eu pensei assim: “isso deve ser emocional... não é garganta”, porque a garganta não começa assim, né? Eu cheguei, eu deitei, eu tomei banho, almocei, deitei, dormi, dormi... acordei, no outro dia, cinco horas da tarde! Nem sei a hora que ela levantou. Eu sei que eu acordei no outro dia, cinco horas da tarde! E parecia que eu tinha dormido uma noite só! (Santa, 2024)

O relato detalha a jornada compartilhada entre mãe e filha, marcada por gestos de cuidado, desafios físicos e interações com elementos e fenômenos naturais da Serra: a subida íngreme, a chuva e a neblina inesperadas, e a caverna úmida impuseram um esforço físico que, paradoxalmente, permitiu a ambas resignificarem a dor emocional. O cansaço corporal, intenso e palpável, atuou como catalisador para a decompressão psicológica, alinhando-se ao dito popular citado por Lidinha (2024): “o corpo cansa, a mente descansa”.

Outra dimensão das motivações é a da aventura. Foi observado nos relatos que algumas pessoas praticantes de atividades e esportes de aventura na Serra buscam por adrenalina, ou até mesmo por práticas que provoquem dor. Nesse contexto a natureza é entendida como espaço da imprevisibilidade e da falta de controle, uma vez que oferece obstáculos que colocam as pessoas praticantes de frente com situações desafiadoras, de risco, representando “uma

disposição, uma tendência comportamental caracterizada por uma certa inclinação à experimentação da sensação de perigo” (Dias, 2007, p. 19), conforme também relatam Gips (2024) e Zé (2024):

Mas eu gosto dessa dor que o esporte traz pra gente. Acho que ela caleja a gente num sentido bom. Até na mão mesmo, falando assim, nossos músculos. Tanto mentalmente quanto fisicamente. Gosto dessa dor. Acho que eu gosto não da dor, mas do pós-dor. Da cicatrização da dor depois do esporte (Gips, 2024).

Mas tem umas trilhas de jipe lá que é frenética. Não, umas trilhas que esse pessoal abriu... umas trilhas muito doidas, muito perigosas. Nó, adrenalina mesmo. Esse jipe meu, tinha uma trilha que eu fiz nele. A roda levantava isso aqui ó... enquanto uma tava no chão, a outra tava esse tanto aqui no alto, ó... parecia que ia tombar pra um lado e voltava pro outro. É coisa de risco, de perigo. Na hora... Adrenalina na cabeça. Se capotar, capotou, ué. Nó, mas trilha de jipe é louco, é louco, nú (Zé, 2024)!

Embora as práticas de aventura na Serra já estejam enraizadas na cultura local, com frequentadores que dominam técnicas e conhecem detalhes de trilhas e cachoeiras, a relação com o ambiente não é totalmente domesticada. A imprevisibilidade dos locais de lazer na natureza mantém certos espaços como “territórios de risco”, mesmo para as pessoas mais experientes. Paradoxalmente, é essa falta de controle que atrai parte das sujeitas entrevistadas, uma vez que o desafio contínuo reforça a necessidade de enfrentar limites, transformando o perigo em elemento constitutivo da prática. Assim, o domínio técnico sobre o ambiente não elimina a busca pelo risco, mas a ressignifica, integrando-a a um cotidiano no qual a aventura se torna, ela própria, ritual.

A alta frequência de enunciações relacionadas a estar na Serra com outras pessoas e a importância desses encontros demonstram que a Serra é percebida como um ponto de encontro que proporciona momentos de diversão coletivos e conecta as pessoas à natureza, mas também fortalece laços interpessoais e de vizinhança, conforme nos sugere O Velho da Montanha (2024):

A gente ia subir, ia quatro pessoas. Era eu e mais três amigos nossos. E sentado na porta da Igreja ali à noite, o tempo deu aquela fechada pra chuva, aquele negócio todo... E ficamos, vai ou não vai, vai ou não vai? “Vai não?” “Vamo embora!” E nisso apareceu mais quatro de última hora. É, todo mundo daqui mesmo. Aí juntamos os negócios, e quando foi cinco horas da manhã, um passou na casa de um, foi chamando, combinamos o que ia levar e acabou (O Velho da Montanha, 2024).

O Velho da Montanha (2024) nos explica ainda que a motivação de estar em grupo perpassa também por uma decisão prática e de prevenção e proteção diante da imprevisibilidade do corpo em contato com o espaço da Serra:

Até a cachoeira eu vou sozinho. Na serra eu já fui sozinho, mas eu não gosto, não. Eu tenho medo de ir.... Não é questão de bicho não..., mas às vezes, você está sentado aqui, você sai, acha que está bem, mas aí você sai, chega ali e você... Passa mal, entendeu? Aí até a cachoeira vou, que é tranquilo, mas já fui na Serra, já umas duas três vezes já, sozinho, mas eu não gosto, não! Gosto de ir com mais gente! (Velho da Montanha, 2024)

Praticar o lazer individualmente também pode ser um impeditivo para a sua fruição, conforme nos explica Fauna (2024), que relata que nunca foi até a parte mais alta da Serra devido ao medo e a dificuldade de resgate e de socorro médico, em caso de emergências de saúde ou acidentes:

O mais longe que eu consegui ir foi no Mirante. E aí eu fui sozinho. Um dia eu saí pra caminhar e falei, vou andando pra cima aqui até onde não precisar escalar. Mas eu fui ali atrás da Santa, subi e cheguei naquele topozinho lá, né? E aí, inclusive, eu vi uma cobra enorme lá e tal. Aí eu falei, eu acho que eu estou aventurando de mais sozinho, né? Porque, tipo, se me picar aqui, eu morro, porque eu não tenho nem como sobreviver (Fauna, 2024).

Assim como há uma diversidade abundante de espaços, há, também, uma abertura por parte das pessoas praticantes, que também são diversas, para se envolverem em diferentes práticas. As práticas de lazer na Serra, ao alinharem movimento, conhecimento, sensibilidade e pertencimento, também se ampliam a partir da busca por novos sentidos e experiências. Assim, o desejo de percorrer lugares ainda desconhecidos emerge como uma continuidade de praticar o espaço, de habitar e do exercício da paisagem (Besse, 2014; Ingold 2021), conforme apresenta o relato de O Velho da Montanha (2024).

E a serra é igual eu te falei. Tem esse amigo aí, tem um outro meu que mora aí também, aí chega no final de semana, ele manda mensagem: “Tá de boa? Vão andar? Vão sair?” Aí, a gente sai andando, aí sai sem rumo, né? Aí chega a certo lugar, e quer saber? “Hoje nós vamo ali!” E a gente acaba conhecendo outro lugar diferente (O Velho da Montanha, 2024).

A ressignificação do território, que alia movimento, conhecimento, sensibilidade e pertencimento, também, amplia-se a partir da busca por novos sentidos e experiências, conectando-se à ideia de que a Serra não se limita ao que já é conhecido. Assim, o desejo de percorrer lugares ainda desconhecidos emerge como uma continuidade do habitar, e do exercício da paisagem, transformando o lazer em uma expedição de descobertas, no sentido da aventura. Perpassa por essa dimensão, ainda, o desejo por parte das pessoas residentes, de apresentar a Serra para alguém que ainda não conhece, podendo ser alguém conterrâneo ou de outra cidade da região, do núcleo familiar, de amizade ou de trabalho. Outro fator também

destacado diz respeito a possibilidade de se conhecer novas pessoas durante as práticas de lazer, tendo em vista que existe um fluxo de turistas na cidade. Zé (2024) destaca essa relação:

Você vai curtir a cachoeira, vai conhecer pessoas diferentes, papo diferente, um novo conhecimento. Esse pessoal que vem, a gente troca as informações, né? A gente fala da gente, fala das coisas, o pessoal também. Você vai adquirindo conhecimento, é muito bom ter essa troca. É como se fosse um intercâmbio, conhecendo pessoas diferentes. É um intercâmbio, só que você não está saindo do seu lugar, quem está saindo é outra pessoa. Nossa, é gostoso demais! (Zé, 2024)

As relações entre turistas e nativos nos locais de lazer da Serra do Caraça pode configurar-se como uma ação espontânea para apresentar a Serra para quem ainda não a conhece, conforme nos explica Mascarado (2024):

Eu mesmo, quando percebo [que a pessoa é turista], eu mesmo, sem me perguntar, eu falo: “Se subir mais pra cima tem um lugar mais bonito, se descer tem um lugar mais bonito, se virar à esquerda tem um lugar mais bonito.” Muita gente que você vê que é de fora na cachoeira, acabou a trilha, encontrou o primeiro poço, ali ficou. Dali não sai. Aí, às vezes, você vê que a pessoa é mais simpática, é mais proativa, troca mais ideias, você vê que é mais sorridente, aí você mesmo fala, você nem espera ela perguntar: “Pra cima tem um lugar mais legal, não sei o quê.” É sempre assim. Acontece muito isso. Aí tem a questão do lixo. Eu já puxei muita orelha dos outros também por causa do lixo: “O lixo vai ficar aí não, né? Tem um lugar mais bonito aí pra cima, mas não deixa o lixo aí não!” Tem muito isso. Muitas dessas coisas (Mascarado, 2024).

Também foi percebido que, mesmo quando não há ninguém disponível para fazer companhia em uma ida à cachoeira, por exemplo, as pessoas nativas já sabem exatamente em qual local há maior chance de encontrar outras pessoas, quais são os espaços mais frequentados, o perfil das pessoas que os frequentam, se tem mais nativos ou mais turistas. O contrário também se percebe, quando se deseja estar só há um direcionamento para espaços não sinalizados, menos utilizados ou mais isolados.

O uso de drogas recreativas, presentes durante a fruição de diversas práticas de lazer no espaço da Serra do Caraça, também foi mencionado como uma motivação para a frequência. O consumo de drogas se insere no arranjo cultural e histórico de diferentes sociedades e, apesar de considerado desviante ou marginalizado por parte da sociedade, na atualidade tem convocado diversos setores da sociedade civil, governo e organizações não governamentais a prover a sua normatização (Souza, 2020). Importa, para esta pesquisa, situá-la no que diz respeito à contribuição para tecer a complexa rede de sentidos e dinâmicas sociais na Serra do Caraça observadas a partir do lazer. O relato de Gips (2024) nos apresenta algumas características relacionadas ao uso de drogas psicoativas:

Depois que eu comecei a ir com meus amigos, aí fiquei, nú, grande parte da minha adolescência. Tinha dia, Karol, sério.... Tinha parte da minha vida que eu ia todo o santo dia no Maquiné. Todo dia! Era mesmo. Nossa, todo dia. Ficava fumando... (risos)

[...] O *highline* do Baianinho você conhece, né? [...] É um negócio absurdo, mano. É muito absurdo. Mais de 250 metros de altura, fraga! É um absurdo. E aí a galera sobe lá doida de doce, mano. Tá ligado? E aí quando você vai e pergunta pra ele como você sobe doidão de doce ele fala assim: “Mano, ali em cima você pode estar doido do que for, a partir do momento que você pisou na fita e respirou, parece que você está em transe total, que você não pensa em mais nada e está presente ali mesmo com o equilíbrio, com a natureza, com o vento, sabe? Você entra numa conexão tremenda, véi!” Talvez é um poder ali que a droga te deu, não sei!? [...] tipo, como um camaleão mesmo, às vezes seu corpo para, sei lá, de bombear sangue pra tal órgão porque você está escalando ou fazendo *highline*. Que doido! Porque no meu dia aqui, vamos supor que eu como 2.500 calorias, 3.000 calorias. Lá eu faço o quádruplo de esforço ingerindo muito menos. Como uma barrinha de cereal (risos) e um baseado! (risos) Doideira mesmo. [...] E com o barulhinho da água ali ainda, gostosinho, geladinho... não, tipo, quando eu era adolescente, aí, tipo, eu acho que todas às vezes, eu não lembro de uma vez que não tinha um baseado. Tinha sempre um baseado. E álcool não tinha, entendeu? Já não combina. A psilocibina sempre tinha, canábis sempre tinha... (Gips, 2024).

Conforme mencionado, foi percebido o uso de maconha, psilocibina e doce (dietilamida do ácido lisérgico - LSD), iniciado frequentemente na adolescência e início da juventude, mas presente também em outras fases da vida, em práticas como fruição junto a cachoeiras e acampamentos. Este uso mantém relação com o desejo de fruir do espaço da Serra pelo coletivo, devido ao seu efeito como facilitador da sociabilidade, ou ainda como contribuição ao relaxamento e provocativo de sensações mais abertas e experimentais na natureza. A psilocibina, em particular, é utilizada por algumas pessoas devido aos seus efeitos psicodélicos. Já quando observamos a narrativa de pessoas praticantes de atividades de aventura, como escalada e *highline*, o uso de substâncias psicoativas foi relacionado com a própria natureza dessas práticas. A busca por risco e adrenalina, elementos essenciais à noção de aventura, muitas vezes se manifesta na quebra de regras e na transgressão de limites, sendo o uso de substâncias psicoativas uma escolha que se relaciona com a busca pela intensificação dessas noções, embora isso possa acarretar riscos relacionados à segurança.

3.6 Significados da Serra do Caraça

Tendo em vista que “o ambiente natural provoca e possibilita experiências extremamente sensoriais que, por sua vez, ajudam a dar maior significado às experiências vividas” (Reis, 2010, p. 297), apresentamos os significados atribuídos à Serra do Caraça pelas pessoas participantes da pesquisa. Partimos do pressuposto de que os sentidos são construídos a partir de um sistema cultural de significados já preexistentes, o que significa também dizer que o espaço da Serra é não é somente percebido pelas experiências e memórias individuais e coletivas, mas, por ser a paisagem um espaço plástico, conforme argumenta Collot (1990) é

“uma invenção permanente de significações ou de uma repetição indefinida de estereótipos” (Collot, 1990, p. 28).

Nesta seção apresentamos as respostas oferecidas pelas pessoas entrevistadas quando refletiam sobre o que o espaço da Serra do Caraça significa para elas ou o qual o sentimento que surgia em suas mentes quando solicitei que fechassem os olhos, relaxassem o corpo e imaginassem a Serra. As reflexões compartilhadas foram construídas após o diálogo sobre as experiências e práticas de lazer neste espaço, de forma que os sentidos e significados atribuídos a Serra são, conseqüentemente, elaborações sobre a experiência individual e coletiva de lazer na Serra do Caraça.

Os sentimentos relacionados aos elementos que fundamentam a paisagem como dimensão do cotidiano, conforme já destacado, estão em interrelação com o ambiente e surgem a partir da prática do corpo-objeto-sujeito da experiência. Para a fenomenologia, o corpo é o lugar da experiência, é meio através do qual nossas elaborações sensíveis entram em contato com os objetos na externalidade da paisagem (Merleau-Ponty, 1994).

Para Dardel (2015), o espaço é essencialmente uma situação concreta de afetação, onde, a partir da presença no mundo, os sentidos e significados são construídos. Portanto, ressalta que não é a condição de humanidade “que faz uma ideia do espaço, é o espaço que vem ao seu encontro e o chama; ele só existe nessa atualização, nesse movimento de se apresentar. Isso não significa que o que ‘está fora do espaço’ esteja fora da realidade” (Dardel, 2015, p. 51). Nesse sentido, os significados atrelados à Serra estão condicionados à forma de contato e experiência que nela são praticados. Santa (2024) nos oferece uma explicação bastante elucidativa sobre essa dinâmica: para ela há uma clara diferença de significação em relação ao espaço, antes e após sua interação mais íntima, antes de ser tocada ou de desenvolver uma sensibilidade em relação ao espaço da Serra:

A gente não importava com nada, não. A empresa podia chegar, picar tudo em pedacinhos, e levar. Para a gente não fazia diferença nenhuma. Não só pra mim, como pra comunidade como um todo. Eu percebia que ninguém se preocupava. E eu era muito pequena, não tinha relação direta. Igual, depois, comecei a ir lá, né? E ela começou a fazer parte da minha vida, né? E da vida dos meus meninos. Então, foi diferente (Santa, 2024).

A partir do contato, os sentimentos e emoções estabelecidos pelas interrelações com este espaço vão sendo alterados, ressignificados e marcados através das experiências. Nesse sentido, o lazer se insere num processo de construção de sensibilidade e educação estética, fomentando processos reflexivos, os quais, conforme destaca Melo (2002) buscam “conciliar o dualismo

fundamental do homem constituído de natureza e cultura” (Melo, 2002, p. 4), como Santa (2024) percebe:

Ah, lá sempre é marcante. Nossa Senhora! A sensação que a gente tem é que está chegando pela primeira vez. Porque a paisagem é demais! Só quem não entende, assim, essa coisa de sensibilidade em relação à natureza, é que não sente... (Santa, 2024)

Essa sensação de novidade constante indica que a Serra possui qualidades sensoriais e sensíveis que se manifestam a cada experiência. A reação emocional indica que a Serra não é apenas um espaço físico, mas sim um espaço que provoca uma resposta emocional forte, podendo inclusive estar associada às representações mágica e espiritual da natureza, conforme nos descreve Santa (2024):

A minha família toda adora a natureza, de uma forma ou de outra, é todo mundo ligado à natureza. De mim e do pai deles, que o pai deles também é muito chegado à natureza, pra ele, Deus é a natureza, não deixa de ser, né, também (Santa, 2024).

Nesse sentido, a paisagem é extremamente impressionante e cativante, sendo um dos elementos centrais da experiência na Serra. No mesmo sentido, a apreciação estética e contemplativa é parte essencial da relação com o espaço. Como reflete Hortência (2024):

A Serra do Caraça é a minha vida, né? É uma paixão, assim, é preservação, conexão. É... Eu fico até emocionada... porque eu amo, entendeu? Então, assim... ah, é muita beleza. Pra mim, é surreal. É uma coisa surreal, essa Serra do Caraça! Daqui à Mariana, sabe, você vai acompanhando... é uma estrada tão bonita, eu acho. É surreal. Contemplativa... (Hortência, 2024)

O que se traduz em um sentimento de privilégio e gratidão, conforme nos revelam O Velho da Montanha (2024) e Mascarado (2024):

É um privilégio, né? Da gente morar aqui, né? Ter essa paisagem bonita aí, né? Muita gente gostaria de ter, né? Porque muitos vêm aqui e falam mesmo: “Nossa, aqui é um paraíso!” Aqui é... (O Velho da Montanha, 2024)

E em relação ao Caraça, eu só tenho a agradecer por ter pisado nessa terrinha aqui um dia e te ter ficado até hoje, porque, cê tá doido, é vida! (Mascarado, 2024)

Ao mesmo tempo, foi observado o sentimento de se fazer parte do todo, de conexão com a natureza, no entendimento de que a Serra está em interrelação com a dinâmica social, numa interrelação que se insere, e traduz, na convivência com elementos da natureza, como Tamanduá (2024) entende quando pensa nas águas da Serra:

Quando eu penso em Serra do Caraça... hoje, com as atuais adversidades que estão acontecendo, a primeira coisa é a água. Ela representa muita coisa, é o dia a dia das pessoas, é o lazer das pessoas, é a fonte de renda das pessoas. Então, para mim, é a

água. Antes de qualquer atividade turística, deveria vir antes também das atividades minerárias. Mas a água, com certeza, quando se fala em Serra do Caraça, a água, a nossa esponjinha com cara, é a água (Tamanduá, 2024).

Percebe-se neste relato, uma concepção acerca dos elementos naturais presentes na Serra que correlaciona a utilidade prática, pública e comum com a subjetividade “alicerçada na percepção dos valores impressos em pequenas ações e sensações cotidianas” (Bahia, 2014, p. 269), sendo as relações “corpo-natureza” expressas como um “reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos enquanto parte desse meio” (Marinho, 2005, p. 3). O que é reforçado pela reflexão de Fauna (2024):

É... assim, eu penso, sei lá... talvez uma das coisas mais bonitas que eu já vi, sabe? Uma das paisagens mais bonitas que eu já vi, essa transição entre Mata Atlântica e Cerrado, né? Essa flora que a gente tem bem diversa, a fauna bem diversa, você tem o lobo, você tem a onça, tudo morando na serra, sabe assim? A onça-parda, o lobo Guará. E isso é sensacional! Eu sempre fui da questão de conviver com o planeta, sabe? Conviver em harmonia mesmo, assim... Eu sou descendente de negros e indígenas, né? Então, assim, o meu povo, ele tem um histórico, dos dois lados, de convivência de harmonia, né? Então, assim, a convivência de harmonia é isso. É você comungar com a natureza. Não fazer dela, não subjugar ela ao seu prazer, sabe? Então, assim, pra mim, a Serra do Caraça é isso. É uma coisa que me faz materializar essa ideia, sabe? Tipo, eu em comum com o planeta mesmo, sabe? Dessa coisa do cuidado, né? De ter, assim, de perceber que eu sou parte dela, ela é parte de mim. E não, assim, ela não me serve pra eu comprar carro importado, sabe? Então, assim, é isso. É porque o pensamento aqui é esse, né? A galera com essa farra da mineração tem... Você vê muita gente com muita posse, mas, infelizmente, com zero consciência. Então, assim, pra mim, a Serra é isso. É o cuidado de entender que a gente é um só, né? A natureza, a gente é um animal, né? Eu acho que as pessoas esquecem disso. E, sendo um animal, a gente só é mais um. Mais um ente desse coletivo todo, né? Eu acho que seria por esse lado, assim (Fauna, 2024).

O relato de Fauna reflete sobre o dilema entre o cuidado com a natureza e a valoração do espaço a partir de uma visão instrumental, que entende este espaço como fonte de recursos. Nesse sentido, a exploração mineral é vista como uma ameaça à paisagem, à biodiversidade e à qualidade de vida da comunidade. Tal preocupação foi expressa por participantes da pesquisa a partir da conclusão de que já não é mais possível estar em contato com a Serra sem sentir frustração, ou medo do futuro, sentimentos provocados a partir de uma visão crítica sobre os impactos resultantes da atividade mineradora, conforme também expressa o relato de Figura (2024):

A frustração é nesse sentido, de saber que, olha, os meus filhos, os meus netos, eles não vão ter a oportunidade de ter essa vivência que eu tive. E se vai ter, vai ser de uma forma completamente diferente. Entende? Então, essa frustração de ver que Catas Altas... a gente era para ser, Nossa Senhora, um exemplo de cidade, um exemplo de qualidade de vida! A gente tem tudo o que a gente precisaria (Figura, 2024).

Assim, analisamos, a partir dos relatos das pessoas participantes da pesquisa, que as transformações socioambientais em curso na Serra do Caraça representam uma preocupação com a reprodução social das manifestações culturais praticadas em interrelação com este espaço. Conforme destacado anteriormente, diversas práticas de lazer na Serra são inicialmente vinculadas à família, sendo também transpostas para redes sociais mais complexas, como amizades ou grupos de praticantes, configurando um ciclo de reprodução cultural. Indivíduos introduzidos à Serra ainda na infância, por meio de suas famílias, retornam a esses espaços na fase adulta, agora reconfigurando suas práticas de lazer com parceiras/os e filhas/os. Esse movimento reforça o caráter geracional da ocupação do território, onde afetos e memórias se entrelaçam às novas dinâmicas familiares.

Nesse sentido, a preocupação com o futuro é latente, especialmente diante da divisão da comunidade entre aqueles que resistem à mineração e aqueles que veem a exploração como uma oportunidade econômica, como demonstra a narrativa de Figura (2024):

Medo do que vai acontecer no futuro. Sabe? É igual o morro da Água-Quente. O morro da Água-Quente, aquele povo, eles vão ser expulsos dali da forma mais violenta possível. Porque hoje o Morro já está separado. 50-50, 50-50 não, 30% é contra mineração, os outros 70% são favoráveis. Esses 70% vão vender as propriedades, os que resistirem, meu amigo, o Estado vai colocar a polícia lá e vai ser aquele terrorismo. Nossa, quero nem ver isso. Eu realmente não quero estar aqui para ver isso, não (Figura, 2024).

Esse medo do futuro está diretamente relacionado a perda do pertencimento territorial, a degradação ambiental e a instabilidade econômica gerada pela mineração. A expropriação de terras, muitas vezes conduzida por meio de processos coercitivos, de despossessão, de estruturação de comunidades e rompe laços sociais fundamentais para a preservação das práticas culturais e de lazer. Além disso, a destruição de áreas naturais compromete a biodiversidade e impacta diretamente os modos de vida locais, reduzindo o acesso a espaços de convivência, ritos de cuidado e religiosidade, e fruição da paisagem.

O medo também indica a fragilidade da governança ambiental e a atuação limitada do poder público na mediação dos conflitos gerados pela mineração em Catas Altas. A ausência de políticas eficazes de preservação e de apoio às comunidades afetadas intensifica a sensação de insegurança, reforçando a percepção de que os interesses econômicos prevalecem sobre o direito ao lazer e ao meio ambiente equilibrado. Dessa forma, o receio em relação ao futuro se articula com a percepção de que as próximas gerações não terão as mesmas oportunidades de vivência e pertencimento à Serra do Caraça, transformando o medo em um sentimento de luto antecipado pela perda de um território.

A sensibilização e o conhecimento acerca dos elementos naturais e das interrelações das populações que vivem envoltas em territórios com a presença massiva da exploração mineral, inseridas na lógica neoliberal e neoextrativista, vão sendo redirecionadas para a ideia de que a natureza é recurso. Conforme argumenta Gudynas (2019), as narrativas são atualizadas a partir de “um apego ao desenvolvimento econômico, à minimização dos impactos locais e à naturalização dos efeitos colaterais que transformam as políticas públicas, indo até a naturalização da violência” (Gudynas, 2019, p. 123).

Assim, os significados atribuídos a Serra do Caraça pelas sujeitas desta pesquisa evidenciam o embate entre uma visão instrumental da natureza, que a percebe como recurso, e uma concepção de interdependência e pertencimento ao ambiente natural. Em síntese, os significados atribuídos à Serra do Caraça transcendem a dimensão puramente estética, expressando sentimentos de pertencimento, privilégio e resistência. A análise dos depoimentos revela a complexidade dessa relação, marcada tanto pelo encantamento com a Serra quanto pela angústia diante das ameaças impostas pela mineração, configurando um campo de disputa narrativa sobre o passado, simbólica e material sobre o presente e o futuro do território.



4. MINERAÇÃO NA SERRA DO CARAÇA

Durante a caminhada de hoje, me ocorreu que o caminho até o Morro, seguindo mais ou menos o recorte aberto pelo trilho de trem, é o mais puro mosaico da paisagem entrecortada pela mineração. As constantes mudanças, uma hora vales de mata verde, cursos de água, noutra, as cavas, a terra exposta, os caminhões, o trem carregado. A medida que andava, as memórias vinham... a primeira via que escalei, o gosto de maçã, a fila de cachorros me seguindo, as paradas para encher garrafinha na cachoeira de Almas, que agora não tem um pingo sequer de água... Teve um momento no trilho que visualizei um homem vindo em minha direção... Logo na faixa mais estreita do caminho, cercada por paredões de rocha dos dois lados! Aquele medo de sempre. Bom, não tinha o que fazer... Segui... Bom dia! Bom dia! Respirei aliviada. Olhei para um lado, vi uma rocha avermelhada, parecia canga, de pouco tamanho, imaginei nela vias de *boulder*. Olhei pro outro lado, um paredão magnífico, alto, que sabia que existia, mas nunca tinha realmente parado para ver. Sonhei no mesmo instante em abrir ali um setor de escalada. Já tinha o nome: Brecha! Devido ao respiro entre uma cava e outra, e em homenagem ao samba da Tássia Reis, que ecoava na minha cabeça. Fui caminhando e sonhando, fazendo planos, imaginando o dia de limpeza da via, a abertura... até que o barulho do trem vindo me tira dos devaneios. Saí do trilho, fui pra estrada, fiquei olhando o maior trem do mundo passar por mim, com o Baiano lá no fundo... Lembrei da entrevista com o Lamego... Ele me disse que uma experiência que ele não gostaria de ter na Serra, seria a de acessar a montanha por meio de corredores ecológicos. Ele disse algo assim: “cavas e corredores ecológicos não é uma experiência que eu quero ter!” Parada ali, com minha bota brilhando de minério, respirando poeira de minério, pensei: será somente isso que o futuro nos reserva? (Diário de campo, 2024)

O desenvolvimento de um projeto de mineração de ferro no Brasil envolve diversas etapas que exigem procedimentos administrativos em múltiplos níveis, desde a concessão do direito minerário, passando pelo processo de licenciamento ambiental, até o fechamento da mina. Inicialmente, uma empresa interessada na exploração precisa obter a concessão de lavra junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), o que implica apresentar estudos que comprovem a viabilidade do empreendimento em diferentes fases.

No contexto de Minas Gerais, quando é concedida a lavra, o licenciamento ambiental torna-se um elemento crítico do processo, exigindo três licenças essenciais: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Em alguns casos, essas licenças podem ser requeridas conjuntamente, o que pode acelerar o processo, mas também gerar questionamentos sobre a qualidade das avaliações ambientais, a discricionariedade das empresas na tomada de decisões e a qualidade da participação da comunidade afetada. A aprovação do projeto passa por órgãos ambientais estaduais e federais, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dependendo da localização e do porte do empreendimento. Um dos aspectos mais sensíveis desse processo é a consulta pública, na qual comunidades locais, povos tradicionais e outros atores interessados podem manifestar suas opiniões e preocupações. No entanto, muitas vezes

essas consultas são realizadas sem garantir a plena participação popular, sendo consideradas meramente protocolares, o que leva a conflitos socioambientais.

Oliveira (2008) discute que a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) se conforma como um instrumento de política e gestão ambiental que busca subsidiar a tomada de decisão acerca da instalação de projetos potencialmente danosos ao meio ambiente e a dinâmica sociocultural dos locais onde planejam ser implantados. Amplamente utilizado em diferentes países, este instrumento consiste em um “conjunto de procedimentos que visam garantir que fatores ambientais e sociais sejam considerados previamente à implantação de um projeto” (Oliveira, 2008, p. 26). A disseminação deste instrumento por entre os governos e agências internacionais se deu a partir de 1969, quando o governo federal dos Estados Unidos da América promulgou o *National Environmental Policy Act (NEPA)*, considerado um marco para os procedimentos formais regulatórios de impactos ambientais decorrentes de empreendimentos industriais. Após essa política, em 1972, o estado australiano de New South Wales foi pioneiro em estabelecer uma política de avaliação ambiental, seguido pela Austrália, que anunciou sua política nacional no mesmo ano. Canadá e Nova Zelândia, influenciados por sistemas jurídicos similares aos dos EUA e Austrália, adotaram regulamentações em 1973 (Oliveira, 2008).

A autora ainda pontua que França se destacou neste cenário regulatório ao vincular, em 1976, a AIA ao licenciamento ambiental de atividades públicas e privadas, transferindo a responsabilidade dos estudos para os proponentes dos projetos. A partir da segunda metade da década de 1980, a União Europeia e países como Japão, China, Coreia, Filipinas, Tailândia e Malásia, também já institucionalizaram a AIA (Oliveira, 2008). Na América Latina, a Colômbia e a Venezuela foram pioneiras, instituindo resoluções próprias em 1974 e 1976, respectivamente. Uruguai, Bolívia, Brasil e México adotaram o instrumento nas décadas de 1980 e 1990, impulsionados, principalmente, por exigências de entidades internacionais, como o Banco Mundial, como requisito para concessão de fomentos e financiamento a projetos de infraestrutura (Oliveira, 2008). No Brasil, o instrumento foi incorporado pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), através da Lei Federal n.º 6938 de 1981 (BRASIL, 1981), e regulamentada pelo Decreto n.º 88.351 de 1983 (BRASIL, 1983) e pela Resolução CONAMA 001/86 (BRASIL, 1986) (Tommasi, 1993, Oliveira, 2008).

A difusão global da AIA ganhou impulso durante a Eco-92, quando o Princípio 17 da Declaração do Rio recomendou sua aplicação como instrumento nacional, onde prevê que a avaliação do impacto ambiental “deve ser empreendida para atividades propostas que tenham probabilidade de causar um impacto adverso significativo no ambiente e sujeitas a uma decisão da autoridade nacional competente” (ONU, 1992). Contudo, críticas apontam limitações da

AIA, como a incapacidade de prever impactos cumulativos e a aplicação tardia das premissas socioambientais no ciclo de projetos, além da ausência em políticas e planos governamentais, desafiando abordagens integrativas e preventivas (Oliveira, 2008).

Essas limitações estruturais da AIA, destacadas por Oliveira (2008), ecoam de forma contundente no contexto brasileiro, onde o arcabouço institucional de avaliação e licenciamento ambientais frequentemente reproduz lógicas que priorizam a legitimação de empreendimentos em detrimento de uma análise crítica e integradora. Tal cenário evidencia-se não apenas na abordagem tecnicista e restrita das informações, mas também na marginalização de dinâmicas territoriais e sociais, reforçando assim os questionamentos sobre a capacidade da AIA em equilibrar interesses econômicos e direitos das populações afetadas, uma tensão que, conforme discutido por Acselrad, Mello e Bezerra (2009), materializa-se na criação de “ecossistemas empresariais” que subjugam os “ecossistemas sociais”, aprofundando desigualdades e fragilizando a governança socioambiental.

No caso brasileiro, as estruturas institucionais de avaliação dos impactos ambientais e de licenciamento de atividades se voltam em grande parte para a legitimação dos empreendimentos. Isso se dá em razão da natureza limitada e tecnicista da informação produzida, da assimetria no acesso à informação, da desconsideração do tempo histórico de escuta da sociedade, do tempo de maturação das informações entre os atores sociais. Os movimentos sociais são, com frequência, críticos das audiências públicas burocráticas ou manipuladas, do papel dos conselhos na sanção cega dos projetos, assim como dos Termos de Ajustamento de Conduta, quando usados como instrumentos de legitimação da transgressão — ou do entendimento direto e no mediado pela esfera política entre empresas e atingidos. É preciso que haja uma maior explicitação das implicações dos projetos para os direitos das populações desde o início dos processos, assim como mecanismos de controle social sobre o processo de licenciamento. As próprias bases cognitivas da avaliação são criticadas em razão das metodologias de representação do território e previsão dos impactos, que se concentram exclusivamente nos interesses dos projetos quando da definição de áreas de abrangência, desconsiderando as territorialidades específicas dos grupos atingidos e configurando verdadeiros “ecossistemas empresariais” em contraposição aos “ecossistemas sociais” de que dependem as populações atingidas (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009, p.119-120).

Nesse sentido, o debate crítico sobre a mineração precisa ir além da viabilidade econômica posta por este modelo de exploração neoextrativista que privilegia grandes corporações e reproduz padrões de violações de direitos, como ocorre também na Serra do Caraça, em Catas Altas. É preciso provocar no debate uma disputa narrativa que enfrente a pretensa universalidade da técnica e da ciência, abarcando, por meio de metodologias conectadas aos territórios, os impactos sociais e ambientais que afetam as comunidades ao entorno.

A fase de implantação desses empreendimentos, marcada pela construção de infraestruturas gerenciais e operacionais, como: escritórios, estradas de acesso, refeitórios,

armazéns de produtos químicos, oficinas e pátios; estruturas de logística para escoamento da produção, como: minerodutos ou estradas de ferro; além de estruturas para armazenamento de rejeitos e sedimentos, como as barragens e pilhas de estéril, consolida uma relação assimétrica de poder entre a diversidade de atores envolvidos. Enquanto as corporações garantem sua eficiência logística e produtiva, as comunidades locais enfrentam a fragmentação de suas territorialidades, com impactos que vão desde a perda de modos de vida até a exposição a riscos ambientais.

Essa transformação material, entretanto, não se restringe ao período de operação da mina, como adverte Milanez (2019):

As empresas mineradoras podem usar os melhores métodos de gestão ambiental (recirculação de água, máquinas e equipamentos eficientes, controle de material particulado e programa de recuperação de área degradada); mas quando se fecha a mina, a montanha não está mais lá. No lugar da serra ou do pico, existe um buraco (Milanez, 2019, p. 390).

O autor sintetiza a contradição central do modelo e a irreversibilidade dos danos: mesmo que métodos de gestão ambiental mitiguem parcialmente os efeitos durante a exploração, a destruição de ecossistemas e a alteração das interrelações com a montanha configuram um legado permanente e simbólico. Essa realidade evidencia que o neoextrativismo opera sob uma racionalidade econômica de curto prazo, voltada ao esgotamento do recurso mineral, sem internalizar os custos de longo prazo da degradação, externalizando custos socioambientais de longo alcance (Milanez, 2019). Dessa forma, a negligência na fase de fechamento dos projetos extrativistas, necessária quando são exauridas as reservas minerais requeridas, é frequentemente tratada como mera formalidade legal. Assim, esta etapa torna-se mais um reflexo da mesma lógica que desconsidera, desde o início, os direitos das populações e a integridade dos ecossistemas.

4.1 As minas na Serra do Caraça em Catas Altas

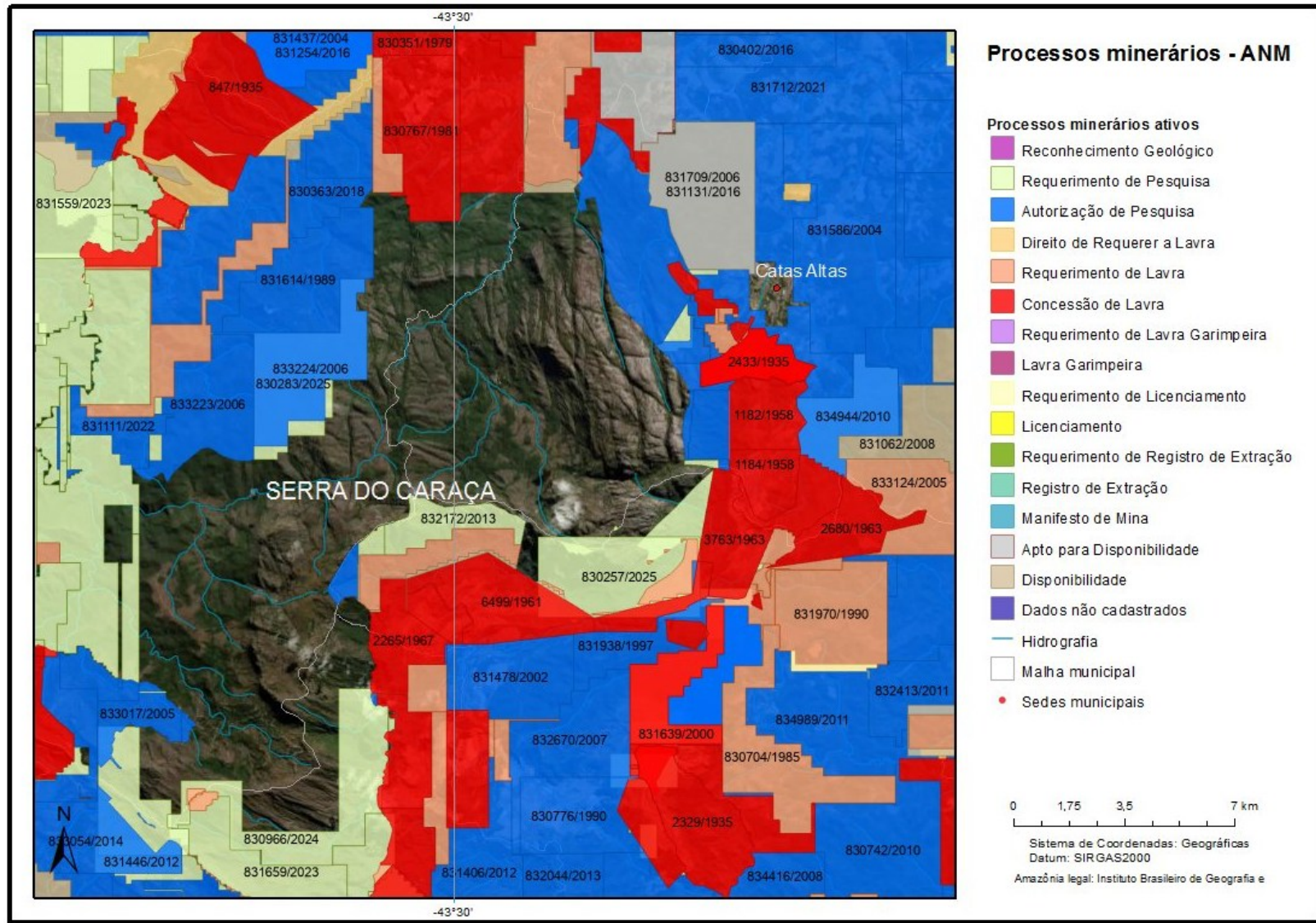
Conforme dados do Painel do Cadastro Mineiro (ANM), em Catas Altas, há 60 registros minerários (polígonos) cuja substância principal é o minério de ferro, dos quais, 26 encontram-se ativos. Dentre os processos ativos que se localizam na Serra do Caraça, 1 refere-se à disponibilidade de área, e outros 21, encontram-se em fase de Requerimento de Pesquisa e de Autorização de Pesquisa, etapas que exigem o trabalho investigativo, de campo e em laboratório, para analisar as características do local pretendido. Nestas etapas, a pessoa titular,

sendo pessoa física ou jurídica, deve avaliar a exequibilidade e elaborar um relatório final de pesquisa, expondo o planejamento para a exploração da área (ANM, 2025).

Foram localizados 4 processos que se encontram em fase de Requerimento de Lavra ou Concessão de Lavra, etapas subsequentes à aprovação do relatório final de pesquisa, onde se obtém a concessão para o aproveitamento mineral da área. Nesta etapa, se inicia o processo de Licenciamento Ambiental para, então, ter início a exploração econômica dos minerais requeridos (ANM, 2024).

Cabe pontuar que os primeiros títulos minerários concedidos para exploração de minério de ferro na Serra do Caraça datam do ano de 1935, sendo possível localizar também processos iniciados durante as décadas de 1950 e 1960, conforme demonstra a Figura 32, onde se observam os polígonos presentes na Serra do Caraça, com referências ao ano e número dos processos minerário ativos.

Figura 32: Títulos minerários ativos na região da Serra do Caraça (MG)



Fonte: Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE/ANM) (2025)

A análise da Figura 29 revela uma significativa sobreposição de títulos minerários em diferentes estágios, demonstrando como esses instrumentos pressionam o território de forma gradativa e cumulativa. As áreas minerárias em estágio avançado, ativas ou paralisadas, como as representadas em vermelho no mapa (concessão de lavra), são particularmente preocupantes devido à sua proximidade com as porções mais relevantes do ponto de vista ambiental e cultural da Serra do Caraça. Já as áreas em verde (requerimento de pesquisa), azul (autorização de pesquisa), laranja (direito de requerer a lavra) e amarelo-claro (requerimento de licenciamento), mostram que a pressão para a expansão das atividades minerárias no território continua em ascensão, ampliando os riscos para os múltiplos usos do espaço.

Conforme argumentado por Souza (2024), em estudo que analisa a legislação sobre a criação de Unidades de Conservação na Serra do Caraça, os títulos minerários existentes no território devem ser bloqueados em razão da incompatibilidade entre a exploração mineral e a função socioambiental deste espaço, que deveria ser destinado integralmente à preservação, educação, pesquisa científica e uso comunitário. O autor sustenta que os interesses econômicos associados à mineração precisam ser reavaliados à luz de uma ética territorial que priorize a manutenção dos usos múltiplos do local pela população e visitantes. Essa perspectiva dialoga criticamente com o relato de Zé (2024), morador da região, que, embora reconheça a mineração como uma atividade necessária, ressalta a urgência de limites à atuação do setor:

A mineração, como todos falam, é um mal necessário. Mas, além de ser um mal necessário, eles tinham que ter mais respeito à natureza. Saber onde explorar, né? Não ir sair explorando todo lado, não, né? Tem lugar que não deve ser explorado nunca, ué (Zé, 2024).

A fala de Zé ilustra a tensão entre a racionalidade econômica e a preservação, reforçando a necessidade de mecanismos legais regulatórios, como proposto por Pereira (2024). A revogação de títulos minerários, defendida pelo autor, materializou-se em janeiro de 2025, quando a Agência Nacional de Mineração (ANM) cancelou 33 processos e títulos sobrepostos a Unidades de Conservação Integral na Serra da Moeda (MG), localizada também no Quadrilátero-Aquífero-Ferífero. A medida, justificada pela proteção de áreas sensíveis, como o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e o Monumento Natural da Serra da Moeda, evidencia a aplicação prática do argumento de que a função socioambiental do território deve prevalecer sobre interesses extrativistas. Entretanto, como alerta o Projeto Manuelzão (2025), a decisão representa uma vitória parcial:

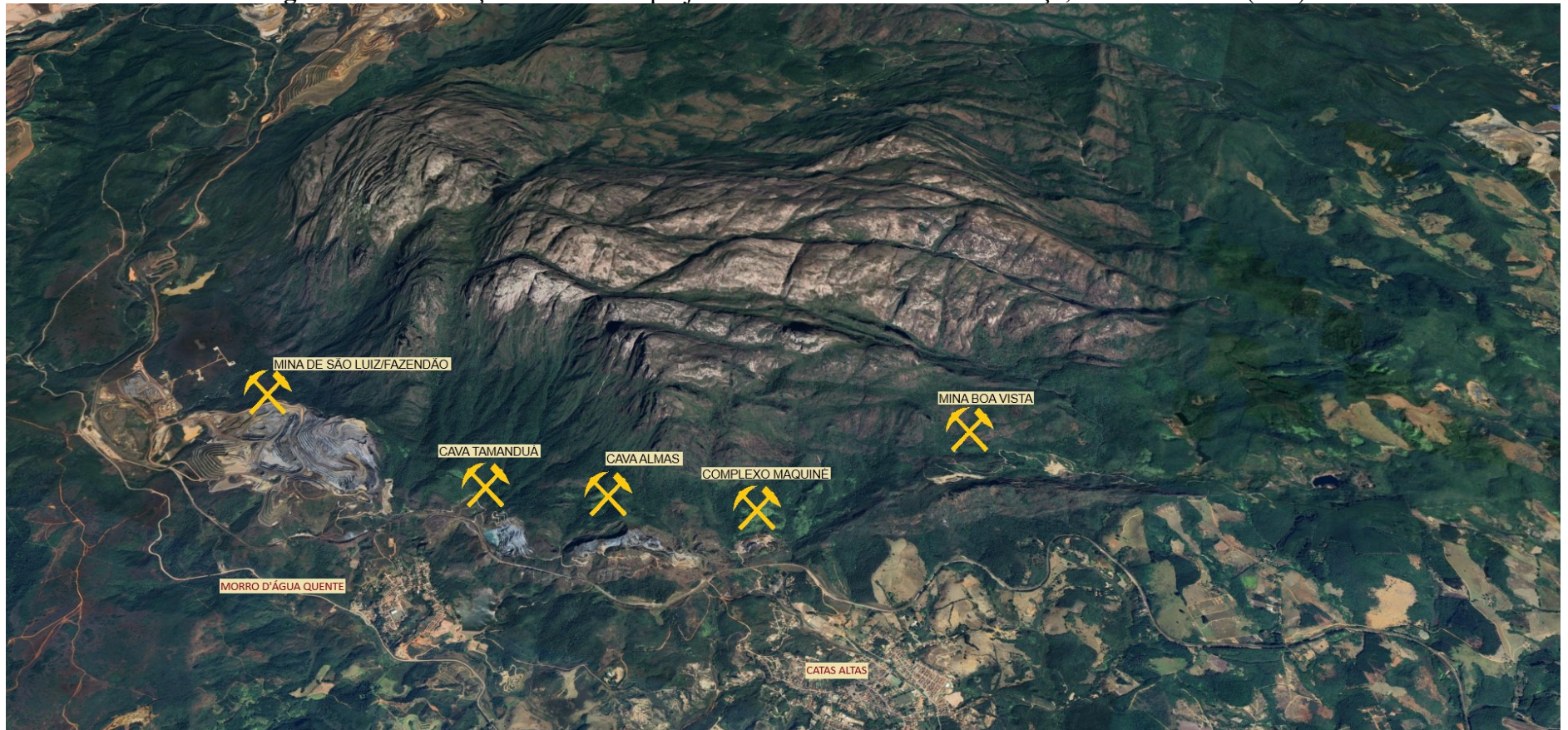
Embora as áreas protegidas estejam oficialmente livres de interferências minerárias, o impacto das atividades realizadas em regiões vizinhas continua a ser uma realidade

preocupante. A diminuição da vazão de nascentes e o desaparecimento de cursos d'água são reflexos diretos da pressão exercida pela mineração no Quadrilátero Ferrífero (Projeto Manuelzão, 2025).

O caso da Serra da Moeda evidencia as limitações estruturais na gestão de áreas naturais, sobretudo pela incapacidade de medidas isoladas, como a revogação local de títulos minerários, em mitigar efeitos cumulativos de atividades extrativas em escalas regionais. Essa dinâmica não apenas questiona a eficácia de políticas fragmentadas, mas também expõe a desconexão entre normas setoriais e a realidade socioambiental (Souza, 2024). Embora a revogação de licenças reforce a necessidade de critérios técnicos e a participação social na governança territorial, alinhando-se aos princípios da justiça ambiental, persistem lacunas críticas, como a subestimação de impactos transfronteiriços e a ausência de integração entre agendas econômicas e ecológicas. A análise de Zé (2024) e dos dados do Projeto Manuelzão (2025) corroboram que, mesmo em cenários de avanço regulatório, a pressão do setor mineral perpetua conflitos, reproduzindo a narrativa do “mal necessário”.

Essa tensão entre normatização e realidade operacional manifesta-se de forma emblemática na Serra do Caraça, onde a coexistência de minas ativas, projetos minerários e passivos ambientais reitera os desafios apontados anteriormente. Conforme ilustrado a seguir, na Figura 33, a localização das minas no sopé da serra, próximas aos núcleos urbanos de Catas Altas e Morro D'Água Quente, revela um padrão espacial onde o avanço das atividades extrativas isola progressivamente as áreas elevadas do maciço, intensificando a pressão sobre ecossistemas sensíveis e práticas de lazer da comunidade local. Dos três projetos analisados, dois mantêm operações ativas, sendo a Mina de Fazendão, da VALE S.A, e a Mina de Boa Vista, da Pedra Um Valemix. O terceiro, denominado de Complexo Santa-Maquiné, embora inativo, é inserido como exemplo emblemático dos impactos de longo prazo da mineração, uma vez que seus títulos ainda vigentes e os passivos ambientais, continuam a afetar a dinâmica socioambiental na Serra do Caraça. Essa dualidade, entre projetos ativos e paralisados com legados persistentes, reforça a urgência de mecanismos de avaliação integrada, que considerem não apenas o processo de licenciamento, mas os efeitos cumulativos da atividade mineradora no espaço e tempo.

Figura 33: Localização das minas e projetos minerários na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Elaboração da autora, a partir do GoogleEarth (2025)

Mina de Fazendão - VALE S.A

A Mina de Fazendão, maior empreendimento minerário do município, destacou-se nesta pesquisa como o projeto que concentra o maior número de impactos socioambientais identificados. Além disso, é o único entre os analisados que dispõe de Estudos de Impacto Ambiental robustos e atualizados, fundamentados em análises multicausais e multidisciplinares. Essas características não apenas conferem solidez metodológica às suas avaliações, mas também o tornaram o eixo central da discussão sobre as transformações observadas no espaço da Serra do Caraça, conforme abordado neste estudo. Vale ressaltar que a Mina de Fazendão foi igualmente o único empreendimento para o qual se encontraram registros documentais detalhados, abrangendo a sua história e a sua inserção territorial ao longo do tempo. Essa disponibilidade de fontes permitiu uma compreensão de sua trajetória e de seus efeitos cumulativos no território. Diante desse contexto, optou-se por dedicar uma breve apresentação a este projeto, a fim de embasar analiticamente as discussões propostas.

Localizada a cerca de 1 km do distrito de Morro D'Água Quente e a 6 km da sede municipal, a Mina de Fazendão integra o Complexo Minerário Mariana, sendo parte de um conjunto de minas, como Fábrica Nova, Timbopeba e Alegria, que contornam a leste e sul a Serra do Caraça, abrangendo os municípios de Catas Altas e Mariana. Esses empreendimentos possuem estrutura autônoma para exploração, tratamento, beneficiamento e escoamento de minério de ferro. A exploração desta mina iniciou-se em 1963, em três frentes: as cavas de São Luiz, Almas e Tamanduá, operadas inicialmente pela empresa Caraça Ferro e Aço S.A e, posteriormente, pela Mineração Socoimex Ltda. Em 1974, a VALE S.A, então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), assumiu as operações em parceria com a Socoimex, consolidando o controle total do empreendimento em 1991, quando paralisou as cavas de Almas e Tamanduá (Total Planejamento em Meio Ambiente LTDA/VALE S.A, 2014).

A licença ambiental vigente para esta mina permite as operações somente na Cava de São Luiz, com exploração de minério de ferro “constituído de hematita de alto teor e itabirito, e disposição de estéril”, com produção anual de ROM (*run-of-mine*; minério bruto) projetada de até 17 mtpa (milhões de toneladas por ano) (VALE S.A, p. 13, 2014). Esse material é transportado por meio de caminhões por estrada interna do empreendimento até a Mina de Alegria, onde é alocada em vagões, e transportada por trem, até o Porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo, por meio da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) (Total Planejamento em Meio Ambiente LTDA/VALE S.A, 2014). A área ocupada pela mina é de 1.687,14 hectares,

incluindo estruturas como cava, pilhas de estéril, barragens, diques de contenção, oficinas e edificações administrativas, conforme pode ser observado na Figura 34.

Figura 34: Visão geral da Mina de Fazendão, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: EIA/RIMA da Mina de Fazendão, Vale S.A (2020)

Desde 2002, a VALE S.A busca retomar as atividades nas cavas atualmente paralisadas, de Tamanduá e Almas. Em 2015, o projeto de ampliação previa elevar a produção para 25 mtpa, estendendo a vida útil da mina para até 27 anos. A proposta incluía a disposição de 132,8 milhões de toneladas de estéril nas cavas São Luiz e Almas, além da recuperação de minérios da pilha de estéril em Tamanduá, e a ampliação de estrada que liga a cava São Luiz às cavas Almas e Tamanduá. Contudo, após resistência da população e negativas dos órgãos ambientais, o plano foi revisado, sendo reavaliado pela mineradora e apresentado em 2020, quando foi novamente recusado pela população local. Cabe resgatar que a revogação da licença para

expansão do empreendimento só foi efetivada devido a mobilizações e pressão por parte da sociedade civil organizada.

O prognóstico exposto no RIMA da Mina de Fazendão (VALE S.A, 2014) destaca a tendência recrudescimento nas condições socioeconômicas da população devido à concentração de empregos e de renda gerados pela atividade mineradora no município. Também é destacado o papel da arrecadação do CFEM na economia local. Por outro lado, o documento reitera que, em termos ambientais, especialmente para a comunidade do Morro de Água Quente, o cenário futuro sem o empreendimento tende a apresentar menor insegurança hídrica, bem como melhora nas condições de saúde, uma vez que haverá diminuição da concentração de poeira e ruído advindos da atividade mineradora.

Conforme destacado no Parecer Interdisciplinar da Superintendência de Projetos Prioritários do Governo do estado de Minas Gerais (SUPPRI/SEMAD-MG) sobre o referido processo de licenciamento, há um claro potencial de diversificação econômica no território. Destaca ainda que podem ser fomentadas e valorizadas atividades de lazer, turismo e ecoturismo. O parecer também cita que as estruturas como pousadas, pequenos comércios, o Centro Histórico de Catas Altas, as Capelas como a de Santa Quitéria e a do Senhor do Bonfim, as grutas, as trilhas, as cachoeiras e as feiras gastronômicas e de artesanatos podem “abarcara a diversificação econômica no território” (SUPPRI/SEMAD-MG, 2020, p. 70).

4.2 Impactos da mineração e suas relações com o lazer na Serra do Caraça

A atividade mineradora na Serra do Caraça, ao intervir em um ecossistema de relevância natural e cultural, gera impactos multidimensionais que reverberam diretamente nas práticas de lazer na região. O levantamento dos impactos da mineração em relação com o lazer fora sistematizado, conforme apresentamos no Quadro 9, que se organiza em duas colunas principais: “Categoria de impacto” e “Ações da atividade mineradora”, estruturando-se para correlacionar os tipos de impactos gerados pela mineração com as atividades específicas que os originam. A primeira coluna divide-se em três eixos centrais: “Qualidade ambiental”, “Acesso à Serra do Caraça” e “Governança ambiental”, cada um deles desdobrado em ações concretas listadas na coluna “Ações da atividade mineradora”. Essa organização permite visualizar, de maneira sistemática, como as intervenções da mineração no espaço da Serra do Caraça se desdobram em consequências ambientais, sociais e políticas.

Quadro 9: Impactos da mineração e suas relações com o lazer na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)

Categoria de impacto	Ações da atividade mineradora
Qualidade ambiental	Remoção de solo, rocha e vegetação
	Distúrbio e perturbação da flora e fauna
	Alteração da qualidade do ar pela geração de emissões fugitivas causadas pelas detonações, movimentação de máquinas e veículos
	Alteração dos níveis de pressão sonora e geração de vibrações causadas pelas detonações, movimentação de máquinas e veículos
	Redução da disponibilidade hídrica
	Rebaixamento do lençol freático/aquífero
	Alteração da qualidade das águas subterrâneas e superficiais pela geração de resíduos sólidos, efluentes e pelo carreamento de sedimentos
	Abertura e alargamento de vias locais
Acesso à Serra do Caraça	Medidas de segurança para o acesso a áreas de propriedade das mineradoras
	Obras de monitoramento e manutenção de áreas mineradas, paralisadas e entorno
Governança ambiental	Alteração da dinâmica populacional, social e cultural local
	Investimentos em eventos culturais, programas e projetos educacionais
	Influência política

Fonte: Elaboração da autora (2025)

A categoria “Qualidade ambiental” abrange os impactos diretos ao ecossistema, detalhando desde a remoção de solo e vegetação até alterações na qualidade do ar, água e solo. As ações listadas incluem desde perturbações físicas, como vibrações e emissões sonoras, até efeitos cumulativos, como a contaminação de recursos hídricos e o rebaixamento do lençol freático. Esses elementos evidenciam como a mineração modifica a base natural da Serra, comprometendo não apenas a biodiversidade, mas também a interrelação entre os elementos naturais e as dinâmicas socioculturais locais.

Já a categoria “Acesso à Serra do Caraça” focaliza as transformações na infraestrutura e na gestão territorial. As ações descritas envolvem desde a abertura de vias e obras de manutenção até medidas de segurança restritivas, como cercamentos de espaços de lazer. Essa

seção revela como a presença mineradora redefine a relação entre o público e o privado, entre a comunidade e as empresas mineradoras.

Por fim, a categoria “Governança ambiental” aborda impactos estruturais, como investimentos em programas sociais, educação ambiental, influência política e alterações na dinâmica sociocultural local. As ações listadas destacam a complexidade da relação entre a mineração e a sociedade, mostrando como iniciativas corporativas, como projetos culturais, podem coexistir com estratégias de controle narrativo e dependência econômica, que influenciam a percepção pública sobre o setor mineral.

4.2.1 Qualidade ambiental

Como destaca Guimarães (2005), a qualidade ambiental é um conceito amplo, pois o meio ambiente pode ser analisado como “substrato e mediador de todas as formas de vida, permitindo o desenvolvimento dos processos vitais, das relações ecológicas, da evolução dos ecossistemas naturais e construídos” (Guimarães, 2005, p. 19). Assim, a qualidade ambiental integra a totalidade do conceito de meio ambiente, incluindo processos que garantem a plenitude das diferentes formas de vida. A autora ressalta que “sem qualidade ambiental, inútil afirmar que teremos acesso às várias dimensões da qualidade de vida” (2005, p. 20), mesmo em contextos geográficos, culturais ou econômicos distintos. Isso ocorre porque a degradação ambiental, como poluição, contaminação de recursos hídricos ou riscos à segurança, inviabiliza a qualidade de vida, mesmo que indivíduos ou grupos não percebam sua relação direta com esses problemas (Guimarães, 2005).

Embora seja possível existir qualidade ambiental sem padrões satisfatórios de qualidade de vida (devido a desigualdades sociais, falta de acesso a recursos, etc.), para Guimarães (2005) “a recíproca não é verdadeira”. Ou seja, mesmo que haja uma percepção de qualidade de vida individual ou coletiva, ambientes deteriorados tornam essa condição insustentável. A autora enfatiza que “não adianta insistir, pois não teremos qualidade de vida” em cenários de degradação, ainda que haja alienação ou falta de consciência sobre essas realidades (2005, p. 20). Guimarães (2005) alerta ainda que somos parte da natureza, e esta é uma condição inexorável, reforçando a responsabilidade humana na manutenção dos ecossistemas e na adoção de práticas de cooperação e preservação.

Remoção de solo, rocha e vegetação e distúrbio e perturbação da flora e fauna

A mineração desenvolvida na Serra do Caraça, realizada predominantemente por meio de minas a céu aberto, tem início com o desmatamento integral da área a ser explorada. Nesse processo, são removidos não apenas a cobertura vegetal, mas também o solo fértil e elementos naturais estruturantes, como formações rochosas e cursos d'água. Tais intervenções, que incluem a alteração irreversível da topografia local e a supressão de ecossistemas, reconfiguram a paisagem, substituindo-a por novas conformações. Além disso, as cavas de extração são acompanhadas por estruturas associadas a este modelo produtivo, como maquinários, barragens e pilhas de estéril.

As imagens registradas a partir da comunidade do Morro D'Água Quente (Figura 35) ilustram algumas dessas transformações impostas ao território, marcadas pela substituição de ambientes naturais por infraestruturas extrativas.

Figura 35: Vista de pilha de estéril e cava da Mina de São Luiz, na Serra do Caraça, Morro D'Água Quente, em Catas Altas (MG)



Fonte: Ana Luísa Queiroz (2016)

Conforme abordado anteriormente, o lazer na Serra estabelece interconexões sensíveis com o espaço, nas quais elementos como montanhas, rios e formações geológicas se tornam centrais à experiência humana. A contemplação de vales, horizontes amplos e texturas naturais não apenas enriquece a vivência na natureza, mas também estimula ambientes propícios à reflexão e ao bem-estar. Por outro lado, a atividade mineradora, ao modificar aspectos

topográficos e estéticos, constrói a paisagem a partir de novas sensibilidades e valores que podem impactar referências culturais e afetivas vinculadas à identidade local, evidenciando desafios na conciliação da atividade extrativa com as interrelações da comunidade local com a Serra. Esse conflito é evidenciado no relato de Figura (2024), cuja relação com a Serra do Caraça reflete um vínculo afetivo profundamente arraigado no imaginário individual desde a infância, configurando-se como alicerce identitário e motivador de ações de preservação:

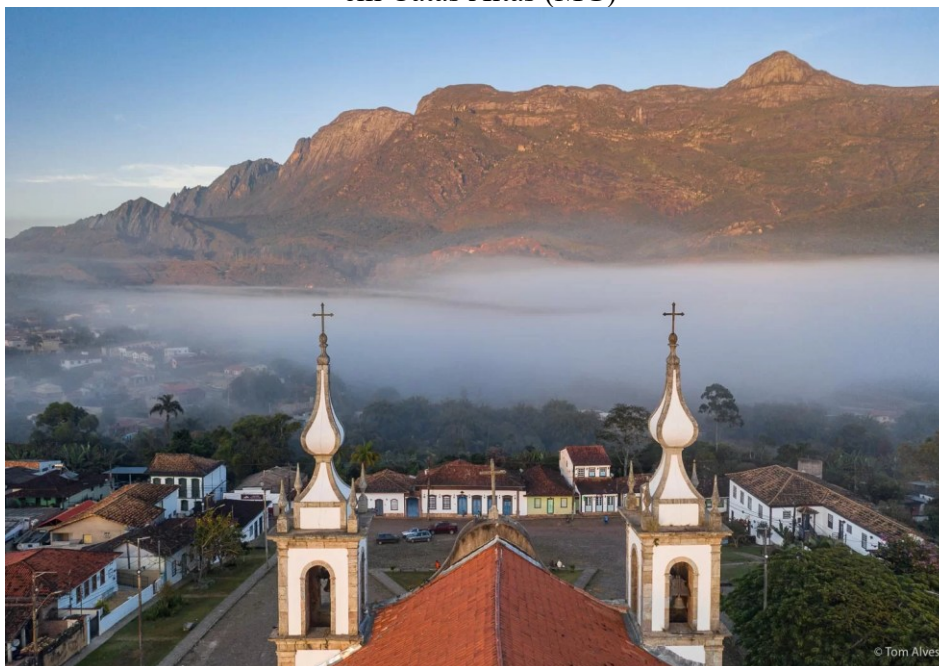
Eu, né, a minha influência com a Serra do Caraça, ela é desde criança mesmo, né, quando a primeira casa que eu morava, era lá na Santa Quitéria, então, eu nasci já de frente para a Serra. Eu acordava, bebê, criança, né, olhando para a montanha. Então, de alguma forma, né, essa imagem da Serra já faz parte do meu subconsciente, e de alguma forma, né, isso que por essa experiência, né, de vida me fez, né, a querer trabalhar para defender o espaço (Figura, 2024).

O depoimento destaca como a paisagem natural se entrelaça com histórias de vida individuais, tornando-se um componente essencial para o sentimento de pertencimento. Salgado (2017), ao investigar os sentidos do patrimônio em Catas Altas através da análise de relatórios técnicos de tombamento realizados pelo IEPHA/MG na cidade entre os anos de 1971 a 2015, de entrevistas com funcionários responsáveis pela elaboração de tais documentos e também de entrevistas com moradores e moradoras locais, corrobora com os apontamentos acerca da importância da Serra do Caraça a construção da paisagem local.

O traçado urbanístico é bastante característico e original, desenvolvendo-se claramente em função de dois elementos determinantes: A serra do caraça e a Igreja matriz. [...] Catas Altas expõe com rara excepcionalidade a integração de sua paisagem cultural e natural (Salgado, 2017, p. 11-12).

A Figura 36 apresenta essa composição por meio de uma fotografia e de um vídeo, gravado durante o trabalho de campo:

Figura 36: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com vista para a Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Foto: Tom Alves (2021); vídeo: Trabalho de campo (2024)

Salgado (2017) discute como a construção desta paisagem é intencional²¹, pois, ao mesmo tempo, se apresenta enquanto uma paisagem monumental, devido a grandiosidade da Igreja Matriz, e da imponência da Serra do Caraça, ou mesmo enquanto uma paisagem cênica, é também uma paisagem noema, a partir de uma perspectiva fenomenológica, uma vez que a paisagem está em diálogo com a cultura e pode ser considerada patrimônio cultural, e assim

²¹ “A Matriz de Nossa Senhora da Conceição evidencia-se no perfil urbano da localidade como elemento definidor, pela especial implantação, cujo adro em declive constitui-se no maior espaço público da localidade. Entorno desta praça quadrangular se alinham as edificações residenciais e comerciais, cuja pequena volumetria é acentuada pela grandiosidade da serra e da Igreja. Entretanto, se essa pode parecer superdimensionada em relação ao casario, não será se relacionada com o contexto natural. Seu ponto de equilíbrio não é o povoado, mas a paisagem onde a serra é predominante, o que vem demonstrar uma efetiva intenção compositiva. Aí reside a harmonia, a singularidade desse povoado que, diferentemente da maioria dos centros mineradores do século XVIII, onde não existia esta preocupação, ou seja, a criação de um espaço urbano harmonizado à topografia acidentada da região, gerando, portanto, uma imagem ordenada, proporcional” (Salgado, 2017, p. 220-221).

sendo considerada, também deve ser discutida no âmbito da preservação (Salgado, 2017, p. 158-160).

A impressão que se tem é que diante desta paisagem, a Matriz implantada com sua fachada principal direcionada para a Serra do Caraça, tenta, no nível mais alto do largo onde está situada, se impor diante do imenso paredão a sua frente. Para tanto, suas dimensões e forma de implantação atestam esta percepção, ao passo que o elemento construído pelo homem dialoga em constante harmonia com os elementos da natureza, neste caso, a Serra do Caraça, sua vegetação e cachoeiras. [...] Se o maciço da Serra esmaga o aglomerado urbano, a igreja, com sua monumentalidade, a este se contrapõe e cria o equilíbrio cultural, elevando a cidade à majestuosidade da natureza (IEPHA/MG, 1989c, p. 11 *apud* Salgado, 2017, p. 195).

A autora destaca a necessidade de preservação não só dos bens patrimoniais inventariados, como as igrejas, capelas e casarios barrocos, mas também de sua paisagem natural, pelo claro entendimento de que este se faz presente enquanto um elemento cultural. Também reflete sobre como, apesar de a Serra aparecer como importante elemento paisagístico, histórico e cultural, esta não é objeto de ações institucionalizadas, por parte do poder público, que visam a proteção e preservação, demonstrando a necessidade de revisão e atualização do processo de tombamento patrimonial e histórico da cidade (Salgado, 2017, p. 221-228). Algumas entrevistas realizadas pela autora com técnicos do IEPHA/MG reforçam essa argumentação constatação.

Percebe-se que havia uma preocupação com a fruição da paisagem construída e, apesar de também considerar a Serra como intrinsecamente ligada a essa paisagem urbana, o limite do perímetro de tombamento não abrange esse elemento natural. Caberia talvez uma revisão nesse sentido, de conferir uma atualização conceitual ao processo original para garantir a proteção hoje daquilo que já se sabia importante naquela época. A Serra e o casario e suas Igrejas são elementos indissociáveis quando se pensa em Catas Altas. A proteção deste patrimônio através do instrumento paisagem cultural pode ser uma forma de reforçar o tombamento do núcleo histórico e impedir uma descaracterização dessa paisagem natural que ajudou a criar a identidade desse lugar (Técnico 09, 2016, Apêndice C *apud* Salgado, 2017, p. 226).

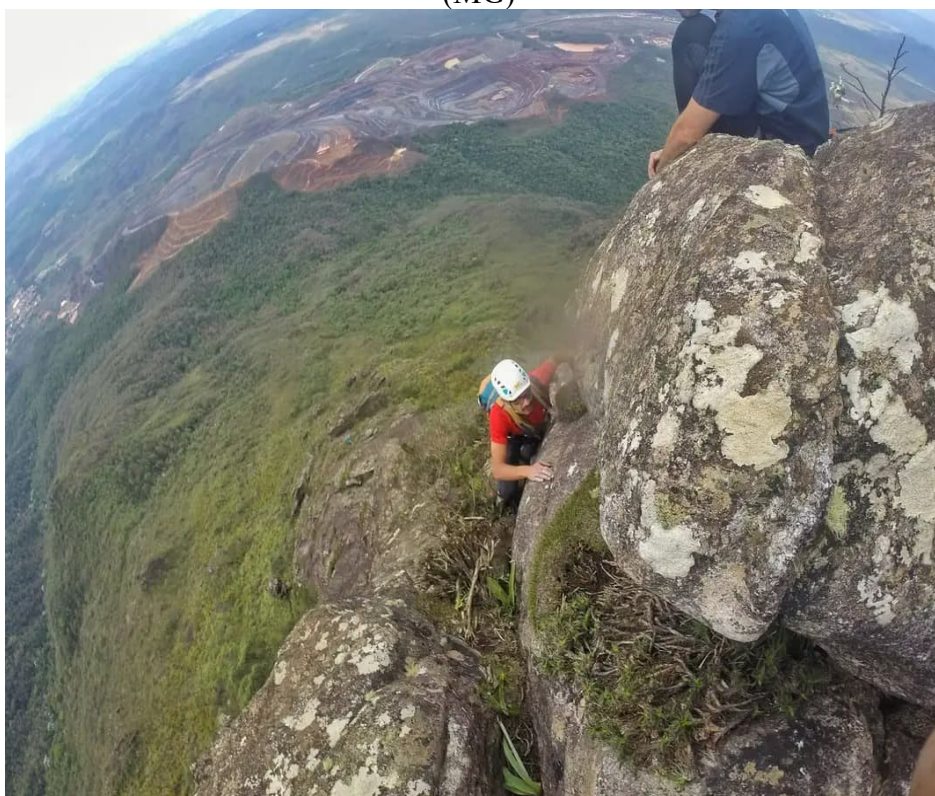
Existe ainda uma ênfase na necessidade de manutenção da “paisagem natural” representada pela Serra do Caraça e sua relação com o ambiente construído. Em Catas Altas este conceito é da maior importância. Não dá para imaginar o conjunto urbano tombado sem sua paisagem circundante, moldura necessária para seu entendimento e fruição (no caso a espetacular Serra do Caraça) (Técnico 11, 2016, Apêndice C *apud* Salgado, 2017, p. 228).

Essa compreensão e interpretação dialética acerca da paisagem em Catas Altas, tendo a Serra do Caraça um espaço de centralidade, que constrói, a partir da experiência sensível, valores e significados, indica, conforme sugere a reflexão de Guimarães (2002), “que o espaço é transmutado em lugar, marcado através de uma identidade especial, com um nome próprio e

substrato das experiências de continuidade e descontinuidade da história de vida dos seres humanos e dos referenciais de suas sociedade” (Guimarães, 2002, p. 125).

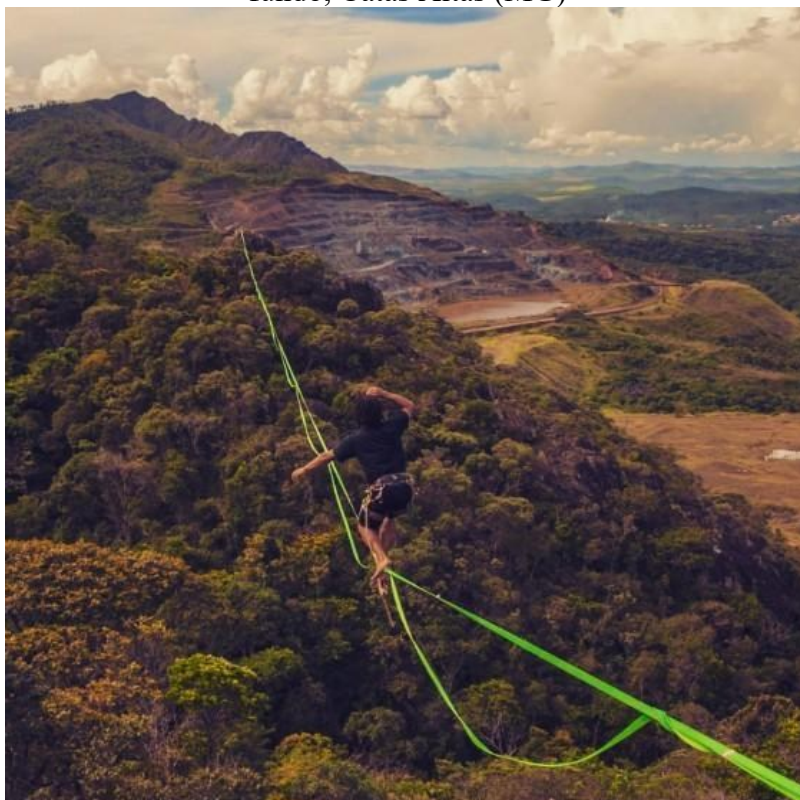
Quando cavas de mineração, com seus cortes geométricos, solo revolvido e maquinários pesados, irrompem no horizonte, conforme observado nas Figuras 37 e 38, ressignificam a relação corporal com o espaço. Enquanto a natureza oferece uma experiência marcada pela imprevisibilidade e adaptação contínua, as escavações impõem uma lógica de previsibilidade e controle, substituindo a complexidade orgânica por padrões lineares. A paisagem, assim transformada, torna-se menos convidativa à contemplação, pois se converte em testemunho de intervenções disruptivas, que limitam as possibilidades de interação sensível associadas aos ambientes de montanha.

Figura 37: Escalador local na Serra do Caraça, com Mina de São Luiz ao fundo, Catas Altas (MG)



Fonte: Rander Júnior (2023)

Figura 38: Morador local praticando *highline* na Serra do Caraça, com cava de mineração ao fundo, Catas Altas (MG)



Fonte: Rafaél A. Lourenço (Teco)

As transformações intensas no solo, nas rochas e na vegetação afetam todo o ecossistema local, alterando o microclima, o meio biótico (fauna e flora) e o ciclo hidrológico. Conforme destacado anteriormente, a Serra do Caraça, caracterizada por uma vegetação de transição entre os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado, abriga trechos críticos de campos rupestres e de altitude. A mineração, ao fragmentar esses ambientes, resulta na “redução da variabilidade genética e da diversidade de forma geral” (CVRD, 2006, p. 187-188), comprometendo processos ecológicos de diversas espécies endêmicas.

Cabe lembrar que, em Minas Gerais, a mineração é a principal atividade responsável pelo desmatamento de florestas nativas, especialmente, dos campos rupestres e de altitude (Martinelli, 2007). Nas áreas próximas à exploração mineral ou destinadas à expansão minerária, registra-se a presença de espécies com “importância biológica extremamente alta para a conservação da biodiversidade” (Vale S.A, 2014, p. 71), muitas delas classificadas na Lista Vermelha por risco de extinção. Os próprios relatórios de impacto ambiental analisados reconhecem que a supressão desses ambientes é frequentemente irreversível, como enfatiza o trecho a seguir:

As formações de campos rupestres que se desenvolvem sobre formações ferríferas estão particularmente fragilizadas no Estado de Minas Gerais, principalmente aquelas situadas no Quadrilátero Ferrífero, em função das pressões sofridas pela exploração do subsolo. Nas áreas afetadas pela ampliação da cava da mina de São Luiz onde haverá a remoção do substrato, no geral formado por canga, no qual se desenvolvem os campos rupestres na ADA, o impacto sobre a vegetação nativa provavelmente será irreversível, uma vez que mesmo se realizando trabalhos de reabilitação o campo rupestre original dificilmente se restabelecerá nestes locais. Desta forma, a supressão do campo rupestre na maioria dos locais afetados pelo empreendimento será permanente e considerado de alta magnitude devido à grande dimensão da área a ser suprimida, além da ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, como *Lychnophora ericoides* (arnica), *Nematanthus strigillosus*, *Cinnamomum quadrangulum* (canelinha) e *Koanophyllum adamantinum*, e presumivelmente ameaçadas, como *Eremanthus erythropappus* (candeia), *Eremanthus glomerulatus* (candeião), *Ocotea tristis* (canelinha), *Dasyphyllum sprengelianum*, *Pseudobrickellia angustissima* e *Symphypappus compressus*. O próprio desconhecimento da biologia da maioria das espécies de campo rupestre torna difícil mensurar o impacto real sobre elas (CVRD, 2006, p. 189).

Essas alterações não só apagam símbolos associados à contemplação e à beleza dessa montanha, mas também impactam a dinâmica sociocultural das comunidades locais. Um dos exemplos refere-se ao uso tradicional de plantas nativas, utilizadas para enfeitar casas e igrejas, em celebrações religiosas e culturais, infusões medicinais e ritos associados à saúde. Essa dinâmica é ilustrada no relato de um encontro registrado em diário de campo:

Quando desci da Cachoeira dos Crentes em direção à saída do Balneário, encontrei uma senhora que colhia folhas de Carqueja. Me aproximei puxando assunto, dizendo que as folhas estavam verdinhas, e perguntando a ela qual era aquela planta, mesmo já sabendo. Ela disse que era Carqueja, e eu logo perguntei para que a planta servia. Ela me informou que costuma usar para fazer chá para o seu marido, que tem pressão alta, mas, naquele dia, ela estava buscando umas folhas maiores para fazer um arranjo, porque uma conhecida dela disse ser bom para espantar mosquitos, porque, segundo ela, eles “tão demais nesse calor”. Fomos descendo a trilha e conversando. Ela perguntou se eu tava vindo da Cachoeira, eu disse que sim, e falei que lá tava sem água. Ela ficou em silêncio com a minha resposta. Nesse momento pensei em entrar na Trilha que leva a cachoeira da Mina porque fiquei constrangida com o silêncio, e pensando que talvez ela não quisesse companhia, ou quisesse coletar outras plantas sem ninguém por perto. Mas, quando nos aproximamos da ponte, ela fez uma parada, olhou pra parte mais alta da trilha onde havíamos acabado de passar, e me disse que tem dias que ela ia ao Balneário só para ver como tava tudo florido por lá. Me disse que costumava ficar tudo amarelinho, mas que tem um tempo que as plantas não tão florescendo. Nesse momento fui eu quem fiquei em silêncio. Me recordei imediatamente de um dia que estava neste mesmo lugar, e ele estava repleto de flores amarelas, eu fiquei encantada, e tirei muitas fotos dessas flores. Me lembro agora que elas tinham um cheiro doce... Ela continuou andando, e disse “é a ganância do homem que é demais!”. Decidi seguir o meu plano de entrar em outra trilha, e me despedi dela, refletindo sobre o porquê ela me disse isso (Diário de campo, 2024).

O diálogo revela como a degradação ambiental extrapola a esfera ecológica: a escassez de flores e a crítica à “ganância do ser humano” ressoou como um alerta sobre a degradação ambiental. Enquanto as ações antrópicas sobre os elementos da natureza avançam, dissolve-se não apenas a vegetação, mas também os laços que unem pessoas e vegetação. Apresento na

Figura 39 as fotos das flores amarelas que vieram à minha memória durante essa observação de campo, imaginado se são as mesmas flores amarelas da memória de minha interlocutora.

Figura 39: Flores amarelas no Parque Balneário do Morro D'Água Quente, Catas Altas (MG)



Fonte: Acervo pessoal (2019)

Os impactos estendem-se ainda ao patrimônio espeleológico e arqueológico. As cavidades naturais subterrâneas da Serra do Caraça, além de atrativos para o lazer, são também parte da história local por serem utilizadas no período colonial para a extração de ouro. Durante o campo, foi possível dialogar com moradores do Morro D'Água Quente, que planejam reativar galerias subterrâneas para visitação turística e educativa, buscando conciliar preservação histórica e desenvolvimento comunitário. Essa iniciativa assemelha-se a projetos bem-sucedidos, como os implantados na cidade de Ouro Preto (MG), onde antigas minas coloniais foram transformadas em espaços de relevância cultural, turística e social (Faria *et al.*, 2017).

Outros patrimônios históricos presentes na Serra do Caraça são os sistemas minerários remanescentes da exploração colonial. Esses sistemas e estruturas dividem-se em duas modalidades principais: a mineração de cascalho, realizada em depósitos aluvionares (como leitos de rios), e a mineração de morro, executada em veios e filões de rocha (Ribeiro, 2018). De acordo com Ribeiro (2018), a segunda modalidade, mais complexa, envolvia técnicas como o desmonte hidráulico, que exigia infraestrutura adaptada ao relevo acidentado, sendo esta a

prática predominante na Serra do Caraça. O avanço da atividade mineradora moderna, agrava os danos a estes locais: segundo o levantamento realizado pela mineradora VALE S.A, no ano de 2006, apenas no Morro D'Água Quente, cinco desses sistemas históricos já haviam sido impactados, conforme trecho abaixo alerta:

Todas estas ruínas, sofrerão interferência do empreendimento, uma vez que estão situadas dentro dos locais de intervenção pela lavra ou muito próximas, o que as torna ainda mais vulneráveis a soterramentos, desmontes e perturbações por trepidação. Em caso extremo poderá se chegar à destruição completa destas estruturas. Observa-se que, atualmente, as ruínas do entorno da área norte da mina de São Luiz encontram-se muito próximas à estrada de ligação existente entre as minas de São Luiz a Tamandá, que apresenta movimento intenso de veículos pesados. Existe, também, a ameaça constante de soterramento pela proximidade com a cava da mina de São Luiz, hoje em operação. Por se tratar de sítios históricos de relevância regional, uma possível interferência em tais ruínas será irreversível, causando impactos de alta magnitude sobre este patrimônio arqueológico (CVRD, 2006, p. 192).

Atualmente, o único sistema minerário deste tipo demarcado, conservado e aberto à visitação é o Curral dos Cabritos, localizado no Parque Municipal do Balneário do Morro D'Água Quente. Conforme o Decreto de Tombamento n.º 267/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), trata-se de construções em pedra seca com dimensões de 23 metros de largura, 11,4 metros de comprimento e altura entre 1,5 e 2,4 metros, com paredes de 3 metros de espessura (IEPHA, 2002). O local é valorizado não apenas por sua relevância histórica, conforme reconhece o estudo de impacto, quando menciona que é “provavelmente o único exemplar existente em Minas Gerais nestas condições de conservação” (CVRD, 2006, p. 192), mas pelo apreço da comunidade. Cabe destacar que o próprio estudo de impacto reconhece, a partir da análise de vestígios arqueológicos, que o Curral dos Cabritos pode fazer parte de um sistema maior e mais complexo, sendo parte de um mosaico de estruturas minerárias. Entretanto, as estruturas já se encontram parcialmente soterradas e destruídas pela atividade mineradora e pela implantação da linha férrea.

Já nas imediações do Morro de Boa Vista, o Sistema Minerário Boa Vista foi catalogado por meio do “Dossiê de tombamento do Sistema Minerário Boa Vista em Catas Altas-MG” (2018), do morador local e técnico em conservação e restauro, Ítalo Ribeiro, entretanto, demonstrada na Figura 40, ainda se encontra sem proteção legal, não sendo considerado oficialmente como sítio histórico. O autor destaca a necessidade de seu tombamento e da elaboração de medidas de proteção e educação patrimonial, tendo em vista a relevância para a histórica da mineração setecentista em Minas Gerais, e a proximidade do sítio histórico com a lavra de minério de ferro da Mina de Boa Vista, explorada pela mineradora Pedreira Um Valemix.

Figura 40: Fragmentos do Sistema Minerário Boa Vista, na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Ítalo Ribeiro (2018)

Alteração da qualidade do ar pela geração de emissões fugitivas e dos níveis de pressão sonora e geração de vibrações causadas pelas detonações, movimentação de máquinas e veículos

A extração de minerais na Serra desencadeia a liberação de materiais particulados na atmosfera, comprometendo a qualidade do ar. Essa poluição está associada a múltiplos fatores inerentes à atividade mineradora: as explosões para desmonte de rochas, conforme registro feitos por um morador local (Figura 41); a geração de estéril e rejeitos; a recuperação de finos; e o intenso tráfego de veículos pesados e maquinários (VALE, 2020). Agrega-se a isso o uso predominante de equipamentos movidos a combustíveis fósseis, como diesel e gasolina, que emitem Gases de Efeito Estufa (GEE), como CO₂, CO e SO₂, o que associa ainda mais a prática extrativista intensiva a piora da qualidade do ar e à alteração do microclima local.

Figura 41: Explosões na mina de São Luiz, na Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Rafaél A. Lourenço (Teco) (2024)

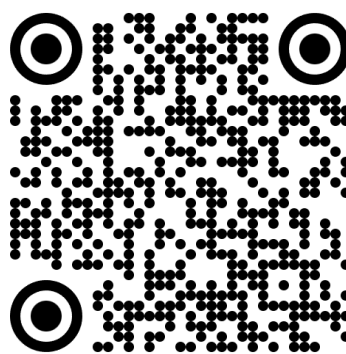
Conforme destacado no parecer da SUPPRI/SEMAD-MG (2020), moradoras do distrito de Morro D'Água Quente denunciam o acúmulo de pó mineral em residências e o aumento de doenças respiratórias na população. O documento recomenda que a VALE S.A. implante uma cortina arbórea entre a cava da Mina de Fazendão e o distrito para mitigar o problema. Entretanto, durante o meu período em campo, pude constatar que essa medida compensatória não foi implementada. A empresa, por sua vez, recorre a aspersores e caminhões-pipa para

controle da poeira, medidas paliativas que consomem grande volume hídrico e não oferecem solução estrutural.

Apesar da A Vale S.A., por exemplo, afirmar que os parâmetros resultantes dos monitoramentos desses impactos encontram-se em conformidade com os parâmetros legais de pressão sonora e vibração (Vale S.A, 2020), essa perspectiva técnica contrasta com os relatos das pessoas moradoras locais, que mencionam incômodos constantes, inclusive durante momentos de lazer. Tal dissonância revela um conflito entre discursos institucionais e vivências cotidianas, reforçando a noção de que os critérios legais podem ser insuficientes para proteger o bem-estar das comunidades.

Cabe destacar ainda que episódios de “nuvens de poeira”, fenômeno causado por ventos intensos que dispersam partículas produzidas nas áreas de mineração, são recorrentes e têm ganhado visibilidade. Um exemplo emblemático ocorreu em outubro de 2023, quando resíduos da Mina de São Luiz, carregados por rajadas de vento, cobriram rapidamente o distrito de Morro D’Água e atingiram a área urbana da sede municipal, em Catas Altas, situada a 6 km de distância. O evento, amplamente divulgado na mídia (Ferreira, 2023; Barbosa, 2023; Camilo, 2023), ilustra a magnitude do risco ambiental e a urgência de medidas mais efetivas para proteção das populações afetadas, conforme demonstra a Figura 42.

Figura 42: *QR Code* para vídeo com reportagem do Jornal MG TV sobre “nuvem de poeira” em Catas Altas (MG)



Fonte: Jornal MG TV (2023)

A poluição atmosférica em decorrência da mineração não é um caso isolado de Catas Altas. Situações semelhantes foram documentadas em estudos sobre outros municípios mineiros que abrigam projetos de mineração extensiva. Por exemplo, Santi, Suzuki e Oliveira (2000) analisaram os índices de qualidade do ar na cidade de Itabira, identificando violações recorrentes aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 3/1990 (Brasil, 1990) devido à emissão de materiais particulados pelas frentes de extração da Vale S.A. De modo

semelhante, Milanez (2011) discute os impactos socioambientais da poluição atmosférica na cidade de Congonhas (MG) associados às atividades da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Além de danos à saúde da população, o autor atestou prejuízos aos serviços de limpeza urbana e ao patrimônio histórico local, evidenciando a amplitude dos impactos da mineração.

Em contexto ainda mais crítico, Saraiva *et al.* (2024) analisaram os impactos da exposição à poeira de mineração na saúde respiratória de crianças em Brumadinho, uma das cidades afetadas pelo rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão, da Vale S.A., em 2019. Ao comparar comunidades expostas e não expostas, os resultados revelaram que crianças sob influência da poeira apresentaram três vezes mais chances de desenvolver alergias respiratórias, além de maior incidência de pneumonia, bronquite e rinite (Saraiva *et al.*, 2024). As autoras ainda pontuam que, mesmo após dois anos e meio do desastre, a exposição a partículas tóxicas persistia, agravada pelas atividades de reparação ambiental e pelo aumento do tráfego de veículos na localidade. O estudo ainda destacou que a necessidade frequente de limpeza doméstica nas áreas afetadas potencializava a dispersão de poeira, retroalimentando o ciclo de contaminação de forma ainda mais próxima das pessoas, uma vez que são dispersadas nas próprias residências (Saraiva *et al.*, 2024).

Além dos impactos diretos na saúde, pesquisas correlacionam a atividade mineradora ao desenvolvimento de doenças respiratórias crônicas. Conforme demonstrado por Lima (2009), a exposição prolongada a poeiras minerais está associada a casos de pneumonia, silicose e doenças pulmonares obstrutivas crônicas (DPOC), muitas vezes agravadas por comorbidades como tuberculose (Lima, 2009). O estudo destacou, ainda, uma subnotificação significativa desses agravos, decorrente da falta de laudos radiológicos detalhados e da precariedade nos registros ocupacionais Lima (2009). Nessa mesma linha, Carneiro, Campos, Gomes e Assunção (2002) identificaram uma relação direta entre tempo de exposição de trabalhadores da mineração e a gravidade das doenças, apontando que trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, com menor acesso a equipamentos de proteção são as mais afetadas. Outro achado relevante foi a associação entre tabagismo, baixa escolaridade e intensificação dos riscos, evidenciando como desigualdades socioeconômicas ampliam a exposição a ambientes degradados Lima (2009).

A relação entre exposição à poluição do ar e os efeitos na função respiratória de pessoas que praticam atividades físicas vem sendo investigada por diversos estudos, os quais revelam um paradoxo: embora o exercício promova benefícios à saúde, a qualidade do ambiente pode comprometê-los, gerando uma tensão entre saúde e degradação ambiental. Conforme demonstram Castro, Silva e Araújo (2013), Araújo, Gomes, Corrêa e Carmo (2017) e Gonzalez

e Kumschlies (2021), a inalação de poluentes como material particulado fino, ozônio (O₃), monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO_x) e compostos BTEX (benzeno, tolueno, etilbenzeno e xilenos) durante atividades aeróbicas intensas amplia a penetração desses agentes nas vias aéreas e na corrente sanguínea. Isso ocorre porque o aumento da ventilação pulmonar durante o exercício eleva a dose inalada de poluentes, especialmente em regiões com altos índices de contaminação. Como consequência, desencadeiam-se processos inflamatórios nas mucosas, estresse oxidativo e danos celulares, comprometendo a função pulmonar e vascular, o que pode reduzir ou até anular os benefícios cardiovasculares de atividades físicas (Castro, Silva e Araújo, 2013; Araújo, Gomes, Corrêa e Carmo, 2017; Gonzalez e Kumschlies, 2021).

Os estudos acima citados destacam que, além dos efeitos agudos, como broncoconstrição, irritação das vias respiratórias e fadiga precoce, a exposição crônica a ambientes poluídos eleva o risco de doenças respiratórias e cardiovasculares em grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças, idosos e pessoas com condições crônicas (asma, cardiopatias ou diabetes). Destacam ainda que partículas finas podem causar danos sistêmicos, incluindo câncer de pulmão, devido à capacidade de transportar compostos tóxicos e penetrar profundamente nos alvéolos (Castro, Silva e Araújo, 2013; Araújo, Gomes, Corrêa e Carmo, 2017; Gonzalez e Kumschlies, 2021).

Diante dessas evidências, os estudos analisados recomendam a implementação de políticas públicas que priorizem a criação de áreas verdes com qualidade ambiental, o monitoramento rigoroso da poluição do ar e a divulgação transparente desses dados à população. Nesse sentido, refletimos sobre a urgência de pesquisas com este enfoque no contexto desta pesquisa, já que a maioria das análises sobre saúde, exercício físico e poluição concentram-se em centros urbanos, deixando uma lacuna sobre regiões com menor urbanização.

Aumento no trânsito local, abertura e alargamento de vias locais

O aumento no trânsito local, a abertura e o alargamento de vias locais também geram aumento de partículas no ar e geração de ruído e vibrações, expondo, mais uma vez, o caráter cumulativo dos impactos da atividade mineradora. Os estudos de impacto ambiental afirmam o aumento no trânsito de caminhões nas vias internas e externas aos empreendimentos, sendo notável o aumento de tráfego nas vias de uso comuns utilizadas pela população local. A necessidade de transportes da equipe de trabalho, residentes majoritariamente, em cidades

próximas ao empreendimento, como Mariana e Santa Bárbara, se verifica com a presença constante de ônibus em diferentes turnos. Também se destaca o fluxo de caminhões pesados devido à necessidade de carga de insumos, equipamentos e materiais utilizados recorrentemente na mineração.

Os relatos das pessoas participantes das entrevistas descrevem o fluxo local como “monstruoso” e “perigoso”, sendo causa de acidentes, atropelamentos de animais domésticos, e contaminação da água e solo em decorrência do derramamento de óleo. Tal impacto é intensificado quando as mineradoras executam alguma obra de manutenção ou expansão das áreas mineradas. Existe ainda uma apropriação das estradas locais também para o escoamento da cadeia de produção que interliga os sistemas de mineração e de silvicultura. Em relação à silvicultura, cabe ressaltar esta atividade ocupa uma área de cerca de 17% do solo do território, “com o aumento de 453,32% em 30 anos, passando de 744,16 hectares em 1985 para 4117,60 hectares em 2020” (IGTECH, 2023, p. 50). Esta atividade consiste em substituição de extensas áreas de vegetação nativa ou de áreas destinadas a outros usos, como pastagem, pela monocultura de eucaliptos. No território, a empresa mais representativa deste setor é a Celulose Nipo-Brasileira S.A (CENIBRA) (Souza, 2010).

O trânsito de veículos devido a essas atividades é tão intenso nas vias locais que a comunidade local já utilizou a estratégia de barramento e paralisação do trânsito local na rodovia MG-129 para chamar a atenção das empresas mineradoras. Essa estratégia é utilizada principalmente pela comunidade do Morro D’Água Quente quando desejam “visibilizar o descaso com o meio ambiente, a pouca oferta de empregos e a inconsistência do programa de *trainees*” (Queiroz, 2016, p. 40.). Entretanto, tal movimento contestatório enfrenta retaliações por parte da empresa e também do poder público local, com ameaças de demissões e também assédio por parte da Polícia Militar que atua na localidade (Queiroz, 2016).

Além disso, foi relatado que veículos do tipo caminhões-pipa, que fazem o controle de poeira nas ruas e estradas locais, são recarregados em locais utilizados pela população durante práticas de lazer, como bicas e margens de rios, conforme o relato de Gips (2024) explica:

Tipo o Bicão. O Bicão também é um lugar tradicional da cidade. Por mais que não seja um uma cachoeira natural, mas a água vem de uma fonte natural, ali é muito tradicional as famílias pararem ali, dão uma molhada, depois uma corrida, depois um pedal, ou ir lá só pra isso mesmo, pra molhar lá. E aí hoje você vai lá, ficam os três caminhões, cada um cinquenta, uma hora enchendo o caminhão pra jogar pra abaixar poeira, que aí eles mesmo fizeram, tá ligado? Aí eu fico muito puto com isso! Já subi em cima do caminhão deles, e fiquei nadando ali em cima do caminhão deles, de raiva. Pô, não faz sentido. Tipo, você poderia até usar durante a semana ali, mas tá rolando uma Festa do Vinho na cidade, aí você vai deixar o caminhão ficar lá enchendo a parada há duas horas, sendo que tem uma fila de gente querendo nadar, fraga? Nó! (Gips, 2024)

Outra questão crítica é o fluxo logístico ferroviário. A Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), que corta a Serra do Caraça em Catas Altas, não se limita ao transporte de minérios: para acessar diversos locais de lazer se faz preciso cruzar a ferrovia, potencializando riscos de acidentes. A circulação constante de trens gera materiais particulados, ruídos intensos e vibrações no solo, impactos que pude experienciar durante o trabalho de campo, quando percorri durante vários dias trechos da ferrovia e áreas adjacentes. Para documentar a situação, registrei em fotos e vídeo momentos dessa dinâmica, como ilustra a Figura 43.

Figura 43: Trem da VALE S.A na Serra do Caraça, em Catas Altas (MG)



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Redução da disponibilidade hídrica, rebaixamento do lençol freático/aquífero, alteração da qualidade das águas subterrâneas e superficiais pela geração de resíduos sólidos, efluentes e pelo carregamento de sedimentos

Conforme destacam Capanema (2013) e Tedeschi (2011) em estudos sobre a mineração em Minas Gerais, os recursos hídricos são elementos fundamentais para o funcionamento da extração mineral. A disponibilidade de água nas localidades mineradas influencia as técnicas de extração e seu desenvolvimento, determinando maior ou menor facilidade, qualidade e quantidade na produção. Em complemento, Rezende (2013) ressalta que, já na década de 1730, conflitos pelo uso da água em atividades mineradoras nos morros de Catas Altas levaram à publicação de decretos regulamentando sua distribuição nesse território²². Esse histórico de disputas e regulamentações evidencia como a gestão hídrica sempre esteve no cerne da atividade mineradora na região.

Essa relação entre água e mineração materializa-se em patrimônios históricos, como o emblemático aqueduto Bicamente de Pedras, construído em 1792 com blocos de quartzito. Originalmente com 18 km de extensão, a estrutura captava água do córrego Quebra-Ossos e de nascentes da serra para abastecer lavras auríferas e fazendas locais (Cavalcanti e Silva, 2023). Atualmente, restam apenas cerca de 200 metros da construção, parcialmente preservados, que servem como testemunho material das técnicas de engenharia e dos fluxos hídricos que sustentaram a extração colonial. Apresentado na Figura 44, o local tornou-se um ponto de lazer para a população local e para pessoas visitantes, integrando passado e presente em sua relevância sociocultural.

²² “Tratamos, ainda, das desordens ocorridas em Catas Altas. Primeiramente, no ano de 1718, aconteceu um conflito em torno de um serviço de água, envolvendo homens poderosos, mineradores detentores de grande contingente de capital e escravos. E nas décadas seguintes continuaram acontecendo, naquela povoação, desordens nos mesmos moldes dessa primeira, por causa do uso da água para minerar, provocando o embate entre poderosos mineradores locais. Foram, inclusive e como resultado desses embates, publicados, nos anos de 1722 e 1734, dois bandos pretendendo regular o modo como devia se dar a divisão das águas e terras minerais nos morros daquela localidade. E o povo, interessado em que esses morros fossem deixados para a “cata livre de todos”, também esteve envolvido nessas desordens” (Rezende, 2013, p. 28).

Figura 44: Bicame de Pedras, localizado no povoado de Quebra-Ossos, em Catas Altas (MG)



Fonte: Acervo pessoal (2019)

A fonte das águas mobilizadas pelos projetos extrativistas pode ser tanto superficial, ou seja, aquela água encontrada ao nível do solo, ou subterrânea, encontrada nas camadas de solo e rocha (Karmann, 2000). Sendo a mineração na Serra do Caraça, conforme observado, praticada por meio de cavas a céu aberto, com profundidades significativas, influenciam no comportamento das águas superficiais e subterrâneas, uma vez que afloram pelo solo, em meio as estruturas necessárias para a planta industrial, e, principalmente, em meio às escavações. De forma que, grande parte dos projetos de engenharia necessários ao funcionamento de uma mineração dizem respeito a técnicas e soluções para que a água encontrada nas áreas mineradas sejam organizadas de modo a não interferir negativamente nos processos extrativos. Ou seja, as águas, há muito guardadas em meio às rochas, ou armazenadas nos lençóis freáticos e aquíferos, são expostas, desvios nos cursos naturais são realizados, e captação via bombeamento superficial e poços artesianos para manutenção das estruturas industriais são instaurados. Assim, o que sobra de água para os usos múltiplos da população local?

A alteração no regime, na disponibilidade e na qualidade hídrica são impactos assumidos e previstos nos estudos de impacto ambiental analisados, e também observáveis na realidade local. A redução média nos cursos de água no Morro d'Água Quente, por exemplo, é de 38% da vazão superficial, conforme informado pelo EIA/RIMA da Mina de Fazendão (Vale S.A, 2020). O estudo hidrológico da microbacia aponta que em determinadas zonas, como na área operacional da Mina de Fazendão, a redução chega a 98%. Em zonas de captação

de água para abastecimento público, chega a 60%, com reduções previstas nos Córregos Paracatu e Tamanduá, localizados no Morro D'Água Quente (SUPPRI/SEMAD-MG, 2020, p. 93-95).

Dessa forma, cabe atenção no que diz respeito à função que os recursos hídricos desempenham na localidade. Os usos e as intervenções realizadas na rede hídrica, ao serem priorizados para a gestão da atividade minerária, fragilizam sua disponibilidade para usos essenciais às comunidades locais. A água desempenha importante papel para a subsistência humana, por meio da alimentação, nutrição, agricultura e dessedentação animal, além de ser componente de práticas culturais, através do uso místico, religioso e para as mais diversas práticas de lazer, conforme foi apresentado no capítulo 3. Como destacam relatos locais, a Serra do Caraça é reconhecida como uma “caixa d'água” vital, conforme expresso por Zé (2024):

Porque essa Serra nossa é uma caixa d'água. A água vem da serra. Aquilo é um aquífero... Cê estoura o aquífero, vai fazer o quê futuramente? O povo não vai nem ter água! Essa água vai acabar toda! Porque a mineração tá invadindo cada vez mais, ué! (Zé, 2024)

No que tange as águas superficiais, os quais são corpos de água como rios, córregos, cachoeiras, o impacto se dá a partir do “aumento de sólidos suspensos e de assoreamento dos cursos d'água por meio do carreamento de sedimentos nos corpos hídricos (VALE 2020, p. 149)”. Esses impactos podem facilitar o acometimento de contaminação e inundações, conforme exposto em um dos relatórios de impacto analisados:

Dentro do contexto geral das atividades de mineração, observa-se que o carreamento de sólidos pelas chuvas é praticamente inevitável uma vez que sempre existirão solos expostos. O carreamento de sólidos provocados por processos erosivos podem promover o assoreamento do leito dos cursos d'água e a alteração da qualidade das águas, prejudicando sua utilização e consumo a jusante (Sete/CVRD, 2007, p. 130).

A atividade minerária também apresenta impacto na Fonte de água Quente, localizada no Morro D'Água Quente, local que faz parte da história e da tradição do lazer na comunidade. Cabe ressaltar que a análise do EIA do projeto Fazendão considera o uso desse atrativo apenas para o turismo, desconsiderando seu uso através de outras formas de lazer pela população local, conforme exposto pelo trecho abaixo:

Destaca-se ainda a existência de um pequeno lago com água quente (temperatura pouco acima do normal para a região), que se constitui na referência do turismo para a localidade e justifica o nome do distrito. Esse lago não é utilizado pelos visitantes e usuários do Parque Municipal, mas é considerado um ponto turístico (VALE S.A, 2014, p. 102).

Queiroz (2016), ao ressaltar a história oral local relacionada a Fonte de Água Quente indica que este local era utilizado por trabalhadores que voltavam do trabalho nas minas de ouro, para limpeza do corpo e banho:

Antes da chegada de energia elétrica, a fonte termal tinha um papel fundamental no cotidiano dos trabalhadores que, ao retornar do serviço sob o castigo do inverno, encontravam na natureza a possibilidade de se banhar em águas mais agradáveis do que as geladas que lhes esperavam em suas casas. Homens, mulheres e crianças dividiam o espaço de onde a água brotava, misturando, por vezes, uma prática de higiene pessoal em um momento de encontro e comunhão. A fonte fazia parte de suas vidas cotidianas. A fonte da água quente hoje em dia é matéria de disputa, dividindo os moradores entre os que acreditam que a fonte ainda existe, e os que não. Por conta das diferentes explorações minerais próximas à fonte, os moradores mais velhos, que chegaram a se banhar nessas águas em outros tempos, afirmaram com veemência que a qualidade e a temperatura da água já não são mais as mesmas. A água que saía “fumegando” do cano improvisado entre as rochas, hoje se restringe a um poço morno dentro do Balneário (Queiroz, 2016, p. 25).

Conforme destacado no trecho acima, a alteração na temperatura do Poço de Água Quente é um impacto correlacionado a atividade mineradora, pois “o lençol freático foi retirado de sua condição de estabilidade natural” (SIAM, 2020, p. 95). De forma que, mesmo com a aplicação das medidas compensatórias apresentadas pela mineradora, como o retorno de vazão aos cursos d’água ou novos pontos de captação de água, o impacto apresenta-se como irreversível, pois “existe um agravante no que se refere à alteração da disponibilidade hídrica subterrânea que não há como ser repostos” (Vale, 2020, p. 150).

Apesar das medições sobre a qualidade da água serem obrigatórias para as empresas mineradoras, sendo necessárias as publicizações de seus relatórios como parte das condicionantes ambientais impostas ao processo de licenciamento, o controle da qualidade da água é realizado de forma majoritária nas áreas de instalação das empresas. Assim, a percepção sobre a qualidade da água é realizada pela população baseada em sua aparência, o que é comum nos locais onde há o uso para o lazer deste elemento (Lopes, 2022).

Aliado a isso, os relatórios sobre a qualidade da água expedido pelas mineradoras não são de fácil acesso, encontrando-os apenas anexados aos processos de licenciamento, além disso, são apresentados em linguagem técnica especializada, dificultando o acesso e a compreensão pela população. Essa condição fomenta suposições e levanta diversas suspeitas e temores por parte da população local, conforme trecho da entrevista com Gips (2024) revela:

Porque eu tenho um parente lá [referência ao Morro D’Água Quente] que faleceu de câncer, com 22 anos, Karol. Menino incrível, sabe? E a tipo, não tem a causa, né? O quê que causa câncer? A gente não tem a causa assim que te fale, ó, você pegou câncer por causa disso. Não, você não pega o câncer, mas você desenvolveu câncer por causa disso. Então a gente também ficou ali jogando hipóteses. E aí uma das hipóteses que

eu joguei foi a água de lá, que não tem tratamento e tem um alto teor de minério de ferro nela (Gips, 2024).

O impacto aos usos e a qualidade da água devido à atividade mineradora não é fato isolado da realidade de Catas Altas. Tôres (2014), Ferreira (2015), Duarte (2017) e Prates (2017) analisam os impactos do Projeto Minas-Rio, da empresa Anglo American, em Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais²³, nos usos da água na comunidade de Água Quente. Apontam como resultado das pesquisas que “as principais memórias estão associadas ao lazer: à pesca, aos banhos e aos encontros, que refletem formas de sociabilidade entre os moradores”, consideram as práticas de lazer da comunidade junto aos córregos, poços e rios como práticas tradicionais, componentes da memória e do cotidiano.

As autoras analisam ainda que as restrições de acesso, a piora na qualidade e na quantidade de água no território atingido pela mineração produziram alterações intensas no modo de viver, gerando significativo impacto à renda, a cadeia produtiva da agricultura, aos planos de vida e à saúde mental da comunidade, sendo consequente a quebra de vínculos comunitários, a perda do pertencimento e da vontade da população de viver naquele local (Torres, 2014; Ferreira, 2015; Duarte, 2017; Prates, 2017).

4.2.2 Acesso à Serra do Caraça

A instalação e expansão da infraestrutura da mineração, incluindo estradas e áreas de segurança, impede ou dificulta o acesso a espaços utilizados pela população local. A presença da atividade mineradora na Serra é observada a partir de áreas “restringidas pelas cercas farpadas, que delimitam o fim da propriedade coletiva (ou pública), e o começo da propriedade privada” das mineradoras (Queiroz, 2016, p. 68). Segundo as pessoas entrevistadas, a vigilância exercida pelas mineradoras nos arredores das áreas mineradas e da linha férrea é constante. As mineradoras justificam tais proibições em decorrência de medidas de segurança, para a realização de obras de monitoramento e manutenção, e também devido a alguns episódios de vandalismo em suas estruturas e equipamentos, como pichações nos vagões de trem ou a destruição e retirada de placas de sinalização (Queiroz, 2016).

²³ “O empreendimento Minas-Rio, da empresa Anglo American, compreende: uma mina de minério de ferro e estruturas adjacentes em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (MG); o maior mineroduto do mundo, com 529 quilômetros de extensão; e o Porto do Açú, no Rio de Janeiro, estrutura final. A chegada do empreendimento deflagrou um dos mais graves e significativos conflitos ambientais da atualidade em Minas Gerais” (Duarte, 2017, p. 4).

Foram relatados episódios de abordagens realizadas por funcionários das mineradoras que solicitam que as pessoas se retirassem de locais como trilhas de acesso a picos, cachoeiras e lagoas, conforme será descrito a seguir. Tais relatos acessaram a minha memória, e me fizeram recordar de uma reportagem do Observatório da Imprensa que li logo após o desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão, em 2015. O Manenti (2015), ao percorrer, junto a sua equipe, áreas próximas a Mina de Timbopeba, da VALE S.A, localizada a cerca de 33 km de Catas Altas, foi abordado por um segurança da empresa, e relata o seguinte diálogo que se transcorreu a partir desse encontro:

- Não fica em propriedade da Vale, não. Senão, vou chamar a polícia prôceis... — disse o segurança, em um mineirês quase incompreensível.
- Essa estrada é propriedade da Vale?, perguntamos.
- Foi a Vale quem construiu.
- Mas é propriedade da Vale?
- Vai dar na Vale.
- A rua que dá na sua casa é sua? (Manenti, 2015)

O jornalista conclui que em rodovias desta região o que vale são as regras da mineradora Vale S.A. A narrativa aponta para uma relação de poder desproporcional entre a empresa mineradora e as comunidades locais, revelando como a atividade mineradora molda não apenas o território físico, mas também as concepções de pertencimento e soberania sobre espaços que deveriam ser públicos ou comunitários. O diálogo evidencia uma confusão deliberada entre propriedade privada e interesse público, articulada pelo segurança da mineradora. A resposta “vai dar na Vale” sugere uma territorialização simbólica imposta pela empresa sobre espaços que, apesar de servirem à infraestrutura pública, são concebidos como extensões do domínio corporativo. Esse controle discursivo reflete uma característica central da minero-dependência: a subordinação das dinâmicas sociais, políticas e econômicas locais às necessidades e interesses da mineração.

A dificuldade de limite entre o público e o privado, conforme reflexões de DaMatta (1997), nos leva a questionar se as práticas da mineradora, quando exerce o controle sobre o público, são como uma extensão das práticas da “casa” no espaço público, priorizando interesses privados em detrimento do bem coletivo. O autor sustenta que a sociedade brasileira tende a privatizar o espaço público, levando costumes de privilégio, clientelismo e personalismo para esferas que deveriam ser regidas por normas comuns. O que, conseqüentemente, dificulta a realização de políticas públicas, o acesso amplo e equânime a direitos sociais, e a concretização da cidadania (DaMatta, 1997).

Medidas de segurança para o acesso a áreas de propriedade das mineradoras, estruturas e obras de monitoramento e manutenção de áreas mineradas, paralisadas e entorno

A presença da atividade mineradora no território é percebida através de equipes que realizam a segurança das áreas de acesso às áreas próximas as minas, em locais onde estão sendo realizadas obras de manutenção, ou compensação ambiental por parte das mineradoras, ou de empresas terceirizadas, e em locais de onde a mineração está paralisada. Os relatos narram que os funcionários ligados às mineradoras realizam a abordagem e advertem sobre a proibição de acesso. Mascarado (2024) e Gips (2024) apresentam algum desses episódios:

[Mascarado] No distrito do Morro da Água Quente tem a Cachoeira do Bicão e a Cachoeira do Tamanduá. Que estão tentando mais dificultar o nosso acesso lá.

[Karolina] Eles quem?

[Mascarado] A mineradora Vale. Entre essas duas cachoeiras, tem mais algumas outras perto, que a gente sabe que tem, mas a gente não pode ir, porque realmente está dentro da área da Vale. E onde que tem atividade mineradora. Eu sei que no Tamanduá e no Vale e na Cachoeira do Bicão, eles estão tentando de todas as formas acabar com o nosso acesso lá (Mascarado, 2024).

Tipo, esse ano eu já devo ter brigado com alguém que tem relação com a mineradora... Brigado que eu digo assim, né? Ter alguma discussão pessoal mesmo, verbal mesmo, umas quatro ou cinco vezes. Tipo, de eu ir escalar ou ir na cachoeira do Morro... Uma vez eu fui lá, eu tava indo no Vale do Mel [...] E aí o guardinha veio me barrar, mano. E aí, tipo assim, você não vai me barrar. Aí fui, sabe? Mas, aí gera um conflito. Estragou meu rolê, fraga. Eu já fiquei falando dele o tempo todo, fiquei lembrando, fiquei com raiva. Estragou meu rolê! [...] Então, no dia o rapaz ele tava, tipo, vestido de guarda, né? Então ele tinha um colete de prova de bala. Você via que ele não era um policial, mas ele vinha te intimidando, de certa forma. Aí ele com um tom de voz também querendo tipo, mandar, né? Não perguntar ou te pedir algo. Mas tipo, olha: “Você não pode estar aí!” Ai, só que na hora eu, tipo: “Porra, mano, quem é você, né?” Aí já comecei a falar com ele. Aí ele queria que eu passasse meu documento, que ele ia, falar assim: “Vou tirar foto da placa do seu veículo.” Ai, tipo, a gente arrumou um barraco. Falei assim: “Mano, você não vai tirar foto não, que não sei o que lá. Você não é polícia, eu não te autorizo minha imagem.” Aqui pode ter, tipo, direito da empresa aqui, mas tipo assim, é só uma cachoeira, entendeu? O que mais que eu posso fazer ali? Só vou nadar! Não faz sentido eles não deixarem eu usar, entendeu? Tipo, sinto, mesmo tendo lá no papel escrito que é deles, sinto mais que é nosso. Não que seja nosso, mas tipo, de todo mundo, né? Do planeta Terra, que não tem dono. Não é deles! A questão é essa! E aí já rolou isso lá no Vale do Mel, já rolou lá no Bicão... No Morro D’Água Quente foi o lugar que mais aconteceu. Aí, mesma coisa, mesmo cena, o cara parou na caminhonete, falou que a gente não podia andar com a moto, estacionar minha moto, que é de trilha, então ela vai em qualquer lugar, e falou assim: “Ó, cê não pode andar com a moto aí não.” Aí no dia eu até falei, tipo: “Ah, tira ela daqui então, né? Anota a placa!” Não! Falei assim: “Você não pode fazer nada comigo!” (Gips, 2024)

A abordagem desses profissionais foi relatada por algumas pessoas entrevistadas desde tranquila até mais agressiva, além de serem percebidos o uso de arma de fogo por alguns profissionais que realizam as abordagens, conforme expõe Tamanduá (2024), ao relatar um episódio que ocorreu enquanto trabalhava como guia, durante a realização de uma trilha:

Bom, como eu disse, eu comecei na pandemia. E eu fui, por quatro vezes, ameaçada por seguranças da Vale, que era a terceirizada da Vale. Então, eu estar ali trabalhando e ter que enfrentar um segurança, me doeu. Da pessoa vir... Com turistas junto, do pessoal presenciar tudo aquilo. De vir com a voz alterada já, de nem se apresentar, nem saber com quem eu estava conversando, de vir já com voz alterada, com mão em arma, não apontando, mais a mãozinha aqui na lateral, né? [...] Trabalham armados. Mesmo sabendo que não pode, né? E foi esse argumento que eu usei, que a água é da União, que é de todos, e que a gente tinha o livre acesso à água. Foi falado que a gente estava invadindo a propriedade da Vale, quando, na verdade, os acessos, hora nenhuma a gente pulou cerca, não tinha placas indicativas de que aquilo ali era uma área privada, como até hoje não existem essas placas. E... Então, eu acho que para uma atividade acontecer, ela não pode, de forma alguma, atrapalhar a outra, principalmente quando essa outra é sustentável, muito mais sustentável do que a mineração. Então, para mim, esse início foi um baque, porque eu já estava enfrentando alguns maus olhares da população em estar guiando, as pessoas inventavam coisas, né, tentando me desmoralizar mesmo. E aí, chegar no ambiente que eu estava acostumada a andar, mas dessa vez, tentando levar renda para minha casa e tentarem me impedir disso, me deixava muito triste, muito chateada, me deixava revoltada também. E foi assim... Dava uma desmotivação também. Dava vontade de falar assim: Nossa, será que é isso mesmo que eu quero?”. Eu ficava pensando se era isso mesmo, se eu estava disposta a passar por aquilo novamente (Tamanduá, 2024).

O relato da entrevistada evidencia uma complexa teia de tensões que atravessam sua experiência na Serra do Caraça, onde ela desempenha um duplo papel: como moradora local, que utiliza o espaço para o seu lazer, e como guia de turismo. Essa dualidade amplifica seu vínculo com o território, misturando afeto pessoal e atividade profissional. Como praticante, ela carrega uma relação histórica e afetiva com a região, descrita como um espaço que já frequentava antes de se tornar guia, um laço que fundamenta sua defesa pelo acesso público. Como profissional, no entanto, esse mesmo território se transforma em fonte de sustento, o que a coloca em rota de colisão com interesses corporativos.

O conflito emerge justamente no cruzamento dessas duas dimensões: ao guiar turistas, atividade que considera sustentável e alinhada à preservação ambiental, ela se depara com seguranças armados da Vale, terceirizada de uma mineradora, que a intimidam publicamente. A humilhação de ser confrontada na frente dos visitantes, com vozes alteradas e mãos próximas a armas, não apenas fere sua dignidade, mas ameaça diretamente sua subsistência, expondo como a disputa pelo território impacta corpos, economias locais e relações comunitárias. Essa tensão reflete um embate mais amplo entre modelos de desenvolvimento divergentes. De um lado, a entrevistada defende o turismo como alternativa econômica “muito mais sustentável do que a mineração”, baseada no uso coletivo de recursos naturais, como a água, que ela reivindica como bem da União. De outro, a mineração impõe uma lógica de privatização, embora, segundo sua observação, os limites da propriedade privada das mineradoras não são claros.

A alegação de invasão por parte da Vale, em contraste com a falta de cercas ou placas, revela uma apropriação do território que criminaliza formas cotidianas e tradicionais de acesso.

Como guia, ela se vê forçada a negociar não apenas com os elementos do espaço da Serra, mas com estruturas de poder que buscam restringir o direito à terra, transformando seu trabalho em um ato político de resistência. Seu argumento jurídico sobre a água como recurso público ilustra como a luta pelo acesso transcende o individual, conectando-se a debates mais ampliados sobre soberania ambiental e direitos comunitários.

A sobreposição de papéis, contudo, a expõe a pressões múltiplas. Além do enfrentamento com a empresa, ela menciona resistências internas na comunidade local, onde enfrenta “maus olhares” e tentativas de desmoralização. Essas críticas sugerem uma internalização do poder da mineração na região, onde até mesmo a população local pode reproduzir desconfianças em relação a alternativas econômicas como o turismo. Internamente, a situação desencadeia um conflito íntimo: a entrevistada questiona se vale a pena persistir diante de tantos obstáculos, oscilando entre revolta e desmotivação. A dúvida: “será que é isso mesmo que eu quero?”, revela o custo emocional de ocupar um lugar de mediação entre o afeto pelo território, a necessidade de sobrevivência e a luta contra as estruturas opressoras. Sua narrativa, assim, não denuncia apenas abusos corporativos, mas também expõe as fissuras subjetivas geradas por conflitos socioambientais.

A omissão do Estado perpassa todo o relato como pano de fundo silencioso. A falta de sinalização sobre áreas privadas, a tolerância com seguranças armados e a ausência de mediação institucional deixam comunidades vulneráveis à coerção de empresas. O conflito apresentado pela entrevistada Tamanduá, tem um desfecho e repercussões. Ela descreve que a sua experiência conflituosa foi mediada por um ajuste que, apesar de ser baseado em preceitos coletivos, como os direitos sociais e o direito ao meio ambiente equilibrado, não foi resolvido na esfera pública. A situação de conflito em que se encontrava foi cessada apenas quando houve interferência de um agente do âmbito privado, funcionário da mineradora VALE S.A, conforme apresenta:

Até que um dia, como a gente também guia pessoas que vêm de Belo Horizonte, a gente também guia essas pessoas que vêm trabalhar na região, né? As pessoas que vêm trabalhar na mineração, elas também estão buscando lazer, e buscam lazer justamente na Serra, né, com a água. E aí, através de alguns contatos que eu fiz, entre, até com funcionários mesmo, da própria empresa, eu comecei a ter contato com o pessoal mais peixe grande, assim, sabe? Chefes.... E aí eu passei todo o meu relato do que estava acontecendo, de que eu estava ciente dos meus direitos e que eu ia começar a gravar essas ações. A pessoa foi mandada embora, nunca mais eu tive problema com guardas, eles me cumprimentam, muito provavelmente deve colocar no relatório que tem pessoas andando naquele local, mas não aconteceram mais essas intervenções da forma que estava acontecendo antes (Tamanduá, 2024).

A solução do conflito relatada por Tamanduá (2024) evidencia como a omissão estatal força comunidades a negociarem direitos coletivos dentro de estruturas corporativas. Ao recorrer a contatos hierárquicos na empresa, a entrevistada obteve uma resolução individualizada, mas manteve intacta a lógica de poder que criminaliza o acesso público ao território. A mudança no comportamento dos seguranças também não elimina a vigilância, apenas a camufla, reforçando a ideia de que a presença da empresa dita as regras. A mediação privada substitui a justiça pública, transformando direitos coletivos e difusos, como o uso da água, em concessões negociáveis, expondo mais uma vez a fragilização do Estado como garantidor do uso público do espaço da Serra do Caraça.

Outro exemplo significativo de conflito entre a comunidade e a mineração envolve a Lagoa do Bananal/Barragem do Mosquito. Durante a observação em campo, foi possível constatar que a área se encontra em obras, que já dura cerca de dois anos, com a presença de funcionários da Vale S.A, terceirizadas e diversos equipamentos. A Lagoa do Bananal, denominada também de Barragem do Mosquito, é uma estrutura de contenção de rejeitos da Mina de Fazendão, de propriedade da mineradora VALE S.A. Construída no final da década de 1980, era parte da Fazenda do Bananal, local que abrigava uma lavoura extensa, com plantações para a subsistência da comunidade local, com milho, feijão e abóbora (Queiroz, 2016). A sua conformação atual, como represa de sedimentos, se deu a partir de processos erosivos desembocados por fortes chuvas na localidade na década de 1980 (Queiroz, 2016). Entre a comunidade há diversas dúvidas em relação à quem de fato pertence o local, uma vez que há denúncias sobre a mineradora VALE S.A praticar “arredamento” de cerca de diversas propriedades no moro.

Lidinha relata que comunitários revoltados com a constante presença de funcionários da mineradora na área da Lagoa, ou incomodados com as abordagens de segurança solicitando que os moradores se retirassem da área, retiravam constantemente as placas alocadas pela empresa, indicando que o local é de propriedade particular da VALE S.A, e era proibido pescar e nadar. Interessa pontuar que a mesma entrevistada analisa que houve uma recente alteração na relação da empresa com a comunidade no que se refere a comunicação via sinalização. Explica que, ao invés de placas proibitivas, agora são fixadas placas que alertam sobre os riscos, “hoje não é proibido, hoje é risco, risco de afogamento, risco de tudo”, pontua (Lidinha, 2024). Tais placas puderam ser observadas durante caminhada realizada ao entorno da Lagoa do Bananal/Barragem do Mosquito, durante trabalho de campo, conforme pode ser observado na Figura 45.

Figura 45: Placas de sinalização na Lagoa do Mosquito, no Morro d'Água Quente, em Catas Altas (MG)



Fonte: Produzido durante trabalho de campo (2024)

Cabe ressaltar que a referida Lagoa é objetivo de ações para sua salvaguarda, sendo solicitado junto aos órgãos públicos competentes o seu reconhecimento como patrimônio cultural. Tendo em vista a relação histórica da população com o espaço e o sentimento de pertencimento (Souza, 2020).

Assim como a Lagoa do Bananal, outras lagoas também foram relatadas como proibidas de serem acessadas. Lidinha (2024), relembra os diversos passeios e pescas que realizava junto de sua mãe, familiares e vizinhos a uma lagoa, sem nome atribuído, que hoje encontra-se em área da mineradora VALE S.A, na Mina de Fazendão. A lagoa, identificada pela empresa como Lagoa 29, encontra-se cercada, sendo considerada uma área de acesso proibido. A entrevistada considera um risco o uso deste espaço, por existir a possibilidade de “castigo” para quem infringir a proibição.

O castigo, conforme ela explica, consiste em ser flagrada pela Polícia Militar no ato de estar em área da mineradora, que fará a condução para a delegacia na cidade de Itabira, a cerca de 85 km de Catas Altas, para prestar esclarecimento e assinar um termo de responsabilidade. Tal situação, segunda a moradora, impõe um terror na comunidade, e gera cada vez menos frequência a este espaço, conforme esclarece no trecho abaixo destacado:

E aí, acabou. Porque acaba que a galera que pesca, que é das antiga, que estava pescando lá, diminuiu. Hoje, vai a galera mais jovem, que, às vezes, não tá nem aí pro risco. Mas, acabou aquela liberdade também. Porque se vai pescar escondido, não é distração, né... Acaba que não é um lazer, é um risco (Lidinha, 2024).

Assim, observa-se que as obras realizadas nos espaços da Serra, e as placas de sinalização, agem como elementos simbólicos, que vão, aos poucos, impondo a ideia de que essas áreas não são para uso público, são áreas destinadas à extração de elementos da natureza, com riscos e perigos para a segurança física, e, portanto, devem ser monitoradas e o seu acesso e permanência controlados ou proibidos.

A transformação do lazer em risco aqui ressaltado difere das atribuições do risco como um elemento central na motivação e escolha para uma determinada atividade de lazer, esportiva ou de aventura, conferido a uma característica da juventude, como ato de rebeldia ou revolta, e não como componente da prática de lazer em si. No caso relatado, o risco que corre a pessoa em seu momento de lazer é desestimulante de tal prática, e, nesse sentido, não é acompanhado de sensações de prazer, de conquista e realização, mas sim, da frustração devido à negação de um direito de fruir de um espaço natural para o lazer num espaço tradicionalmente utilizado pela comunidade.

A necessidade de se esconder ou o sentimento de risco e medo também foram relatados por moradores que buscam a cachoeira de Quebra-Ossos e o Morro Boa Vista. O acesso a esses locais só é possível adentrando na área da empresa Pedreira Um Valemix. Foi relatado por Mascarado (2024) que se faz preciso aproveitar brechas e momentos onde não há a presença de segurança da empresa para então ser possível fruir desses locais:

Se for dia de semana, desanima. Porque a gente sabe que vai ter porteiro. Dia de semana tem o porteiro, tem até uma estrutura lá feita de alvenaria que tem o porteiro. Então ele não vai te deixar passar. Fim de semana, como não tem atividade, aí não tem o porteiro. Ai, você vai, de certa forma, burlar o sistema. Você vai atravessar, passar do lado ali, que tem uma brechinha, e você consegue até acessar. Mas é relativamente perigoso, porque se algum vizinho te pega, você está errado. Sacou? É mais ou menos por aí (Mascarado, 2024).

Apesar das diversas estratégias adotadas pelas empresas mineradoras para proibir e restringir os espaços de lazer na Serra do Caraça, existe persistência para a frequência aos locais de lazer, configurando uma forma de resistência ao controle corporativo do território. Essa resistência evidencia não apenas a valorização cultural e afetiva da Serra, mas também uma disputa pelo direito ao usufruto coletivo do espaço. Paralelamente, observa-se entre as pessoas entrevistadas um desejo de ampliação das áreas de lazer e de maior conectividade entre elas, reforçando a ideia de integridade da Serra do Caraça como um todo. No entanto, esse

anseio esbarra em limites concretos: embora haja um consenso de que a Serra é uma unidade geográfica e simbólica, parte de seus elementos naturais permanece inacessível à população. Isso ocorre porque tais áreas estão situadas em propriedades privadas controladas pelas mineradoras, que impedem o acesso livre, como destacou Mascarado (2024):

O impacto ambiental é o mais monstro que tem, porque eu conheci montanhas aqui que as montanhas não existem mais. No caminho daqui para Mariana, por exemplo, tem muitos [...] você vê, você tem a visão, assim, de um pedaço de serra natural, que é a coisa mais linda, a pedra mais linda, sendo implodida e virando um monte de nada, um monte de destroços e um monte de caminhão passando, levando aquilo. Caramba, se aquilo não tivesse essa mineração, que eu poderia conhecer aquele lugar, poderia ir ali. Mesmo na área da Vale, por exemplo, no Fazendão, a última vez que eu trabalhei, a gente trabalhou num lugar lá que dava para você ter muita visão das serras, que ainda não foram tocadas. Aí você vê muita cachoeira, você vê muita queda d'água, muita pedra bonita, que você nunca vai ter acesso, nunca vai ter! E eu ficava frustrado com aquilo. Falei: “Caramba, um dia eu vou lá em cima, nem que seja contornando a Serra por cima, mas um dia eu vou lá em cima!” E é isso (Mascarado, 2024).

A situação do impedimento de acesso ultrapassa o tempo presente, revelando-se como um conflito entre expectativas futuras e restrições legais imediatas. Outro exemplo emblemático é o relato de Gips (2024), que descreve seus planos de praticar parapente e paraquedas na Serra do Caraça, práticas que não fazem parte do lazer cotidiano na Serra do Caraça. Entretanto, mesmo essas práticas sendo ainda planejadas pelo entrevistado, ele relata que já encontra empecilhos para a sua realização:

E aí, por exemplo, não voei ainda, mas aí, o que os caras já vêm falando comigo: “Ó, você não pode voar em cima da mina, porque é contra a lei federal.” Mas como assim, mano? Quem vai me tirar de lá, né? Tô voando, uma pessoa vai falar que eu não posso voar? Então há umas restrições, sabe? Umas coisas assim que não andam lado a lado, não! (Gips, 2024)

Essa fala indica a tensão entre o desejo individual e a falta de clareza sobre a aplicação da legislação ambiental, gerando insegurança e frustração entre as pessoas que buscam explorar o potencial recreativo da Serra. Além dessa ambiguidade, Thalia (2024) nos apresenta outra angústia ao refletir sobre a necessidade de se planejar “quanto antes” para conhecer locais ainda desconhecidos, por haver um medo de que desapareçam antes mesmo de serem descobertos e/ou experienciados:

Dá para fazer tanto esporte aí, coisa que eu nunca fiz ainda no município, e se acabar tudo, como é que eu vou ter essa chance de fazer? Por isso que eu falei que eu quero muito subir no pico, quanto antes, porque eu não sei quanto tempo que isso aqui vai durar (Thalia, 2024).

O depoimento evidencia como a incerteza sobre o futuro dos espaços naturais, potencializada por atividades como a mineração, acelera a urgência em vivenciá-los. Nesse

contexto, o caso relatado demonstra que a mineração atua não apenas como uma ameaça ambiental, mas como um impeditivo estrutural para o desenvolvimento de projetos no setor de ecoturismo e turismo de aventura em Catas Altas. A sobreposição entre áreas de exploração mineral e potenciais atrativos e rotas turísticas cria um cenário de disputa territorial, em que interesses econômicos imediatos se chocam com a construção de uma identidade local vinculada à natureza. Assim, a ausência de diálogo entre políticas públicas, empresas e comunidade resulta em perdas duplas: além de comprometer ecossistemas, inviabiliza oportunidades de renda e conexão cultural com o território.

Além dos impactos socioambientais já mencionados, a presença de infraestruturas ligadas ao tratamento e beneficiamento do minério de ferro na Serra altera significativamente a dinâmica comunitária, especialmente no que diz respeito ao lazer e à ocupação dos espaços públicos. Embora a Mina de Fazendão adote um processo de tratamento a seco, que dispensa o uso de barragens de rejeitos, sua operação inclui estruturas como diques e barragens de contenção de sedimentos (Figura 4), localizadas nas proximidades da comunidade do Morro D'Água Quente. A proximidade dessas estruturas não apenas se insere na paisagem, mas também introduz riscos à segurança e ao bem-estar das pessoas moradoras, tensionando a relação entre a população, o poder público e a empresa mineradora.

Figura 46: Barragens e diques de contenção de sedimentos da Mina de São Luiz, da mineradora VALE S.A, em Catas Altas (MG)



Fonte: Elaboração da autora, a partir do Google Earth (2025)

Esses riscos exigem, conforme legislação vigente, a adoção rigorosa de medidas de segurança por todos os atores envolvidos. A Lei Estadual n.º 23.795/2021 (Minas Gerais, 2021) e a Resolução n.º 95/2022 da Agência Nacional de Mineração (ANM, 2022) estabelecem diretrizes claras: as empresas mineradoras são obrigadas a elaborar e atualizar periodicamente o Plano de Ações de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM). Entre as exigências estão a identificação de áreas de risco, a definição de rotas de fuga, a comunicação imediata com órgãos públicos em emergências e a realização de simulados periódicos com a população e equipes de resposta, como a Defesa Civil. Além disso, a legislação determina a avaliação contínua da integridade das estruturas, com relatórios técnicos submetidos à ANM, a instalação de sistemas de alerta sonoro (como sirenes de emergência) e treinamentos regulares para capacitar a comunidade e os agentes locais (Minas Gerais, 2021; ANM, 2022). Tais medidas visam não apenas prevenir desastres, mas também construir uma cultura de prevenção.

No entanto, parte da comunidade do Morro D'Água Quente considera essas ações insuficientes diante da percepção de risco iminente. Críticas apontam que a empresa utiliza estratégias como a disseminação do terrorismo de barragem²⁴ e da lama invisível²⁵. Essas acusações ganharam força após dois eventos recentes: A paralisação da Mina de São Luiz pela VALE S.A. em fevereiro de 2020, decidida após o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CODEMA) revogar, por unanimidade, a licença para sua expansão; e a elevação do nível de emergência da barragem Didão Leste em março de 2020, que gerou pânico na população local, mesmo sem ocorrência de rompimento (Rodrigues, 2024; Araújo, 2020; Dotta, 2020).

Esses episódios reforçam a desconfiança da comunidade em relação às intenções da mineradora, interpretadas como pressão para expansão territorial sob o pretexto de segurança.

²⁴ O terrorismo de barragens é um conceito emergente que descreve uma estratégia articulada entre agentes públicos e privados para ocupar territórios de interesse empresarial, especialmente na mineração. Mais que falhas pontuais no licenciamento ambiental (como discutido em casos como Mariana e Brumadinho), trata-se de um mecanismo sistêmico de acumulação por despossessão, intrínseco ao capitalismo, que expropria comunidades e redefine modos de vida mediante a imposição de riscos ambientais (Neri, 2023). Também é interpretada como uma forma de violência estrutural, onde empresas e Estado operam em conluio para garantir controle territorial. No contexto mineiro, são exemplos os deslocamentos forçados de comunidades localizadas próximas a barragens de rejeitos no Quadrilátero Ferrífero (Laschefski, 2020; Faraco e Seferian, 2021; Neri, 2023).

²⁵ Lama invisível é uma categoria analítica que descreve os impactos catastróficos gerados pela iminência do rompimento de barragens, mesmo quando este não ocorre, conforme abordado por Laurino (2024). A expressão simboliza como a ameaça constante alterou radicalmente modos de vida, relações sociais e dinâmicas territoriais, ainda que a lama não tenha efetivamente invadido os territórios com a presença de barragens. A população, quando evacuada, é impedida de retornar às suas casas, vivenciando uma “catástrofe invisível”, na qual o medo e a incerteza substituem a materialidade do desastre, corroendo a segurança e a estabilidade local. Sendo, assim, é entendida pela autora como uma tensão permanente, alimentada por traumas de rompimentos anteriores e pela classificação de alto risco das barragens. A autora destaca ainda como a antecipação do risco se torna mecanismo de controle e sofrimento, ampliando noções tradicionais de catástrofe para além do evento físico (Laurino, 2024).

A tensão entre o cumprimento legal e a percepção pública evidencia a necessidade de diálogo transparente e de mecanismos de participação social mais efetivos, capazes de equilibrar interesses econômicos e direitos coletivos.

4.2.3 Governança ambiental

A governança ambiental, no contexto de territórios com a presença da atividade mineradora, refere-se a um conjunto de estratégias e mecanismos institucionais pelos quais as corporações buscam coordenar ações com diversos atores sociais e políticos, visando a organização e o controle dos territórios onde operam. Segundo Gaviria (2018), esse processo está intrinsecamente ligado à necessidade das empresas de gerir conflitos e legitimar sua presença em regiões marcadas por disputas territoriais. Para o autor, a governança corporativa emerge como um “ajuste sociopolítico” que visa harmonizar interesses antagônicos, embora esteja enraizada em relações de poder assimétricas que perpetuam a dominação empresarial (Gaviria, 2018, p. 209).

As mineradoras atuam na organização dos territórios por meio da implementação de programas sociais e da criação de estruturas burocráticas específicas, como departamentos de relações com as comunidades e gerências de sustentabilidade. Essas iniciativas, conforme Gaviria (2018), abrangem desde projetos em áreas como educação, saúde e cultura até intervenções mais sistemáticas na formulação de políticas públicas e modelos de gestão territorial. O autor destaca que tais práticas não apenas buscam mitigar conflitos, mas também ampliar a influência política das empresas, consolidando seu protagonismo em regiões onde “o Estado tende a exercer um papel facilitador do protagonismo empresarial no modelo de desenvolvimento de base extrativa e na mediação e regulação das demandas sociais resultantes da implantação e operação das atividades mineradoras (Gaviria, 2018, p. 2010). Nesse cenário, as empresas articulam-se com fundações, universidades, organizações da sociedade civil e consultorias, formando um “campo institucional heterogêneo” que reforça sua capacidade de intervenção nos processos decisórios locais (Gaviria, 2018).

Siqueira e Oliveira (2024) complementam essa análise ao destacar que a prática extrativista é comumente naturalizada como fenômeno inevitável, “maquiado com o selo do desenvolvimento econômico, do progresso e da sustentabilidade” (2024, p. 126). Segundo as autoras, essa narrativa está vinculada a uma perspectiva hegemônica global, que perpetua relações de poder por meio da colonialidade. A retórica do desenvolvimento, portanto, serviria para ocultar os impactos socioambientais do extrativismo, legitimando-o como projeto

supostamente universal. Essa crítica ecoa no trabalho de Acosta (2016), que reflete sobre a aceitação da devastação ambiental e social em contextos neoextrativos sul-americanos:

Por isso aceitamos a devastação ambiental e social em troca de conseguir o “desenvolvimento”. Negamos nossas raízes históricas e culturais para nos modernizarmos, imitando os países avançados, ou seja, modernos. Arquivamos nossos sonhos e nossas propostas. Fechamos a porta às possibilidades do que poderia ser uma modernização própria. Neste caminho, que implica em uma mercantilização extrema, aceitamos até mesmo que tudo se compra e tudo se vende (Acosta, 2016, p. 207).

Apesar do discurso de cooperação e desenvolvimento, Gaviria (2018) enfatiza que a governança empresarial está longe de ser neutra. Ao contrário, reflete uma lógica assimétrica na qual as comunidades locais arcam com os custos socioambientais da mineração, enquanto as empresas consolidam seu poder econômico e político. O autor critica a narrativa que atribui a essas iniciativas a função de resolver contradições históricas, argumentando que elas servem principalmente para viabilizar os negócios em contextos de crescente contestação. Como exemplo, cita a Amazônia, onde os conflitos territoriais permanecem centrais, evidenciando a resistência de grupos tradicionais à degradação de seus modos de vida. Assim, a governança corporativa revela-se um instrumento de mediação estratégica que, sob a “pretensa coordenação de ações”, mantém estruturas de dominação inerentes ao extrativismo. Conforme conclui o autor, a democratização dos territórios impactados exige confrontar essas dinâmicas de poder, questionando como a governança empresarial reproduz desigualdades e interfere na capacidade institucional do poder público de monitorar, regular e dialogar com o setor extrativista (Gaviria, 2018).

Alteração da dinâmica populacional, social e cultural local

A atividade mineradora é frequentemente justificada por seu potencial de geração de empregos e dinamização econômica regional, fatores que se apresentam como pilares para o desenvolvimento local. A injeção de renda por meio de salários e o estímulo a cadeias produtivas e ao setor terciário reforçam, em tese, a ideia de progresso. Contudo, a presença da mineradora e seus impactos apresentam contradições ao reconfigurar dinâmicas populacionais, sociais e culturais nas comunidades onde atua, especialmente no que diz respeito às relações com o território e às experiências de lazer na natureza.

Um dos primeiros impactos visíveis quando um projeto de mineração se instala no território a ser explorado diz respeito ao intenso fluxo migratório de trabalhadores atraídos pelas

oportunidades no setor da mineração. Embora esse movimento amplie o consumo e a circulação de capital, os relatórios de impacto socioambiental analisados alertam para a sobrecarga nos serviços públicos e a saturação de espaços de convivência, conforme apresentado pela mineradora VALE S.A. (2006):

Foi manifestado o receio de que ocorram conflitos entre trabalhadores vindos de outras localidades e a população local, principalmente em momentos de folga nos quais pode ocorrer o uso excessivo de bebidas alcoólicas por parte dos trabalhadores da mina. Foi assinalada, também, a possibilidade do aumento de prostituição por parte de pessoas vindas de fora, assim como pelo aumento de gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis (Sete/CVRD, 2006, p. 191).

A presença maciça de trabalhadores de outras localidades em espaços comunitários, como bares e áreas de lazer, reconfigura as interações cotidianas, como observa Bacelar (2014) ao discutir sobre a dinâmica sociocultural de moradoras e moradores locais e os impactos da mineração na cidade de Conceição do Mato Dentro, também considerada um polo minerário em Minas Gerais:

A experiência das moças e dos rapazes é marcada pelos encontros cotidianos com os “estrangeiros”. Se durante a semana os trabalhadores saem dos alojamentos exclusivamente para o trabalho na construção da mina, durante o fim de semana e feriados eles se dirigem às poucas opções de lazer próximas aos alojamentos: cachoeiras, rios e bares. A presença dos trabalhadores também se mostra na movimentação de carros, motos e caminhões pelas estradas até então pouco movimentadas (Bacelar, 2014, p. 201).

Nesse contexto, a atividade minerária não apenas altera a configuração socioeconômica, mas redefine temporalidades e territorialidades. O regime exaustivo de turnos, como aponta Santa (2024), reduz a concepção do espaço natural a uma lógica utilitarista: “A Serra era um espaço que você tirava minério para ganhar vida, né? A Serra servia para eles”. Essa perspectiva, pautada nas práticas extrativistas, limita o acesso às experiências de lazer e às interações com os ambientes e elementos naturais, experiências que compõe a formação de vínculos afetivos e simbólicos com o espaço, conforme discutido anteriormente. Tamandua (2024) reforça essa percepção ao destacar que observa como a dinâmica familiar de pessoas que trabalham na mineração são mais distantes da Serra e das interações com seus elementos:

Porque aqui as pessoas, algumas, né, principalmente as pessoas de mais idade, elas não são muito ligadas. Eu vejo que tem uma coisa assim, principalmente essa galera que vem muito da mineração, que trabalhou anos na mineração, que elas não tiveram a oportunidade de conhecer mesmo Catas Altas por esse outro lado [...] então eu acredito muito que nesse momento em que a mineração sai contratando todo mundo as pessoas deixam de ter a Serra como lazer. As pessoas começam a trabalhar mais em horários que, ou você está trabalhando, ou você está dormindo, porque quem trabalha de turno é, basicamente, é essa a vida dela. É, não... tal dia eu estou trabalhando e no outro eu estou dormindo. Então ela deixa de ter esse lazer. E nesse movimento algumas pessoas,

talvez até da minha idade, não conheceram o que eu conheci. Eu ainda de alguma forma conheci esses ambientes naturais, mas eu via que na minha sala, por exemplo, a maioria não conhecia cachoeira. Hoje eu vejo até que existe movimento até do pessoal estar procurando mais, mas nesse período eu vejo que as crianças não tinham esse lazer, porque os pais não tinham condição, e é na folga que ele tinha para descansar, dormir, levar essas crianças para esse ambiente mais de natureza, de cachoeira, de água (Tamanduá, 2024).

Percebemos através do relato que, enquanto a mineração se apropria do território como recurso econômico, as jornadas de trabalho nesse setor subtraem da comunidade a possibilidade de ressignificá-lo como espaço de fruição e pertencimento. O que altera a maneira como as comunidades se relacionam consigo mesmas e com seu território.

Além disso, as crises do sistema capitalista e aos ciclos de industrialização reorganizam os modelos de contratação de trabalhadores, como a aplicação de contratos via empresas terceirizadas, o que muitas vezes flexibiliza direitos trabalhistas, conforme explicado por Reis (2017), a partir da discussão sobre os períodos de *boom* e *pós-boom* da mineração no Brasil. Essa dinâmica é observada no contexto territorial em Catas Altas, onde a atividade mineradora também está sujeita as crises e desmobilizações inesperadas da mão-de-obra, conforme compartilha Tamanduá (2024):

É, eu acho que nesse início realmente teve pessoas que se enriqueceu, e aí que mostrou mais ainda que talvez a mineração era a melhor coisa do mundo, e hoje a gente já vê o movimento ao contrário. Cada vez mais as empresas têm diminuído os salários, porque essa é a realidade. De tempo em tempo as pessoas que já estavam ali há 8, 10 anos trabalhando já não estão mais e se quiser continuar vai ter que trabalhar numa terceirizada. E normalmente essas terceirizadas, elas não têm o poder que a Vale, por exemplo, tem. E, aí, sim, acontece esse corte de salário, né? Pra você falar assim: “Ah, eu vou cortar seu salário”. Não pode, então essa foi a forma que encontraram de fazer isso: “Eu vou te mandar embora, eu vou e contrato uma terceirizada, essa terceirizada vai entrar até em contato com a pessoa.” Olha, imagina uma empresa entrando em contato! Não foi nem a pessoa que levou o currículo, não. A empresa é que liga pra pessoa. Eu presenciei isso dentro da minha família. O meu irmão, por exemplo, ele foi uma dessas pessoas. Hoje ele trabalha na mineração, e ele foi ligação: “Ah, eu tô com a vaga tal, você quer fazer entrevista?” - “Quero” - “Ah, então vamos começar a entrevista!” Pelo telefone. Foi assim (Tamanduá, 2024).

Aliado a isso, observa-se que parte da população local que apoia as atividades mineradoras, apesar dos riscos socioambientais, justifica sua posição pelo medo do desemprego, da insegurança socioeconômica, pela falta de perspectivas de alternativas econômicas e de cenários alternativos concretos, conforme reflete Zé (2024):

Só consegue mudar isso com números. Porque aí vai ter um número menor de gente favorecida pela mineração que vai pensar diferente, entendeu? Precisa de alternativas. E do outro lado, a gente já vem com esse problema desde o descobrimento. Porque quando descobriu o Brasil, o pessoal veio para Minas para quê? Por que tem o nome de

Minas? O nome já diz tudo. O pessoal veio para explorar. Entendeu? Mineral, né? Veio para explorar os minerais. E estão explorando até hoje. Ouro, pedras. Agora aumentou para o minério. E os equipamentos, cada dia que passa, mais ignorantes para destruir mais rápido! (Zé, 2024).

Essa dualidade entre dependência da mineração e possibilidades de reinvenção é discutida por Hortência (2024), Santa (2024) e Tamanduá (2024), cujos relatos destacam tanto o temor coletivo quanto a busca por alternativas:

As pessoas, assim, têm medo de desemprego, né? Então, assim. A mineração é útil? É. Eu trabalho em mineração, entendeu? Mas, assim, esse medo que as pessoas têm de se reinventar, eu acho, né? A gente falou muito em sustentabilidade, mas quase ninguém sabe o que é, né? Porque houve uma época que Catas Altas não tinha mineração, sobreviveu. Tanto é que tem a Festa do Vinho, né, tem a Festa do Vinho porque ensinaram o pessoal a plantar e a fazer vinho, né (Hortência, 2024).

Então, assim, o turismo é bom. Ele é importante. De repente, a gente tá trocando o turismo pela mineração. A prestação de serviço envolve muita coisa, né? E tem que ter pessoas capacitadas, pessoas que interessam pra tá fazendo essa troca. Ai, sim, a mineração vai ter menos impacto, e futuramente vão viver disso. Porque tem cidade que só vive de turismo, mas tem que tá todo mundo junto, né? (Santa, 2024)

É, foi caminhando por esse caminho, e deixando o outro caminho totalmente esquecido. Eu, hoje, eu vejo que ainda dá, assim, pra trabalhar com as duas coisas, momentaneamente. Dá, assim, pra conciliar as coisas. E acho até que a gente está atrasado em questão de desenvolvimento turístico no município. Porque hoje a gente tem esse retorno de ser a cidade com maior PIB do Brasil. Mas a gente sabe que a tendência é daqui, sei lá, dois anos isso começar a diminuir, diminuir, diminuir. E chegar num ponto onde nem a mineração vai sustentar o desenvolvimento turístico pra as pessoas terem com o que trabalhar. Ah, mas nem todo mundo vai querer trabalhar com turismo... fazer o quê? Vai ter que pegar e ir junto com a companhia, igual era antes. Então, assim..., mas a gente precisa pensar que tem, sim, pessoas que amam Catas Altas. E tem pessoas que escolheram essa cidade pra viver, pra construir família, que é o meu caso, assim, eu vim de supetão, ainda criança, mas eu realmente escolhi ficar. Eu poderia ter feito como a maioria da minha idade fez, de ir pra uma Ouro Preto, pra uma BH, estudar e ficar por lá, que é o que a gente vê acontecendo. A cidade está cada vez mais, é... não tendo jovens, não tendo pessoas aí na cidade de 18 até uns 35 anos. A gente tem observado essa diminuição, porque as pessoas vão embora atrás de estudo e de outros tipos de emprego, principalmente. Porque aqui a gente está realmente refém, pra você ter um bom salário, não é nem bom salário, um salário mais ou menos. A gente ficou refém de estar ou trabalhando numa prefeitura, ou numa mineração, pra, às vezes, ganhar no máximo um salário em torno de 4 mil reais, que é o que normalmente eu vejo o pessoal ganhando, mesmo com a faculdade, mesmo com o curso superior. Que normalmente essas pessoas, elas, não conseguem desenvolver a carreira delas, principalmente quando é uma pessoa de Catas Altas. Ela não consegue ser uma engenheira lá dentro... fica sempre como analista... Elas não conseguem evoluir, até mesmo porque essas pessoas, sendo moradores, teriam acesso a coisas que talvez não seria interessante moradores ter acesso. Porque querendo ou não, a gente sabe que muitas pessoas vão por esse caminho por ser mais fácil, mas não estão totalmente de acordo com tudo que acontece. E é todo um direito aí da pessoa, ao meu ver, né, de buscar o seu ganha-pão, mas não ser totalmente a favor daquilo ali (Tamanduá, 2024).

As entrevistas expõem as complexidades percebidas no contexto socioeconômico da cidade. Evidenciam que, embora a mineração tenha garantido a Catas Altas volumosos recursos

econômicos, esse modelo é insustentável e efêmero. A riqueza gerada pela extração mineral, ainda que momentaneamente expressiva, não apenas está fadada a declinar em poucos anos, como também pode impactar o desenvolvimento de outros setores econômicos.

Ressaltam ainda as desigualdades estruturais enfrentadas por moradoras locais que ocupam cargos nas mineradoras, expondo as barreiras na construção de uma carreira junto ao setor. Ao mesmo tempo, pontua a incapacidade do município de ofertar oportunidades para população economicamente ativa, causando, para além da perda de mão-de-obra qualificada, a fragilidade na construção e reprodução de laços comunitários. Percebemos, portanto, que, mesmo a mineração sendo propaganda como um setor estratégico para a economia local e para a prosperidade da comunidade, é também fonte de insegurança, cenário que pode atenuar desigualdades sociais e ambientais.

Foram relatadas descontinuidade de oportunidades em outros setores econômicos e culturais, como nos indica o relato de Zé (2024), que expõe a desvalorização do artesanato local:

Eu, por exemplo, tô parando de fazer arte porque não tem incentivo nenhum. O pessoal, por exemplo, podia me contratar, contratar o Tafé, ou outros artesãos pra ensinar a arte, passar a arte, pra virar um polo turístico aí, aumentando. Mas não faz nada pra melhorar, nada! Não tem incentivo, não tem nada! [...] Tem um punhado de lei aí que chega e eles não conseguem chegar até a gente (Zé, 2024).

Os relatos evidenciam que parte da população buscou ou migrou para atividades fora da mineração, motivada por incentivos externos, oportunidades identificadas e, sobretudo, por um “chamado interno”, alinhado a valores pessoais e projetos de vida. Essas mudanças, contudo, não negam o reconhecimento do papel da mineração, mesmo entre aqueles que expressam afeto pelo território e preocupação socioambiental. O que emerge dos discursos é uma tensão entre acomodação e reinvenção: enquanto alguns veem a mineração como irreversível, outros defendem a necessidade de diversificar a economia para romper a dependência histórica. Essa ruptura, conforme Santa (2024), depende não apenas de coragem individual, mas de um processo coletivo de ressignificação de valores e enfrentamento do medo:

Você tem que ir levando devagarinho, até mudar a história, mudar a mentalidade, né? “Não, eu não quero que a VALE vai embora, porque senão eu vou passar fome”. Uai, aprende a fazer outra coisa. Muda daqui se for preciso. “Ah não, pode destruir.” [...] É uma escolha. É muito complicado, boba. O ser humano é muito acomodado. Enquanto está dando bão pra ele, está dando dinheiro, está construindo a partir disso aí, está tudo muito bem! Não pode sair de jeito nenhum, porque vai passar fome. ‘Cê pensa, se sair, se a empresa acabar, um monte de gente que vai descobrir o potencial pra outra coisa, não está escrito... Por que você não paga pra ver? Tem medo. O medo é que atrapalha o ser humano [...] é, falta coragem. Coragem intelectual, interna, né? De princípios, mesmo (Santa, 2024).

Esse imaginário é reforçado por relatos das interlocutoras da pesquisa, as quais destacam que a comunidade, em geral, acredita “que a mineração tá aí, não se vive sem ela e pronto, né?” (Fauna, 2024). Além disso, há uma percepção generalizada de imediatismo, expressa na afirmação de que grande parte dos residentes “são pessoas que são criadas para hoje e agora” (Lamego, 2024). Esse imediatismo e a visão da mineração como única alternativa econômica podem ser compreendidos à luz da análise de Coelho (2012), que aborda o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM) como mecanismo de convencimento estrutural:

A principal forma de convencimento exercida sobre a sociedade local das regiões mineradoras é o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM). [...] O discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e, conseqüentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza. [...] O DDM tem diversas características, mas a mais destacada e recorrente é a retórica da criação de empregos e de divisas para o município. A retórica surge como saída para uma população que teme o desemprego. Com essa compensação, a atividade mineradora seria justificável, mesmo causando tantos problemas (Coelho, 2012, p. 101-103).

É interessante notar também que Santa (2024) e Tamanduá (2024) nos apresentam um paralelo com a história local que remete ainda a extração mineral massiva praticada no território no período colonial. Para elas, a situação econômica e social de vulnerabilidade enfrentada pela população local daquela época serve como um alerta para a necessidade de diversificação econômica na atualidade:

Como hoje, vive de mineração. Mineração, enquanto o minério não acabar, vai ter gente pra estar ali, ó, tirando. Entendeu? Porque a visão das pessoas é fácil. Ali é só pegar, os meus vão carregar pra outro lado, estão empregados, né? De certa forma, não tá errado, né? Tem que sobreviver de alguma forma. Mas tem outro jeito, né? Igual acabou o ouro, vai acabar o minério, né? (Santa, 2024).

Ficou muito difícil de você bater de frente com a mineração. Porque ela oferece, aos olhos, algo melhor, mas as pessoas, eu acho que elas não estão vendo a frente disso. Que está sendo melhor agora no momento de agora. Mas que talvez lá na frente a gente vai passar pelo que o pessoal lá da época do ciclo do ouro, do início de Catas Altas, passou, novamente (Tamanduá, 2024).

A estrutura econômica dominante em cidades mineradoras expõe ainda alterações na construção de projetos de vida e de subjetividades. O relato de Gips (2024) nos auxilia a compreender esse apontamento, pois nos indica um movimento de fragmentação do tecido social, marcado pela perda de confiança interpessoal e pela homogeneização de trajetórias em torno da mineração:

E aí, uma cultura foi-se instaurada aqui nesse setor minerário, que eu não sei explicar qual cultura que é, mas é uma cultura minerária, onde as pessoas querem um passar por cima do outro, não existe confiança na vizinhança, a gente não se confia, sabe? É, hoje, ainda mais, porque hoje várias empresas vêm vindo, então, acaba que você não conhece mais ninguém. Em uma cidade de 5 mil habitantes, você conhece poucas pessoas hoje. Então, vai perdendo isso no fim das contas. E eu gosto muito dessa relação humana, sabe? De conversar, o contato de verdade. É, sei lá, eu acho que é isso que me fez estar numa lojinha, assim, de conversar com os outros todo dia e solucionar problemas das pessoas todos os dias, sabe? Tipo, hoje tá mais tranquilo porque eu consegui provar na prática que de fato eu não precisava estar lá a todo curso, sabe? Ou de que eu não precisava ter uma faculdade e tudo mais. Mas, de começo, como as pessoas, eu não tinha provado pra elas ainda, digo, minha família mesmo, meus amigos e tudo mais, tudo, todo mar me levava, toda maré me levava pra que eu trabalhasse lá. Tipo assim, a segurança financeira, por mais que o salário seja baixo, igual à gente tá falando, um salário fixo é muito mais certo do que um não fixo, do que um trabalho autônomo. Você ter um plano de saúde te favorece, você ter um cartão de alimentação te favorece muito (ênfase). E, pra outro lado também, a gente não foi ensinado a administrar dinheiro. Então, pra empreender, teria que aprender mesmo tudo, sabe? Então, isso... Quando eu falei que eu ia fazer a faculdade, beleza. Tipo, já não foi tão ruim quanto eu falar que eu não ia trabalhar com mineração. Mas, ao mesmo tempo, por falar que era uma faculdade de Turismo e não de Engenharia Civil, de Engenharia Elétrica, aí já deu um outro baque de novo. A galera já ficou assim: “Como assim?” É a mesma coisa que você falar lá que vai fazer Artes Cênicas, não desmerecendo, mas é tipo a mesma coisa, fraga? Ai, falam assim: “Ah, esse cara aí é hippie, é doidão, sabe?” [...] Então, tipo, o meu irmão já é o pupilo. Ele seguiu os passos do meu pai. Então, ele é engenheiro e tudo mais. Sabe, pra mim isso tem um peso, claro, sem dúvidas. Ver o meu irmão dando certo. Não dando certo, acredito que estou dando certo, entendeu? A questão é essa. Mas, aos olhos da sociedade e tudo mais, ver que ele deu certo mais facilmente do que eu, gera um conflito mental. Você fala assim: “Pô, será que eu estou fazendo a escolha certa?” Mas, no fundo, eu sinto que eu estou certo, sabe? (Gips, 2024)

Cabe pontuar que a cultura minerária, descrita como individualista, contrasta com as experiências que pressupõem colaboração e pertencimento, aspectos valorizados por Gips (2024) em sua escolha pelo turismo e pelo empreendedorismo. Também contrasta com as experiências de orientação coletiva descritas pelas pessoas interlocutoras da pesquisa ao refletirem sobre as motivações, significados e interrelações com a Serra do Caraça a partir do lazer. O relato nos indica a redução da pluralidade de projetos de vida, pressionando indivíduos a abandonar vocações divergentes, estruturando localmente uma vocação e uma formação de “nichos” segregados.

Também foi relato por Figura (2024), que algumas pessoas que construíram interrelações com a Serra do Caraça a partir do lazer e que se envolveram em movimentos políticos da cidade em defesa deste espaço, sofrem com a ruptura de laços comunitários, como a descontinuidade de convites para festas de aniversários, casamentos e batizados. Figura (2024) reflete ainda que a prática política na cidade é pessoalizada, corroborando com a discussão acerca da estreita relação entre o público e o privado:

Sou morador daqui, nasci, né, filho da terra. É... obviamente, que a minha relação com o município hoje, né, já mudou bastante. Então, por exemplo, antes eu era uma pessoa sociável, né, hoje já não, essa possibilidade não existe. Porque, por exemplo, é uma cidade com cinco mil habitantes, né, então, como é poucas pessoas, quando a gente envolve por questões políticas, né, tudo aqui vira muito pessoal. E não é por maldade das pessoas, mas é porque a cidade é pequena, então, por exemplo, a gente está em Belo Horizonte, se eu estivesse em BH, eu tenho que debater com o vereador, eu só vou ver esse vereador na Câmara, eu não sei quem que é a família, a gente não conhece nada. Então, aqui, não, aqui, por exemplo, se você critica um vereador, você está criticando uma família. Mas você está criticando, né, todo um arranjo social que a sociedade não enxerga, né! Mas a gente que já milita, a gente já tem essa percepção (Figura, 2024).

O contexto narrado também foi observado por Silva (2019), em pesquisa sobre o movimento “Justiça sim, Desemprego não”, ocorrido em Mariana, Minas Gerais, após o desastre-crime do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015. A autora nos apresenta a tentativa de descrédito das pessoas que lutam pela defesa da natureza a partir de uma fala da ambientalista Maria Teresa Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas:

Eu queria começar dizendo que a questão do trabalho e do trabalhador, pra nós que somos chamados ambientalistas, porque a gente defende o meio ambiente [...] sempre é uma área que, pelas empresas de mineração, é muito usada pra querer nos parar naquilo que a gente sente que é um direito inalienável, de defender o meio ambiente. Eles [as empresas de mineração] usam muito, o tempo inteiro, nos colocar contra os trabalhadores. [...] Porque é muito interessante pra esse sistema voraz da mineração ter todo mundo refém de que, como nós escutamos aqui, Minas Gerais tem que minerar e isso tá acima de qualquer lógica. [...] Essa coisa de colocação de trabalhadores, trabalhos e emprego, e essa coisa que é dita que é ótima a mineração pra nossa economia... Nós, que estamos do lado de cá (como ambientalistas e pessoas lutando contra esse modelo, precisamente para que se tenha outras alternativas, pra que não se tenha esses rompimentos de barragem e todo esse sofrimento que a mineração causa), [...] somos tratados como os inimigos do desenvolvimento, os inimigos do trabalho, e nos colocam sempre na contramão. (Corujo *apud* Silva, 2019, p. 62).

A fala da ambientalista nos instiga a refletir sobre como opera a narrativa das empresas minerárias e dos grupos de interesse que agem em seu favor nos territórios com conflitos minerários. Essa narrativa estrutura um sistema que prioriza interesses econômicos e descredibiliza lutas ambientais, retratando-as como inimigas do progresso, naturalizando a destruição de elementos da natureza e a dependência econômica em relação à mineração.

Investimentos em eventos culturais, programas e projetos educacionais

A influência da mineração na dinâmica territorial também se faz presente de forma estratégica em outros setores da comunidade, a partir de investimentos em eventos culturais,

programas e projetos educativos. Tais iniciativas, embora apresentadas como contribuições para o desenvolvimento sociocultural local, são por esta pesquisa interpretadas como mecanismos de controle narrativo, que dissimulam os impactos socioambientais e ressignificam a presença das empresas como benfeitoras indispensáveis ao território. Durante a realização desta pesquisa, foi possível observar no contexto local diversas iniciativas das empresas mineradoras no que diz respeito ao financiamento de eventos culturais, programas e projetos de educação.

Conforme informado pelo Relatório de Atividades do Instituto Cultural Vale Informa, no ano de 2023, por exemplo, foram executados com recursos da mineradora VALE S.A, em Catas Altas, os projetos de circulação cultural “Cinema na Cidade” e “Orquestra Filarmônica de Minas Gerais”, os festivais esportivos “Entre Serras” e “Catás Altas Vertical”, e as festividades “XXII Festa do Vinho de Catas Altas” e “VI Festival Sabores do Morro” (Instituto Cultural Vale, 2024). Apesar desses eventos serem oportunidades para o lazer da comunidade local, são analisados nesta pesquisa como exemplos da estratégia corporativa para a governança territorial e como ferramentas de compensação de impactos pelos danos socioambientais, além de serem parte do controle narrativo do setor mineral no território.

Para exemplificar essa discussão, apresentamos a campanha “Aqui tem minério de ferro”, desenvolvida pela mineradora Vale S.A durante o 6º Festival Gastronômico Sabores do Morro, ocorrido no distrito do Morro D’Água Quente, observada em campo em outubro de 2024 (Figura 47). A campanha publicitária da empresa propõe uma conexão entre a extração mineral e a gastronomia, buscando evidenciar a presença dos minérios no cotidiano. A iniciativa destaca a ubiquidade do minério de ferro em objetos como utensílios domésticos e eletrodomésticos, reforçando a ideia de que a mineração sustenta aspectos fundamentais da vida moderna. Ao associar-se a um evento cultural que valoriza a culinária regional, a campanha também promove a integração entre o setor minerário e a comunidade, gerando visibilidade para produtores locais ao mesmo tempo que reforça narrativas de desenvolvimento econômico vinculado a este setor.

Figura 47: Espaço educativo da campanha “Aqui tem minério de ferro”, da VALE S.A., durante o 6º Festival Gastronômico Sabores do Morro de 2024, em Catas Altas (MG)



Fonte: Acervo pessoal (2024)

A distribuição de cartões postais da localidade referenciando a festa e apresentando receitas tradicionais presentes no contexto local, aliada aos jogos educativos construídos pela campanha, buscaram ilustrar a trajetória do minério de ferro “da natureza à sua casa”, funcionando como ferramenta lúdica e didática. Entretanto, percebeu-se nesta campanha a simplificação de conceitos e de cadeias produtivas complexas, omitindo externalidades como a concentração de lucros e a socialização dos custos ambientais. Trata-se, portanto, de um desvio narrativo sobre o debate de temas urgentes, como a reparação de danos socioambientais e culturais, conflitos fundiários e degradação ambiental associados a atividade mineradora.

Ao vincular o minério de ferro aos objetos utilizados no cotidiano e à gastronomia, atividade que, no caso do referido festival, celebra tradições e formas de economia sustentável, a empresa enfatiza o minério de ferro como elemento “transformador” da cozinha, ignorando contradições inerentes: no contexto geopolítico global, o setor minerário também é responsável por alimentar a indústria bélica, a partir da produção de armas, munições e tecnologias militares e informacionais que reconfiguram radicalmente cotidianos e modos de viver; localmente, especialmente na localidade do Morro D’Água Quente, o território é pressionado e os elementos naturais, como a rede hídrica, imprescindível para a agricultura, são comprometidos. A campanha revela, portanto, uma estratégia de comunicação que busca uma função educativa, mas instrumentaliza a cultura e a identidade local para legitimar um modelo extrativista historicamente marcado por injustiças e danos socioambientais, políticos e econômicos.

Essa estratégia desloca a vinculação do setor mineral aos impactos presentes no território, e se associa ao poder público local, que estimula esse tipo de ação de poder e dominação simbólica (Bourdieu, 1989). Para Thalia (2024), o foco dos investimentos em festividades locais não altera de fato a estrutura do modelo econômico pautado na mineração:

Sabendo das potencialidades turísticas da nossa cidade, falta muito da parte do governo da cidade, do prefeito, dos vereadores, dos secretários, em todos os requisitos, digamos assim. Porque eu vou ser bem sincera que é muito focado em festas (Thalia, 2024).

Tamanduá (2024) amplifica esta percepção ao exemplificar problemas que identifica na gestão da tradicional Festa do Vinho, realizada por meio de parcerias entre a prefeitura municipal e as empresas mineradoras atuantes no território:

Os eventos, eles passam a ser mais voltados em trazer grandes artistas, em talvez até deixando de lado o produto que era para ser a atração daquele evento. Hoje a gente tem um exemplo aí da festa do vinho, onde turistas se sentem enganados, porque eles chegam achando que eles vão tomar vinho de uva, quando, na verdade, não se trabalhou *marketing* dizendo que é um vinho de Jabuticaba, né? E dizendo: “Olha, a gente fala vinho por uma memória afetiva, e a gente, por essa memória afetiva a gente conseguiu um tombamento, então por isso a gente pode também usar até então esse nome.” E a

maioria das pessoas que tem vindo em eventos desse tamanho, elas não têm essa... É da nossa cultura, da nossa gastronomia, da nossa natureza, da nossa água (Tamanduá, 2024).

Nota-se uma preocupação da interlocutora com o processo como um todo para que essas festas ocorram. Esta preocupação também é contextualizada por Lidinha (2024), ao citar sua percepção sobre a Festa do Produtor Rural:

E hoje eles estão preocupados com turismo, eu te falo mais propriamente, turismo em festa. Ah, festa do produtor rural, lindo! E aí, qual que é a realidade? Será que a galera está ali, né, realmente apoiando os produtores rurais? Ou eles têm que esperar um ano para divulgar os seus produtos? Vamos construir aqui só feira, vamos pegar a galera local, vamos valorizar, vamos potencializar a galera. Para mim estava tranquilo. Menos gastos, mais retorno, mais valorização para o lugar. Mas não funciona assim (Lidinha, 2024).

A partir destas interlocuções, se faz possível analisar que somente os investimentos pontuais em eventos e programas culturais locais não são efetivos para garantir que a própria comunidade se aproprie de sua cultura e a reproduza, como prática cotidiana e como fonte de renda, o que possibilitaria a criação de mecanismos endógenos, e, portanto, mais robustos para a qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico. Assim, cabe refletir sobre qual é o nível de investimento anterior, por exemplo, na produção artesanal, ou, para eventos esportivos relacionados ao espaço da Serra do Caraça? Cabe pontuar que não foram identificadas iniciativas contínuas de investimento em feiras artesanais ou nas modalidades de lazer e esportivas que ocorrem em interrelação com a montanha, por exemplo. Conforme exposto nos relatos das entrevistas, se faz necessário ações efetivas do poder público, em parceria como as empresas presentes no contexto local, para integrar toda uma cadeia produtiva e de bens culturais, com articulações contínuas entre as dinâmicas socioeconômicas e culturais.

No mesmo sentido, observamos que as ações voltadas a projetos e programas educacionais entre o poder público e as mineradoras locais também apresentam contradições. Alguns exemplos de projetos e programas executados pela Fundação Vale S.A., em parceria com o poder público local, nos indicam essa relação imbricada entre políticas públicas e programas corporativos. Destacam-se os programas voltados para a comunidade escolar, como o Território Vale, o Trilho da Aprendizagem e Territórios em Rede, que buscam, através de abordagens distintas, fortalecer o acesso ao direito à educação e a promoção de ações voltadas a educação ambiental em Catas Altas (Instituto Cultural Vale, 2024).

O Programa Território Vale tem por foco a reinserção escolar de crianças e adolescentes, combate à evasão e promoção da alfabetização. Por meio de parcerias com secretarias

municipais de educação, oferece formação continuada para educadores, ferramentas de diagnóstico e estratégias pedagógicas para identificar estudantes afastados e evadidos do ambiente educacional (Instituto Cultural Vale, 2024).

O “Trilho da Aprendizagem”, busca ampliar oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade, integrando ações como acompanhamento psicossocial, apoio pedagógico e engajamento familiar. Essa iniciativa busca reinserir estudantes no sistema de ensino e fortalecer vínculos comunitários, promovendo a educação como um eixo central de desenvolvimento territorial (Instituto Cultural Vale, 2024).

Já o “Territórios em Rede” expande essa visão ao fomentar redes colaborativas entre escolas, famílias e organizações locais, utilizando metodologias participativas para construir ecossistemas educativos inclusivos. Um dos pilares desse programa é o Rotas e Redes Literárias, que promove a mediação de leitura em escolas públicas por meio de formações para educadores, criação de espaços literários e distribuição de acervos (Instituto Cultural Vale, 2024).

Essas iniciativas refletem um modelo de atuação que valoriza a educação como alicerce para a cidadania. Nota-se, entretanto, a falta de conectividade destes programas com os preceitos da educação ambiental e com a valorização do espaço da Serra do Caraça e dos diversos tipos de apropriação que a comunidade local faz deste espaço, para além da atividade extrativa mineradora. No que se refere a educação ambiental, Bahia (2014) ressalta que a educação ambiental deve ser realizada integrada a formação educacional e cidadã:

A educação ambiental como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, que contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas (Bahia, 2014, p. 262).

Interessa notar que, no contexto analisado, a escola, enquanto instituição social, é essencial nesse debate, uma vez que, também, se beneficia da diversidade dos elementos naturais presentes no espaço da Serra do Caraça, bem como da proximidade deste espaço com o núcleo urbano da cidade. Tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que postulam que, por meio de interações, brincadeiras, e experiências que incentivam “a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza”, pode-se promover “o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade, e

da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais” (Brasil, 2010).

Sob o mesmo ponto de vista, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), orienta a inclusão das denominadas Práticas Corporais de Aventura (PCAs), no currículo escolar, destacando a potencialidade de interação da comunidade escolar com os ambientes de natureza, a partir da “experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam” (Brasil, 2018). Esse conteúdo, pode fomentar situações de ensino-aprendizagem críticas, bem como, fomentar a autonomia e conhecimento corporal e ambiental (Inácio, 2021). É preciso, entretanto, compreender como esses documentos orientadores são escolarizados, tendo em vista a produção de conhecimento sobre lazer e natureza, e as tensões, disputas e conflitos que perpassam o ambiente escolar (Nicácio, 2020).

Em campo, foi possível estabelecer diálogo com Maria (2024), professora da educação básica que atua há 15 anos no município, e que nos relata algumas experiências, a partir da Educação Física Escolar, em ambientes naturais em Catas Altas. Ela pontua a execução de parcerias entre as instâncias pública e privadas, no que tange ao incentivo a práticas de lazer na natureza, entretanto, adverte que estas foram descontinuadas. Pontua também algumas limitações em relação ao planejamento curricular e a estrutura do espaço da escola no que tange à falta de equipamentos para práticas de aventura:

Quando, assim que eu iniciei na escola estadual, tinha um projeto que era ofertado, eu lembro que era por uma empresa, não vou recordar agora certamente a empresa, mas era um *trekking* que era feito no Caraça, e era muito legal. Eu cheguei a participar com os alunos por dois ou três anos, mas depois, eu não sei se acabou esse convênio entre o Caraça, a Prefeitura e essa empresa, mas essa foi a primeira experiência que eu tive. E eu gostava muito de trabalhar, já tem uns anos que eu não tenho trabalhado mais, mas no início eu trabalhava com o ensino médio, eu colocava um tópico nos bimestres finais, que já era primavera, início de verão, o AFAN, que é Atividades Físicas em Ambientes Naturais. Aí a gente trabalhava essa questão das caminhadas aqui nas trilhas, eu fazia caminhada com os meninos, eles faziam uma pesquisa sobre os espaços. Tinha aluno que tinha conhecimento sobre o *slackline*, eles levavam a fita e a gente colocava na escola. Então assim, eu lembro que a gente fazia umas atividades bem diferenciadas. E de uns anos pra cá, a Secretaria Estadual de Educação começou a fornecer os planejamentos, eles já vêm prontos pra gente. Ah, então com essa limitação, ficou mais difícil, porque de vez em quando vem alguma coisa relacionada a atividades em ambientes naturais, mas são coisas um pouco fora da nossa realidade, e vem mais a título de conhecimento, não experimentação, mais uma teoria pra eles entenderem o que é esporte, responder alguma coisa, mas não vem mais aquela prática, igual a gente tinha a liberdade de fazer antigamente. Agora a gente tá meio limitado pra continuar trabalhando essas questões (Maria, 2024).

A reflexão de Maria (2024) nos instiga a perceber como a educação, quando praticada de forma contextualizada com o território onde se manifesta, pode contribuir para a formação sensível e para o aprendizado de estudantes. Nesse sentido, o lazer emerge como uma atividade de potencial educativo, capaz de atuar tanto como objeto quanto veículo da educação, conforme destacado por Marcellino (1987). Para esse autor, o papel educativo do lazer deve pautar-se pela discussão crítica e criativa da realidade, buscando compreender as contradições sociais e o contexto em que se manifesta (Marcellino, 1987).

Essa perspectiva dialoga com a análise de Tavares, Silva e Santos (2021) sobre o Currículo Referencial de Minas Gerais (CRMG, 2020) para o ensino de Geografia em áreas de vulnerabilidade socioambiental. As autoras ressaltam a importância de integrar temas como a mineração aos conteúdos disciplinares de maneira multidisciplinar e crítica, promovendo uma educação ambiental contextualizada. Segundo elas, nos anos iniciais, o currículo prioriza o estudo do meio físico e os impactos antrópicos, enquanto, nos anos finais, enfatiza aspectos políticos, econômicos e socioculturais. Contudo, há uma lacuna: a abordagem superficial da mineração que não discute os seus riscos, benefícios e impactos locais, como as autoras destacam:

A partir da análise dos documentos de plano de curso de Minas Gerais é possível perceber que nos anos iniciais, recomenda-se mais o estudo do meio físico, ou seja, as noções de espacialidade e a familiarização dos alunos do que é visto nos livros com o que se é visto na realidade. Nessa fase também se fala muito do natural e dos impactos que a ação antrópica gera no meio ambiente, não se aprofundando muito nos aspectos econômicos. Já nos anos finais, o documento recomenda muito mais o estudo dos aspectos políticos, econômicos e socioculturais do que os aspectos físicos em si. Sendo assim, as temáticas de mineração e as relacionadas a ela aparecem nesses anos de uma forma mais abstrata, ou seja, se mostrando nos conflitos por recursos naturais, na industrialização e como a indústria modificou as paisagens naturais e antrópicas, no consumo e na transformação da matéria-prima, na globalização e no avanço da tecnologia no meio de exploração e suas consequências mais focada na economia, e não no meio ambiente. Sendo assim, espera-se que a articulação do físico com o abstrato se dê ao longo dos anos, iniciando com uma base espacial e depois acrescentando a esse conhecimento prévio o conteúdo socioeconômico e cultural. Todavia, no currículo do ensino fundamental, não há de fato um aprofundamento na temática da mineração com informações o suficiente para que o aluno se informe de seus riscos, benefícios e impactos para a região onde essa prática de exploração (Tavares, Silva e Santos, 2021, p. 350).

Essa limitação curricular também é refletida na realidade escolar em Catas Altas, como aponta Figura (2024), que já atuou como professor da educação básica na rede pública da cidade. Ele relata haver, entre os estudantes, um ceticismo em relação ao discurso ambiental praticado pelo setor de mineração quando aborda a pauta ambiental junto as escolas locais. Entretanto, percebe que a crítica de estudantes não mobiliza ações políticas concretas, pois estes

parecem resignados com a identidade minerária da cidade, que avalia estar sendo priorizada em detrimento de sua história e ecologia:

O que é o educativo da Vale? Nisso aí, por exemplo, da minha percepção, do que os alunos analisam disso. Eles sabem que é tudo mentira e que a Vale vai só detonar mesmo, sabe? Então, eles têm essa percepção que a Vale não vale nada, sabe? Nisso aí, a gente até é bem tranquilo, porque aqui é bem escrachado, né? A Serra está na nossa frente, né? E tem algo que nos une, que é a água, no sentido de que, olha, todo mundo sabe que a água vem de lá. Então, por exemplo, eu me lembro de um aluno... A Vale foi lá na escola falar de preservação da água. Ai, o aluno virou e falou: “Engraçado, vocês vêm aqui falar da água, e vocês estão lá destruindo o rio”. Então, eles têm essa visão, sabe? Só que ela para aí. Ela, por exemplo... eles não têm a visão da nossa geração, a gente já enfrentou. Na hora, a gente não aceita isso. Eles não, eles já são... eu sinto que eles estão bem confortáveis, assim, conformou com a situação. É igual, por exemplo, a nossa geração não aceitava enxergar Catas Altas como uma cidade minerária. Mas não, Catas Altas hoje é uma cidade minerária, não é uma cidade histórica e ecológica (Figura, 2024).

Esse conformismo ou passividade nos leva a refletir sobre a ausência de uma educação ambiental que supere a denúncia e mobilize a população para a transformação socioambiental. Diante disso, torna-se urgente a criação de políticas públicas que não apenas sensibilizem, mas que desconstrua e discuta de forma crítica as narrativas associadas às benesses da mineração. Para superá-la, são urgentes políticas públicas que desconstruam narrativas hegemônicas e resgatem a memória ecológica e histórica da região, incentivando a população a reconhecer e usufruir da Serra do Caraça não como um estoque de recursos, mas como um patrimônio coletivo. Segundo Harvey (2013), a concepção do direito à cidade é um direito humano, ainda que seja menosprezado, e é, em essência, “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos (Harvey, 2013, p. 28).

Dialogando com essa concepção, Freire (1994) compreende que para reinventar uma cidade, é preciso uma educação que conecte as sujeitas ao território, reconhecendo a cidade como espaço de cultura, criação e disputa política:

A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos. Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição

política e, obviamente, a maneira como exerçamos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer (Freire, 1994, p. 13).

Nesse contexto, Fauna (2024) alerta que políticas públicas não podem limitar-se a discursos genéricos sobre sustentabilidade:

A gente não quer uma política pública de simplesmente para fazer cosquinha, sabe? É uma política pública, de que vamos implementar uma política pública de educação ambiental, mas essa política pública, ela precisa ter força suficiente para alterar a educação ambiental do município. Não é uma coisa assim: “Ah, vamos falar que a terra... as árvores são verdes, o céu é azul e a gente precisa conservar.”. Não! É uma coisa que, assim, o nosso problema é isso, o que a gente vai conseguir alterar alterando a cabeça das pessoas, sabe, assim, de que existe luz além da mineração, sabe? (Fauna, 2024)

Essa “luz além da mineração” pode ser materializada, por exemplo, na valorização do lazer na Serra do Caraça, cuja fruição está ameaçada não apenas pela degradação ambiental, mas pelo apagamento histórico e cultural. Para Figura (2024) o acesso aos espaços naturais e culturais da região não foi formalmente proibido, mas é sutilmente sabotado pela falta de valorização sócio-histórica e cultural do espaço da Serra do Caraça no contexto local, e pelo desmonte do sentimento de pertencimento:

Então, o exercício do lazer ainda não está proibido. A gente tem acesso aos espaços. Só que eles tiraram das pessoas o acesso ao conhecimento do que tem. Entende? Então, por exemplo, e eles colocaram a visão de terra arrasada. Catas altas, a cidade minerária e vai ser destruída. Então, não há razão de você ficar indo lá. O grande problema é o problema psíquico, por exemplo. É muito o que a Duda Salabert fala: “Lei não muda nada, né? O que muda é as novas consciências”. E as mineradoras, o poder público, ele criou uma nova consciência no povo, né? Ele afastou esse sentimento de pertencimento. Então, basicamente isso. Eu acho que o que destrói o lazer é isso. É você tirar o acesso das pessoas. E aí, se as pessoas não sabem o que tem, e às vezes sabem que tem lá um sítio arqueológico, mas não sabem o que é um sítio arqueológico, é a mesma coisa de não ter nada. Então, é bem um fatalismo, sabe? É como se a região tivesse determinada já. É o que eu falo para as pessoas: “Se não tiver uma mudança extremamente radical, é causa perdida” (Figura, 2024).

Portanto, uma educação ambiental e uma ação política transformadora devem integrar memória, crítica e ação, reconhecendo o território como patrimônio coletivo. Isso implica a criação de políticas que não apenas sensibilizem, mas que efetivamente mobilizem a população para reivindicar e reconstruir espaços urbanos e naturais, ressignificando a relação entre sociedade, ambiente e economia. Nesse contexto, a incorporação de práticas culturais e sociais, como o lazer, surge como estratégia fundamental para alcançar esse objetivo.

Bahia (2014) contribui para essa discussão ao destacar o lazer como instrumento de mudança social, capaz de superar perspectivas reducionistas. Segundo a autora, essa prática pode “educar os indivíduos a vivenciarem de forma crítica, criativa e emancipatória seus momentos no tempo de lazer e no trabalho” (Bahia, 2014, p. 30). A autora complementa que o lazer favorece “formas de relacionamentos sociais mais espontâneas e uma convivência mais sustentável ‘com’ a natureza, ao invés do domínio ‘sobre’ esta” (2014, p. 30). Esse princípio não apenas se aplica à realidade local, como também se confronta com a pressão política exercida pela exploração mineral, evidenciando a necessidade de se compreender as estruturas políticas em disputa no território, tema central para compreender os desafios da governança ambiental na Serra do Caraça.

Influência política

Observarmos que a governança ambiental construída pelas empresas mineradoras nos territórios explorados perpassa, inevitavelmente, pela formação de alianças com o poder público em diferentes esferas: locais, regionais e nacionais. A complexa articulação que visa assegurar a apropriação de recursos naturais demanda, como condição essencial, um Estado que funcione como estrutura política legitimadora do regime de acumulação característico do neoextrativismo (Neri, 2023). Nesse sentido, cabe compreender, como destaca Mascaro (2013), que “o neoliberalismo é uma política dos capitais passando pelos Estados; o neoliberalismo não é a abolição da forma política estatal, mas sua exponenciação” (Mascaro, 2013, p. 124).

Nessa ótica, o neoliberalismo não representa um enfraquecimento do Estado, mas sua reconfiguração para intensificar as dinâmicas capitalistas, atuando como mecanismo de reprodução ampliada do capital. Nesse mesmo movimento, o neoextrativismo se configura como um aprimoramento do extrativismo tradicional, funcionando como uma “forma geométrica de acumulação do capital”, conforme argumenta Machado Aráoz (2020). Ou seja, um modelo que expande e sofisticada a exploração de territórios e populações, integrando-os de forma ainda mais orgânica às cadeias globais de valor. Assim, longe de ser uma ruptura, o neoextrativismo opera como um refinamento das práticas extrativistas, sustentado por um Estado que não apenas permite, mas ativamente estrutura, jurídica e politicamente, a espoliação de bens comuns em nome da acumulação privada (Machado Aráoz, 2020; Neri, 2023).

No contexto da pesquisa, essa articulação entre corporações extrativistas e poder público manifesta-se pelo discurso da rigidez locacional, conceito que se refere à justificativa de que “o minério está ali, e somente ali, obrigando as empresas a realizar suas atividades no local, independentemente dos custos ambientais e sociais decorrentes” (Neri, 2023, p. 86). A VALE S.A., por exemplo, utiliza esse argumento em seu Estudo de Impacto Ambiental (VALE S.A., 2014) para defender a continuidade da exploração das reservas minerais no Quadrilátero-Aquífero-Ferrífero, por meio do projeto de ampliação da Mina de Fazendão, nas Cavas de Tamanduá e Almas, conforme expõe o trecho abaixo:

No cenário atual de exploração de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero, de forma geral, se caracteriza pela gradativa exaustão das reservas de hematita (minério com elevado teor de ferro), reservas de minério ainda remanescentes nas jazidas das cavas São Luís, Almas e Tamanduá. O projeto requerido prevê ampliação da vida útil do empreendimento por aproximadamente mais 27 anos e, conseqüentemente, a manutenção da geração de tributos e impostos municipais, estaduais e federais (VALE, 2014, p. 27).

A mineradora reafirma, em estudo de impacto mais recente (2020), que a arrecadação tributária “é o principal impacto econômico do empreendimento, pela sua potencialidade de gerar a manutenção e o aumento nas receitas e os efeitos multiplicadores positivos em todo o município e região de inserção” (VALE S.A, 2020, p. 153). Esse discurso, reproduzido tanto pela empresa quanto pelo poder público, reduz a questão a uma aparente inevitabilidade econômica: a exploração mineral seria indispensável para manter empregos e arrecadação. Contudo, em Catas Altas, esse embate transcende a retórica e materializa-se em conflitos concretos.

Um exemplo emblemático é a tentativa da sociedade civil de Catas Altas de criar o Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça (MONAMUSC), por meio do Projeto de Lei n.º 771/2021 (Catatas Altas, 2021). Previsto no SNUC, o Monumento Natural se destaca como uma categoria de UC destinada a preservar características naturais singulares, como formações geológicas ou paisagens de grande beleza cênica. Essa modalidade pode incluir áreas públicas ou privadas, desde que as atividades humanas permitidas sejam compatíveis com os objetivos de conservação. Exemplos de Monumentos Naturais incluem cavernas, cachoeiras, montanhas e formações rochosas que possuem valor ecológico, histórico ou cultural. A proteção dessa categoria busca equilibrar o acesso da população e a preservação da integridade ambiental do local (Brasil, 2000, Art. n.º 8, inc. IV).

A criação de um Monumento Natural exige que sejam delimitados seus limites de forma clara, especificando quais atividades poderão ser realizadas na área para evitar

impactos negativos. A gestão é realizada por um órgão ambiental responsável, que deve estabelecer um plano de manejo, instrumento essencial para orientar as ações de conservação e o uso sustentável do espaço. A visitação pública é geralmente permitida, mas com regras específicas para garantir que as características naturais protegidas não sejam degradadas (Brasil, 2000, Art. n.º 8, inc. IV).

O projeto de lei tramitou na câmara municipal de Catas Altas entre os anos de 2021 a 2024, sendo o projeto com maior tempo de tramitação na história legislativa da cidade, tendo passado por diferentes comissões e com diversos pedidos de prorrogação e vistas pela maioria dos membros parlamentares, incluindo protocolização de novos pedidos de estudos técnicos que já haviam sido realizados e apresentados anexos ao Projeto. Também foram organizadas consultas públicas e petições comunitárias entre os anos de 2020 a 2024.

Cabe ressaltar que toda a movimentação relacionada a demarcação dos limites, os estudos técnicos e a discussão pública e ampla com a sociedade foram ações voluntárias. Para Pereira (2024), a participação de parte da sociedade civil organizada na construção deste projeto de lei indica “o sentimento de pertencimento enraizado em uma parcela da sociedade local, pela qual, sempre teve que, de acordo com suas condições e meios, derrubar posicionamentos tendenciosos das mineradoras e do poder público municipal” (Pereira, 2024, p. 9).

Gohn (2001) entende que a participação social e política está relacionada à integração, ou seja, participar de forma ativa e comunicativa significa estar integrado e, ainda, em alguns casos, aprender a participar significa a possibilidade de integração. E estar integrado na sociedade é também ter liberdade e segurança para desenvolver os planos de vida relacionado a outras formas de viver, o que abarca explorar outras atividades econômicas e culturais mais próximas às concepções de qualidade de vida que a população julga mais adequada.

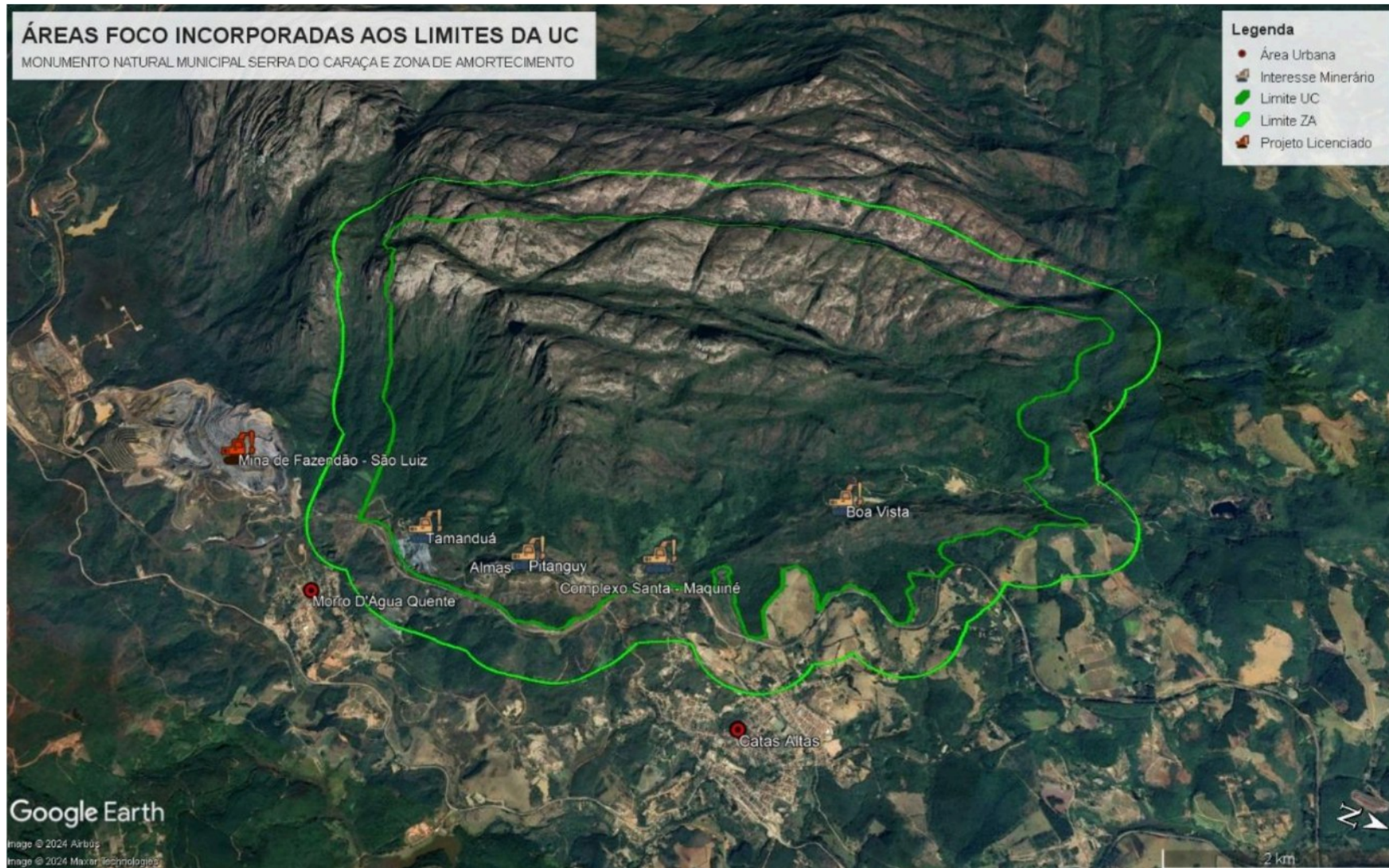
No mesmo sentido, Bahia (2014), argumenta que a participação social na agenda de políticas públicas pode contribuir com a democratização da sociedade brasileira, uma vez que os processos participativos podem “levar às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Portanto, nesse sentido, a participação é também um instrumento de luta por condições melhores de vida e pelos benefícios da civilização (Bahia, 2014, p. 65).

Um dos principais motivos apontados por este movimento para a demarcação e criação da UC Serra do Caraça mantém relação com a salvaguarda do espaço da Serra e de seus elementos naturais, culturais e simbólicos. Nesse sentido, o projeto buscou incidir sobre os impactos negativos da atividade mineradora no ambiente natural e nas dinâmicas

socioculturais. Ao mesmo tempo, o projeto destaca a relação histórica entre a atividade econômica de mineração e o processo de ocupação e desenvolvimento do território, relação de que deveria ser objeto de estudos futuros. Argumenta-se que a proteção legal aos sítios arqueológicos, assim como ao patrimônio cultural, pode contribuir com a compreensão “dos modos de vida e das formas de ocupação da população, nas diversas temporalidades, em especial nos séculos XVII, XVIII e XIX” (Catás Altas, 2021, art.º 2, inc. III).

O referido projeto de lei propõe, via memorial descritivo, a demarcação da área total da UC, com as áreas foco para a sua implantação, abarcando áreas prioritárias pra a conservação, bem como excluindo a possibilidade de exploração de áreas pretendidas por projetos extrativistas, sendo as Cavas de Tamanduá, Almas e Pitangui, o Complexo Santa-Maquiné e a Mina de Boa Vista, conforme apresentado na Figura 48, considerando na proteção também o subsolo.

Figura 48: Limite proposto para a Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça, Catas Altas (MG)



Fonte: Projeto de Lei 771/2021 (Catás Altas, 2021)

Foram apresentadas pelo PL 771/2021, três diferentes propostas de delimitação para a área ser protegida. Dessas, duas abarcavam uma área a ser protegida mais ampliada, que incidiam sobre a área de exploração da Pedreira Um Valemix, no Morro Boa Vista e as áreas das Cavas de Tamanduá, Almas e Pitangui, o Complexo Santa-Maquiné (Souza, 2024). A outra, apesar de declarada discordância do grupo técnico a frente da elaboração dos estudos, apresentava uma proposta de delimitação que mantinha fora dos limites da UC MONAMUSC a área de beneficiamento da Mina de Boa Vista, estratégia adotada como resguarda do interesse do setor extrativo diante do risco de o projeto não ser pautado pela câmara de vereadores (Souza, 2024).

Entretanto, nem mesmo a proposta mais conservadora foi aprovada pela maioria dos parlamentares. A votação ocorreu durante a 12ª Reunião Ordinária, de 10 de julho de 2024²⁶. Durante a tramitação do projeto, processo que pude acompanhar, ficou evidente nas falas da oposição que a UC não carecia de especificidades técnicas ou justificativas coerentes, mas sim, que impediria a reabertura das cavas de Almas e Tamanduá, essas essenciais para o projeto de expansão da Mina de São Luiz. Thalia (2024), revela, durante a entrevista, sua leitura sobre essa votação, expondo que os vereadores que se posicionaram contra utilizam do discurso de que a UC proposta iria proibir todas as atividades mineradoras no território:

Tipo assim: “Ah, não vai ter mais mineração no município!” Não! Ainda teria, só que estava preservando locais que a gente queria preservar, que são locais que, inclusive, tem os recursos hídricos do município. Então, eu não entendi a logística deles para poder votar contra, mas a maioria fala: “A gente ainda não tem condições de viver sem mineração”. Como se fosse acabar, mas não ia acabar. Ainda ia durar uns anos (Thalia, 2024).

Cabe ressaltar que a demanda pela proteção da Serra do Caraça foi proposta não somente pelo Projeto de Lei 771/2021, mas se encontra prevista também no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 1989 (Minas Gerais, 1989, art.º 84). A Constituição do estado dispõe sobre o processo de tombamento para fins de conservação da Serra do Caraça, sendo declarada enquanto Monumento Natural (Minas Gerais, 1989, p. 310), estipulando o prazo de trezentos e sessenta dias a partir da promulgação do dispositivo para a demarcação da Unidade de Conservação, prazo que ainda não foi cumprido.

O Plano Diretor da cidade (Catas Altas, 2005), também incorporou em seus

²⁶ 12ª Reunião Ordinária de 2024 da Câmara Municipal de Catas Altas, de 10/07/2024, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gNJCyKvR-H8&t=4776s&ab_channel=C%C3%A2maraMunicipaldeCatasAltas

dispositivos a criação e manutenção de áreas protegidas no município, buscando sua efetivação como Unidade de Conservação, quando for o caso, em consonância com o SNUC, promovendo a instalação de infraestrutura e o desenvolvimento de planos de manejo (Catás Altas, 2005).

Para consecução dos objetivos visados nesta lei, compete ao Poder Público Municipal: V - Desenvolver ações e medidas de proteção ao solo, à flora e à fauna do município; VI - Criar e manter áreas protegidas no município, buscando sua efetivação como unidades de conservação, quando for o caso, em consonância com a Lei Federal 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, promovendo a instalação de infra-estrutura e o desenvolvimento de Planos de Manejo; Parágrafo Único - De acordo com o inciso V deste artigo deverão ser criadas no município as seguintes unidades de conservação, observando-se a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000: V - Monumento Natural da Serra do Caraça (CATAS ALTAS, 2005, art.º 135).

A busca pela Unidade de Conservação Monumento Natural da Serra do Caraça também é proposta na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio do Projeto de Lei 2821/2021 (Minas Gerais, 2021), desta vez, como Monumento Estadual. Apesar de constar na carta do estado, no Plano Diretor e tramitar como projeto de lei nos âmbitos municipal e estadual, ainda não foram decretados os limites para a área protegida, e, conseqüentemente, o plano de manejo ainda não foi realizado, bem como as legislações específicas para uso e ocupação do solo, que devem regulamentá-la, não foram estipuladas.

Para Souza (2020), a atual situação facilita “a expansão de atividades minerárias, procedimentos de licença ambiental e especulações de novos empreendimentos” (Souza, 2020. p.1), além de colocar o município em extrema vulnerabilidade em relação aos direitos constitucionais fundamentais, conforme argumenta:

Caso estivéssemos diante de uma omissão de 05 anos ou 10 anos do poder público, legislativo e executivo, entenderíamos que o judiciário poderia até estar invadindo a esfera de outro ente, violando a separação de poderes, no entanto, estamos diante de um caso excepcionalismo, dado que, a omissão perpassa a mais de 30 anos. Diante desta premissa, o poder judiciário caso venha continuar negando a devida procedente da ação civil pública, ficaremos em uma situação de valoração excessiva do legislativo e executivo, contrariando os ideais do constitucionalismo contemporâneo, uma vez que, é vedado a omissão de proteger os direitos fundamentais difusos (Souza, 2024, p. 24).

Esse cenário não apenas expõe a tensão entre preservação ambiental e interesses extrativistas, mas também revela como o poder público local, alinhado à lógica neoextrativista, prioriza a acumulação de capital em detrimento da proteção à Serra do Caraça. As propostas são assim marginalizadas, evidenciando uma assimetria de poder em que projetos coletivos são subjugados aos imperativos do setor extrativista. Para Pereira

(2024) trata-se da presença de *lobby* do setor mineral no território, que busca “inviabilizar o projeto em razão do interesse mineral de extração mineral em Almas, Tamanduá, Pitangui, Complexo da Santa, Maquiné e Morro Boa Vista” (Souza, 2024, p. 36), locais que são delimitados pelo projeto de lei a ser considerados como áreas protegidas.

O autor argumenta ainda que, apesar de uma longa trajetória de luta pela preservação pela Serra do Caraça por parte da comunidade local, o poder público permanece omissivo diante desta agenda:

Fica evidente em Catas Altas o conflito social, econômico e ambiental, envolvendo as mineradoras e os protagonistas políticos, poder legislativo e executivo, dos quais tem a competência material e normativa para resolver os problemas e garantir os recursos ambientais a coletividade, contudo, dos quinze anos de luta pela proteção do Caraça, percebe-se que o poder de fato não emana do povo e sim da Vale/SA (Souza, 2024, p. 47).

A ausência de uma estrutura legal consolidada para a Serra do Caraça dificulta, dentre outras questões, a mobilização de recursos e a implementação de ações emergenciais frente aos recorrentes incêndios na região, conforme destaca Souza (2024). O autor alerta para o cenário alarmante de destruição do patrimônio cultural, ambiental e turístico, agravado pela falta de manejo adequado e pela inexistência de políticas públicas eficazes de prevenção e combate ao fogo. Como resultado, a comunidade local é frequentemente obrigada a assumir um papel protagonista no enfrentamento das chamas, mesmo sem equipamentos ou preparo técnico adequado:

Todo ano a sociedade tem que conviver com esse desastre ambiental e ainda tendo sempre como protagonista no enfrentamento das queimadas os voluntários da comunidade, dos quais, sem equipamento, muitas vezes sem preparo técnico, assumem a responsabilidade e combatem os focos do fogo durante dias (Souza, 2024, p. 11).

Conforme destacado pelo autor acima mencionado, quando da ocorrência de incêndios, é a população local que se organiza para contribuir com o combate aos focos de queimadas. A ocorrência de incêndios devido a atividade mineradora é um impacto admitido no estudo ambiental da mineradora VALE (2007), conforme exposto:

Haverá também o risco de ocorrência de incêndios que poderão ser provocados por funcionários da mina. Esses impactos poderão ser evitados com a implementação de normas de conduta e de procedimentos para a realização dos serviços na área da CVRD, além da implementação de um programa de educação ambiental direcionado aos empregados da CVRD e das empresas terceirizadas (Sete/CVRD, 2007, p. 132)

Entretanto, diferente do exposto pela mineradora em seu estudo de impacto, a VALE

S.A, mesmo dispondo de equipes ou recursos materiais para o combate aos incêndios, postergou a sua atuação frente a um dos maiores incêndios já ocorridos na Serra do Caraça, ocorridos no ano de 2024 (Vasconcelos, 2024). Além disso, os incêndios se iniciaram na área da mineradora, conforme demonstram as reportagens do Jornal MGTV1, apresentadas por meio do *QR Code* presente na Figura 49, que também apresenta fotos do momento do incêndio a partir da visão do centro da cidade de Catas Altas.

Figura 49: Incêndios ocorridos em 2025 na Serra do Caraça em Catas Altas (MG)



Fonte: Fotos: Daniel Rocha (Dejero) (2024); vídeo: Jornal MGTV1 (2024)

Conforme apresentado pelas reportagens, os incêndios ocorridos na Serra do Caraça, foram iniciados dentro de propriedades das mineradoras, e atingiram a região considerada mais vulnerável da Serra, na área de entroncamento entre a RPPNSC e o Parque Nacional da Serra do Gandarela, região conhecida como Capivari, que também abriga projetos extrativistas. Silva (2024) explica os impactos desses incêndios no equilíbrio ecológico dos ambientes dessa montanha:

Após meses de seca, a vegetação nativa é combustível praticamente incontrolável para os incêndios. Em 2024 presenciamos o que pode ter sido o maior incêndio na Serra do Caraça, consumindo mais de 5.000 hectares de vegetação somente dentro da RPPN. Particularmente neste ano, tivemos dois focos distintos e em sentido oposto. O primeiro, na região do Capivari, consumindo vegetação nativa nas duas UCs. O segundo, começou no distrito do Morro D'Água Quente, município de Catas Altas. Este, mais desastroso, circunda a Serra do Caraça dentro da área da VALE, seguiu sem controle e atingiu a RPPN. Apesar dos esforços de combate, persistiu por 30 dias consecutivos, se juntando a área queimada do primeiro incêndio. O fogo causa uma destruição sem precedentes à vegetação nativa, que após anos sem interferência humana é consumida em minutos. Os animais perdem área de vida, e são consumidos pelo fogo. Os animais que sobrevivem, por muitas vezes não conseguem encontrar alimento, seja esse vegetal ou animal. O maior impacto é sem dúvidas para os invertebrados e os pequenos animais, pois esses não conseguem escapar. Além da perda desses indivíduos, o desequilíbrio ecológico atinge os níveis mais acima da cadeia trófica, chegando até nos animais de médio e grande porte, como os topos da cadeia alimentar. No caso do Caraça, pode impactar o lobo-guará, a onça-parda e a anta, por exemplo. A região atingida pelo fogo está dentro do Zoneamento da UC como área de proteção máxima, local destinado para proteção da vegetação e da fauna associada a ela. É local de reprodução do lobo-guará, onde tivemos o último registro de tamanduá-bandeira (Silva, 2024, p. 40-41).

Lidinha entende que a situação dos incêndios perdurarem por dias, com demora de ação por parte da empresa e do poder público por si só já revela um interesse sobre a Serra do Caraça: “Está tudo bem queimar a Serra, porque aí depois de 10 anos, é mais fácil conseguir uma licença ambiental” (Lidinha, 2024). A ideia de que a inação deliberada de empresas e poder público exposta pela interlocutora reflete um projeto de desproteção da região, que tende a facilitar as atividades extrativistas. Essa perspectiva ganha densidade quando analisamos a crítica apresentada por Lamego (2024) sobre a falta de políticas integrais de proteção a Serra do Caraça. Para ele, o poder público deveria, ao menos, adotar medidas paliativas para prover o acesso seguro a Serra do Caraça, bem como para efetivar ações de proteção ao seu ecossistema:

Nós vamos fazer um corredor ecológico, enquanto que não tem tudo, então a solução não tem. Então você faz um corredor ecológico daquela área. Aquela área ali é livre, demarcada pela empresa, não vai nem para o lado da mina, não vai nem para o lado da mata. Você tem aquele corredor ecológico ali que você vai acessar esses pontos. E fica, você sobe a montanha pelos corredores ecológicos. Não é o ideal, porque imagina depois esse corredor ecológico. Pô, nós já temos um corredor ecológico. Tem um

corredor ecológico, uma cava. Um corredor ecológico, uma cava. Isso não é o que pode, né? Assim, poder pode tudo, mas isso não é o ideal... não é uma experiência que se propõe né?! É... que eu gostaria de ver: cavas e corredores ecológicos. Eu gostaria de ver só um grande corredor ecológico. Mas é isso [...] se tivesse a MONA, a população de Catas Altas não estaria mais com esse pesadelo! (Lamego, 2024)

Ao evidenciar a realidade de um espaço marcado por cavas de mineração e a possibilidade de intervenções fragmentadas, Lamego (2024) nos convida a refletir sobre a necessidade urgente de serem estabelecidas UCs efetivas. Ampliamos a crítica para pontuar, conforme discute Tarrow (2009) ao analisar a ação coletiva de movimentos sociopolíticos, que a resistência a esse pode se dar a partir da mobilização coletiva e do aproveitamento de oportunidades políticas não restritas à esfera ambiental, mas articuladas ao fortalecimento participativo nas instituições públicas, a construção e reconhecimento de identidades coletivas e ao alinhamento comunitário quanto ao senso de justiça:

(...) o confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas. O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiados encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado (Tarrow, 2009, p. 99).

Nesse sentido, as políticas públicas podem servir tanto como mecanismos de reprodução de desigualdades quanto como ferramentas de emancipação. Quando Tarrow (2009) afirma que o confronto político se intensifica diante de acessos institucionais abertos e aliados disponíveis, ele ressalta a importância de estruturas governamentais que não apenas permitam, mas incentivem a articulação popular. Na Serra do Caraça, a regulamentação do lazer emerge como um campo estratégico para essa análise, por envolver disputas sobre o uso do território e a valorização das manifestações culturais que nele são construídas e reproduzidas.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER PARA A SERRA DO CARAÇA

A regulamentação das políticas públicas de lazer no município foi organizada nesta pesquisa por três diferentes grupos, sendo: 1) Instrumentos de ordenamento territorial e gestão do espaço urbano, analisando-se a Lei Orgânica Municipal (Catás Altas, 1999), o Plano Diretor (2024) e o Planejamento Estratégico Municipal (2021-2030) (Catás Altas, 2021); 2) legislações municipais sobre programas, projetos e incentivo ao lazer, com destaque para a Política Municipal de Turismo (Catás Altas, 2020) e a Lei de Incentivo ao Montanhismo (Catás Altas, 2021); e 3) ações e programas não formalizados como políticas públicas, mas que contribuem para a promoção do lazer na cidade.

No primeiro grupo, a **Lei Orgânica Municipal (LOM)** estabelece que Catás Altas deve “priorizar o atendimento das demandas da sociedade civil de educação, saúde, transporte, moradia, abastecimento, lazer e assistência social” (Catás Altas, 1999, art.º 3). Além disso, define como inalienáveis os bens públicos destinados a atividades de lazer, esporte e cultura, permitindo alterações apenas mediante justificativa de interesse público e autorização legislativa (art.º 28). A legislação também associa o lazer a direitos fundamentais, como saúde, proteção familiar e inclusão de grupos vulneráveis (art.º 122; 162). Especificamente sobre o lazer, o Capítulo VIII da LOM estabelece diretrizes claras:

Art. 159. O Município promoverá, estimulará e apoiará a prática desportiva, e a educação física inclusive por meio de:

I - destinação de recursos públicos;

II - proteção às manifestações esportivas e preservação das áreas a elas destinadas;

§ 1º Para os fins do artigo, cabe ao Município:

a) exigir nas unidades escolares públicas, na aprovação dos projetos urbanísticos ou conjuntos habitacionais, reserva de área destinada a praça ou campo de esporte e lazer comunitário;

b) utilizar-se de terreno próprio, cedido ou desapropriado, para desenvolvimento de programas relacionados à prática esportiva.

§ 2º Cabe ao Município, na área de sua competência, regulamentar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos.

Art. 160. O município apoiará e incentivará o lazer e o reconhecerá como forma de promoção social.

Parágrafo Único - Os parques, os jardins, as praças públicas e os quarteirões fechados são espaços privilegiados para o lazer (Catás Altas, 1999, art.º 159).

Conforme disposto, a referida Lei estabelece diretrizes para promover esporte e lazer, com destaque para a destinação de recursos públicos, a proteção de áreas esportivas e a exigência de espaços comunitários em projetos habitacionais. Reconhece ainda parques, praças e jardins como locais privilegiados para o lazer. Contudo, identificam-se lacunas relevantes, como: a ausência de critérios para a alocação de recursos; a falta de mecanismos claros para

fiscalizar o cumprimento da reserva de áreas de lazer em empreendimentos urbanos; e a falta de previsão de participação comunitária na gestão dos espaços.

A legislação municipal não avança na criação de instrumentos intersetoriais nem estabelece conexões efetivas com outras políticas (como turismo ou meio ambiente), restringindo seu potencial de ação integrada. Outra lacuna significativa é a ausência de menção explícita à Serra do Caraça, sendo citado no texto cite o “Parque Natural e Ecológico do Caraça” (referindo-se à RPPNSC) em dois momentos:

Art. 158 O município desenvolverá especial controle sobre todos os recursos existentes no Parque Natural e Ecológico do Caraça, podendo, através de lei, estabelecer parâmetros de desenvolvimento, controle e preservação dos lobos-guará e outras espécies de animais existentes;

Art. 94 Fica instituído como Patrimônio Municipal todo o acervo pertencente ao Colégio Caraça, cabendo ao poder público municipal determinar diretrizes e normas para respectiva regulamentação (Catas Altas, 1999, Art. 150 e 194).

Nota-se, portanto, uma contradição: embora a legislação reconheça a importância do Parque (vinculado à Serra do Caraça) em contextos educativos e ambientais, omite qualquer referência direta à Serra como território estratégico para políticas de lazer ou desenvolvimento sustentável.

Essa desconexão torna-se ainda mais evidente ao analisar o Capítulo XIX – Da Política Rural, no qual a LOM prevê que o município elabore estudos para “proteção e preservação de ecossistemas, implantação de unidades de conservação ambiental e de parques naturais” (Art. 183º) (Catas Altas, 1999). Tais medidas poderiam, em tese, articular-se à proteção da Serra do Caraça, mas a ausência de menções específicas ou diretrizes operacionais revela uma oportunidade perdida de integração entre políticas ambientais e de lazer.

No que se refere ao **Plano Diretor** (Catas Altas, 1995; 2024), o lazer é consolidado como um dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do município, ao lado de direitos sociais, como saúde, educação, trabalho, segurança e cultura (Art. 3º). A abordagem do tema ocorre de forma transversal, vinculando-se a Políticas de mobilidade e acessibilidade urbana (Art. 165º), políticas sociais (Art. 177º), educacionais (Art. 180º) e de saúde (Art. 188º).

Sobre o uso e ocupação do solo, o Plano classifica zonas para atividades específicas, organizadas por categorias. O lazer é inserido na categoria institucional, que abrange “espaços e instalações destinados à administração pública e às atividades de educação, cultura, saúde, assistência social, religião e lazer” (2024, Art. 26º, IV). Além disso, o documento estipula que todos os condomínios e loteamentos destinados ao uso exclusivo residencial devem possuir áreas de lazer comum (2024, art.º 40º, II), assim como é obrigatório aos empreendimentos

imobiliários e industriais que promoverem o parcelamento do solo por meio de loteamentos, chacreamentos ou desmembramento, a transferência mínima de 35% da gleba a ser parcelada para o poder público, sendo que destes, 15% será destinado ao uso público para instalação de equipamentos comunitários, que “são as instalações públicas destinadas à educação, saúde, cultura, lazer, segurança e similares” (2024, Art. 63º) (Catás Altas, 2024). Destaque especial é dado ao Capítulo II - Do Esporte e Lazer, onde se verifica:

Art. 185. O Sistema Municipal de Esporte e Lazer será constituído por:

- I - Conselho Municipal de Esporte;
- II - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- III - Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Organizações esportivas de caráter privado (Catás Altas, 2024, Art. 185).

Embora o Plano Diretor integre o lazer a múltiplas políticas e estabeleça metas estruturais, como a criação de um Sistema Municipal composto por Conselho, Secretarias de Esporte, Educação e entidades privadas (2024, art.º 185), identificam-se fragilidades. O Conselho Municipal de Esporte, por exemplo, não tem suas atribuições ou composição detalhadas, o que pode limitar sua efetividade, especialmente pela ausência de previsão de participação comunitária. O Plano Municipal de Esporte e Lazer, previsto para ser elaborado em 36 meses, que atenderá às seguintes diretrizes específicas, carece de metas intermediárias, garantias orçamentárias ou critérios para priorização de ações:

- I - Instalar o Conselho Municipal de Esportes e Lazer;
- II - Incentivar a prática de esportes como meio de desenvolvimento pessoal e social, diversificando o atendimento das demandas segmentadas por gênero e faixa etária;
- III - Implantar ou reformar o Ginásio Poliesportivo Municipal;
- IV - Criar ou equipar o Centro Público de Esportes e Lazer na área do Complexo de Lazer;
- V - Criar ou reformar calendário de eventos de esportes e divulgar os resultados;
- VI - Integrar e articular o planejamento municipal do Esporte e Lazer ao planejamento municipal da educação, da saúde e da assistência social (Catás Altas, 2024, art.º 185).

Além disso, as diretrizes listadas, como a implantação de um ginásio poliesportivo ou a criação de um centro público de esportes, também reforçam a preferência por locais urbanizados, ressaltando, mais uma vez, a ausência dos espaços públicos de lazer na natureza e de áreas verdes como espaços privilegiados para o lazer. A articulação com o contexto territorial e ambiental do município representaria uma oportunidade de diversificação de práticas de lazer e de vinculação do lazer à conservação ambiental.

Outro ponto relevante é a perspectiva inovadora do Plano Diretor ao prever a “recuperação de áreas desativadas de depósitos de lixo e bota-foras para transformá-las em

espaços públicos e de lazer, quando cabível” (Catás Altas, 2024, Art. 137º, §4º, V). Essa medida alinha-se a demandas contemporâneas de sustentabilidade urbana, especialmente em contextos de escassez de áreas verdes. Contudo, essa perspectiva não dialoga com a realidade local: o texto ignora a possibilidade de reconversão de áreas degradadas pela atividade mineral industrial, como as vinculadas à extração de minério, em espaços de lazer, perdendo a oportunidade de integrar recuperação ambiental, memória histórica e políticas públicas.

O último instrumento analisado neste bloco é o **Planejamento Estratégico Municipal 2021-2030** (Catás Altas, 2021a). O documento define como objetivo central “atender às necessidades de cidadãos, turistas e empreendedores por meio de uma gestão eficaz, transparente, participativa, regionalmente integrada e focada em resultados econômicos, sociais e ambientais” (p. 3). Sua estrutura organiza-se em cinco dimensões estratégicas: sendo elas: 1) Econômica; 2) Meio Ambiente; 3) Capital humano; 4) Identidade e cidadania; e 5) Desenvolvimento e coesão social.

Na dimensão 5, o lazer é integrado como parte do Objetivo 27: “Promover o acesso de crianças, jovens e adultos ao esporte, lazer e cultura” (2021a, p. 8). Para mensurar seu alcance, foram definidos dois indicadores quantitativos, sendo: 1) Centro de eventos construído e número de novas modalidades esportivas promovidas anualmente, sendo correlacionadas às metas: “27.1 Elaborar o projeto de edificação e a construção do centro de eventos até 2016”; e 2) “27.2 Incluir no Programa Municipal de Esportes no mínimo duas novas modalidades a partir de 2010”, respectivamente (2021a, p. 20). Notou-se, porém, que as metas associadas revelam inconsistências temporais, já que o planejamento abrange o período 2021-2030, mas as metas fazem referência há anos anteriores (2010 e 2016), sugerindo falta de atualização ou erro de redação.

Além disso, as ações propostas são fragmentadas: não há articulação entre lazer, desenvolvimento territorial e políticas ambientais. Por exemplo, há ausência de projetos que integrem eventos culturais a campanhas de preservação ambiental, como atividades de lazer em áreas naturais, que poderiam ser vinculados à conscientização ecológica, especialmente em um município com patrimônios históricos e naturais como a Serra do Caraça.

Por um lado, o Plano Estratégico reconhece o turismo como setor estratégico para geração de trabalho e renda (2021a, p. 5), associando-o à preservação do patrimônio natural e histórico-cultural e à promoção de eventos esportivos e culturais. Por exemplo, propõe a criação de eventos como a Feira de Artesanato e novos festivais que incorporam elementos da cultura e natureza locais. No entanto, essas iniciativas carecem de detalhamento operacional, como

cronogramas, orçamentos ou critérios de sustentabilidade, limitando sua efetividade prática, além de não abarcar possibilidades de ações relacionadas à Serra do Caraça.

Embora o documento destaque a importância do meio ambiente, com metas para recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos e educação ambiental, a integração entre essas políticas e o lazer é superficial. Nota-se, por exemplo, a ausência de propostas concretas para ecoturismo ou programas de lazer para a população local em espaços naturais, que poderiam conciliar conservação ambiental e uso sustentável. Além disso, embora mencione o fortalecimento do turismo, não há diretrizes para mitigar impactos em ecossistemas sensíveis, como a Serra do Caraça (ausente no texto), nem para implementar zoneamento ecológico, ou criar sistemas de monitoramento de biodiversidade e nem regular fluxos turísticos em áreas protegidas. Essas lacunas revelam uma ambivalência, pois, ao mesmo tempo que valoriza o turismo e o meio ambiente, o plano ignora mecanismos essenciais para a preservação e atividade econômica, colocando em risco a sustentabilidade de longo prazo.

O documento avança em iniciativas como tratamento de esgoto e coleta seletiva, entretanto, enfrenta problemas críticos de desatualização, uma vez que temas urgentes como adaptação às mudanças climáticas, transição energética e gestão de resíduos sólidos são negligenciados, limitando a capacidade do município de responder a desafios globais. Outra fragilidade estrutural é a participação comunitária: embora mencionada como princípio, não são detalhados mecanismos concretos para envolver a população na proteção da Serra do Caraça ou no planejamento de políticas de lazer. Essa omissão fragiliza a sustentabilidade das ações propostas, já que a ausência de engajamento local tende a reduzir a legitimidade e a continuidade das iniciativas.

Podemos refletir, por fim, que o Planejamento Estratégico Municipal 2021-2030 de Catas Altas adota uma perspectiva desenvolvimentista, priorizando o crescimento econômico, via turismo e parcerias com empresas, incluindo mineradoras. Contudo, essa abordagem gera contradições no que tange aos conflitos não resolvidos entre preservação ambiental e atividades de mineração, e aos riscos de incoerência ao aliar a imagem de “cidade que valoriza o meio ambiente e o lazer” a uma economia dependente neoextrativista.

O segundo grupo de políticas públicas refere-se a intervenções institucionalizadas por legislações específicas voltadas ao lazer. Embora esta pesquisa não enfoque as dinâmicas de lazer vinculadas ao turismo, a análise da **Política Municipal de Turismo de Catas Altas (Lei n.º 688/2020)** tornou-se relevante devido à estreita relação entre o setor turístico e as práticas cotidianas de lazer da população local. Essa imbricação fica evidente quando se observa que turistas e residentes compartilham os mesmos espaços de lazer, como a Serra do Caraça,

configurando uma dinâmica territorial híbrida. Diante disso, a expectativa era identificar, na legislação, conexões explícitas entre turismo e lazer como direitos integrados.

No entanto, o lazer ocupa um papel secundário na Política, aparecendo apenas no Objetivo X, que prevê o fomento a “programas e projetos voltados ao turismo, eco pedagógicos, de atividades esportivas e de lazer, ligados a montanha e de resgate da gastronomia” (Catas Altas, 2020, Art. 3º, X). Vale destacar o uso incomum do termo “montanha”, raramente presente em documentos municipais, o qual, apesar de evocativo, não é acompanhado de diretrizes concretas para aproveitar o potencial geográfico local.

Apesar da focalização no turismo, algumas ações da Política podem gerar benefícios indiretos à população residente, como sugere o objetivo V:

Buscar a integração do fluxo turístico dentro da RPPN - Reserva Particular de Patrimônio Natural do Santuário do Caraça com os atrativos existentes na sede e no território municipal, tanto nos aspectos históricos e naturais, bem como através de sinalização, roteirização, divulgação, recuperação e revitalização do seu acervo histórico e do patrimônio natural (Catas Altas, 2020, Art. 3º, V).

Essa diretriz, ao propor a integração de fluxos turísticos com atrativos locais, sinaliza possibilidades de melhorias em infraestrutura e preservação de espaços públicos, que também servem ao lazer da comunidade. Contudo, a ausência de critérios de acesso equitativo para residentes revela uma visão instrumental do lazer, subordinado aos interesses turísticos. O texto legislativo somente reconhece a Serra do Caraça como a área da RPPNSC, conferindo a esta local centralidade para a estratégia turística.

Apesar de mencionar a regulamentação do “uso, ocupação e fruição do patrimônio natural e instituição de unidades de conservação ambiental” (2020, Art. 3º, VII), a Política não detalha mecanismos concretos para equilibrar o turismo com a conservação da Serra, tampouco, define critérios específicos para limitar impactos ambientais, como capacidade de carga de visitantes ou normas para atividades comerciais, que devem ser elaborados a partir de um Plano de Manejo, em caso de criação de uma UC, conforme objetiva.

A ênfase em “sinalização, roteirização e divulgação” (Art. 3º, V) demonstra uma preocupação com a organização do fluxo turístico. Contudo, a ausência de diretrizes sobre monitoramento ambiental ou fiscalização de impactos revela lacunas que podem comprometer a efetividade dessas ações. Além disso, embora a lei preveja a capacitação de profissionais e a integração com políticas de educação e saúde (Art. 3º, III e VI), não há menção a programas de envolvimento comunitário na gestão do turismo ou do lazer. Essa omissão limita a participação da população local na definição de prioridades, fragilizando a sustentabilidade das políticas,

uma vez que o êxito de iniciativas socioambientais perpassa pelo engajamento ativo das comunidades (Ferreira, 2023).

No que diz respeito à governança, a estrutura proposta é centrada na Secretaria de Turismo e Cultura e no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) (Art. 5º a 7º), sugerindo excessiva centralização e dependência de outros instrumentos legais para operacionalizar diretrizes, uma vez que o escopo do turismo é muito mais amplo, o que pode gerar entraves burocráticos. O Fundo Municipal de Turismo (Art. 9º), embora reconhecido como recurso estratégico, carece de transparência, pois não especifica percentuais mínimos de investimento em conservação ambiental ou lazer, nem forma de gestão e controle, nem tampouco vincula recursos à manutenção de áreas críticas, como a Serra do Caraça.

Por outro lado, a previsão de parcerias com instituições científicas e religiosas para fomentar turismo pedagógico e social (Art. 3º, XI) abre caminho para projetos interdisciplinares que associem lazer, cultura e preservação. Essa iniciativa poderia, por exemplo, integrar atividades educativas em trilhas ecológicas ou valorizar saberes tradicionais ligados ao patrimônio natural.

A outra legislação específica sobre lazer na Serra do Caraça é a Lei n.º 730/2021, que reconhece o montanhismo como atividade de valor cultural, esportivo e de aventura radical, instituindo o **Programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo** (Catas Altas, 2021b)²⁷. A análise da norma revela uma dualidade de funções: primeiramente, ao reconhecer o montanhismo como uma atividade de relevância cultural para o município, alinhando-se a marcos legais e normativos nacionais e internacionais, integra as atividades de aventura ao campo das práticas culturais, reafirmando seu papel histórico e social como atividade de lazer nesse território. Em segundo lugar, ao definir objetivos e diretrizes para a criação de um Programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo, evidencia diversos desafios para sua implementação e regulamentação, especialmente diante da complexidade territorial da região.

A justificativa que a legislação apresenta para considerar o montanhismo como uma atividade de valor cultural guarda relação com as características da topografia única do município, com suas montanhas, cachoeiras e elementos naturais, como base para promover práticas como *trekking*, escalada e rapel, associando-as a melhorias na saúde e qualidade de

²⁷ A análise desta legislação foi objeto do artigo denominado “EM DEFESA DA NATUREZA: Uma análise sobre a Lei 730/2021 de Incentivo ao Montanhismo de Catas Altas, Minas Gerais”, apresentado como comunicação oral no XIII Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA) e VII Congresso Internacional de Atividades de Aventura (CIAA), em Petrópolis/RJ, em 2024 (Hugo, 2024).

vida da população, bem como ao seu desenvolvimento físico, emocional e social (2021b, Art. 1º).

A legislação avança ao formalizar o Programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo, que apresenta o Distrito do Morro D'Água Quente como sede do esporte de montanha (2021b, Art. 8º) e cria um evento anual no calendário oficial (2021b, Art. 7º), indicando caminhos mais concretos para a execução da legislação, sendo a abertura da temporada de escalada e montanhismo estabelecida para o mês de julho, podendo o poder público, em parceria com entidades públicas e privadas, organizarem eventos típicos desta temporada (2021b, Art. 7º).

O Programa apresenta objetivos claros: mapear áreas adequadas à prática, garantir acesso regulado, mitigar impactos ambientais e capacitar guias locais (2021b, Art. 4º). Entretanto, a efetividade do programa depende de diálogo intersetorial e interinstitucional, já que ações como regulamentação de acesso e mitigação ambiental exigem coordenação entre secretarias (meio ambiente, turismo, infraestrutura) e colaboração com entidades privadas e da sociedade civil organizada.

Um dos pontos altos da Lei 730/2021 é a construção narrativa da preservação do meio ambiente no próprio contexto em que se insere, que contextualiza o montanhismo dentro de um marco ecológico e regional. A previsão de integração e planejamento com municípios vizinhos (Ouro Preto, Mariana, Santa Bárbara e Barão de Cocais) não apenas destaca os desafios ambientais compartilhados (2021b, Art. 4º, §2º), mas também abre caminho para circuitos regionais de lazer, potencializando o alcance do programa e fortalecendo a cooperação intermunicipal.

No entanto, a previsão de “acesso livre” a áreas sensíveis (cavernas, ambientes rupestres), sem normas específicas de uso ou fiscalização robusta, amplia riscos de degradação. O equilíbrio entre práticas de lazer e proteção ambiental, como a preservação de sítios arqueológicos, corpos hídricos e áreas cársticas (2021b, Art. 4º, VII), depende de mecanismos robustos, construídos coletivamente e executados por meio de corresponsabilidade. Entretanto, o cenário local impõe desafios quando se observam as Áreas de Proteção e as UCs presentes, como foi discutido no capítulo 2. Essa situação expõe a necessidade do debate público acerca do desamparo e da falta de proteção legal sobre a Serra do Caraça. Em síntese, embora a Lei 730/2021 sinalize avanços na integração entre lazer e preservação, sua efetividade depende de regulamentações complementares que contemplem instrumentos técnicos, participação social e salvaguardas ambientais rigorosas.

O terceiro grupo engloba iniciativas públicas voltadas ao lazer que não se configuram como políticas de Estado, mas sim como políticas de governo, ou seja, de caráter transitório, sujeitas a mudanças conforme a orientação de cada gestão municipal. Foram identificadas três ações principais nesse escopo, durante o período da pesquisa (2023-2025), todas vinculadas à Serra do Caraça, sendo: 1) Projeto Catas Altas em Movimento; 2) Corridas como parte da programação de eventos locais; e 3) Festivais Eco Inverno e Eco Verão. Cabe destacar que, por não serem formalizadas em normas ou planos de longo prazo, essas iniciativas carecem de detalhamento robusto. Entretanto, tornaram-se objetos de análise devido à alta adesão da população e à estreita relação com o espaço da Serra do Caraça, configurando-se como práticas relevantes, ainda que não institucionalizadas.

Entre essas iniciativas, o Projeto Catas Altas em Movimento merece destaque. Iniciado em 2022, o projeto consiste na realização de trilhas coletivas e orientadas para atrativos da Serra do Caraça e seu entorno, como a Chapada do Canga, a RPPNSC, e a Serra do Pinho. Conforme divulgado pela prefeitura, o programa “visa promover saúde e bem-estar por meio de atividades ao ar livre, [...] simbolizando nosso compromisso com o esporte e o contato com a natureza” (Catas Altas, 2024). A execução é centralizada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com toda a equipe organizadora integrando a estrutura da secretaria. A Figura 50 apresenta alguns registros dessas ações.

Figura 50: Materiais gráficos de divulgação das caminhadas do Projeto Catas Altas em Movimento, em Catas Altas (MG)



Fonte: Prefeitura de Catas Altas (2022; 2023; 2024)

Além das caminhadas já mencionadas, outras iniciativas foram identificadas, como a Caminhada Ecológica Monitorada, voltada à conscientização ambiental e realizada pela primeira vez em 2022 (Catás Altas, 2022). Embora relevante, não foi possível confirmar se essa atividade está vinculada ao Programa *Catas Altas em Movimento*. Também se destacam ações associadas a campanhas de saúde e direitos sociais, como a Caminhada Rosa (integrante da Campanha Outubro Rosa), a Caminhada Azul (vinculada ao novembro Azul, com foco na saúde masculina) e a Caminhada da Luz (parceria com o Conselho Tutelar, para visibilizar a luta pelo combate à violência infantil). Essas iniciativas, embora pontuais, reforçam a apropriação do

espaço público para práticas de lazer com viés educativo, promovendo saúde e engajamento comunitário (Catas Altas, 2022; 2023; 2024).

No âmbito das corridas, a prefeitura municipal tem inserido provas esportivas em eventos culturais consolidados, como na Festa do Vinho e no Festival Gastronômico Sabores do Morro (Figura 51). Embora os percursos se concentrem na área urbana e no entorno da Serra do Caraça, evitando locais de maior elevação, essas atividades contribuem para popularizar esta prática esportiva.

Figura 51: Materiais gráficos de divulgação de corridas em Catas Altas (MG)



Fonte: Prefeitura de Catas Altas (2022; 2023; 2024)

Segundo dados oficiais, em 2023, aproximadamente 1.200 participantes estiveram envolvidos em caminhadas e corridas organizadas pela Secretaria de Esportes e Lazer (Catas Altas, 2024), demonstrando a crescente adesão da população. Contudo, a opção por percursos

urbanos em detrimento de trilhas na Serra do Caraça, revela uma limitação: perde-se a oportunidade de associar o esporte à valorização de áreas naturais estratégicas, potencializando interrelações com a biodiversidade local.

Os Festivais Eco Inverno e Eco Verão de Arte e Cultura de Catas Altas, iniciados em 2004 e realizados pela prefeitura em parceria com universidades, empresas e comércios locais, tiveram como marca inicial a integração entre lazer, educação ambiental e valorização do patrimônio natural. A Figura 52 demonstra algumas atividades desenvolvidas. Durante as férias escolares, a programação incluía atividades como canionismo, escalada, rapel, passeios ciclísticos, caminhadas guiadas a sítios arqueológicos e observação de astros.

Figura 52: Divulgação e registro das atividades promovidas durante o Eco Inverno: Festival de Arte e Cultura (2017 e 2018), em Catas Altas (MG)



Fonte: Prefeitura Municipal de Catas Altas (2017 e 2018)

No entanto, a última edição ocorreu em 2018, e mudanças nas gestões municipais ao longo dos anos alteraram a essência destes festivais. Embora mantivessem o período de realização (férias de verão ou inverno) e a nomenclatura vinculada às estações, houve um esvaziamento do caráter ecológico e comunitário original. A programação do Festival de Verão de 2025, disposta na Figura 53, por exemplo, revela essas mudanças: a programação não inclui atividades realizadas no espaço da Serra do Caraça, priorizando eventos urbanos e desconectados da proposta inicial de integração com a natureza e geração de renda via turismo em áreas verdes.

Figura 53: Programação do Festival de Verão de 2025, em Catas Altas (MG)



Fonte: Prefeitura Municipal de Catas Altas (2025)

Cabe, por fim, pontuar que o município não possui uma Lei de Incentivo ao Esporte²⁸ no âmbito municipal, dependendo de projetos vinculados a políticas estaduais ou federais, como o Projeto Sementinhas do Esporte (aulas de futsal para crianças) (Catas Altas, 2023). Entretanto, nenhuma iniciativa desse tipo está articulada à Serra do Caraça, revelando uma lacuna na promoção de lazer associado a espaços de natureza. Para uma análise integral das políticas públicas de lazer é fundamental compreender a alocação dos recursos e os investimentos públicos e privados no lazer. Para tanto, é necessário plataformas transparentes e diálogo com agentes públicos responsáveis pelas políticas e orçamentos.

Conclui-se que as políticas públicas de lazer em Catas Altas se concentram em ações de governo, mais pontuais, não institucionalizadas por meio de leis específicas, e priorizam espaços urbanos, negligenciando o potencial da Serra do Caraça como espaço de lazer. Essa análise reflete contradições territoriais, uma vez que a Serra está dividida entre interesses públicos e privados, com dinâmicas de poder do sistema-mundo globalizado e da cultura local e cotidiana. Em síntese, a falta de normativas robustas sobre a Serra do Caraça e a subordinação

²⁸ A Lei de Incentivo ao Esporte é um mecanismo que estimula empresas no apoio financeiro a projetos esportivos e paradesportivos aprovados nas instâncias federal, estadual ou municipal. O apoio resulta na dedução do saldo devedor mensal de impostos (Brasil, 2022).

do lazer a agendas transitórias limitam o aproveitamento do potencial socioambiental e cultural deste espaço.

6. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA DO LAZER EM TERRITÓRIOS COM MINERAÇÃO

A Serra do Caraça é permeada por disputas de poder: entre a lógica neoextrativista e as práticas de lazer. O que fica evidente é que neste espaço convivem atividades de reprodução da vida - social e material, memória e pertencimento. As práticas de lazer mapeadas são sustentadas por elementos naturais ameaçados, mas as experiências que observamos relatadas ao longo desta pesquisa só podem ser manifestas em interrelação com esses elementos. Assim, essa interrelação sociedade-natureza demanda cuidados e éticas que são gestadas no ventre das brechas e das resistências que só a cultura, o lazer, em diálogo com a prática política, com a educação e com a ecologia, podem fazer nascer.

O desafio posto, então, diz respeito a construção de conhecimento para instrumentalizar arenas e debates públicos, a partir de diferentes abordagens e metodologias, sobre os conflitos socioambientais que são realidade da contemporaneidade, e que avançam sobre territórios e saberes, sobre cotidianos e economias. A complexidade de estudar um território fragmentado pelo setor mineral perpassa pela dificuldade em acessar dados, diferenciar narrativas, perceber grupos de interesses e reconhecer sensibilidades. Diante desse cenário, é imprescindível planejar a governança desses territórios, especialmente no contexto de Minas Gerais, marcado por desastres sociotecnológicos imputados ao setor mineral. Entretanto, é preciso afirmar que a construção da governança territorial não deve ser setORIZADA, mas sim, um movimento contínuo, coletivo, participativo e inclusivo.

Para isso, cabe reconhecer a potencialidade do lazer quando situado no campo da interdisciplinaridade para construir investigações que dialoguem com as diferentes esferas do mundo vivido e do mundo da reprodução material. Nesse caminho, esta pesquisa indicou a potencialidade de alguns instrumentos e técnicas de pesquisa que podem ser ampliados por pesquisas futuras sobre o tema. Instrumentos como o georreferenciamento de títulos minerários, análises documentais de relatórios e estudos de impactos ambientais, interlocução com pessoas praticantes locais e experiências de lazer junto a comunidade local são alguns exemplos que podem auxiliar na identificação de áreas críticas, onde a pressão minerária se sobrepõe à espaços de lazer na natureza.

Além disso, a transparência na gestão de recursos fiscais oriundos das atividades extrativas minerais é imperativa, pois os recursos são destinados para reorganizar e estruturar os territórios tendo em vista a mitigação e compensação dos impactos que esta atividade gera, independentemente da intensidade e escala das afetações que produzem. Devem ser também

parte do planejamento destes territórios em relação a um futuro em que a atividade minerária não esteja mais presente, uma vez que a base da atividade é a extração de elementos não renováveis.

Assim, é preciso que as pesquisas sobre o tema tenham a garantia de acesso e de análise sobre o montante, provisão, alocação e distribuição desses recursos. Também acredito ser necessário o envolvimento no debate crítico acerca da desigualdade entre a arrecadação e o recolhimento ao se comparar os lucros obtidos pelo setor com a distribuição percentual dos valores referentes ao total da operação para os municípios, estados e união. Esse destaque se deve ao fato das já consolidadas discussões acerca da privatização dos lucros e da socialização dos danos socioambientais, especialmente, tendo em vista que estes afetam populações historicamente marginalizadas, que são, recorrentemente, privadas de suas liberdades e direitos.

Como provavelmente foi percebido pelas leitoras desta pesquisa, a opção foi por não praticar uma investigação neutra, ou mesmo que abarcasse toda a diversidade de pontos de vistas e narrativas sobre a mineração na Serra do Caraça. A escolha da metodologia, das referências, das fontes, das documentações, das lentes e das interlocutoras estão alinhadas com as reflexões e posições metodológicas, políticas e ideológicas que assumi como as mais possíveis, dentro de minhas limitações, para contribuir para a construção de conhecimento. Isso posto, reitero, sugiro e incentivo, como perspectiva, a prática de um conhecimento situado e implicado. Assim, acredito ser possível construir diálogos democráticos alinhados aos projetos de sociedade que buscamos construir, integrar e viver, com respeito a liberdade de pensamento e expressão, preceitos civilizatórios.

Talvez então seja possível parar de imaginar um mundo onde os elementos da natureza que nos sustentam não façam mais parte da realidade e construir práticas culturais, sociais e econômicas alternativas, outras, onde os direitos sociais e políticos sejam assegurados, a diversidade cultural respeitada e os parâmetros de qualidade de vida e bem-estar alinhados a possibilidade de existirmos, no passado, no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edgardo Alvares de Campos. **Confiabilidade das variáveis dinâmicas mensuradas no *campusboard* em escaladores esportivos**. Orientador: Hans Joachim Karl Menzel. 2014. 55 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Esporte) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/KMCM-9MNR4B/1/disserta__o_edgardo_abreu_2014.pdf.
- ABU-LUGHOD, Lila.; REGO, F. C. V. S. do; DURAZZO, L. A Escrita contra a cultura. **Equatorial** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>.
- ACOSTA, Alberto. **La maldición de la abundancia**. Quito: CEP, Swiss Aid y Abya-Yala, 2009, 239 p.
- ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M. (org). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, vol. 1, p. 203-233, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880-06.pdf>.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 160 p., 2009. Disponível em: https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Justamb.2021.OQueue_.livro_.pdf.
- ALBUQUERQUE, Fabiane Cristina. Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), São Paulo, v. 26, n. 1, p. 309–326, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/141421>.
- ALVARENGA-SILVA, Carolina.; MARQUES, Cristiano.; MAGALHÃES-JR, Antônio. Caracterização morfométrica da bacia do rio Maquiné – borda leste do quadrilátero ferrífero/MG. **Revista Geonorte**, v. 5, n. 20, p. 217–221, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1549/1438>
- AMORIM, Katia de Souza. **Concretização de discursos e práticas histórico-sociais, em situações de frequência de bebês em creche**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001281781>
- ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **NOTA TÉCNICA Nº 001/2017**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/nota-tecnica_cfem_regulamento_municipios-afetados
- ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **RESOLUÇÃO ANM Nº 95, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022**. Consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/legislacao/resolucao-no-95-2022.pdf>

ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Sistema de Informação Geográfica da Mineração - SIGMINE**, 2024. Disponível em:
<https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>

ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **NOTA TÉCNICA Nº 150/2025-DIOUT-MG/GER-MG**. Disponível em:
https://sei.anm.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?Dw5BgI2DFMbZfaN-2ZQIG-rqoRM5MS6qf0M_TyTV07_a61j8j8Pkt5r1sJn3IG2UuO3puCoxQNRfzVpW_XCy-8Ae_wRnfkKLOLJNLQMDR_OKTUKHR5qu833B33LVYyvjv

ARAÚJO, Nayla Aparecida Alves de; GOMES, João Paulo Correia; CORRÊA, Silvia Fazzolari; CARMO, Everton Crivoi do. O Paradoxo da saúde pública: a prática de exercícios físicos e a poluição atmosférica. Iniciação - **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística** (Edição Temática em Saúde e Bem estar), v. 6, n.º 5, 2017. Disponível em: https://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2017/04/227_IC_ArtigoOriginal.pdf

ARENDETT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de; MACHADO, Maria Márcia Magela; CASTRO, Paulo de Tarso Amorim; RENGER, Friedrich Ewald; TREVISOL, Andréa; BEATO, Décio Antônio Chaves. **Geoparque Quadrilátero Ferrífero (MG)**: proposta. CPRM, 2012. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/17149>

BACELAR, Rafael Prosdócimi. **NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO**: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:
<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/08/Tese-PROSDOCIMI-Rafael.-Nem-s%C3%B3-de-minera%C3%A7%C3%A3o-vive-o-MatoDentro.pdf>

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**: Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. M. B. Educação Ambiental Comunitária: Uma experiência com a técnica de pesquisa Snowball (Bola de Neve). **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, Rio Grande, n. 27, p. 46-60, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193>

BARBOSA, André Coutinho. **Geoprocessamento aplicado ao estudo da vegetação e do uso e ocupação do solo da região da Serra do Caraça no período de 1980-2002**. Monografia. UFMG. Belo Horizonte, 2005. vi, 48f. Il. 2005. Disponível em: shorturl.at/cAIN0

BAHIA, Mirleide Chaar. **O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará**. NAEA, 2014.

BARBOSA, Carolina Cristiano; NUÑEZ, Ariadne Duarte Libutti; CADAR, Adriane Abreu; TUNES, Alexandre Motta; OLIVEIRA, Bárbara Alves; PENHA, Ulisses Cyrino. GEOLOGIA DA SERRA DO CARAÇA: PERFIS REAIS. In: **Engenharias, ciência e tecnologia**. Organizador Luís Fernando Paulista Cotian. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

BARBOSA, Wellington. Nuvem de poeira encobre o céu de cidade de MG; confira o vídeo. Estado de Minas, 27/10/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/27/interna_gerais,1582973/nuvem-de-poeira-encobre-o-ceu-de-cidade-de-mg-confira-o-video.shtml

BECKER, Bertha. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano XI, v. 32, p. 47-56, 1991.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BOEIRA, Sérgio Luís; BRUGGER, Paula; SILVA, Albertina Dutra; MONIBELLER FILHO, Gilberto; REGO NETO, Cândido Bordeaux; ARANÂ, Luis Alejandro Vinatea. EIA-RIMA: Instrumento de Proteção Ambiental ou de Homologação do Desenvolvimento Predatório? **Geosul**, v. 9 n. 18, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/23858>

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil; 1989.

BRASIL. LEI n.º 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, de 28 de junho de 1990. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0003-280690.PDF>

BRASIL. **LEI N.º 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.985-2000?OpenDocument

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília; 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Projetos Esportivos. Destine seu imposto de renda a projetos desportivos e paradesportivos. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/destinacao-irpf/projetos-esportivos>

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Dicionário de variáveis do CadÚnico**. 2025. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/Dicionario_de_Variaveis_CECAD.pdf

BRASIL. CECAD. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico - CECAD 2.0**, 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, n. ° 3, v. 2, p. 77-101, 2006.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: TELES, Nair (Org.) **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz, p. 29-45, 2008. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/olhar_sobre_jovem_brasil.pdf

BRIDGE, Gavin. **Contested terrain**: Mining and the environment. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 29, p. 205-259, 2004. Disponível em: <https://research.manchester.ac.uk/en/publications/contested-terrain-mining-and-the-environment>

BRUHNS, Heloísa T. Lazer e meio ambiente - multiplicidade de atuações. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1469>.

BRUHNS, Heloísa T. A ideia de natureza como fronteira. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.T; LUCHIARI, M.T.P. (Orgs) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BRUHNS, Heloísa T.; MARINHO, Alcyane. Ritos e rituais nas viagens à natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n.1, p.87-102, jan/abr. 2012.

BRUNDTLAND, G H *et al.* **Our common future**; by world commission on environment and development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CAMILO, José Vitor. Vídeo mostra distrito de Minas sendo 'engolido' por nuvem de pó de minério; veja. *O Tempo*, 27/10/2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/video-mostra-distrito-de-minas-sendo-engolido-por-nuvem-de-po-de-minerio-veja-1.3263149>

CARNEIRO, Ana Paula Scalia; CAMPOS, Luciano de Oliveira; GOMES, Marcelo Fonseca C. F; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Perfil de 300 trabalhadores expostos à sílica atendidos ambulatorialmente em Belo Horizonte. **J Pneumologia**, v. 28, n. 6, p. 329-334, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-35862002000600006>

CARNEIRO, Lara Padilha; PADILHA, Valquíria. Vendem-se Ilhas de Prazer: o lazer nos anúncios publicitários de apartamentos de alto padrão. **Impulso**, Piracicaba, SP, v. 16, n. 39, p. 69-82, 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/27584812/impulso-piracicaba-v-16-n-39-p-1-unimep>

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>

CAPANEMA, Carolina Marotta. **A natureza política das Minas**: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 233 f., 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9HMF/1/tese_carolina_marotta_capanema.pdf

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n.º 1, p. 13-37, 1996. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/41616179?seq=1>

CARRATO, José Ferreira. **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**. Companhia Editora Nacional, Vol. 317, edição 1. São Paulo, SP, p. 494, 1963. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/365/1/317%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

CARVALHO, Alessandra Izabel de. Práticas de natureza: Movimento e Contemplação nas Montanhas do Marumbi. **Antíteses**, n.º 7, v.13, p. 415-439, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193331342019>

CASTRO, Antônio Hermes; SILVA, Glória Maria; ARAÚJO, Rinaldo Santos. QUALIDADE DO AR – PARÂMETROS DE CONTROLE E EFEITOS NA SAÚDE HUMANA: UMA BREVE REVISÃO. **HOLOS**, v. 5, p. 107–121, 2013. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1242>.

CATAS ALTAS. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS/MG**. 16 de abril de 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-catas-altas-mg>

CATAS ALTAS. **LEI Nº 179/2005**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas. 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-catas-altas-mg>

CATAS ALTAS. **DECRETO Nº 432, DE 05 DE JULHO DE 2004**. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE ÁREA DE RECREAÇÃO O IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA LOCALIDADE DO MORRO D'ÁGUA QUENTE, DESTA MUNICÍPIO. 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/c/catas-altas/decreto/2004/43/432/decreto-n-432-2004-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-instalacao-de-area-de-recreacao-o-imovel-urbano-localizado-na-localidade-do-morro-d-agua-quente-deste-municipio>

CATAS ALTAS. **DECRETO Nº 462, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2004**. CRIA O PARQUE MUNICIPAL DO MORRO D'ÁGUA QUENTE. 2004. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a1/mg/c/catas-altas/decreto/2004/46/462/decreto-n-462-2004-cria-o-parque-municipal-do-morro-d-agua-quente?r=p>

CATAS ALTAS. **LEI 643/2019**. Institui o Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes do Município de Catas Altas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2019/65/643/lei-ordinaria-n-643-2019-institui-o-programa-de-adocao-de-pracas-publicas-e-de-esportes-do-municipio-de-catas-altas-e-da-outras-providencias>

CATAS ALTAS. **LEI Nº 688/2020**. Cria a Política Municipal de Turismo de Catas Altas, e dá outras providências. 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2020/69/688/lei-ordinaria-n-688-2020-cria-a-politica-municipal-de-turismo-de-catas-altas-e-da-outras-providencias?q=lazer>

CATAS ALTAS. Planejamento estratégico Municipal 2021 -2030.

CATAS ALTAS. **Projeto de Lei Municipal Nº 771/2021**, de dezembro de 2021. Dispõe sobre a criação da Unidade de Conservação "Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça" e dá outras providências. Catas Altas, 2021. Disponível em: https://www.catasaltas.mg.gov.br/arquivo/download/31299/categoria/59/projeto_de_lei_n_771_de_2021

CATAS ALTAS. **LEI Nº 730/2021**. Reconhece o montanhismo como atividade de valor cultural, esportivo, de Aventura Radical, para o Município de Catas Altas/MG e institui o respectivo programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo, do acesso às áreas de montanhas e dá outras providências. 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2021/73/730/lei-ordinaria-n-730-2021-reconhece-o-montanhismo-como-atividade-de-valor-cultural-esportivo-de-aventura-radical-para-o-municipio-de-catas-altas-mg-e-institui-o-respectivo-programa-municipal-de-incentivo-ao-montanhismo-do-acesso-as-areas-de-montanhas-e-da-outras-providencias?q=730>

CATAS ALTAS. Notícias. 1º Caminhada ecológica monitorada, 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.catasaltas.mg.gov.br/2022/03/29/1o-caminhada-ecologica-monitorada/>

CATAS ALTAS. **LEI 769/2022**. Institui o Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - FUMDEDS, cria o Conselho Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - CMDEDS e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2022/77/769/lei-ordinaria-n-769-2022-institui-o-fundo-municipal-de-diversificacao-economica-e-desenvolvimento-sustentavel-fumdeds-cria-o-conselho-municipal-de-diversificacao-economica-e-desenvolvimento-sustentavel-cmdeds-e-da-outras-providencias>

CATAS ALTAS. **Catas Altas**, 2023. Conheça Catas Altas. Disponível em: <https://www.catasaltas.mg.gov.br/conheca-catas-alats/>

CATAS ALTAS. **Projeto Sementinhas do Esporte**. 2023. Disponível em: <https://www.catasaltas.mg.gov.br/2023/09/05/projeto-sementinhas-do-esporte-3/>

CATAS ALTAS. **LEI n. ° 871/2024**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas/MG, em conformidade com a Constituição Federal, com o Estatuto da Cidade e com a Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências, 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-catas-altas-mg>

CATAS ALTAS. **Notícias**. CAMINHADA PARA A CACHOEIRA DO MACAQUINHO. 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.catasaltas.mg.gov.br/2024/07/02/caminhada-para-a-cachoeira-do-macaquinho/>

CATAS ALTAS. **Catas Altas é esporte**. 13 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.catasaltas.mg.gov.br/2025/01/13/catas-altas-e-esporte/>

CAVALCANTE, Lucas Vinicius Bezerra; VALADÃO, Roberto Célio, SALGADO, André Augusto Rodrigues. MAPEAMENTO DAS UNIDADES DO RELEVO DA SERRA DO CARAÇA/MG: UMA PROPOSTA BASEADA NA INTERPRETAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS. **Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA**, v. especial VIII SINAGEO, n. 1, 2010 Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/228860/23271>

CAVALCANTI, José Adilson Dias; SILVA, Marilda Santana da. **Sítios Geológicos e Mineiros do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais – Brasil**. Sociedade Brasileira de Geologia – SBG, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://sbgeo.org.br/assets/admin/imgCk/files/georroteiros/GeorroteiroQF_2023.pdf

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COELHO, Tadzio Peters. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero-aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apollo**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2014/07/Coelho-2012-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-depend%C3%Aancia-no-quadril%C3%A1tero-ferr%C3%ADfero-aqu%C3%ADfero.pdf>

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v.20, n. 39, 1990.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Conflitos da Mineração no Brasil 2023: Relatório Anual**. Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. Brasília, 2025. Disponível em: <https://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2025/01/Conflitos-da-mineracao-no-Brasil-2023-Relatorio-anual.pdf>

CRUTZEN, Paul. J; STOERMER, Eugene. F. The “Anthropocene”, **Global Change Newsletter**, 41, 17–18, 2000. Disponível em: <https://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf#page=17.23>

DALMORO, Marlon. CONSUMIDOR FORA DE ESTRADA: UMA ANÁLISE DA CULTURA DE CONSUMO OFF-ROAD. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 08-25, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/10418/pdf/104861>

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5.ed. Rio de Janeiro: Roco, 1997.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DE PAULA, João Antônio. **Minas Gerais: visão de conjunto e perspectivas**. Belo Horizonte: Scriptum, 159 p., 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/37603/1/Minas%20Gerais%20vis%C3%A3o%20de%20conjunto%20e%20perspectivas.pdf>

DERDYK, Edith. O caminhante como ativador de descolamento de sentidos. **International Encounters/Conference Prespes**, Grécia, 2019. Disponível em:
<https://acasatombada.com.br/wp-content/uploads/tainacan-items/22480/25183/7f8cce72cab1cae8d11d48dec10cc04d.pdf>

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Mariam Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26. ed. Petrópolis, Vozes, 2007. Disponível em:
https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf

DIAS, Cléber. Notas e definições sobre esporte, lazer e natureza. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/922>

DIAS, Cléber. Esporte e ecologia: o montanhismo e a contemporaneidade. **Recorde**: Revista de História do Esporte, v. 2, n.º 1, 2009. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/767>

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In I Encontro Internacional: **Governança da Água**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2007. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>

DUARTE, Livia Ferraz da Costa. **A gente quer a vida da gente e a água também a gente quer**". Transformações nos usos tradicionais da água pelo empreendimento minerário Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, MG. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. 112 p, 2017. Disponível em:
<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/A-gente-quer-a-vida-da-gente-e-a-%C3%A1gua-tamb%C3%A9m-a-gente-quer.pdf>

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia as Silva. Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6417>

EXPEDIÇÃO PIRACICABA: pela vida do rio. Org. Geraldo Magela Gonçalves. Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.483233005>

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDRO, C. R. (org). **Pesquisa participante**. 7º. Ed. São Paulo: Brasiliense, p. 42-62, 1988

FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina / Orlando Fals Borda; antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México, D. F: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FARACO, Victória Veloso; SEFERIAN, Gustavo. Limites e potências quanto ao uso do termo “terrorismo de barragens” na lida de conflitos minero-energéticos em Minas Gerais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 15, n. 3, p. 11-33, 2021.

FARIA, Antônio Paulo. **Montanhismo Brasileiro: paixão e aventura**. Rio de Janeiro, Publit, 2006.

FARIA, Ketlen Cristina Torres de; SILVA, Simone do Carmo; ROSA, Maria Cristina; SANTANA, Jaqueline de Oliveira; ROCHA, Gabriela de Azevedo Pinto. Espaços e Equipamentos de Lazer em Ouro Preto e Mariana. In: **Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos**. Org. Maria Cristina Rosa. Ouro Preto, UFOP, 256 p, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/3a2ab2b0-7778-4ff6-a297-e60217efdd2e/content>

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté”. In Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie, 8. pp. 3-9. Tradução de Paula Siqueira: **Cadernos de Campo**, n.º 13: 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50263/54376>

FERNANDES, Antoniel Silva; MOREIRA, Alecir Antônio Maciel. A pluviometria da região da Serra do Caraça e a influência no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. **Geousp**, v. 27, n. 1, e-200689, jan./abr. 2023. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/200689>

FERREIRA, Ana Carolina. Nuvem de poeira toma conta do céu de Catas Altas, em MG; VÍDEO. G1, 26/10/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/10/26/nuvem-de-poeira-toma-conta-do-ceu-de-catas-altas-em-mg-video.ghtml>

FERREIRA, José Miguel F. **Impacto do Turismo de Aventura: uma revisão sistemática da literatura**. Dissertação (Marketing e Promoção Turística) Escola Superior de Turismo e Tecnologia do MAR. Peniche. 90 f., 2023.

FERREIRA, Luciana da Silva Sales. “O QUE A GENTE QUER É JUSTIÇA”: Conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em Conceição do Mato Dentro/MG. Monografia (Graduação em Antropologia) UFMG, 135 p. 2015. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/12/Monografia-finalizada-Luciana-Ferreira.pdf>

FIGUEIREDO, Múcio do Amaral. Mineração e Crise Hídrica em Minas Gerais: Quadrilátero Ferrífero/Quadrilátero Aquífero. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 116, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp1p116. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/25533>.

FONASC.CBH. **MINERAÇÃO nas escarpas da Serra do Caraça, AMEAÇA futuro Hídrico de Catas Altas e de toda Bacia do Piracicaba**. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Bom Dia Catas Altas, p. 4-5, novembro de 2019. Disponível em: <http://fonasc-cbh.org.br/?p=21600>

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. DESENVOLVIMENTISMO: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO. In: **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014, 643 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/618>

FREIRE, Paulo. EDUCACAO PERMANENTE E AS CIDADES EDUCATIVAS. In: **Política e educação: ensaios**. 5. ed - São Paulo, Cortez, p. 11-15, 2001.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FEAM. **Cadastro de minas paralisadas e abandonadas no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://feam.br/documents/d/feam/ii_cadastro_de_minas_paralisadas_e_abandonadas_ano_base_2022-pdf

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DE MINAS GERAIS**. Circuito de Santa Bárbara, Volume 2, 140 p. 1981. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=48836&codUsuario=0>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Mapa De Conflitos - Injustiça Ambiental e Saúde No Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-populacao-luta-contra-instalacao-de-projeto-de-mineracao/>

FUNDAÇÃO VALE. **Relatório de Atividades 2023**. Disponível em: https://www.fundacaovale.org/wp-content/uploads/2024/05/relatorio_atividades_2023.pdf#page=1.99

FUNDAÇÃO VALE. **Rotas e redes Literárias**, 2024. Disponível em: <https://www.fundacaovale.org/rotas-e-redes-literarias-conclui-atividades-em-catas-altas-mg-e-joao-neiva-es-com-fomento-a-leitura-em-escolas-publicas/>

GARDNER, George. *Viagens no Brasil* Editora Nacional, 1942.

GAVIRIA, Edwin Muñoz. Apropriações da “governança” nas estratégias de controle territorial do capitalismo extrativo. In: **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”** / organização Henri Acselrad. - 1. ed. - Rio

de Janeiro: Garamond, 2018. 292 p. Disponível em: https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Livro.2022.Politicas_territoriais_digital.pdf

GIMENES, Gabriela Xabay. A Exposição Universal de Chicago (1893): reflexões sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo na virada do século XIX para o XX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, nº. 22, p. 147-181, 2017. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2592/2422>.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 128 p., 2001.

GOMES, Christianne Luce. Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964). **Conexões**, São Paulo, v. 1, p. 1 -14, 2003.

GOMES, Christianne. O lazer como campo mobilizador de experiências interculturais revolucionárias e sua contribuição para uma educação transformadora. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Currículo, Ensino de Educação Física, Ensino de Geografia; Ensino de História; Escola, Família e Comunidade**. Belo Horizonte: Autentica Editora, p. 284-310, 2010. Disponível em: <https://grupootium.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/06/christianne-gomes-capitulo-publicado-no-livro-do-endipe-2010.pdf>

GOMES, Christianne L; ELIZALDE, R. Lazer, sustentabilidade e América Latina: Reflexões sobre os desafios ambientais do presente. In: **VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 2012, Caxias do Sul. Anais, Caxias do Sul, p. 1-13, 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/11/01_31_30_Elizalde_Gomes.pdf

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

GOMES, Kássio Vinicius Castro. **A escalada em Belo Horizonte - MG: um estudo sobre a constituição do subcampo esportivo da escalada e as transformação do habitus**. Dissertação (Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 121 f., 2009. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/defesas/20150714103653.pdf>

GOMES, Odila Carolina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Corridas de aventura e lazer: um percurso analítico para além das trilhas. **Motriz**, Rio Claro, v.15 n.1 p.69-78, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1472/2219>

GOMES, Raul. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf

GONZALEZ, Rosane Vianna; KUMSCHLIES, Márcia Célia Galinsk. **RELAÇÃO ENTRE EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO DO AR E A FUNÇÃO RESPIRATÓRIA DE PRATICANTES DE EXERCÍCIO FÍSICO**. RCI – Revista Científica Integrada, v. 5, ed. 1, 16p., 2021.

Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-antiores/volume-5-edicao-1-agosto-2021/4294-rci-poluicao-exercicio-05-2021/file>

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 117-141, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13971/12802>

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida... **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 7-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13233/12251>

GUDYNAS, Eduardo. Gobernanza local, pueblos indígenas e industrias extractivas. Transformaciones y continuidades en América Latina. EXTRACTIVISMOS EN AMÉRICA DEL SUR Y SUS EFECTOS DERRAME. **LA REVISTA, BOLETÍN N° 76, SOCIEDAD SUIZA DE AMERICANISTAS**, 2015. Disponível em: https://ssa-sag.org/bssa/pdf/LARevista_2015_No76.pdf#page=9

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais. 1 ed. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 340 p., 2019.

GUDYNAS, Eduardo. La geometría de la crisis económica. **Rebelión**, 2020. Disponível em: <https://rebellion.org/la-geometria-de-la-crisis-economica/>

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir para superar los límites del desarrollo. Entrevistadora: Thea Riofrancos. **Revista Jacobin America Latina**, nº 3, 2021. Disponível em: <https://jacobinlat.com/2021/08/buen-vivir-para-superar-los-limites-del-desarrollo/>

GUDYNAS, Eduardo. Los tiempos de crisis dentro de crisis. **Otra Política** – cuestiones y disputas, n.º 3, 2023. Disponível em: <https://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasCrisisDentroCrisisPeruOP03May23.pdf>

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no Século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 139-163.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Quilombos e Política (MG – Século XVIII)**. Revista de História 132. 1 o semestre de 1995. Disponível em: <https://revhistoria2.webhostusp.sti.usp.br/wp-content/uploads/revistas/132/07.pdf>

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 117-141, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13971/12802>

G1 MINAS. Polícia fecha garimpo ilegal em reserva ambiental da Vale, em MG, 12/09/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/09/12/policia-fecha-garimpo-ilegal-em-reserva-ambiental-da-vale-em-mg.ghtml>

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.º 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. O direito à cidade em discussão: a luta pelo direito de ter direitos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 27-34, 2013. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/David-Harvey-Cidades-rebeldes.pdf>

HENDERSON, Jeffrey; DICKEN, Peter.; HESS, Martin.; COE, Neil.; YEUNG, Henry W-C. Redes Globais de Produção e a Análise do Desenvolvimento Econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, 26 Out 2011. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/590>

HUGO, Karolina Santos. EM DEFESA DA NATUREZA: Uma análise sobre a Lei 730/2021 de Incentivo ao Montanhismo de Catas Altas, Minas Gerais. XIII Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA) e VII Congresso Internacional de Atividades de Aventura (CIAA). Petrópolis/RJ, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1KQxYZkOTPXbiGCnx25Teg38CrOuW9sC1>

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portaria IBAMA n.º 32-N, 30 de março de 1994** - Portaria MMA n.º 189, de 17 de maio de 2013 (Plano de Manejo). Disponível em:

IBGE Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/catas-altas/panorama>

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **PORTARIA IEF N.º 184, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**. Reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN "Quebra Ossos II", situada no município de Santa Bárbara - Minas Gerais. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7655>

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **PORTARIA IEF Nº 65, DE 26 DE AGOSTO DE 2022**. Reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN “Horto Alegria II” de propriedade de Vale S/A, localizada no município de Mariana/MG. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=56365#:~:text=Reconhece%20com%20Reserva%20Particular%20do,no%20munic%C3%ADpio%20de%20Mariana%2FMG.&text=A%20DIRETORA%20DGERALDO%20INSTITUTO%20ESTADUAL,o%20inciso%20I%20do%20art>

IEPHA. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais– 2. Ed – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, v. 2, 2014.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. Proposta de classificação das práticas corporais de aventura para o ensino na educação física escolar. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 43, 2021.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/JBt8mVCrp38pdD6KxPWjPZM/?format=pdf&lang=pt>

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. São Paulo: Vozes, 2015.

INGOLD, T. A temporalidade da paisagem. In: (Org) BESSA, A. S. M. **A unidade múltipla: ensaio sobre a paisagem**. Coleção NPGAU: Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.

IGTECH. **Diagnóstico Territorial Municipal de Catas Altas Revisão do Plano Diretor Municipal**. Disponível em: https://www.catasaltas.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Diagnostico_Territorial_Municipal_de_Catas_Altas.pdf

INSTITUTO CULTURAL VALE. Relatório de Atividades 2024. Disponível em: https://institutoculturalvale.org/wp-content/uploads/2024/09/Inst_Cultural-Vale_Relatorio-Atividades2023.pdf#page=1.99

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Uma estrada, seu destino**, 2023. Disponível em: <https://institutoestrada-real.com.br/>

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de Conservação no Brasil**. Área de Proteção Ambiental Sul RMBH, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/es/arp/2430>.

JOVANOVIČH, Jacqueline Oliveira. **Do lado de fora é mais legal!** A criança e suas descobertas brincantes na natureza. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina/PR, 89 p., 2023. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/dbffae4c-7364-42b9-b81b-12212788c690>

JULIÃO, Rui Pedro S. P.M; FARÍAS TORBIDONI, Estela; VALENTE, Marta; MENDES, Ricardo Manuel Nogueira. Disponível em: Análise comparada dos praticantes de Trail Running em contexto Ibérico. **Livro de atas do XVI Colóquio Ibérico de Geografia**, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/65950>

KARMANN, Ivo. **Ciclo da água, água subterrânea e sua ação geológica**. Decifrando a terra. Tradução. São Paulo: Oficina de textos, p. 113-138, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/eaf15922-73fc-47f7-b1ad-95b89d1063c1/1131146.pdf>.

LAMOUNIER, Wanderson Lopes; CARVALHO, Vilma Lúcia Macagnan; SALGADO, André Augusto Rodrigues. SERRA DO GANDARELA: POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO-MG. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 22, p. 171–192, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47225..>

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 1, p. 98, 2020.

LATOURE, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Trad. C. A. Mota de Souza. Bauru, Edusc, 2004.

LAURINO, BIANCA VAN STEEN MELLO. **A iminência da catástrofe e a catástrofe da iminência**: riscos, danos e controvérsias na cidade mineradora de Barão de Cocais (MG). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 182 f., 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11102024-135307/publico/2024_BiancaVanSteenMelloLaurino_VCorrig.pdf

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

LIMA, Elisângela Maria de. **Doenças respiratórias associadas à atividade de mineração no município de Parelhas, região do Seridó norte-riograndense**. Dissertação (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFRN), 126 p., 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18197/1/ElisangelaML.pdf>

LISBOA, Henriqueta. **Montanha Viva - Caraça**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1959.

LISBOA, Henriqueta. **Obras completas**: poesia geral (1929-1983). São Paulo: Duas Cidades, 1985.

LOPES, Alessandra de Jesus. **Proposta de Arranjo para Gestão dos Rios Intraurbanos da Microbacia do Mindú em Manaus**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 83 p., 2022. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/profagua/dissertacoesdefendidas/alessandra-de-jesus-lobes.pdf>

MACHADO ARÁOZ, Horacio. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Editora Elefante, 2020.

MAGNANI, J. G. C. Tribos Urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos de Campo**, FFLCH/USP, São Paulo, ano 2º, nº 2, 1992. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/40303>

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MANENTI, Caetano. Do lucro à lama: Uma viagem de Mariana ao fim do mundo – Parte 1. **Observatório da Imprensa**, 18 de. 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/mudancas-climaticas/a-tragedia-de-mariana/do-lucro-a-lama-uma-viagem-de-mariana-ao-fim-do-mundo-parte-1/>

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, Nelson C. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey. **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas: Papyrus, p. 45-59, 2001.

MARINHO, Alcyane. ATIVIDADES NA NATUREZA, LAZER E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 22, p. 47–70, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1184>.

MARINHO, Alcyane. Lazer, meio ambiente e turismo: reflexões sobre a busca pela aventura. **Licere**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 1-20, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/941>

MARINHO, Alcyane. **Atividades na natureza, lazer e a questão ambiental**. Ciclo de Cursos de Educação Ambiental - Ano 3, Módulo I - Meio Ambiente e Turismo, 2005. Disponível em: <https://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/Alcyane.pdf>

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARTINELLI, Gustavo. Mountain biodiversity in Brazil. **Rev. Bras. Bot.**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 587-597, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbb/a/QrgY7RQBx5DVrTPX55jJ76b/?lang=en>

MARX, K. Posfácio da segunda edição. In: **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v.1. p.8-17.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. Boitempo Editorial, 2013.

MATTA, Milton Antônio da Silva. BRASIL, Raimundo Oliver; CAVALCANTE, Itabaraci Nazareno; ASSIS, José Fernando Pina; DINIZ, Cesar Guerreiro; MARTINS, Jorge Augusto Costa; VASCONCELOS, Yuri Bahia de; CARMONA, Karen Monteiro; VANZIN, Mariana Menezes. **EIA-RIMA DO PROJETO AMAPARI - EXPANSÃO MINÉRIO DE FERRO DA EMPRESA MMX – NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ANÁLISE CRÍTICA**. XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E XVII ENCONTRO NACIONAL DE PERFURADORES DE POÇOS, Natal, 2010. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/23016>

MEDEIROS, Juliano. **A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 286 f., 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39236>

MILANEZ, Bruno. Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? **Recursos minerais & sustentabilidade**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, v.1. p.199-228, 2011. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1168/1/Grandes%20minas%20em%20Congonhas.pdf>

MILANEZ, Bruno. MINERAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: As dores de um país mega-minerador. In: **Movimentos socioambientais: lutas, avanços, conquistas, retrocessos: esperanças**. (org.) Joseph S. Weiss. 1. ed. Formosa: Xapuri Socioambiental, 442 p., 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/wp->

content/uploads/sites/513/2014/07/Milanez-2019-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-impactos-socioambientais.pdf

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 32. Ed, Belo Horizonte, 2023. 651 p. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48648/2/CE%20Multivigente%202023-05-32%C2%AAed-Maio_A.pdf

MINAS GERAIS. **Decreto nº 35.624, de 08 de junho de 1994**. Declara como Área De Proteção Ambiental a região situada nos Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1383>

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.795, de 15/01/2021**. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – PEAB – e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23795/2021/>

MINAS GERAES. Orgam Official dos Poderes do Estado (MG) - 1892 a 1900, Ouro Preto, MG : Imprensa Oficial, 1892. Disponível em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1116905

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição. In: **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1. p. 8-17, 1968.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil* Editora da Universidade de São Paulo; Editora Itatiaia Limitada, 1978.

MONTEIRO, Ana Cláudia; RAIMUNDO, Maria Paula Borsoi; MARTINS, Bárbara Gerard. A questão do sigilo em pesquisa e a construção dos nomes fictícios. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 9 n. ° 2, 157-172, 2019. Disponível em: <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/621>

MOORE, Jason W. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. **The Open Repository Binghamton**, 2016. Disponível em: https://orb.binghamton.edu/sociology_fac/1

MEDINA, Antônio Ivo de Menezes; DANTAS, Marcelo Eduardo; SAADI, Allaoua. **PROJETO APA SUL RMBH**. Estudos do Meio Físico - Geomorfologia, v. 6. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. 2005. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/10218/27/rel_apa_sulrmbhv6.pdf#page=55.29

Merleau-Ponty, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadoras). Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf

MOORE, Roger L. Conflicts on multiple-use trails: synthesis of the literature and state of the practice. Report n°. **FHWA-PD-94-031**, US Federal Highway Administration, 1994. Disponível em: <https://rosap.ntl.bts.gov/view/dot/41127>

MOREIRA, Alecir Antônio Maciel; PEREIRA, Carla Cristina Alves. Levantamento topoclimático da RPPN Santuário do Caraça. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 14, n. ° 23, p. 43-50, 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/16067/12244>

MOURÃO, Maria Antonieta Alcântara. Caracterização hidrogeológica do Aquífero Cauê, Quadrilátero Ferrífero, MG. 2007. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/handle/doc/261?mode=full>

MovSAM - Movimento pelas Serras e Águas de Minas. **Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero de Minas Gerais**, 2016. Disponível em: <https://aguasdogandarela.org.br/dossie-denuncia-ameacas-e-violacoes-ao-direito-humano-a-agua-no-quadrilatero-ferrifero-aquifero-de-minas-gerais/>

NASCIMENTO, Stênio Toledo. A paisagem e o geopatrimônio na região leste do Quadrilátero Ferrífero, MG. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais. Universidade Federal de Ouro Preto, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/31c68f7d-bebe-4b9d-91e2-2f5745eb14a4>

NERI, Daniel da Mota. **Terrorismo de barragens**: estratégias de despossessão produzidas pela mineração de ferro em Minas Gerais. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/15223>

NICÁCIO, Luiz Gustavo. Travessia da aventura: da ausência na escola à inclusão em documentos orientadores. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 01-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/74232>

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>

ONU. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

ONU. Acordo de Paris sobre o Clima. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>

OLIVEIRA, Jeanine. A segurança hídrica de Belo Horizonte e dos municípios vizinhos e sua dependência dos aquíferos do Quadrilátero Ferrífero. O caso da Serra do Curral. Projeto Manuelzão, 2022. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/664/983/1664983.pdf>

OLIVEIRA, Valéria Regina S. **Impactos cumulativos na avaliação de impactos ambientais**: fundamentação, metodologia, legislação, análise de experiências e formas de

abordagem. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/84cda177-aca5-44b5-8edb-d525fce9d7a1>

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, vol. XXIII, 3, p. 161-190, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/html/>

PIASSI, Sinara. Primeiro VK do Brasil é realizado em Minas Gerais na Serra do Caraça. **Revista Trail Running**, 30 out. 2020. Disponível em: <https://rtrailrunning.com.br/primeiro-vk-do-brasil-e-realizado-em-minas-gerais-na-serra-do-caraca/>

PIRES, Maria do Carmo A. “Estrada Real” e a história do processo de construção de roteiros turísticos no estado de Minas Gerais, Brasil. **TURyDES - Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, v. 10, n. 23, p. 1-10, 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/index.html>.

PLANO DE MANEJO DA RRPN “SANTUÁRIO DO CARAÇA”. Província Brasileira da Congregação da Missão, Caras Altas/Santa Bárbara, p. 195, 2013. Disponível em: <https://www.santuariodocaraca.com.br/wp-content/uploads/2013/10/plano-de-manejo.pdf>

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**, empreendida nos anos de 1817 a 1821, e publicada por ordem de S. M. o Imperador da Áustria Francisco I. Trad. Do Instituto Nacional do Livro (Teodoro Cabral). Rio, Instituto Nacional do Livro, 1951.

PORTA do Céu: Caraça. Direção: Theodor Lutz. Produção: Orbis Filmes. Belo Horizonte:1950. Disponível em: <https://bases.cinemateca.org.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=013354&format=detailed.pft#1>

PRATES. Clarissa Godinho. **EFEITOS DERRAME DA MINERAÇÃO, VIOLÊNCIAS COTIDIANAS E RESISTÊNCIAS EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG**. Dissertação (Mestrado interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território) Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros, 95 f, 2017. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/06/disserta%C3%A7%C3%A3o-Clarissa-edi%C3%A7%C3%A3o-X.pdf>

PROCÓPIO, Marcelo. Itabira: ferro e alma. **Suplemento Literário de Minas Gerais**, n.º 11, ed. Março/1996, p. 18, 1996.

PROJETO MANUELZÃO. **Revogação dos direitos minerários na Serra da Moeda fortalece proteção à área**. *Manuelzão – UFMG*, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/revogacao-dos-direitos-minerarios-na-serra-da-moeda-fortalece-protecao-a-area/>

QUEIROZ, Ana Luísa. **Gênero, território e mineração: um estudo sobre protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D'Água Quente, Catas Altas – MG**. Dissertação (mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 123 f., 2016. Disponível em:
<http://objdig.ufrj.br/34/teses/855806.pdf>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**. Buenos Aires: Clacso, p. 285-326, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.556-590, 1995. Disponível em:
<https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/ensaio/issue/view/97>

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Outros territórios, outros mapas**. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 n.º. 16, 2005. Buenos Aires. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>

RIBEIRO, Ítalo Mendonça. **Dossiê de tombamento do Sistema Minerário Boa Vista em Catas Altas - MG**. Monografia. Ouro Preto, 81p., 2018. Disponível em: shorturl.at/arJT8.

RECHIA, Simone Aparecida. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 189 p., 2003. Disponível em:
<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/299807>

RECHIA, Simone. Lazer e meio ambiente: a experiência da Cidade de Curitiba – PR. **Revista LICERE**. Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 19 – 37, 2004. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/1487/1048/4939>

RECHIA, Simone; GONÇALVES, Felipe S; FRANÇA, Rodrigo. Cidade, lazer, políticas públicas e sustentabilidade: desafios e perspectivas. In: BAHIA, Mirleide Chaar (org.). **Novas Leituras do Lazer Contemporâneo**. Belém: NAEA; UFPA Editora, 2018. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/747>

REIS, A. C. Sentindo na pele: corpos em movimento na experiência turística na natureza. Em: PANOSSO NETO, A; GAETA, C. (Eds.) **Turismo de Experiência**. São Paulo: Senac, p. 297-313, 2010.

REIS, Flávia Maria da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias**: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-7AYG4F>

REZENDE, Dejanira Ferreira de. **Mineração nos morros das Minas Gerais**: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013. Disponível em:
https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3543/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_%20Minera%C3%A7%C3%A3o%20Morros%20Minas.pdf

ROCHA, Daniel de Jesus. **O ecoturismo, socioambientalismo e mineração em Catas Altas – MG**: desafios e perspectivas de uma cidade resiliente na era da economia verde. Dissertação (Mestrado em Direito). Belo Horizonte: Dom Helder, 105 p. 2024.

ROCKSTRÖM, Johan; STEFFEN, Will; NOONE, Kevin; PERSSON, Åsa; CHAPIN III, F. S; LAMBIN, Eric F.; Lenton, TIMOTHY M.; SCHEFFER, Marten; FOLKE, Carl; SCHELLNHUBER, Hans; NYKVIST, Björn; DE WIT, Cynthia. A; HUGHES, Terry; VAN DER LEEUW, Sander; RODHE, Henning; SÖRLIN, Sverker; SNYDER, Peter. K; COSTANZA, Robert; SVEDIN, Uno; FALKENMARK, Malin; KARLBERG, Louise; CORELL, Robert. W; FABRY, Victoria. J; HANSEN, James; WALKER, Brian; LIVERMAN, Diana; RICHARDSON, Katherine; CRUTZEN, Paul; FOLEY, Jonathan A. A safe operating space for humanity. *Nature*, 461, 472–475, 2009. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/461472a>

RODRIGUES, Thell Victor de Andrade. **Quadrilátero Ferrífero, a região catastrófica:** interpretações sobre a recorrência dos problemas com barragens entre os anos de 2014 e 2020. São Paulo, f. 395, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20082024-101638/publico/2024_ThellVictorDeAndradeRodrigues_VCor.pdf

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Livraria Itatiaia. Ed. Belo Horizonte, 1974.

SALGADO, Marina. **Olhares sobre o patrimônio:** a busca de significados da paisagem. Marina Salgado, 2017. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AX9RL8>

SANTI, Auxiliadora Maria Moura; SUZUKI, Rogério Yukio; OLIVEIRA, Renata Garcia de. **Monitoramento da qualidade do ar no município de Itabira, MG:** avaliação dos resultados em anos recentes (1997/99) e das perspectivas de modernização da rede de monitoramento no contexto do licenciamento ambiental corretivo da CVRD. In: **XXVII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental**, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/1232ef5e-0610-451e-8359-b7df879c2464>

SANTIN, Silvio. **Educação Física:** da alegria do lúdico à opressão do rendimento. Porto Alegre, RS: ESEF – UFRGS, 1994

SANTOS, Diana Fernanda Vaz de Melo dos. **Relações de parentesco, vizinhança e compadrio na freguesia agro-mineradora de Catas Altas (1712-1742).** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História - UFJF, 141 p., 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6844/1/dianafernandavazdemelodossantos.pdf#page=22.69>

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 15-20, 1994.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 15-20, 1994. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/1995/07/Territorio_globalizacao-e-fragmentacao.pdf

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do**

IPPUR, vol. XIII, n. 2. Rio de Janeiro, 1999.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/277/86>

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. O maravilhoso e o terrível nas visitas a Catas Altas e Curral Del Rei: poder episcopal e direito de padroado (1748-1764). **LPH - Revista de História**.

Mariana/MG, n.16, p.109-124, 2006. Disponível em:

https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph_revista_16_.pdf?m=1525724434

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. REDES DE PRODUÇÃO GLOBAIS (RPGs):

contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, 28 Out 2011 Disponível em:

<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/589>

SALGADO, Marina. **Olhares sobre o patrimônio [manuscrito]**: a busca de significados da paisagem. Marina Salgado. Tese (doutorado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AX9RL8>

SARAIVA, Renan D.S; SANTOS, Aline S. E; OLIVEIRA, Ana Paula Natividade; MAZOTO, Maíra Lopes; CÂMARA, Volney M; ASMUS, Carmen Ildes R. F. Alterações respiratórias em crianças expostas à poeira de resíduos de mineração em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil: Projeto Bruminha. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, 2024; Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT131223>

SAWAYA, Rubens Rogério. Dependência Estrutural e Reprimarização da América Latina: Aportes de Ruy Mauro Marini. **Revista Reorient**, Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de Dialética da Dependência, n.º 2, v. 2, p. 192-215, 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/reorient/issue/view/2602>

SCHWARTZ, Gisele, M. Emoção, aventura e risco - a dinâmica metafórica dos novos estilos. In: BURGOS, M. S.; PINTO, L. M. S. M. (Org.) **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 139-168, 2002.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL. **RELATÓRIO E PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - RCA/PCA: MINA DE SÃO LUIZ/FAZENDÃO - AUMENTO DA PRODUÇÃO DE 1 PARA 3 Mtpa. CATAS ALTAS - MG**. Contratante: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD. 2007. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2007/0031219960342007/4928662007.pdf#page=134.71>

SILVA, Douglas Henrique. **Anfíbios e répteis de altitude da Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário do Caraça, Catas Altas, Minas Gerais, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 44 f., 2017. Disponível em: <https://locus.ufv.br/bitstreams/adcc49ed-90e1-499c-a2d5-2dde176205e6/download>

SILVA, Douglas Henrique. **Revista Biodiversidade do Caraça**. Huperzia Ecologia e Conservação, Catas Altas, 44 f., 2024.

SILVA, Jessica Lorrany de Jesus. **Mineração como forma de vida e morte: entre a dependência e o desastre em Mariana - MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Socioambientais). Belo Horizonte, 82 p., 2019. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/08/TCC-J%C3%A9ssica-Silva.pdf>

SILVA, Marcus Vinícius Chagas da; CRISPIM, Andrea Bezerra. **Geologia Geral.** Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/552643/2/Livro%20Geologia%20Geral%20.pdf>

SILVA, Marlon Teodoro. **As atividades de aventura e os profissionais que atuam nesse campo, sob a ética dos professores das instituições de ensino superior e dos gestores das empresas do setor em Belo Horizonte.** Dissertação (Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 105 f., 2020. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/DISSERTACAO%20-%20AS%20ATIVIDADES%20DE%20AVENTURA%20E%20OS%20PROFISSIONAIS%20QUE%20ATUAM%20NESSE%20CAMPO%20-%20Marlon%20Teodoro%20Silva.pdf>

SIQUEIRA, Ana Carolina de Carvalho; OLIVEIRA, Gabrielly Ramos de Oliveira. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: A APROPRIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS POR CORPORAÇÕES INTERNACIONAIS. In: **Conflitos socioambientais, territorialidades e fronteiras.** v. II. t. III / Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Daniel Sebastian Granda Henao, Giovanni Amaral Cosenza, Leandro Campelo Moraes, Liana Amin Lima da Silva (org.). Curitiba, PR: CEPEDIS, 2024. Disponível em: <https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/06/Livro-5.pdf#page=115.99>

SOARES, Priscila de Oliveira. **Possibilidades de desenvolvimento do Geoturismo no Santuário do Caraça (MG).** Monografia (Curso de Turismo). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, 59f, 2021. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/4361/6/MONOGRAFIA_PossibilidadesDesenvolvimentoGeoturismo.pdf

SOLNIT, Rebecca. *A História do Caminhar.* São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização.** Trad. João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, Emanuella Teixeira de Azevedo; GREEN, Maria Pereira de Lima. Análise do desempenho dos municípios de Minas Gerais e Pará no planejamento e uso da CFEM. Relatório técnico (Jornada de Iniciação Científica) - Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), Rio de Janeiro, 57 f., 2022. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/2616>

SOUZA, Guilherme Henrique Pereira de. **Omissão da delimitação do Monumento Natural Serra do Caraça: Catas Altas - MG.** Faculdade de Desenvolvimento das Ciências e Humanidades – FADECH. Itabira, 82 p., 2020.

SOUZA, Guilherme Henrique Pereira de. **A SERRA DO CARAÇA NA PERSPECTIVA DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA BÁRBARA/MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Público) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 p., 2024.

SOUZA, José Evangelista de. **Catas Altas do Mato Dentro: sua história e sua gente**. Volume I. Littera Maciel, 224p, 1998.

SOUZA, José Evangelista de. **Catas Altas do Mato Dentro**. Sua história e sua gente. Volume II. Contagem: Littera Maciel, 2004.

SOUZA, Leandro de Aguiar. Do Quadrilátero Ferrífero ao Quadrilátero Aquífero: territorialidades conflitantes na produção de um espaço social extensivo à Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG. **Geosp**, v. 25, n. ° 3, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/188865/177798>

SOUZA, Luísa Maria Guimarães Moraes. **Análise das alterações do uso e cobertura do solo do município de Catas Altas (MG) através da classificação de imagens de satélite**. Belo Horizonte, 2010. vi, 31 f.: il. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. Departamento Cartografia, 2010. Disponível em: <https://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/LUISA.pdf>

SPIX, J. B; MARTIUS, C.F.R. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, v.2. 1838. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266_Viagem_pelo_Brasil_v.1.pdf?sequence=14&isAllowed=y

SVAMPA, Maristela. **Las fronteras del neextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara: CALAS, 144 p, 2019.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Mikaella M. Macedo; SILVA, Késia Torres da; SANTOS, Gisele Barbora dos. Conteúdos sobre mineração no Currículo Referencial de Minas Gerais (CRMG - Ensino Fundamental 1 e 2): uma reflexão para a educação em áreas de vulnerabilidades socioambientais. **Coletânea I: Educação Ambiental e suas aplicabilidades**. Org.: Lima *et al.*, Edufma, 491 p., 2021.

TAKAHASHI, Leide Yassuco. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 139 p., 1998. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26783>

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 267 p., 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614307>

THOMÉ, Romeu. **A função socioambiental da CFEM (Compensação financeira por exploração de recursos minerais)**. Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 55, p. 175-188, 2009.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Christiana. O Direito Humano à Interação com a Natureza. In: SILVA, Aida; TIRIBA, Lea (Org.). **Direito ao Ambiente como Direito à Vida: desafios para a educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, p. 47-77, 2014.

TÔRRES, Marina Abreu. **História de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro**. Monografia (Ciências Sociais) Universidade Federal de Minas Gerais, 172 p, 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/12/Monografia-Marina-Abreu-Efeitos-do-Projeto-Minas-Rio.pdf>

TOTAL PLANEJAMENTO EM MEIO AMBIENTE LTDA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento Projeto de Ampliação da Mina de Fazenda**. Volume I. Contratante: VALE S.A. 2014.

TOTAL PLANEJAMENTO EM MEIO AMBIENTE LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de ampliação da Mina de Fazenda**. Volume II. Contratante: VALE S.A. 2014.

TROCARTE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**. 1.ed. —São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular. 146 p. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/quando_vier_silencio.pdf

UNESCO. **Revista Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço**, v. 1, n. 1, Brasília, 2017. Disponível em: <https://editora.iabs.org.br/site/wp-content/uploads/2018/03/RBSE-Vers%C3%A3o-final.pdf>

VALE S.A. Vale + comunidade. **Tradição, sabor e diversão em grande estilo**. Catas Altas, Ano IV, 2024. Disponível em: <https://vale.com/documents/d/guest/catas-altas-2024-out-nov>

VASCONCELOS, Ana Carolina. Câmara Municipal de Catas Altas rejeita projeto que visa proteger a Serra do Caraça: Decisão contrária ao desejo popular coloca em risco área verde afetada por queimadas e pela mineração. **Brasil de Fato**, 19. set. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/19/camara-municipal-de-catas-altas-rejeita-projeto-que-visa-protetger-a-serra-do-caraca/>

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Mineiridade: Ensaio de Caracterização**. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 107 p., 1981.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira; GUIMARÃES, Lethicia Reis de; SIQUEIRA, Luiz Paulo Guimarães. Dossiê-denúncia Direitos Humanos e Mineração na região do Caraça – Minas Gerais. Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://atingidosvale.com/wp-content/uploads/2021/06/DOSSIE%CC%82-DENU%CC%81NCIA_DH-e-Minerac%CC%A7a%CC%83o-na-regia%CC%83o-do-Carac%CC%A7a.pdf

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo ameríndio**. Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia [cuenca] de águas pretas do mundo, São

Paulo: Instituto Socioambiental, p. 84-92, 2008. Disponível em:
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/23L00008.pdf>

WAGAR, Alan J. Recreational Carrying Capacity Reconsidered, **Journal of Forestry**, v. 72, n. 05, p. 274–278, 1974. Disponível em:
<https://academic.oup.com/jof/article/72/5/274/4660911>

WANDERLEY, Luís J. M. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos** - Textos para Discussão PoEMAS, n. 01 (1), 1-7, 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas//files/2017/04/Wanderley-2017-Do-Boom-ao-P%cc3%b3s-Boom-das-commodities-versos.pdf>

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: WEBER, M.; **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: UnB, p. 128-141. 2009.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos Socioambientais**. Disponível em:
https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf

APÊNDICE A — Pesquisa documental: Políticas públicas de lazer de Catas Altas (MG)

ORIGEM	TIPO	NOME DO DOCUMENTO	ANO	DISPONÍVEL EM:
Legislativo	Lei	LEI 77 DE 29 DE OUTUBRO DE 1999 - Autoriza o Executivo a firmar comodato com a Mineração Socoimex e dá outras Providências	1999	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/1999/8/77/lei-ordinaria-n-77-1999-autoriza-o-executivo-a-firmar-comodato-com-a-mineracao-socoimex-e-da-outras-providencias?q=MINERA%C7%C3O
Legislativo	Lei Orgânica	LEI DE 16 DE ABRIL DE 1999 - Lei Orgânica do Município de Catas Altas/MG	1999	https://leismunicipais.com.br/lei-organica-catas-altas-mg
Legislativo	Lei	LEI 462 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2004 - Cria o Parque Municipal do Morro D'Água Quente	2004	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/decreto/2004/47/462/decreto-n-462-2004-cria-o-parque-municipal-do-morro-d-agua-quente?q=lazer
Executivo	Plano de ação	LEI Nº 179, DE 13 DE JULHO - Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas	2005	https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-catas-altas-mg
Legislativo	Lei	LEI 293 DE 2010 - Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento da Região dos Inconfidentes/CODERI	2010	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2010/30/293/lei-ordinaria-n-293-2010-ratifica-o-protocolo-de-intencoes-do-consorcio-de-desenvolvimento-da-regiao-dos-inconfidentes-coderi?q=minera%E7%E3o
Legislativo	Lei	LEI 320 DE 15 DE SETEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre a imagem oficial do município de Catas Altas.	2010	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2010/32/320/lei-ordinaria-n-320-2010-dispoe-sobre-a-imagem-oficial-do-municipio-de-catas-altas?q=imagem
Legislativo	Decreto	DECRETO 1680 DE 30 DE JULHO DE 2012 - Dispõe sobre Regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão do alvará de funcionamento	2012	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/decreto/2012/168/1680/decreto-n-1680-2012-dispoe-sobre-regras-a-serem-seguidas-quanto-as-pesquisas-previas-e-a-

		provisório ou definitivo de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no município de Catas Altas		regulamentacao-da-classificacao-de-risco-da-atividade-para-a-concessao-do-alvarade-funcionamento-provisorio-ou-definitivo-de-empresarios-e-de-sociedades-empresarias-de-qualquer-porte-atividade-economica-ou-composicao-societaria-no-municipio-de-catas-altas?q=lazer
Legislativo	Lei	LEI 397 DE 17 DE MAIO DE 2013 - Cria o Conselho Municipal de Esporte e dá Outras Providências	2013	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2013/40/397/lei-ordinaria-n-397-2013-cria-o-conselho-municipal-de-esporte-e-da-outras-providencias?q=lazer
Legislativo	Lei	LEI 500 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015 - Institui A Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- POMDRS, Aprova o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS e dá outras providências	2015	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2015/50/500/lei-ordinaria-n-500-2015-institui-a-politica-municipal-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-pomdrs-aprova-o-plano-municipal-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-pmdrs-e-da-outras-providencias?q=lazer
Legislativo	Lei	LEI 566 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017 - Cria o Conselho Municipal de Turismo de Catas Altas - COMTUR, o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, e dá outras providências.	2017	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2017/57/566/lei-ordinaria-n-566-2017-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-de-catas-altas-comtur-o-fundo-municipal-de-turismo-fumtur-e-da-outras-providencias?q=lazer
Legislativo	Lei	LEI 610 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018 - Cria o Conselho Municipal de Turismo de Catas Altas - COMTUR, o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, e dá outras providências.	2018	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2018/61/610/lei-ordinaria-n-610-2018-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-de-catas-altas-comtur-o-fundo-municipal-de-turismo-

				funtur-e-da-outras-providencias?q=AVENTURA
Legislativo	Lei	LEI 643 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019 - Institui o Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes do Município de Catas Altas e dá outras providências.	2019	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2019/65/643/lei-ordinaria-n-643-2019-institui-o-programa-de-adoacao-de-pracas-publicas-e-de-esportes-do-municipio-de-catas-altas-e-da-outras-providencias?q=lazer
Legislativo	Decreto	DECRETO 36 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020 - Revoga a Declaração de Conformidade expedida a favor da expansão da Mina de Fazendão.	2020	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/decreto/2020/4/36/decreto-n-36-2020-revoga-a-declaracao-de-conformidade-expedida-a-favor-da-expansao-da-mina-de-fazendao?q=MINERA%C7%C3O
Legislativo	Lei	LEI 688 DE 23 DE OUTUBRO DE 2020 - Cria a Política Municipal de Turismo de Catas Altas, e dá outras providências.	2020	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2020/69/688/lei-ordinaria-n-688-2020-cria-a-politica-municipal-de-turismo-de-catas-altas-e-da-outras-providencias?q=lazer
Legislativo	Projeto de Lei	PROJETO DE LEI Nº. 771 DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Dispõe sobre a criação da Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal da Serra do Caraça e dá outras providências.	2021	https://drive.google.com/file/d/15dcPDeasMwIOgAJwzwfGS0rOVeh5sRwV/view?usp=sharing
Legislativo	Lei	LEI 730 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021 - Reconhece o montanhismo como atividade de valor cultural, esportivo, de Aventura Radical, para o Município de Catas Altas/MG e institui o respectivo programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo, do acesso às áreas de montanhas e dá outras providências.	2021	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2021/73/730/lei-ordinaria-n-730-2021-reconhece-o-montanhismo-como-atividade-de-valor-cultural-esportivo-de-aventura-radical-para-o-municipio-de-catas-altas-mg-e-institui-o-respectivo-programa-municipal-de-incentivo-ao-montanhismo-do-acesso-as-areas-de-montanhas-e-da-outras-providencias?q=730

Legislativo	Ata de Reunião Ordinária	Ata da Primeira Reunião Ordinária do Mês de Dezembro de 2021 - Câmara Municipal de Catas Altas	2021	https://www.camaracatasaltas.mg.gov.br/arquivo/download/41551/categoria/67/ata_da_22_reuniao_ordinaria_de_2021#search=795
Executivo	Plano de ação	CATAS ALTAS - MG - Planejamento estratégico - 2021-2030	2021	https://drive.google.com/file/d/1nb7JWhVnVGhO6VDea0yEqHTBOrnp9Tes/view?usp=sharing
Legislativo	Lei	LEI Nº 760 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022 - Autoriza a abertura de Crédito Especial para aquisição e instalação de parques infantis (Playground) em Catas Altas e no distrito do Morro D`Água Quente e dá outras providências	2022	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2022/76/760/lei-ordinaria-n-760-2022-autoriza-a-abertura-de-credito-especial-para-aquisicao-e-instalacao-de-parques-infantis-playground-em-catas-altas-e-no-distrito-do-morro-d-agua-quente-e-da-outras-providencias?q=lazer
Legislativo	Lei	LEI 749 DE 02 DE MAIO DE 2022 - Aprova e institui o Plano Municipal de Turismo de Catas Altas/MG e dá outras providências	2022	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2022/75/749/lei-ordinaria-n-749-2022-aprova-e-institui-o-plano-municipal-de-turismo-de-catas-altas-mg-e-da-outras-providencias
Legislativo	Lei	LEI DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022 - Institui o Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - FUMDEDS, cria o Conselho Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - CMDEDS e dá outras providências	2022	https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/catas-altas/lei-ordinaria/2022/77/769/lei-ordinaria-n-769-2022-institui-o-fundo-municipal-de-diversificacao-economica-e-desenvolvimento-sustentavel-fumdeds-cria-o-conselho-municipal-de-diversificacao-economica-e-desenvolvimento-sustentavel-cmdeds-e-da-outras-providencias?q=minera%C3%A7%C3%A3o

Legislativo	Projeto de Lei	PROJETO DE LEI Nº. 771 DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Proposta de registro e inventário do esporte de montanha como patrimônio cultural imaterial disposto na Serra do Caraça em Catas Altas e no distrito do Morro D'Água Quente.	2022	https://drive.google.com/file/d/1XBSnoHQZUwPwv1CvowKCQQumriymHgfg/view?usp=sharing
Legislativo	Projeto de Lei	PROJETO DE LEI Nº. 771 DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Proposta de registro e inventário do patrimônio cultural hídrico referente aos sítios naturais dispostos Serra do Caraça em Catas Altas e no distrito do Morro D'Água Quente.	2022	https://drive.google.com/file/d/1zTmAGc8NBLhLqQlY1bSGUXBM1fdBL9Hz/view?usp=sharing
Legislativo	Projeto de Lei	PROJETO DE LEI Nº. 771 DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Proposta de registro, inventário e tombamento dos patrimônios arqueológicos e do patrimônio cultural material existentes na Serra do Caraça em Catas Altas e no distrito do Morro D'Água Quente.	2022	https://drive.google.com/file/d/1em1wG1bTHCDnmvJxHHGRvK7I2RdxD1yO/view?usp=sharing
Legislativo	Projeto de Lei	PROJETO DE LEI 800 DE 17 DE MARÇO DE 2022 - Dispõe sobre a conservação, preservação e proteção da paisagem “Imagem Oficial Símbolo de Catas Altas” como Área de Interesse Especial e Público de proteção ao Patrimônio Histórico Cultural e Natural do Município de Catas Altas e dá outras providências.	2022	https://www.camaracatasaltas.mg.gov.br/arquivo/download/41556/categoria/59/projeto_de_lei_800_de_2021
Executivo	Diagnóstico	Diagnóstico Territorial Municipal de Catas Altas - MG	2023	https://drive.google.com/file/d/1UlzCx8lcmEpAR2J0meee4xhpEs24wgxw/view?usp=sharing
Legislativo	Projeto de Lei	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 837 de 2024 - Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas/MG, em conformidade com a Constituição Federal, com o Estatuto da Cidade e com a Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências.	2024	https://www.camaracatasaltas.mg.gov.br/arquivo/download/62418/categoria/59/projeto_de_lei_n_837_de_2024#page=100.17
Legislativo	Requerimento	Requerimento Nº 194 de 17 de junho de 2024 - Requer do Presidente da Câmara que seja contratada uma empresa especializada, com a finalidade de avaliar as	2024	https://www.camaracatasaltas.mg.gov.br/arquivo/download/62331/categoria/62/requeri

		coordenadas e confrontações indicadas no mapa da Unidade de Conservação Serra do Caraça, a ser criada através do Projeto de Lei 771/2021, trazendo a todos os parlamentares informações mais esclarecedoras acerca do projeto, que é de tão grande relevância social para o município.		mento_n_194_de_2024#search=serra%20do%20cara%C3%A7a
Legislativo	Requerimento	Requerimento Nº 208 de 18 de novembro de 2024 - Requer da Empresa Vale S.A informações desta empresa, no tocante a existência de câmeras de monitoramento em toda a sua área de exploração mineral, no município de Catas Altas e da outras providências.	2024	https://www.camaracatasaltas.mg.gov.br/arquivo/download/62405/categoria/62/requerimento_n_208_de_2024#search=serra%20do%20cara%C3%A7a

APÊNDICE B — Pesquisa documental: Estudos e relatórios de impacto ambiental dos projetos de mineração analisados

DOCUMENTO	ANO	DISPONÍVEL EM:
RELATÓRIO E PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - RCA/PCA: EXPANSÃO DA MINA DE SÃO LUIZ CATAS ALTAS - MG	2006	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2006/0031219960322006/4297432006.pdf#page=24.13
RELATÓRIO E PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - RCA/PCA: MINA DE SÃO LUIZ/FAZENDÃO - AUMENTO DA PRODUÇÃO DE 1 PARA 3 Mtpa CATAS ALTAS - MG	2007	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2007/0031219960342007/4928662007.pdf#page=134.71
Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA Mina de Fazendão	2007	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2007/0031219960332007/1334812007.pdf#page=20.16
MAYBACH MINERACAO E SERVICOS LTDA: PROJETO DE CONTENÇÃO DE SEDIMENTOS - PILHA DE ESTERIL E FRENTES DE LAVRA	2010	https://drive.google.com/file/d/1uSbKvAbkGWFdDLJJAvwwhwGXsHvKSDcG/view
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Pedreira Um Valemix Micon Mineração Congonhas	2012	https://drive.google.com/file/d/1YnFcA3gNlrXJk8mVzc119f7crxSAJDNy/view?usp=sharing
Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Mina de Fazendão - VALE S.A - VOLUME I; VOLUME II; VOLUME III; VOLUME IV	2014	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/5701332015.pdf http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/4954852019.pdf http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/4955572019.pdf http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/4959202019.pdf
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Ampliação da Mina de Fazendão - VALE S.A	2014	https://siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/5701342015.pdf?fbclid=IwAR0MsFG1gOOR6q_T0OXthtzdY1I2H7IJnRwRy8tPBLs9_HkufCnsDv4Yw2I

Relatório de Impacto Ambiental - Projeto de Ampliação da Mina de Fazendão - VALE S.A	2019	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/7595812019.pdf
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - Projeto de Ampliação da Mina de Fazendão Cava e Pilha São Luiz - VALE S.A	2020	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/2192612020.pdf
Parecer Único de Licenciamento - Projeto de Ampliação da Mina de Fazendão Cava e Pilha São Luiz - VALE S.A	2020	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2015/0031219960452015/2337402020.pdf
Parecer Único de Licenciamento - Pedreira Um Valemix Micon Mineração Congonhas	2020	http://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2012/0404720080052012/6090512012.pdf

**APÊNDICE C — Instrumento de pesquisa de campo: Roteiro para entrevista
semiestruturada**

1. Vamos iniciar com algumas perguntas introdutórias, para que eu possa conhecer um pouco mais de você e da sua história, e conseguir traçar um perfil das pessoas que experenciam atividades de aventura na Serra do Caraça. Lembro que a qualquer momento você pode solicitar que a gente interrompa esta entrevista, certo? Vamos lá!

1. 1 - Há quanto tempo vive em Catas Altas, ou na região da Serra do Caraça?

1. 2 - Qual a sua idade?

1. 3 - Com qual gênero você se identifica?

1. 4 - Com qual cor/raça/etnia você se identifica?

1. 5 - Você desenvolve alguma atividade remunerada/ trabalho? Se sim, pode me contar um pouco sobre? Há quanto tempo, qual o local, como é a dinâmica? Se não, pode me dizer qual o motivo?

1. 6. Como conversamos previamente, esta pesquisa tem como tema as experiências de lazer na Serra do Caraça em Catas Altas, e sei que você tem a Serra do Caraça como um local onde você pratica atividades de lazer. Daqui a pouco vamos falar sobre isso. Mas agora eu também gostaria de saber se:

1. 7 - Há outros locais onde você passa o seu tempo livre, que você utiliza para o lazer?

1. 8 - Se sim, pode me contar um pouco mais? Onde é este local?

1. 9 - Como você acessa este local?

1. 10 - Como costuma se organizar para ir até lá, costuma ir acompanhado, sozinho?

11. - Quais são as práticas e atividades de lazer que você experiencia por lá?

12. - É preciso algum equipamento, algum material de apoio para que você pratique essas atividades ou acesse esses locais?

13. - Existe alguma situação ou fator que te impede ou impacta a sua prática e atividades de lazer neste local?

2. – Beleza, ótimo! Agora, voltando a Serra do Caraça, sei que você tem uma certa familiaridade com o local, certo?

- a. - Gostaria de saber o que você imagina, o que vem a sua mente quando você pensa em: “Serra do Caraça”?
- b. - O que a Serra do Caraça representa para você?
- c. Qual ou quais as práticas, atividades, experiências de lazer que você desenvolve no ambiente da Serra do Caraça?
- d. - Como e quando começou a praticar essa atividade na Serra do Caraça?
- e. - Quais são os locais onde você desenvolve essas práticas, atividades, experiências de lazer na Serra do Caraça?

- Você pode me explicar um pouco mais sobre essas experiências? Gostaria de entender como você se organiza para estar nesses locais e praticar essas atividades.

6. - Você costuma ir sozinho para esses locais, para essas atividades, ou tem uma companhia?
7. - Costuma se organizar em relação a dia e horário para estar na Serra do Caraça? Há uma preferência de dia, horário?
8. - É preciso algum equipamento, algum material de apoio para que você pratique essas atividades ou acesse esses locais?
9. - Você mantém relação com algum grupo, organizações e/ou instituições em razão das práticas de lazer que desenvolve na Serra do Caraça?
10. - Lembra-se de alguma outra pessoa que praticava também e quando e como ela começou?
11. - Se sim, você mantém, mantinha alguma relação com essa pessoa?

2.13 - Quando você pensa ou se pergunta sobre qual é a sua identidade, você se entende, se vê ou se identifica como caracense? -quais elementos preciso olhar para caracterizar identidade -

3. Obrigada por me contar e explicar sobre suas experiências. Estamos quase no fim da entrevista, e queria fazer algumas perguntas para você sobre outros usos que a Serra do Caraça pode ter para além do lazer, tudo bem? Vamos lá!

- a. - Existe alguma situação ou fator que te impede ou impacta a sua prática de atividades de lazer na Serra do Caraça hoje? Se sim, pode me contar um pouco mais sobre isso?
- b. - Como isso afeta a sua vida e o seu lazer?
- c. - Como você se sente em relação a essa situação ou fator?
- d. - Você sabe me dizer, se lembra, se no passado, havia algum fator ou situação que também impedia ou prejudicava experiências de lazer na Serra do Caraça?
- e. - Sabemos que na Serra do Caraça existe algumas minas, algumas áreas privadas que são de propriedade da mineradora, algumas estradas, estrada de ferro. Como você avalia a situação da atividade mineradora no município de Catas Altas?
- f. - Como você percebe a atividade mineradora no ambiente natural da Serra do Caraça?
- g. - Como você se sente em relação a atividade mineradora no ambiente natural da Serra do Caraça?
- h. - Você acredita, avalia ou entende que a atividade mineradora causa algum impacto em relação ao seu lazer na Serra do Caraça?

Bom, chegamos ao fim desta entrevista. Há alguma outra informação que você queira compartilhar que a gente não conversou sobre? Fique à vontade para acrescentar algo que eu não tenha perguntado.

Gostaria de lhe perguntar se você se sente à vontade para me indicar outras pessoas que você conheça que também mantém uma relação com a Serra do Caraça, que praticam atividades de lazer por lá e que possam estar dispostas a participar desta pesquisa (Registrar nomes e demais informações de contato).

Agradecer a participação. Reafirmar que em caso de dúvidas o contato está no Termo assinado.

APÊNDICE D - Análise Temática das entrevistas: Lista de códigos

1 Área da cavalgada/campo/Tratex	64 Gruta de São Judas Tadeu	127 Periodicidade que vai a SC
2 Acampar	65 Guia de Turismo	128 Pesca
3 Acidentes de trânsito/atropelamento	66 <i>Highline</i>	129 Pesque e pague
4 Adrenalina	67 Identidade	130 Pico São Luís
5 Adro da Igreja/Praça	68 Impacto ambiental	131 Pico do Baianinho
6 Andar de bicicleta/trilha de bike	69 Impacto na saúde	132 Pico do Baiano
7 Apreciação estética/admiração da paisagem da SC	70 Impedimento de acesso	133 Pico do Inficionado
8 Arte/artesanato	71 Importância hídrica da SC	134 Pico do Sol
9 Asfaltamento	72 José Escrivão	135 Pico do Tamanduá
10 Atletas/praticantes locais	73 Lagoa 29	136 Pico dos Horizontes
11 Atuação autônomo	74 Lagoa Guada-Mór	137 Piquenique/lanche na SC
12 Aventura	75 Lagoa do Bananal/Barragem do Mosquito	138 Piscar lanterna do alto da SC para ser vista na cidade
13 Balneário do Morro D'Água Quente	76 Lagoas pelo mato afora/privadas	139 Pouco limite entre o público e o privado
14 Bate e volta na SC	77 Largo da Santa Quitéria	140 Prazer/paz/tranquilidade/sossego
15 Bicame de Pedras	78 Lazer cultural/shows/teatro	141 Projeto MONA SC - UC
16 Bicão	79 Lazer fora de CA/SC	142 Provas de corrida
17 Bueiro	80 Lazer na SC	143 Pós-mineração na SC/CA
18 CA ser cidade pequena	81 Liberdade	144 Pôr-do-sol na SC
19 CFEM	82 Lixo	145 Quadrilátero Ferrífero
20 Cachoeira	83 Locai não conseguem progressão de carreira na mineração	146 Quebra-Dedo
21 Cachoeira da Santa	84 <i>Longline</i>	147 Quebra-Dedo do meio
22 Cachoeira do Bicão	85 Mancha	148 Quebra-ossos
23 Cachoeira do Maquiné	86 Manutenção/limpeza das trilhas	149 RPPN Santuário do Caraça
24 Cachoeira do Meio	87 Medo	150 Rapel
25 Cachoeira do Morro	88 Medo do futuro	151 Região da SC
26 Cachoeira do Quebra-ossos	89 Mergulho	152 Relação com a SC

27 Cachoeira do Tamandú	90 Migração em decorrência da mineração	153 Relação com a natureza
28 Cachoeira dos Crentes	91 Mineração Malaco Amarante	154 Relação de gratidão com a SC
29 Caminhar pela linha do trem	92 Mineração Nossa Senhora Aparecida (Antônio Rafael)	155 Relação lazer x trabalho
30 Caminhar/andar na SC	93 Mineração Socoimex	156 Relação nativo x não catas-altense/turista
31 Cascatinha	94 Mineração como mal necessário	157 Rio Maquiné
32 Cascatona	95 Mineração de Diogo Betólico	158 Rio Quebra-ossos
33 Catas Altas Vertical	96 Mineração ilegal	159 Rio do MDAQ
34 Caverna	97 Mineração/poder público controlam a narrativa	160 Risco/grau de dificuldade
35 Chapada do Canga/Macaquinho	98 Mirante	161 SC ajuda a mente a ficar bem/saúde mental
36 Churrasco na cachoeira/beira do rio	99 Missão	162 SC apenas para trabalho, sem valor ambiental/cultural
37 Contemplação	100 Mitos/histórias/nomes/imaginação sobre a SC	163 SC como componente da identidade
38 Corrida de montanha/ <i>trail running</i>	101 Modernização da mineração x maior impacto social e ambiental	164 SC como espaço de encontro/coletivo
39 Crescimento urbano desordenado	102 Montanhismo	165 SC como paraíso
40 Currículo de EF e Lazer	103 Morro Boa Vista	166 Sair para pegar goiaba
41 Dependência da mineração	104 Morro d'Água Quente	167 Sensibilidade e percepção/simplicidade
42 Desigualdade social	105 Motivação para estar na SC	168 Sinalização das trilhas e atrativos
43 Desmotivação/frustração na defesa ambiental da SC	106 Mountain bike/Enduro <i>offroad</i> moto/trilha de moto	169 <i>Slackline</i>
44 Diferença/diminuição da vegetação nativa	107 Mudança climática	170 Som alto
45 Dor física provocada pelo esporte/atividade física	108 Mudança no volume/dinâmica da água	171 Subir picos
46 ECUCA	109 Mulher com menor acesso a SC para lazer	172 Subir serra
47 Eco Inverno	110 Nadar	173 Tempo que frequente a SC
48 Educação ambiental e	111 O que você imagina	174 Trabalha no setor da

patrimonial	quando pensa SC?	mineração
49 Escalada	112 Observatório astronômico	175 Trajetória familiar difícil
50 Estar sozinha na SC	113 Omissão/falta de ação do poder público	176 Travessia
51 Estrada-Parque CA para MDAQ	114 Oportunidades de emprego para além da mineração	177 Trekking
52 Explorar o desconhecido	115 Oportunidades de trabalho a partir do lazer/esporte	178 Trilha
53 Falta consciência coletiva	116 Organização para estar na SC	179 Trilha de Jipe/Off Road/Jipe
54 Falta coragem para inovar, mudar/comodismo	117 Ouvir o barulho da água	180 Trilhas da Lua
55 Falta de transparência dos recursos e política municipal	118 Pandemia Covid-19	181 Uso de drogas na SC
56 Falta opção de lazer em CA	119 Papel da família no incentivo ao lazer na SC	182 Vale da Sombra
57 Familiaridade com o espaço	120 Passar a noite no mato/ver a lua e estrelas da SC	183 Vale das Borboletas
58 Fazer nada na cachoeira	121 Paz espiritual	184 Vale do Mel
59 Festas, encontros e eventos	122 Pedra da Galinha	185 Valores/índole x mineração
60 Fluxo de caminhões	123 Pedreira Um Valemix	186 Ver eclipse na SC
61 Fogueira	124 Percepção sobre o lazer/aventura na SC	187 Voar no céu de Catas Altas
62 Garganta	125 Percepção sobre o turismo	188 oficinas
63 Garimpo de ouro pelas mulheres no MDAQ	126 Perda de identidade cultural	

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título do Estudo: ENTRE A AVENTURA E A MINERAÇÃO: A construção da identidade caracense a partir das experiências de lazer na natureza na Serra do Caraça, em Catas Altas, Minas Gerais, no contexto de um território com conflitos socioambientais com a atividade mineradora.

Pesquisadoras Responsáveis: **Maria Cristina Rosa (orientadora) e Karolina Santos Hugo (mestranda).**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com as pesquisadoras responsáveis pelo estudo para esclarecê-las. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é compreender a construção da identidade caracense a partir das experiências de lazer na natureza na Serra do Caraça, no município de Catas Altas, Minas Gerais, no contexto de um território com conflitos socioambientais com a atividade mineradora e tem como justificativa a relevância de se discutir os processos de construção de identidades a partir de experiências de lazer e em situações de conflitos socioambientais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Realização de entrevista, com duração de até 50 minutos; colaboração em procedimentos de pesquisa participativos e coletivos, como para se produzir mapas simbólicos, com tempo de duração previsto de no máximo 4 horas; E participar de atividades em que a pesquisadora realizará observação, com tempo de duração que será determinado pelas pessoas participantes.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são caracterizados por possível compartilhamento de situações confidenciais e ou traumáticas, podendo ocasionar desconforto emocional e compartilhamento de dados pessoais. As medidas para evitar ou reduzir tais danos são a possibilidade de pausas ou suspensão dos procedimentos de pesquisa, bem como solicitação de retirada de dados pessoais do banco de dados da pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios, mesmo que indiretos. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são satisfação pessoal a partir do compartilhamento das experiências e memórias, reflexão acerca da história e processos culturais em que os sujeitos estão inseridos, maior conhecimento acerca do território e contribuição para construção de conhecimento científico.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento

durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao vínculo que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr. não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área dos estudos interdisciplinares e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável MARIA CRISTINA ROSA, pelo telefone 03198830-6820, ou por e-mail m.crosa@hotmail.com e KAROLINA SANTOS HUGO, pelo telefone 03197196-9212, ou pelo e-mail karolinahugo@ufmg.br / karolinasb@gmail.com), ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Endereço: AV. Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901 - Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005. Telefone: (031) 3409-4592 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Horário de atendimento: 09:00 às

11:00 / 14:00 às 16:00.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: “ENTRE A AVENTURA E A MINERAÇÃO: A construção da identidade caracense a partir das experiências de lazer na natureza na Serra do Caraça, em Catas Altas, Minas Gerais, no contexto de um território com conflitos socioambientais com a atividade mineradora”.

Eu, Karolina Santos Hugo, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

APÊNDICE F - Sobre as ilustrações

Quando fui chamado para compor as ilustrações deste trabalho, a primeira coisa que fiz, naturalmente, foi imaginar a Serra.

Fechei os olhos e lá estava eu, em um vasto espaço entre tons de verdes e azuis. Não havia casas, nem gente, nem trens. Erguiam-se ao meu redor porções de terra colossais com seus cumes envoltos em neblina. O barulho do vento se misturava ao das águas, assim como o cheiro do mato se confundia com o da terra. Devia estar frio, e ficamos assim: eu e a Serra, de pé, abraçados.

As atividades de lazer na Serra do Caraça abriram caminhos que ligaram sujeitos e natureza. Enquanto isso, a mineração escavou precipícios que impediram, entre muitas coisas, essas conexões. Onde os pés dos moradores exploravam a Serra para descobrir e conectar, as máquinas da mineração a exploravam para extrair e romper.

A composição visual da capa evoca essa modificação e degradação histórica causadas pela mineração no território de Catas Altas, introduzindo, desde o início, o conflito central desta pesquisa: impactos da mineração no lazer na Serra do Caraça em Catas Altas.

Nos capítulos que se seguem, acompanhamos visualmente as transformações na paisagem da Serra do Caraça — pelos sujeitos que a utilizam para o lazer e por aqueles que a exploram para a mineração — e os diversos sentimentos que essas mudanças produzem.

As ilustrações que acompanham esta monografia foram desenvolvidas utilizando a técnica da linoleogravura. Assim como as máquinas da mineração, o movimento das goivas sobre o linóleo produz ranhuras. Esses sulcos e relevos, com tinta, funcionam como carimbos. Mas é como os pés dos moradores que este conjunto de gravuras se pretendeu simbolicamente: descobrir e conectar.

Nunes Fah Nunes